Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Gracyelle Costa Ferreira

Raça e nação na origem da política social *brasileira*: *União* e *Resistência* dos trabalhadores negros

Rio de Janeiro
2020

Gracyelle Costa Ferreira

Raça e nação na origem da política social *brasileira*: *União* e *Resistência* dos trabalhadores negros

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Prof ª. Dra. Carla Cristina Lima de Almeida

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F383 Ferreira, Gracyelle Costa.
Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros / Gracyelle Costa Ferreira. – 2020.
291 f.

Orientadora: Carla Cristina Lima de Almeida.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço Social – Teses. 2. Diáspora africana – Teses. 3. Política social – Teses. I. Almeida, Carla Cristina Lima de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

es CDU 364

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura Data

Gracyelle Costa Ferreira

Raça e nação na origem da política social *brasileira*: *União* e *Resistência* dos trabalhadores negros

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 8 de abril de 2020.

Banca Examinadora:

_____

Prof ª. Dra. Carla Cristina Lima de Almeida (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof.ª Dra. Ana Paula Procópio da Silva

Faculdade de Serviço Social - UERJ

_____

Prof.ª Dra. Magali da Silva Almeida

Universidade Federal da Bahia - UFBA

_____

Prof.ª Dra. Roseli da Fonseca Rocha

Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Para minhas avós.
Uma doméstica/lavadeira
a outra doméstica/costureira.
Uma preta a outra parda.
Ambas não-alfabetizadas.
Racismo, sexismo e pobreza
se encarregaram de impedir-lhes
o acesso ao ambiente escolar.
Menos de 50 anos nos separam.
Poderia ser eu no lugar delas
Ou poderiam ser elas aqui,
professoras doutoras.
Sábias mulheres.
Como elas, minha mãe, eu e tantas outras
Só precisávamos de
oportunidades
para
voar.

AGRADECIMENTOS

Foram tantos os caminhos que me trouxeram até aqui. Tantas pessoas que caminharam comigo e me impulsionaram quando eu mesma achava impossível prosseguir. Pessoas que ficaram, pessoas que apenas passaram. Agradeço a vocês que construíram esse caminho comigo e que disseram, cada um(a) a seu modo: “vai!”.

Começo agradecendo minha orientadora. Obrigada por me proporcionar saltos tão bonitos, Carla. Sem seu apoio nada disso teria acontecido. Aprendo com você todos os dias e vejo em você uma inspiração. Seu conhecimento e companheirismo tornaram possível essa tese. A liberdade acadêmica que tive ao seu lado mostra o quanto a educação pode se pautar em processos pedagógicos justos e criativos. Te admiro muito e serei eternamente grata por sua companhia durante mais essa caminhada.

Agradeço à professora Magali Almeida. Quando leio seus textos vejo o quanto seu papel no Serviço Social brasileiro é precioso e o quanto só estou aqui, podendo dizer o que digo, graças à senhora. Obrigada por abrir meus caminhos, mesmo antes de nos conhecermos. Sua generosidade e compromisso político me emocionam. Sua sabedoria ancestral e sua potência fazem com que eu a admire cada dia mais. Obrigada por tudo!

Sem o incentivo de Carla e de Magali eu provavelmente não teria vivido um dos momentos mais importantes de minha vida, meu período sanduíche na *University of Texas* (UT), sob orientação do professor Marcelo Paixão. Foi assim que conheci esse admirável professor e intelectual a quem agradeço pela maravilhosa recepção. Seu suporte, paciência, brilhantismo, compromisso político e sugestões foram cruciais para minha trajetória e muito me encorajaram. Muito obrigada pela oportunidade, pelo incentivo e por me ensinar tanto, professor.

Agradeço à professora Christen Smith, uma grande inspiração para mim. Obrigada por cada palavra! Agradeço também ao Clayton por tantas palavras de incentivo, gentileza e por me contar tantas histórias não contadas sobre nossa população negra no Brasil e nos Estados Unidos.

Agradeço ao professor Guilherme Almeida por sua capacidade de traduzir em palavras tão bonitas aquilo que o cotidiano nos faz ignorar. À Roseli Rocha pela

generosidade em cada palavra e gesto de incentivo. À Ana Paula Procópio por sempre estar disposta a partilhar seu conhecimento com brilhantismo e paciência.

Agradeço à professora Silene Freire pelo incentivo desde meu ingresso no PPGSS. Seu apoio foi parte essencial dos processos maravilhosos que vivi. Muito obrigada! À todas/os as/os professoras/es do PPGSS/UERJ, em especial ao professor Mário Duayer e à professora Marilda Iamamoto pelos ensinamentos. Agradeço aos demais trabalhadores da Universidade, em nome de Conceição, Rosângela, Yuri e Mônica da Secretaria. Agradeço também a quem trabalha sob o regime da terceirização, sobretudo na limpeza, nos elevadores e no nosso amado bandejão. No período de crise e greves a Uerj só resistiu porque nós estudantes tínhamos vocês conosco.

Agradeço aos professores (as) Samuel Oliveira, Ricardo Santos e Nara Santana do PPRER do CEFET/Maracanã pelo acolhimento. Suas aulas me apresentaram textos e debates por mim desconhecidos e que se tornaram fundamentais para a construção dos argumentos presentes nessa tese.

Agradeço ao Daniel Domingues, professor na *Rice University* em Houston/TX, Texas. Gentilmente ele e sua orientanda Livia Tide me receberam na Universidade. Na breve ocasião tive a chance de apoiá-los na recepção de Sidney Chalhoub, que ali ofereceu uma série de palestras. Também tive a oportunidade de encontrar o professor Chalhoub, em Harvard, na ocasião de minha visita àquela instituição. Aos três agradeço pelas partilhas.

Ao Márcio Lupatin pelo apoio e por me lembrar o sentido de ser servidor(a) público(a) neste país.

Agradeço aos/às companheiros (as) de trabalho da Escola de Serviço Social da UFRJ pelo apoio para a conquista do tempo de estudos para a conclusão dessa tese. À Patrícia Farias e Andrea Moraes por todo incentivo, gentileza e sugestões para esse trabalho. Agradeço à Leile Silva, Tatiana Brettas, Elaine Moreira e Mirella Rocha pelo incentivo dado à realização dessa pesquisa. Vocês foram maravilhosas e sou grata a vocês por isso! Agradeço também à Joana Garcia e Alzira Guarani por todo carinho e generosidade. Agradeço ao querido Ângelo Gabriel por tanta dedicação e gentileza. Agradeço igualmente a cada trabalhador (a) em regime de terceirização.

Agradeço a cada estudante que tive a chance de conhecer desde que iniciei a docência. Essa tese surgiu durante nossas aulas. Suas provocações, dúvidas e

contribuições foram elementares. Alguns anos atrás descobri que minha avó lavadeira quando jovem havia estado no Rio por algum tempo como doméstica. A mais nítida lembrança que ela tem é justamente os passeios que fazia na Urca. Quando ouvi essa estória, me emocionei. Agora quem estava ali, era eu, mas como professora. Vocês fazem parte dessa minha história. Obrigada!

Agradeço à Thais Almeida, minha amiga-irmã. Tenho muito orgulho de você. Você foi fundamental para incentivar minha jornada na UT. Obrigada por acreditar em mim! Ao Marcos Antônio Calil Jr. por ter sido um grande amigo a quem recorri nos momentos mais difíceis e nos mais felizes também. Obrigada por me apresentar à Mama Ru. Agradeço à Jéssica, Anna e Rodrigo pelas partilhas. À Raquel e ao Toinho, por nossos encontros tão cheios de alegria. À Raquel, Chen e Rubi pela doçura e carinho dessa amizade (re)criada pela Lupita! Agradeço pelas amizades que a Uerj me deu: Mônica Bruna, Alê, Manu, Leandro. À turma de doutorado, especialmente à Márcia Brasil, Áurea, Júlio e Morena. Vocês são incríveis!

Agradeço a cada amiga/o que fiz em Austin/TX por me ensinar o quanto podemos ser pessoas maravilhosas. Agradeço ao Zeca Dom, Dani, Tito e Martin por terem me acolhido em família mesmo antes de minha chegada. Sem vocês, tudo teria sido muito mais desafiador. Obrigada pelo cuidado, risadas e ensinamentos. Vocês moram no meu coração. E por isso agradeço à Deise. Deise me ensinou o significado de “ninguém solta a mão de ninguém” desde a primeira mensagem que trocamos. Gratidão a você e vivas à Isabela! Agradeço também à Carol pelo companheirismo. Chegamos ao mesmo tempo e comemorarmos a cada passo dado. Obrigada por tudo! Você e Maria são maravilhosas! À Laura por termos aproveitado o reencontro dos caminhos para viver uma amizade tão bonita. À Priscilla, Morena e Dani B. por tantos momentos de partilha. Agradeço ao Marcelino que me acolheu com tanto carinho e gentileza. Ao Junai, Marina e aos seus filhos pela leveza, simpatia e singeleza. Ao Bakshi e Rahul pela morada partilhada. E aos amigos do *Latin American Studies* e do *African and African American Studies: ¡Gracias! Thanks!* Obrigada!

Agradeço às mulheres negras que encontrei em Harvard. Cada uma de vocês moldou meu caminho desde então. Gratidão!

Agradeço à minha família, especialmente às mulheres: minha mãe e minhas duas avós. Vocês sempre me fizeram querer ser melhor a cada dia. Me orgulho de

cada uma! À minha mãe, especialmente agradeço. Sem seu apoio jamais teria conquistado tantos sonhos. Amo você! Ao Juca, Wesley e ao meu tio Valdir. Ao Vitinho pelo carinho incondicional.

Agradeço ao meu bem amado Li por toda paciência, cuidado e carinho! Seus pontos de vista, sua inteligência e seu sorriso sempre me encantam.

Meus agradecimentos à CAPES por financiar parcialmente essa pesquisa no período em que fui bolsista. E à FAPERJ pela bolsa de doutorado sanduíche que possibilitou meus estudos na *University of Texas at Austin*. Por isso, agradeço antes de tudo, a cada trabalhador(a) por financiar ambas instituições e o meu salário como professora.

Agradeço igualmente ao *Teresa Lozano Long Institute of Latin American Studies (LLILAS) at The University of Texas at Austin* por me receber entre 2019 e 2020 e por colocar à minha disposição o acervo da *Nettie Lee Benson Latin American Colletction*. Agradeço especialmente à Graciela Gomez pelo apoio e pela carinhosa recepção. *¡Muchas gracias* Graciela! E ao Chris Boddy da UT pelas prontas orientações e por todo suporte. *Thank you!!*

Agradeço, por fim, a mim mesma. Aprendi recentemente com Maiara, grande amiga, que precisamos nos agradecer. A pós-graduação tem menos glamour do que imaginamos. É realmente um processo cansativo e só quem está conosco sabe o quanto exige renúncias. Mas passa. Não nos define como gente. Por fim, encerro esse momento sendo grata por tudo que vivi e aprendi até aqui. *Halleloo*!

Marielle Franco, força viva. Viva em nós!

RESUMO

FERREIRA, Gracyelle Costa. Raça e nação na origem da política social *brasileira*: *União* e *Resistência* dos trabalhadores negros. 2020. 309f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A origem da política social no Brasil tem sido atrelada à Lei Eloy Chaves que em 1923 instituiu as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) para ferroviários, três anos depois estendida a marítimos e portuários. O objetivo geral desta pesquisa é propor uma análise crítica sobre o surgimento da política social considerando as relações étnico-raciais gestadas na sociedade brasileira. Para tanto essa tese inicia com a afirmação de um possível protagonismo negro entre beneficiários da primeira política social no Brasil. Nega a política social de Eloy Chaves como aquela que inaugura esse modelo de proteção social, apresentando suas expressões afrodiaspóricas nas Américas e Caribe nos séculos XIX e XX. E, por fim, produz uma síntese sobre as possibilidades para o entendimento da política social brasileira como parte do projeto de nação que justamente objetivou eliminar o sujeito negro! Ou seja, os resultados desse trabalho demonstram o quão contraproducente é afirmar o protagonismo negro na política social brasileira oferecida pelo Estado, sem as devidas mediações. E que os sentidos da solidariedade e dos laços de proteção social criados e mantidos na Diáspora Africana nas Américas detinham sentidos diversos daqueles propostos pela política social institucional. Conclui que destacar a presença negra entre os “beneficiados” pela Lei Eloy Chaves (1923 e 1926) é importante, num país que apaga qualquer tipo de intervenção e resistência política de sujeitos negros. Entretanto, é preciso compreender as contradições que envolvem a própria política social, situando-a no tempo e no espaço. No caso brasileiro, considerar a emergência da política social e ignorar o projeto de nação e, por conseguinte, a racialização das relações sociais é no mínimo insuficiente. A pesquisa que resultou na presente tese se valeu de metodologia qualitativa, por meio de consulta a dados primários – jornais do início do século XX, imagens e documentação de arquivos públicos; e, secundários, mormente pesquisa bibliográfica nos campos da História Social do Trabalho, Antropologia, Sociologia e Serviço Social.

Palavras-chave: Diáspora Africana. Racismo. Trabalhadores Negros. Política social. Nação.

ABSTRACT

FERREIRA, Gracyelle Costa. Race and nation at the origin of *Brazilian* social policy: *Union* and *Resistance* of Black workers. 2020. 309f. (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The origin of social policy in Brazil has been linked to the Eloy Chaves Law, which in 1923 instituted the Retirement and Pension Funds (CAPs) for railroad workers, and three years later extended to seafarers and port workers. The main goal of this dissertation was to propose a critical analysis of the emergence of social policy considering the ethnic-racial relations created in Brazilian society. To do so, this dissertation begins with the affirmation of a possible Black protagonism among beneficiaries of the first social policy in Brazil and denies Eloy Chaves' social policy as the one that inaugurates this model of social protection, presenting the afro diasporic expressions in the Americas and the Caribbean. And, finally, it produces a synthesis about the possibilities for understanding Brazilian social policy as part of the nation-state' project that precisely aimed to eliminate the Black subject. In other words, the results of this work demonstrate how counterproductive it is to affirm the Black protagonism in Brazilian social policy offered by the State, without the correct mediation. And that the meanings of solidarity and social protection bonds created and maintained in the African Diaspora in the Americas held different meanings from those proposed by the institutional social policy. The research that resulted in the present dissertation made use of qualitative methodology, through consultation of primary data - newspapers from the beginning of the 20th century, images and documentation from public archives; and, secondary, mainly bibliographic research in the fields of Social History of Work, Anthropology, Sociology, and Social Work.

Keywords: African Diaspora;. Racism in Brazil. Black workers. Social Policies. Nation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Café (1938), Candido Portinari 47
Ilustração 2 - *Convoi de café s'acheminant vers la ville*, Rio de Janeiro (1826), Jean Baptiste Debret 48
Ilustração 3 - Membros da Brotherhood of Sleeping Car Porters(1929)..... 63
Ilustração 4 - Ferroviários, Belo Horizonte, 1921 64
Ilustração 5 - Turma de ferroviários, construção de linha. Brasil (s/d, s/l) 64
Ilustração 6 - Turma de ferroviários na construção da linha Brasil (s/d, s/l) 65
Ilustração 7 - Dormitório de aprendizes de marinheiros do Rio de Janeiro 75
Ilustração 8 - Aula na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará, 1917. 75
Ilustração 9 - Exercícios Diversos na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará, 1917. 76
Ilustração 10 - O Comandante e um grupo de Oficiais do Cruzador Benjamin Constant (1906) 77
Ilustração 11 - Um grupo de marinheiros do Cruzador Benjamin Constant (1906)..... 77
Ilustração 12 - João Cândido (terceiro da esquerda para a direita) e seus companheiros em 1910 79
Ilustração 13 - *Coffee Carriers*, Rio de Janeiro (1853) 93
Ilustração 14 - Primeiro presidente da União dos Operários Estivadores (1903) 106
Ilustração 15 - Diretoria da SRTTC (1906)..... 107
Ilustração 16 - Café (1935), Candido Portinari. 110
Ilustração 17 - *The African Diaspora* 123
Ilustração 18 - Grupos segundo local de embarque na África (1793) 127
Ilustração 19 - Costa da Guiné no século XVII [fonte: adaptado de *Barbot on Guinea*] 138
Ilustração 20 - Nações no Rio do século XIX a partir dos Africanos Livres 142
Ilustração 21 - Portugal liderou o tráfico de gente nas Américas e Caribe (1839)..... 143
Ilustração 22 - Grupos segundo local de embarque na África (1840) 144
Ilustração 23 - Parte dos sócios da Resistência em 1906 202
Ilustração 24 - Diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e seu advogado Evaristo de Moraes 203
Ilustração 25 - “Primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil, em 1938, pela Escola de Serviço Social de São Paulo”..... 263

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGAM	Associação Geral de Auxílios Mútuos dos Empregados do Prolongamento da Estrada de Ferro do São Francisco
BSFR	Bahia *and San Francisco Railway Company*
BSCP	*Brotherhood of Sleeping Car Porters*
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CIAA	Centro de Instrução Almirante Alexandrino
CIABA	Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar
CIAGA	Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
EFOMM	Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante
EFBM	Estrada de Ferro Bahia-Minas
EFCB	Estrada de Ferro Central do Brasil
EFDPII	Estrada de Ferro D. Pedro II
ICPR	*Institute for Criminal Policy Research*
IAPETEC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IHGB	Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
PPRER	Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-raciais
RSFR	Recife *and San Francisco Railway Company*
RFFSA	Rede Ferroviária Federal S.A.
SPRC	São Paulo *Railway Company*
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SRTTC	Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UOE	União dos Operários Estivadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

1 **PROTAGONISMO NEGRO NA ORIGEM DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA** 32

1.1 **A origem política social no Brasil: breves notas sobre as CAPS e IAPS** 35

1.2 **Portuários, marítimos e ferroviários: negros?** 46

1.3 **Nos trilhos da raça: ferroviários negros** 49

1.3.1 Ser ferroviário no Brasil: trabalhadores negros, ocupações e condições de trabalho 49

1.3.2 Capital inglês, trabalhadores livres, escravizados e libertos 53

1.4 **Ser marítimo no Brasil: A Armada, a Mercante e os trabalhadores negros** 65

1.4.1 Recrutamento, mendicância e vadiagem: o *disciplinamento* e a repressão da Armada no Império 70

1.4.1.1 As Escolas de formação da Armada e a Marinha Mercante no XIX e XX 72

1.5 **Ser portuário: processo de trabalho e protagonismo negro** 80

1.5.1 Ser portuário no Brasil: notas sobre ocupações, processo de trabalho e estrutura dos portos 81

1.5.2 Portuários Negros durante a escravidão 88

1.5.3 Sindicatos negros no porto carioca: *União* e *Resistência* nos primeiros anos do século XX 96

1.5.3.1 A União dos Operários Estivadores (UOE) 96

1.5.3.2 A Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café) 100

1.5.3.3 União e Resistência: Sindicatos portuários Negros! 103

2 **DIÁSPORA AFRICANA NAS AMÉRICAS: LAÇOS DE SOLIDARIEDADE E PROTEÇÃO SOCIAL** 111

2.1 **A centralidade da violência no projeto colonial** 112

2.1.1 A violência como potência econômica 113

2.1.2 A violência como constituinte à experiencia colonial 115

2.1.3 A violência sob o contexto da escravidão no Brasil 117

2.2 **Reconstruindo-se na Diáspora: ser africano nas Américas** 121

2.2.1 Diáspora Africana nas Américas e os conceitos de nação e etnia 122

2.2.2 Nagôs, minas, jejes e bantos… mas cada um tem sua terra 127

2.3 ***Esusus*, Irmandades e Zungus: conexões afrodiaspóricas** 146
2.3.1 A esusu, uma instituição Afrodiaspórica..... 147
2.3.2 Irmandades Negras: uma reinvenção africana e afrodescendente do catolicismo?..... 155
2.3.2.1 Irmandades no Rio de Janeiro entre bantos, minas e criolos..... 168
2.3.4 Os Zungus no porto do Rio: as tias, os sambas e as religiosidades..... 173
2.3.5 *Cabildos* em Cuba, *Black Brotherhoods* nos Estados Unidos..... 182
2.4 **Organizações negras: uma expressão da Amefricanidade** 188
2.4.1 Organizações negras no fim do XIX: uma expressão da Amefricanidade? 188
2.4.2 A Amefricanidade de Lélia Gonzalez: diversidade e unidade em meio à adversidade..... 189
2.4.3 O negro para além do escravo: experiências de liberdade e organização coletiva no XIX 191
2.4.4 Experiências Amefricanas: por uma análise que parta do plural 193
3 **ESTADO, RAÇA E NAÇÃO: O SIGNIFICADO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX**..... 197
3.1 **O surgimento da Caixa de Trabalhadores Livres no porto do Rio de Janeiro: as tensões raciais entre trabalhadores e patrões** 198
3.1.1 A greve de 1906 199
3.1.2 A greve de 1908. 204
3.1.3 A Greve de 1918 e o surgimento da Caixa..... 208
3.2 **Uma longa viagem: desvendando usos e sentidos da questão social e significados da política social na Europa Ocidental do XIX** 214
3.3 **"Trabalhadores do Brasil": Estado-nação, raça e política social** 224
3.3.1 Eugenia e culturalismo: mais encontros que desencontros 227
3.3.2 Trabalhadores do Brasil!: Trabalhismo, raça e política social 245
CONCLUSÃO 260
REFERÊNCIAS 270

INTRODUÇÃO

Antes de apresentar o resultado da pesquisa nas páginas seguintes percebo a importância de explicar como cheguei até as questões e argumentos que mobilizaram os últimos quatro anos de minha vida. Afinal porque uma assistente social foi se aventurar na seara da História Social do Trabalho, tentar desbravar concepções sociológicas e mesmo antropológicas tão pouco exploradas no Serviço Social?

Este trabalho é, em grande parte, resultado de intuição, atenção aos sinais da vida (acadêmica e pessoal) e vontade de dialogar com colegas de profissão e outros afetos ao debate da política social. Mas esse trabalho representa muito da relação estabelecida com os(as) estudantes na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A docência no Ensino Superior era um sonho antigo da graduação, porém nunca poderia imaginar que a relação com a sala de aula fosse tão fértil. Cada vez que eu descobria algo novo pensava em como seria importante que soubessem também. Foi assim, como professora/estudante que as ideias foram sendo estimuladas e ganharam vida. Desejo sempre me lembrar, que antes de professora, sou uma eterna estudante.

Foi ao oferecer uma disciplina sobre Previdência Social para o curso de Serviço Social na UFRJ que tive a chance de aprofundar os estudos sobre a origem da política social no Brasil. A vida se encarregou de possibilitar que isso ocorresse ao mesmo tempo em que frequentava aulas no Programa de Pós-Graduação em Relações Raciais do CEFET-RJ. Foi ali que tive a oportunidade de conhecer os primeiros textos que aguçaram minha curiosidade sobre a discussão que se tornaria uma tese. Os estudos direcionados à disciplina ofertada para o curso de Nutrição me auxiliaram a entender os serviços e a participação de vários segmentos profissionais no projeto de nação para o país no início do século XX.

Lembro da recepção dos alunos quando apresentei algumas hipóteses que inicialmente construí. Vi aquelas pessoas tão interessadas e motivadas a pensar algo que até então lhes parecia tão distante, em outro continente, como parte de seu cotidiano. Algo que poderia ter sido construído por seus avós, bisavós, vizinhos e conhecidos. Gente como a gente. Muitos desses(as) estudantes eram os primeiros de suas famílias, como foi minha geração, a entrar na Universidade. Muitos deles(as) estavam ali se graduando graças às Ações Afirmativas, como eu me

graduei. Percebi que era a hora. Mesmo que em um momento político não tão confortável, mas afinal, quando foi?

Era preciso dialogar com as pessoas que estivessem dispostas a recuperar os passos da política social no Brasil expondo sua intrínseca relação com a racialização da vida social. Mas, ao mesmo tempo, demonstrar isso do ponto de vista Afrodiaspórico, isto é, identificando a violência colonial que ainda persiste e a potência da comunidade tornada negra na travessia do Atlântico. Esses elementos estão presentes na história da política social. Parte muito pequena deles foi apontada nesta tese. Mas precisava também investigar (e depois afirmar) a relação entre a política social institucional e o projeto de nação antropofágico, genocida para a população negra.

Esse foi um trabalho de muitos começos recomeços. Inúmeras vezes precisei refazer o caminho para caminhar. Foi interessante a quantidade de vezes que me vi decepcionada com os sujeitos e grupos que me dediquei a estudar. Alguns desses momentos me fizeram pensar que havia escolhido mal o caminho, o quê e quem estudava. A gente sai por aí anunciando uma pesquisa do ponto de vista do materialismo histórico dialético, mas operar nessa perspectiva, para nós, seres condicionados ao pensamento cartesiano, maniqueísta e utilitarista, não se põe em imediato.

Talvez apenas no último ano, aquele em que a escrita se intensifica, é que finalmente me dei conta de que qualquer que seja a matéria de pesquisa que nos colocamos na tarefa de apreender, ela jamais nos pertence. Ela detém vida própria. Não se trata então de anunciar categorias, conceitos, feitos e pessoas descobertos como heróis/heroínas, eventos revolucionários a um só modo, definidores de esperanças, sonhos e marcadamente “bons”. Foi só quando me desapeguei desse equívoco que pude deixar que o momento e as pessoas envolvidas no meu estudo se apresentassem imersas numa contradição absurdamente incrível! Que foge à qualquer expectativa.

Observar a realidade com nossas caixas categorias predefinidas buscando que a realidade se encaixe em nossas ideias é um equívoco. Não apenas teórico, mas também ético-político. Se posso deixar algum conselho, deixaria este: permita que a realidade se comunique com seu arcabouço teórico-metodológico (e vice-versa!), não o imponha à realidade. A emoção em estudar está em ser permanentemente surpreendido com os resultados e decifrá-los sem anacronismos

e distorções que possam lhe satisfazer. A satisfação da pesquisa é justamente nunca estarmos satisfeitas/os. Nos mantermos sempre intrigadas/os ao questionamento. Não nos satisfazermos com o que está posto.

É por isso que as categorias ou conceitos que, por ventura, apareçam neste trabalho não foram escolhidas à revelia ou à priori da dinâmica da realidade investigada. Sua emergência neste texto se deu, portanto, na medida em que foram sinalizadas, manifestadas na própria história. Categorias e conceitos não podem ser limitadores da vida real, eles precisam dialogar com a vida real. Esse é o movimento da práxis. Movimento que busquei exercitar neste singelo trabalho. Veremos se o esforço foi bem sucedido. Embora acredite que nenhum trabalho esteja jamais terminado por completo.

Vale por isso uma consideração sobre o uso do termo “proteção social” em referência às práticas auto-organizadas por coletividades negras na Diáspora. Para evitar possíveis anacronismos é importante ressaltar que aqui "proteção social" avoca sentido lato. Não se trata necessariamente, portanto, do significado contemporâneo assumido pelos órgãos oficiais estatais (ou multilaterais) responsáveis pela oferta de políticas sociais por meio de serviços, programas, projetos e benefícios para determinado público. Logo, para os fins deste trabalho, proteção social é concebida como um conjunto heterogêneo de ações autogestadas coletivamente por determinados grupos com vistas à preservação da vida e costumes, em circunstâncias adversas. Seus sentidos são diversos daqueles oferecidos pela “proteção social” estatal ou privada.

São muitas as inclusões ao final desta tese. Seu intuito foi em realidade apresentar possibilidades para o debate da política social no Brasil, considerando uma sociabilidade na qual a raça adquiriu grande importância. Outra questão que pode aparecer como oculta neste trabalho é sobre o papel das mulheres neste momento da história. Isso se deve em parte pela opção de trabalhar com as categorias profissionais elencadas pela legislação da década de 1920. Ao determinar esses segmentos como os que acessaram a política social uma perspectiva de trabalhador e família, a legislação explicitou e reforçou concepções calcadas no homem como provedor. Mesmo que, como visto no caso carioca, estes homens nem sempre constituíam famílias sob o modelo esperado (homem, mulher e crianças).

Mas havia mulheres entre essas categorias? É interessante dizer que foram encontradas poucas referências a essa presença. Mas sim, existiam e é muito provável que ocupassem cargos e entre esses segmentos estivessem nas funções administrativas, sobretudo mulheres brancas. Embora, três exemplos demonstrem sua participação no trabalho braçal. O primeiro, uma reportagem intitulada “A mulher e a luta pela vida: feminismo teórico e feminismo prático” datada de 1929[1]. A matéria condena o feminismo, o comunismo e “outros ismos”. Ressalta que aquelas da imagem demonstravam o feminismo “real”. Estampa para isso a foto de mulheres munidas de pás e instrumentos próprios do trabalho de manutenção da linha do trem. Era uma obra de prolongamento da linha da companhia ferroviária Estrada de Ferro Sorocaba, em São Paulo. Analisando a imagem, as mulheres aparentam ser negras, mas não há como afirmar com precisão diante da pouca qualidade do registro. O segundo, pôde ser identificado no trabalho de Cruz (2000). A autora cita que as mulheres no início do XX estavam presentes no processo de preparo do café para exportação. Nos porto, o café passava pelo processo de escolha, separação, depois era repassado em maquinário, ensacado e, então, pesado e separado em lotes. O primeiro processo era realizado por mulheres! Os demais, por trabalhadores avulsos, como será explicado adiante. O terceiro, o das costureiras que, em 1906, mobilizaram ao lado dos portuários uma grande greve. Essas histórias me despertaram imensa curiosidade, embora nenhum trabalho sobre o assunto foi identificado e não pude aprofundar as pesquisas a respeito. Quem sabe um dia.

A própria realidade deve ser prioridade de quem pesquisa. Não se trata, assim, de preconceber categorias, conceitos ou mesmo um conjunto de regras a serem aplicadas para sua análise, mas de conferir primazia ao próprio real tal qual se movimenta. Essa perspectiva revela uma prioridade ontológica e não epistemológica para concepção do real. Essa compreensão tornou-se mais nítida com as orientações do professor Guilherme Almeida na ocasião da Qualificação. Ainda que a noção de metodologia, cumpra, na modernidade, papel especialmente impositivo e legatário da lógica formal que busca identificação imediata entre aparência e essência a partir de aferições pré-determinadas, que guiem a leitura da realidade ou processos, valem algumas considerações sobre sua expressão neste trabalho.

---

[1] *Jornal Gazeta*, 25 de novembro de 1929.

Por que a incursão nesse estudo? Parte considerável da literatura do Serviço Social brasileiro, a partir dos anos 1980, se sustentou na perspectiva teórico metodológica de inspiração marxiana e marxista. Dali em diante um modo específico de conceber a origem e os fundamentos da política social (e da profissão) ganhou notoriedade. A emergência da política social passou a ser compreendida como uma das respostas do Estado e de empregadores capitalistas face à questão social. Estaria assim, a política social, assentada numa dupla dimensão: como 1) estratégia de apaziguamento das relações entre classes sociais e ao mesmo tempo, 2) produto de reivindicação e conquista de trabalhadores para aquisição de condições de vida e trabalho na era do capital (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; IAMAMOTO; CARVALHO, 2014; NETTO, 2001).

A questão social foi assumida como elemento que confere concretude ao Serviço Social e, logo, como eixo que ordena o currículo mínimo para a formação profissional e de sua intervenção (CARDOSO et al., 1997). Nessa abordagem, a questão social é vista como chave que fundamenta a política social e a profissão como necessidade socialmente estabelecida em determinado tempo histórico. O pioneirismo e qualidade dessa abordagem a constituiu como referência para outras(os) autoras(es) e para a construção da Proposta de Diretrizes Gerais ao curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996).

Desde então, questão social e política social têm sido copiosamente abordadas na produção marxista do Serviço Social brasileiro. Contudo, mesmo neste campo, as concepções sobre ambas não têm sido homogêneas e divergências em torno de seus significados têm atravessado décadas e gerações. Há aquelas(es) que não tomam a questão social para explicar a política social, por exemplo. Mas mesmo diante de divergências nas abordagens[2], em linhas gerais, pontos em comum as atravessa: a priorização do debate teórico-conceitual nas análises; e da abordagem em termos históricos.

Mesmo trabalhos voltados para a política social no Brasil realizam esforços que, de algum modo, expressam não apenas esse percurso – em termos teórico-conceituais e históricos –, mas também a expectativa por padrões, similitudes nos processos brasileiros em relação aos considerados nortes clássicos (os europeus), quase sempre atestando ausências na experiência brasileira, quando não realizando

[2] Para a compreensão sobre tais diferenças, consultar Iamamoto (2011), capítulo 3.

transposições mecânicas. Ilustra essa concepção a regularidade da seguinte lógica: política social numa concepção teórico-conceitual; a história da política social europeia ocidental; a política social brasileira. Em algumas análises sequer há "tempo" de chegar à política social propriamente dita no Brasil

Nas produções que de fato se dedicam à política social no Brasil, sua origem é atrelada às primeiras Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) – em empresas estatais e privadas –, legitimadas pelo Estado através da chamada Lei Eloy Chaves no início do século XX. As CAPs seriam o protótipo da política de previdência social, forma de proteção social, vinculada ao trabalho formal, baseada no seguro social e sob responsabilidade de trabalhadores, empregadores e Estado. Num primeiro momento, três segmentos seriam beneficiados pelas CAPs: ferroviários, marítimos e portuários. Ao mesmo tempo, aparece em muitos textos a atuação dos trabalhadores fabris-industriais imigrantes europeus como elementar à eclosão da questão social no país – possibilitando conquistas no campo social e trabalhista, a exemplo da gênese da política social no país. Todos estes processos considerados no século XX, sem considerar com profundidade processos anteriores.

Diante disso, esse trabalho elegeu como foco de estudos os trabalhadores negros e a política social. Observou possíveis práticas de proteção social afrodiaspóricas no século XIX e problematizou o teor da política social institucionalizada pelo Estado no início do XX. A questão inicial que guiou esse trabalho foi: qual a participação de trabalhadores negros na construção da política social brasileira? Levantei como hipótese que homens negros compuseram significativamente, em determinadas regiões do país, o contingente de ferroviários, marítimos e portuários, estando entre os primeiros beneficiados pela Lei Eloy Chaves. E, que esse perfil racial incidiu nas relações entre trabalhadores, entre trabalhadores e empregadores e com o Estado.

O objetivo geral foi propor uma análise crítica sobre o surgimento da política social considerando as relações étnico-raciais gestadas na sociedade brasileira. Já os objetivos específicos foram: explicitar, através de pesquisa bibliográfica e documental, a presença de trabalhadores negros entre trabalhadores ferroviários, portuários e marítimos, primeiros beneficiários da política de Previdência Social no Brasil; investigar as experiências afrodiaspóricas de proteção social e solidariedade entre esses trabalhadores, entre o século XIX e início do XX; revelar relações raciais expressas na (e produzidos pela) política social brasileira até a década de 1930.

Embora a hipótese tenha sido acertada, a pergunta norteadora da pesquisa se mostrou insuficiente. O último capítulo da tese demonstra isso com precisão. Foi uma grande virada, que explicitou a contradição em termos raciais que envolveu a política social no país. Essa ampliação da análise se deve, sobretudo, às contribuições da professora Magali Almeida na Qualificação e das orientações do professor Marcelo Paixão, no período que estive na *University of Texas at Austin* sob sua supervisão. E, claro às contribuições de Carla Almeida que, dentre tantas outras excelentes referências, me apresentou o debate sobre Trabalhismo. Tudo isso posto, em realidade, o problema da pesquisa deveria ter sido: como a política social interagiu com o projeto de nação dinamizado pela raça no Brasil? Mesmo sem ter sido, a hipótese e, sobretudo, a análise atenta da realidade me conduziram nesse sentido.

Como foi o percurso da pesquisa para chegar às respostas para esse problema?

Num primeiro momento recorri a fontes secundárias. Para isso foi fundamental a pesquisa bibliográfica no âmbito da História (social e econômica). Tais perspectivas têm contribuído significativamente para o questionamento de análises “tradicionais” realizadas nos estudos acerca da sociedade brasileira, trazendo à tona não apenas histórias não contadas, mas colocando em questão o modo como tem se concebido seus processos.

As primeiras referências que me auxiliaram na fase inicial de elaboração do projeto de pesquisa foram identificadas graças às aulas cursadas no PPRER do CEFET, foi assim que textos do professor Marcelo Badaró Mattos (2010) e de Erica Arantes (2010) chegaram até a mim. O passo seguinte foi identificar suas próprias fontes de pesquisa. Assim cheguei até Maria Cecília Velasco e Cruz (2000) e Maria Lúcia Lamounier (2007; 2008). Me detenho às obras dessas(es) autoras(es) porque eles formaram a base de minha argumentação inicial. Os demais artigos, livros, dissertações e teses que pesquisei para tentar alcançar o perfil racial de trabalhadores livres e escravizados como marítimos, ferroviários e portuários pré e pós Abolição partiram das ideias iniciais que obtive desses autores.

A maior parte do material localizado sobre o assunto trazia como ênfase a experiência dos portuários. Por isso, depois que o capítulo I apresenta um panorama da presença de trabalhadores negros entre os três segmentos, optei por seguir nos capítulos II e III colocando em evidência os portuários. As referências bibliográficas

identificadas sobre os trabalhadores do porto colocavam em foco, sobretudo, Rio de Janeiro e Salvador. Não me pareceu equivocado então trazer ambas as experiências, tendo em vista o fluxo da população negra entre as duas cidades, sobretudo nos anos finais da escravidão e nos iniciais pós-Abolição. Isso reverberou em muitos aspectos, como será possível identificar no capítulo II.

Chego ao capítulo II exatamente pelas pistas dadas por Cruz (2000), quanto ao pertencimento étnico que envolvia a formação das turmas de trabalho, os "cantos", entre os trabalhadores negros no Rio que incidiram inclusive na criação das *esusus*. E das pistas de Erica Arantes sobre a participação de portuários dessa mesma cidade em Irmandades, zungus, outras religiões de matriz africana etc. Ambas as autoras não se dedicam a explicar com profundidade essa relação.

Abro o capítulo II com uma breve discussão sobre a violência no período colonial. Esse texto foi produzido para encerramento da disciplina "*Colonialism and Imperialism*", oferecida pelo professor Marcelo Paixão na Universidade do Texas em Austin. Agradeço ao professor pelas excelentes provocações em sala de aula, que sem dúvida instigaram a produção desse texto para compor a tese. Sobre a discussão da Diáspora Africana apresento a concepção de Magali Almeida e recorro a algumas imagens que expressam parte do fluxo forçado de pessoas africanas para as Américas e Caribe. Sintetizo o Rio de Janeiro como o local que mais recebeu essas pessoas em toda a região. Para apresentar as concepções de nação e etnia que surgiram com a Diáspora recorro, sobretudo, a textos em inglês de Karasch (1987) e Reis & Mamigonian (2004) e Reid (2004).

Sobre as Irmandades, um vasto material foi produzido pela História Social, o professor João José dos Reis é, sem dúvidas, uma referência no assunto ao lado de Mariza de Carvalho Soares (2000), cujo livro retornei a uma segunda leitura por incentivo do professor Daniel Domingues[3]. O excelente trabalho da professora Magali (2009), que há mais de uma década atrás apontou a relação entre Irmandades e a proteção social foi também fundamental. Sobre os zungus (moradias coletivas), pouco se explorou depois da pesquisa de Carlos Eugênio L. Soares (1998). Por sua vez, percebi, sobre as *esusus*, em pesquisa no banco de dados da Scielo, que foram pouco consideradas, no máximo citadas. Recorri por isso à literatura escrita em inglês, uma vez que a *esusu* era em si uma instituição

[3] Daniel Domingues fez parte da equipe que desenvolveu o banco de dados *Slave Voyage*. Atualmente é professor da *Rice University* em Houston, Texas.

afrodiaspórica e que teve diferentes nomes nas Américas e Caribe. Recorri às obras originais do antropólogo William Bascom (1952) – citado no trabalho de Cruz (2000); dos economistas Rogier van den Brink e Jean-Paulo Chavas (1997); e do historiador nigeriano Toyin Falola (2013). Na consideração de experiências muito próximas a essas citadas, recuperei as experiências cubanas e estadunidenses: *Cabildos* e *Black Brotherhoods*. Recorri mais uma vez à literatura escrita em inglês: Reid (2004), Peterson & Vazquez (2008) e sobretudo à Jessica Gordon Nembhard (2014), que conheci através do professor Marcelo Paixão. Finalizei esse capítulo com um link que me pareceu muito oportuno, a concepção de Amefricanidade criada por Lélia Gonzalez (2018). Conheci esse texto através de Carla e fico grata por isso. A articulação da concepção de Amefricanidade me pareceu dialogar com a proposta de estudos da historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2018) que conheci no curso de Criola em 2019. Daí nasceu um pequeno trabalho que foi incorporado na tese[4].

O capítulo III teve seu corpo produzido depois do contato com três textos que foram fundamentais. O livro de Ângela Gomes (1988) sobre trabalhismo, indicado como disse, por Carla; o livro de Nancy Stepan (2005) sobre eugenia na América Latina[5], e com os trabalhos do professor Marcelo Paixão (2013; 2014). Tive contato com "A lenda encantada da Modernidade" por sugestão de Ana Paula Procópio, antes mesmo de saber que teria a honra de ser recebida pelo professor na UT. As aulas do professor Paixão e a análise sobre o pensamento culturalista, além da concepção de antropofagia, foram fundamentais. A princípio imaginei concluir esse trabalho com uma ideia: diante das tensões racializadas entre classes no Brasil, o Estado se apropriou das práticas já existentes entre os trabalhadores para atenuá-las. O aprofundamento dessas leituras me possibilitou perceber o cenário por outro ângulo. O Estado se apropriou de práticas (fundos, caixas) e discursos (trabalhismo) já presentes entre trabalhadores e o fez simultaneamente à assunção de concepções eugênicas e culturalistas sobre a formação da nação. A ideia de trabalhadores do Brasil (uma ênfase no nacionalismo) e políticas sociais fizeram parte do mesmo projeto de nação que objetivou dizimar a população negra do país.

Isto é, houve uma incorporação do que já estava posto entre os trabalhadores, inclusive negros (práticas de proteção social coletiva, a ideia de

---

[4] Deixo aqui meu agradecimento à Lúcia Xavier e ao João Vargas pela oferta do curso.

[5] Outro texto importante na discussão acerca da eugenia no capítulo foi o de Welber Goés (2018) que conheci através de Sandra Vaz, a quem agradeço.

serem trabalhadores brasileiros, sua “cultura” de inspiração africana). Mas se essa forma foi incorporada pelo Estado, os fundamentos eram outros. Os fundamentos mantinham as relações hierarquizadas. Aí sem dúvidas o texto de Osório (2017) sobre Estado, sugerido por Mirella, foi fundamental. Assim como retomar as origens da política social relacionada a uma questão *sozial* (STRAZZERI, 2014) assumida pelo governo alemão no fim do XIX foi importante.

Desde o início da pesquisa identifiquei a necessidade de localizar documentos primários de forma a conferir, além de originalidade, compromisso com o resgate de processos que poderiam ser cabais para a pesquisa. A exemplo da análise de iconografia de instituições ligadas aos segmentos considerados estratégicos no acesso às políticas sociais, no início do século XX, no país (ferroviários, portuários, marítimos), como o Museu do Trem[6]. O fiz, mas com pouco sucesso[7]. Os arquivos de imagem do Museu do Trem no Rio de Janeiro possuem incontáveis fotos. Contudo, quase todas elas registram o maquinário das obras para abertura de linhas e obras de engenharia em geral. Os trabalhadores quase nunca aparecem nos registros fotográficos. Das poucas imagens de trabalhadores ferroviários localizadas no Museu do Trem, todas são do pós-Abolição. A maioria da década de 1930 em diante. Oliveira (2018) explica que durante muito tempo as fotografias cumpriram finalidades específicas para a engenharia ferroviária (acompanhamento da obra, verificação de suas condições, andamento etc.) ou auxiliaram na propaganda das Companhias de Estrada de Ferro.

Recorri também à iconografia sobre trabalhadores negros expressa em obras de arte como as de Candido Portinari na coleção Café. Ali os trabalhadores negros aparecem com grande ênfase. Outras como as de Debret, sobre os carregadores de café e de outros viajantes.

Também me detive à análise do acervo do Porto do Rio de Janeiro disponível no Arquivo Nacional, localizado no Rio de Janeiro. Ali me deparei com recortes de

---

[6] O Museu do Trem está localizado na cidade do Rio de Janeiro, no Bairro Engenho de Dentro, na cidade do Rio de Janeiro. À época da Copa do Mundo, teve seu espaço reduzido em cerca de 90% para construção do Estádio Nilton Santos (o Engenhão). O local, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) permanece onde uma vez estiveram alocadas as oficinas da extinta Estrada de Ferro D. Pedro II (depois Central do Brasil) e, por último, da também extinta Rede Ferroviária Federal S. A. (RFFSA). Entre seu acervo, hoje, patrimônio cultural do país, há peças originais como a primeira locomotiva a trafegar no Brasil e fotografias, de ferroviários de vários locais do país.

[7] Não por falta de apoio. Tive todo suporte da equipe do Museu, em 2018. Agradeço sinceramente ao Bartolomeu e à Marcia Prestes por cada pista e pelo acesso irrestrito aos arquivos.

jornais, ofícios, folhas de pagamento, relatórios da Companhia Brasileira dos Portos, cartas de Sindicatos como a Resistência para a referida Companhia. Chamou-me muito a atenção um arquivo que continha os dados como nome, idade, nacionalidade, ofício, endereço e a indicação se seria reservista ou não. Essas listas foram requisição do Ministério da Guerra, em 1927. As listas eram enormes, com centenas de trabalhadores do setor portuário. Analisando com pouco acuro foi possível identificar uma maioria absoluta de brasileiros, seguido de portugueses e espanhóis. Pelo volume de dados percebi que não poderia tratá-los de maneira cuidadosa a tempo. Localizei também algumas orientações sobre as CAPs. Percebi que poderia encaminhar a pesquisa por outro ângulo.

Mantive a consulta de fontes primárias, mas recorrendo à consulta de jornais do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional[8], que remetem a atividades políticas, culturais dos trabalhadores destas áreas. Muitas vezes foram fundamentais para apurar fatos que foram apenas citados em referências bibliográficas ou para tentar identificar elementos que poderiam colocar à prova minhas concepções. Os noticiários impressos foram ainda relevantes na medida em que auxiliaram a localizar fotografias dos trabalhadores, e a observar suas negociações com governantes e patrões. O foco foi nos Jornais do Rio uma vez que os capítulos II e III enfatizam a experiência dos portuários nessa cidade. O critério objetivo de pesquisa em periódicos foi o uso de palavras-chave junto ao banco de dados da Hemeroteca: nome de organizações ou mesmo através dos termos: como Caixas de Aposentadorias e Pensões, portuários, etc.

Embora essa pesquisa se dedique com maior ênfase à cidade do Rio de Janeiro (RJ), a observância de experiências organizativas das três categorias de trabalhadores já citadas, será cotejada em outros estados e cidades do país, mas não intuiu incorrer no equívoco de absolutizar os processos cariocas como universais ao território brasileiro. É neste terreno que se movimentam as intervenções dessa pesquisa. É certo que essa tese se concentra em determinado período da história (1850 a 1930) e apresenta indícios acerca da origem da política social, sobretudo, de centros urbanos, não abarcando todas as regiões e particularidades do Brasil. Mas o que move o esforço em realizá-la é a esperança de

---

[8] Uma hemeroteca é o setor ou seção onde pode-se localizar coleções de jornais ou periódicos.

ser compreendida como um trabalho insuficiente. Acredito (em primeira pessoa), como disse Paulo Freire, que só a partir da noção do conhecimento como inacabado é que poderemos construir horizontes ainda mais ricos e diversos.

O resultado da pesquisa será apresentado em três capítulos. O capítulo I "Protagonismo negro na origem da política social brasileira" tem por objetivo apresentar a participação de trabalhadores negros (livres e escravizados) entre ferroviários, marítimos e portuários no século XIX e início do XX. Esse capítulo, dividido em cinco seções, não traz nenhuma novidade do ponto de vista teórico, todo o material apresentado advém de importantes historiadoras (es) da chamada História Social do Trabalho no Brasil. O que traz de avanço é evidenciar de forma articulada a presença de trabalhadores negros nas categorias ferroviários, marítimos e portuários. Como será visto adiante, o processo de trabalho e formas de engajamento ao trabalho dos três segmentos eram, senão parecidas, aproximadas. Do ponto de vista do Serviço Social e mesmo da literatura sobre política social esse capítulo talvez seja considerado inédito. A princípio, é possível dizer que é um capítulo sobre representatividade ou protagonismo. Ou seja, sobre a necessidade de reforçar a presença de existências que historicamente foram negadas, colocando-as em posição de destaque em condições positivas. Importante tendo em vista a dificuldade de identificar referenciais sobre o sujeito negro para além do "escravo" ou vadio.

A primeira seção deste capítulo analisa a Lei Eloy Chaves e os debates em torno dessa legislação. As quatro seções seguintes tratam dos ferroviários, marítimos e portuários em algumas regiões do Brasil, evidenciando a experiência negra. Considera as formas de recrutamento forçado a que muitos foram submetidos e o papel do trabalho no seu disciplinamento. A seção sobre os portuários, embora coteje outros locais, enfatiza os trabalhadores negros do Rio de Janeiro. Sinaliza elementos como pertencimentos étnicos, conflitos, formas de organização coletiva, proteção social auto-organizada (como as *esusus* pré-Abolição) e a constituição de sindicatos portuários predominantemente negros na Primeira República.

O capítulo II "Diáspora Africana nas Américas: laços protetivos e de solidariedade" toma por base a experiência dos portuários negros no Rio de Janeiro no século XIX para trazer à tona diferentes formas de solidariedade e proteção social auto-organizadas por trabalhadores negros (livres e escravizados), criadas e recriadas na Diáspora Africana. Estratégias produzidas diante do cenário colonial

escravista profundamente sustentado pela violência. Muitas delas organizadas a partir de pertencimentos étnicos que, por sua vez, tiveram sentido ampliado nas Américas e Caribe. Foram eleitas nesse trabalho as Irmandades católicas e outras religiosidades de matriz africana, as *esusus,* moradias coletivas (zungus), o samba e outros. Mas, essas experiências não foram exclusivas entre os trabalhadores negros do porto carioca. Elas se manifestaram de modos distintos no Brasil e em outros países das Américas. O porto do Rio é apenas um ponto de encontro, não é o de partida, tampouco o de chegada. A eleição dos portuários da cidade do Rio de Janeiro se deve à possibilidade de explorar referências bibliográficas já produzidas, isoladamente, no âmbito da História Social do Trabalho.

Esse capítulo traz como provocação o fato de que anterior à institucionalização da política social, as próprias pessoas negras organizavam-se coletivamente para prover necessidades materiais, criando fundos, por exemplo, indissociáveis das necessidades espirituais muitas vezes.

Os recursos teóricos para análise dessas experiências foram colhidos de fontes secundárias dos campos da Sociologia, História e Antropologia.

O capítulo foi dividido em quatro seções. A primeira explica a centralidade da violência no projeto colonial. Violência como potência econômica e como constituinte da lógica colonial e explora sua face no Brasil. A segunda parte mergulha no pertencimento étnico e o sentido de nação entre escravizados negros após a travessia do Atlântico. Como formas protetivas, com ganhos materiais e imateriais, tiveram sentidos próprios entre minas, nagôs, jejes e bantos, e, como em alguns momentos, essas fronteiras foram reinventadas, e/ou ignoradas em tantos outros. A terceira, dá destaque às *esusus*, Irmandades (e outras religiosidades recriadas) e zungus, todas experiências comuns entre os portuários cariocas. Mostra ainda suas conexões com pessoas negras em outros países trazendo à tona os *Cabildos* (Cuba) e as *Black Brotherhoods* (Estados Unidos). A última parte recorre à categoria de “Amefricanidade” criada por Lélia Gonzalez para reafirmar a condição do negro nas Américas e Caribe para além do escravo[9].

O último capítulo “Estado, raça e nação: o significado da política social no Brasil no início do século XX” de certo modo reage aos capítulos anteriores. Tem como objetivo produzir uma síntese sobre as possibilidades para o entendimento da

---

[9] Durante muito tempo foi naturalizado considerar o sujeito negro, até 1888, como “escravo”. Nos últimos anos tem-se adotado o termo “escravizado”.

política social brasileira como parte do projeto de nação que justamente objetivou eliminar o sujeito negro! Ou seja, os resultados desse trabalho demonstram o quão contraproducente é afirmar o protagonismo negro na política social brasileira oferecida pelo Estado, sem as devidas mediações. E que os sentidos da solidariedade e dos laços de proteção social criados e mantidos na Diáspora Africana nas Américas eram distintos daqueles propostos pela política social institucional.

Esse capítulo está dividido em três seções. A primeira parte apresenta como a política social (não estatal) foi a saída para conter conflitos entre trabalhadores e patrões no porto do Rio em circunstâncias tensas atravessadas pelo racismo. O intuito é demonstrar como empregadores se referiam aos portuários negros diante de situações de conflito aberto, explicitando relações entre classes racializadas. A segunda parte propõe uma retomada ao conceito de questão social tão propalado no Serviço Social brasileiro, mas o faz retornando aos sentidos do termo criado na Europa Ocidental. Traz ainda sinteticamente o contexto de surgimento da política social na Alemanha do XIX, ainda hoje um marco nesse debate.

A última parte, retorna à América Latina, território colonizado e sustentado pelo trabalho escravizado de pessoas negras e indígenas por séculos. O intuito é situar como nesse território, no século XIX e princípio do XX, os países viam a "nação" como viabilidade para o progresso. Logo, essa parte recupera como a eugenia e o culturalismo contribuíram, cada um a seu modo, no estabelecimento de saídas para países com um enorme contigente de pessoas negras e indígenas e poucos elementos brancos. No caso brasileiro[10], ambas dialogaram na defesa da miscigenação das três raças. Nessa perspectiva assimilacionista, se "devorava" o que cada raça detinha de melhor para a construção da nação, produzindo nas palavras astutas de Marcelo Paixão um verdadeiro ritual "antropofágico". Essa perspectiva foi adotada pelo Estado no Brasil, ao mesmo tempo em que o culto ao trabalho e ao trabalhador ganhavam vulto com o trabalhismo. O trabalho finaliza com a provocação quanto ao papel da política social estatal e do Serviço Social nesse ritual antropofágico.

A construção de uma tese envolve muitas questões. Uma delas, sem dúvidas, é a busca pelo prestígio acadêmico. De uma maneira ou de outra, isso interfere em

[10] E em outros países latino-americanos, como o México. Ver Stepan (2005).

nossas produções. É, nesse sentido, uma busca pela aceitação dos seus pares. Até em minha qualificação, provavelmente, era isso o que buscava. E por isso foi elementar a questão que a professora Ana Paula Procópio me fez durante o exame de Qualificação: qual seria o sentido desse trabalho. Para quem eu estava escrevendo afinal. Percebi que deveria estabelecer uma linguagem e conteúdo que se prestasse a serviço de quem, no Serviço Social ou fora dele, estivesse em busca de outras maneiras de interpretar a política social, além da perspectiva oficial. Escrevo então para quem busca compreender os efeitos sociais, econômicos, políticos da raça na nossa sociedade e na política social. Escrevo para quem procura pistas sobre as maneiras que as pessoas racializadas do ponto de vista da subjugação criaram para se fazer gente, não nos marcos eurocêntricos, mas se fazer gente se conectando com o outro, com a natureza e com o “divino”, de acordo com a dinâmica de cada momento. Escrevo para quem está disposta(o) a se despir de pré-concepções e encarar a contradição que envolve a política social estatal em uma sociedade racializada.

1 PROTAGONISMO NEGRO NA ORIGEM DA POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA

Ao estudar ou aprender em sala de aula que a Lei Eloy Chaves beneficiou ferroviários, marítimos e portuários com aposentadorias e pensões quantos projetam mentalmente esses sujeitos como negros? Aliás, quantos de nós sequer especulam que esses sujeitos poderiam ser negros? Vamos além, na menção desses trabalhadores, quase sempre apenas citados de forma aligeirada, você poderia projetá-los como praticantes de candomblé ou sambistas famosos? Ou imaginaria um sujeito negro liderando uma greve com centenas, e mesmo milhares, de sujeitos também de maioria negra?

Ouso dizer que a maior parte de nós respondeu negativamente a todas estas questões. O que seria isso? Um delírio coletivo? Sinto dizer, mas a violência colonial não destruiu e subordinou apenas civilizações inteiras ao domínio europeu, ela também produziu violências que habitam no campo daquilo que passou a ser chamado de razão[11]. Ao empreender seu projeto de destruição, no plano material, invadindo violentamente quase todo o território terrestre, a Europa colocou em curso também seu projeto construção. A construção de um mundo à sua imagem e semelhança: branco.

A partir do século XVIII, a era da razão, surgiu a Taxonomia, ramo das ciências biológicas focado na classificação de seres vivos. Sob a liderança do botânico sueco Linnaeus essa ciência foi fundamental para classificar também os seres humanos do mundo em termos raciais. Uma classificação fundamentada em características físicas (cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz, boca), associadas a supostos temperamentos e comportamentos em escala nitidamente arbitrária e hierárquica. Em seu livro é possível encontrar parte significativa dos mesmos preconceitos destrutivos ainda hoje presentes. Os africanos são descritos como pretos, pacientes (algo como passivo), negligentes; os asiáticos como pálidos, melancólicos, gananciosos; os nativos das Américas são chamados americanos e classificados como vermelhos[12], teimosos, alegres. Os europeus, descritos como brancos, foram caracterizados como inventivos, entre outros atributos positivos[13].

---

[11] Essa concepção em si uma violência.

[12] Os de pele vermelha, como algumas vezes descritos em filmes estadunidenses.

[13] Outras características podem ser consultadas em "*The System of Nature, or the three Kingdoms of Nature, systematically proposed in classes, orders, genera and species*" de Carolus Linnaeus, conhecido também como Carl Von Linné (1735).

No século XIX a ciência aperfeiçoou a arte de transformar o branco em sinônimo de perfeição, que já passava por várias formas de representação na arte, literatura, religião etc.[14]. Um processo que expressava, ao mesmo tempo, uma dominação de tipo material, manifesto no colonialismo, e depois no imperialismo estabelecido por nações européias.

Em algumas circunstâncias falar sobre protagonismo ou representatividade hoje se tornou quase heresia. Mas, afinal, tudo que implica quebra de hegemonia causa incômodos, na maior parte das vezes necessários. A urgência do momento exige de nós lidarmos criticamente com o desconforto no qual o mundo capitalista moldou-se, por meio da violência colonial e imperial, justificando atrocidades em torno de classificações raciais. Representantes desse projeto de poder definiram (e ainda definem) a seu bel prazer, em atos políticos e intelectuais, quem vive e quem morre a partir da raça, frequentemente relacionada a fatores como cor, localização geográfica, sistema de crenças, condições socioeconômicas etc. O que a Santa Inquisição não se pergunta, ou simplesmente não está interessada, é: qual a condição racial dos famélicos? Dos encarcerados? Dos que vivem nas ruas? Para ser mais específica, no Brasil, por exemplo, como é possível falar de classe trabalhadora desconsiderando relações raciais? O que tem blindado nosso entendimento para compreender essa realidade em termos raciais? Quais as implicações dessa aparente cegueira da raça em nossas atividades profissionais? E mais, suas implicações para a reprodução de uma sociedade moldada pelo racismo?

Espanta como os sujeitos que estudamos aparecem por vezes desprovidos de condição racial declarada[15]. Essa omissão tende a produzir em nosso imaginário frequentemente seu entendimento como brancos. Por outro lado, algumas declarações tendem a demarcar explicitamente a raça, mas somente para exaltar mais uma vez o sujeito branco. Quando falamos de formação de uma classe

---

[14] Jesus supostamente nascido em Belém, uma região estabelecida no Oriente Médio, foi fisicamente representado como branco europeu ocidental. Aliás quase todas as divindades do cristianismo católico (religião, por excelência, europeia) idem. Certa vez, entrevistando uma importante militante do Movimento Negro de minha cidade no interior de Minas Gerais, ela me disse como se percebeu como negra: no colégio católico onde estudava ainda menina, no dia de festividade religiosa em que as crianças deviam se vestir de anjos, ela foi impedida. Foi "informada" que não existia anjo negro, a não ser o próprio demônio. Veremos como as Irmandades Negras se posicionam dentro do catolicismo ao longo desse trabalho.

[15] Para uma amostra dessa situação na atual política de assistência social do Brasil Cf. Costa (2016).

trabalhadora no Brasil no início do século XX e de seus processos organizativos essa proeza tende a ser repetida quase automaticamente.

Os imigrantes europeus foram os responsáveis pela formação da classe trabalhadora e com eles vieram as correntes anarquistas e socialistas que possibilitaram, na década de 1930, a explicitação de uma questão social no país. Os negros? Esses, após a abolição, saem de cena. Perdendo a centralidade no sistema produtivo baseado na escravidão de seus corpos, perderam importância na sociedade que se pretendia baseada em relações de trabalho livres e assalariadas. Afinal, pouco qualificados como eram, não puderam competir com a expertise dos europeus e assistiram esse processo aceitando seu “déficit” e “anomia” causada pela escravidão. Embora nem sempre explicitada como tal, essa narrativa costuma estar centrada na cidade de São Paulo, ícone da modernidade fabril industrial no país naquele momento. Sua aparente realidade passa a ser entendida como generalizável por qualquer parte de um Brasil de dimensões continentais. No mínimo um equívoco.

A primeira seção desse primeiro capítulo analisa a Lei Eloy Chaves e os debates em torno dos sentidos e motivos dessa legislação. As três seções seguintes apresentam a evidência de trabalhadores negros pré e pós-Abolição entre os ferroviários, marítimos e portuários em algumas regiões do Brasil. Contudo, a seção sobre os portuários é a que demarca os rumos dos capítulos que se seguirão, tendo em vista a ênfase sobre esses trabalhadores no Rio de Janeiro. É por isso que nela, além da composição racial e do processo de trabalho, são apresentadas pistas como pertencimento étnico, sociabilidade e conflitos. E como o engajamento ali produzido incidiu na criação da primeira Caixa de Aposentadorias para determinado segmento de trabalhadores no porto na primeira década do século XX.

Embora a ênfase de quase metade do capítulo seja na realidade dos portuários cariocas, não há aqui o intuito de considerar o que ali se processou como chave absoluta para ilustrar o que ocorreu em todo o país. O interesse é despertar a curiosidade para que futuros pesquisadores possam se somar aos estudos no campo da História e contribuir com a apresentação dos diferentes meandros dessa história dos sujeitos da política social a partir das diferentes regiões do país. Outras histórias estão aí por ser contadas sobre a política social e os sujeitos por ela “beneficiados”.

Se são histórias heróicas ou trágicas não sabemos se importa, o que faz delas relevantes é a possibilidade de nos aproximar o mais fielmente possível de uma realidade que sempre é infinitamente mais dinâmica e complexa que nossas descrições e análises, por vezes, arbitrárias definem. Isso significa ter atenção crítica às condições racial, étnica, de gênero, sexualidade, classe e geração, sem as quais se torna no mínimo insuficiente compreender relações estabelecidas no Brasil e no mundo. Afinal, elas interagem e se reproduzem mutuamente.

1.1 **A origem política social no Brasil: breves notas sobre as CAPS e IAPS**

> Há meses, na cidade em que tenho meu domicílio e interesses, saía eu da visita quotidiana a uma de minhas fábricas. Era sábado e o serviço terminara às 14 horas. Estava no portão meu pequeno automóvel Ford, à minha espera, para levar-me à minha fazenda, alguns quilômetros distante, onde estava passando uma temporada. Era eu meu próprio "*chauffeur*". Ao tomar a direção do carro, aproximaram-se um moço e irmã, operários da fábrica, e confiada e alegremente perguntaram-me se poderia levá-los, em meu automóvel, até sua casa, situada à beira do caminho de minha fazenda. Respondi prontamente que sim, e, a seguir, atravessei tranquilamente a cidade como "*chauffeur*" de meus dois humildes operários. Em uma terra desta, em que as barreiras, que separavam os homens pouco a pouco vão se esboroando, e, em que cada um pelo seu trabalho e esforço pode ascender aos mais altos destinos, não é ser otimista anunciar melhores dias para os que, penosamente, cumprem na vida o áspero mas nobre dever que Deus a todos impôs: trabalhar[16]
>
> *ANFIP, 1965, p. 17*

Com esse discurso, em 1921, foi anunciado o projeto de lei que ficou conhecido como o primeiro esquema de proteção social regulamentado pelo Estado

[16] Uma passagem ao estilo do filme hollywoodiano "*Green Book* (2018).

brasileiro, centrado em direitos assistenciais, previdenciários e de saúde[17]. Eloy Chaves (1875-1964), autor da legislação, nasceu no interior de São Paulo e formou-se em Direito aos 20 anos. Em sua carreira, porém, não se limitou a advogar. Como empresário investiu em diversas áreas: pecuária, agricultura, companhias de energia elétrica e indústria ceramista. Na política ganhou notoriedade e ocupou, dentre outros, o cargo de vereador e depois deputado federal pelo seu estado natal. Ainda hoje é lembrado devido ao Decreto-Lei 4682 de 24 de janeiro de 1923, um projeto de sua autoria que determinou a criação, em todo o país, de Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs).

A Lei Eloy Chaves, como ficou conhecida, foi criada pelo autor com inspiração na legislação argentina e sob orientações de pessoas ligadas à Companhia Paulista de Estradas de Ferro: Francisco Monlevade (inspetor geral) e Adolpho Pinto (chefe de escritório). Já em termos jurídicos, a proposta de lei foi revisada por Prudente de Morais Filho. Essa articulação levantou a ideia de concessão das próprias empresas ferroviárias à proposta das CAPs. Mas segundo declarou na ocasião, a proposta de lei voltava-se ao atendimento das aspirações dos empregados de estrada de ferro do país. Trabalhadores de um setor sem o qual não se compreenderia o progresso da vida moderna, afinal as estradas de ferro eram o "sistema circulatório das nações" (ANFIP, 1965).

Em sua justificativa, afirmou que afora os da Estrada de Ferro Central do Brasil[18], os ferroviários do país e suas famílias estavam desprovidos de garantias na ocasião da velhice ou da morte. Embora, algumas companhias, especialmente as de São Paulo, contassem com sociedades beneficentes, o seu escopo interventivo se restringia a socorros médicos e oferta de medicamentos.

---

[17] “Pode-se, portanto, a partir de 1923, distinguir uma bifurcação no desenvolvimento das atividades sanitárias no Brasil. No domínio da medicina preventiva foi mantida a ação da União na preservação da saúde coletiva, ou seja, na adoção de medidas destinadas à profilaxia, em massa, de moléstias infectocontagiosas e ao controle e erradicação de surtos endêmicos (inclusive no que se refere à assistência médica e hospitalar para os portadores destas doenças – sanatórios, isolamentos lazaretos, etc.). No domínio da medicina curativa, a assistência médica e hospitalar para os portadores de outras doenças não endêmicas, voltada para a preservação da saúde individual, ficou sendo da responsabilidade dos Estados, Municípios e outros órgãos de previdência” (SILVA; MAHAR, 1974, p. 23).

[18] "Evidentemente isso não basta. O homem não vive só para si e para a hora fugaz, que é o momento de sua passagem pelo mundo. Ele projeta sua personalidade para o futuro, sobrevive a si próprio em seus filhos. Seus esforços, trabalho e aspirações devem também visar no fim da áspera caminhada, o repouso, a tranquilidade. Os espinhos, as angústias, só são suportadas com a esperança do prêmio final, seja este embora incerto e quase atingido. O projeto vem satisfazer essas necessidades imperiosas da alma humana, criando as pensões para as famílias dos empregados de estrada de ferro e as aposentadorias para estes" (ANFIP, 1965, p. 13).

A origem da política social no Brasil tem sido atrelada às Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões (CAPs e IAPs) posta sua legitimação pelo Estado através da chamada Lei Eloy Chaves no início do século XX. O Decreto-legislativo nº 4.682, de 24/01/1923 instituiu a obrigatoriedade das CAPs a ferroviários, estendida através do Decreto n° 5.109, de 20/12/1926 a portuários e marítimos. O processo de institucionalização desse sistema de proteção social, baseado no seguro obrigatório, se deu em meio a intensa mobilização de trabalhadores no país e no mundo que resultaram em tratados e acordos internacionais. A legislação brasileira que previu as CAPs, como mencionado, teve influência latino-americana, especificamente, argentina, ainda que remeta a aspectos do sistema bismarckiano europeu[19]. Sem dúvidas as CAPs estabeleceram uma sistematização legitimada pelo Estado e estendida às relações de trabalho de empresas públicas e privadas, mas a perspectiva da mutualidade (todos contribuem para usufruto de todos) atravessou sua constituição.

As Caixas propostas consistiam em fundos para financiar a oferta de serviços e benefícios aos ferroviários e suas famílias. Família, inclusive entendida de maneira relativamente ampla, estendida aos que habitavam o mesmo teto e conviviam sob a mesma economia. Outros pontos interessantes podem ser observados tanto no discurso de Eloy Chaves quanto no primeiro Decreto-Lei. A equiparação dos direitos de trabalhadores diaristas e aqueles pertencentes ao quadro permanente das empresas, por exemplo, é afirmada como um esforço da legislação em amparar os "mais fracos".

Segundo os artigos 09 e 10 desse Decreto-Lei, aos ferroviários contribuintes para os fundos das CAPs seriam ofertados: aposentadoria (ordinária ou por invalidez); socorros médicos em caso de doença (estendidos às suas famílias); e medicamentos a preço especial; em caso de morte, pensão correspondente a 50% ou 25% dos vencimentos do falecido (arts. 26, 27 e 28) para herdeiras(os) – viúvas e viúvos ou filhos de até 18 anos (se homens) e filhas ou irmãs (enquanto permanecessem solteiras); auxílio pecuniário imediato em caso de falecimento do contribuinte (art. 29), supostamente para cobertura de despesas de funeral.

---

[19] “Os conceitos legais conceituais da Lei Eloy Chaves refletem o impacto dos fatores internos e externos na conformação do sistema da previdência social no Brasil. A lei assemelha-se a modelos de previdência desenvolvidos primeiro na Europa. Entretanto, a influência mais direta foi a da legislação previdenciária da vizinha Argentina. Como demonstraremos na conclusão, o sistema previdenciário brasileiro foi semelhante, em muitos aspectos importantes, aos de outros adotados mais cedo na América Latina: na Argentina, Chile e Uruguai” (MALLOY, 1986, p. 51).

> As CAPs deveriam dar quatro benefícios para manter a renda e saúde da família de um trabalhador em caso de doença, incapacidade, velhice ou morte. O primeiro era a aposentadoria por invalidez e por tempo de serviço (ordinário), sendo que esta última era recebida pelo trabalhador quando chegava à idade de cinquenta anos, com um mínimo de trinta anos de serviço. O segundo benefício envolvia pensões aos dependentes de um empregado morto. O terceiro benefício consistia em cuidados de saúde na forma de serviços médicos e a vantagem de comprar remédios a preço reduzido. Finalmente, a lei estabelecia que à CAP competia pagar as despesas de funeral dos membros segurados. Em acréscimo aos quatro benefícios básicos, a lei rezava que, depois de dez anos de serviço, o empregado só podia ser demitido por causa grave provada pelo empregador em processo administrativo formal (MALLOY, 1986, pp. 49-50).

O mau desempenho de deveres poderia ser determinante para impedir a aposentadoria dos trabalhadores (art. 25); de igual modo as pensões poderiam ser suspensas quando viúvas e viúvos se casassem novamente; filhas ou irmãs solteiras se casassem ou mesmo quando a pessoa pensionista estivesse em situação de "vagabundagem" ou vida desonesta (art. 33). No acesso das aposentadorias, a idade do trabalhador e tempo de serviço foram considerados. Ainda assim, a aposentadoria integral só seria devida aos que prestassem no mínimo 30 anos de serviço (não necessariamente contínuos) e que tivessem 50 anos de idade. Mas quanto maior o ordenado, menor a aposentadoria em relação ao salário como ativo.

> É de importância considerável notar que o segurado de cada CAP não recebia igual benefício de aposentadoria e pensão. O montante destes dois benefícios era calculado sobre o valor da contribuição mensal do seguro; era, pois, calculado em função do segurado. Assim, enquanto o sistema envolvia a transferência de renda do jovem para o velho, do saudável para o doente, dos usuários do serviço ferroviário para o trabalhador, as CAPs destinavam-se explicitamente a não serem um meio de redistribuição da renda. Os empregados mais bem pagos contribuíam com mais e recebiam maiores benefícios (MALLOY, 1986, p. 50).

Por outro lado, não havia limite de tempo de serviço para aposentadoria por invalidez motivada por acidente em exercício de trabalho que levasse à impossibilidade (física ou intelectual) de continuar suas atividades laborais naquele emprego ou em outro, desde que comprovada por médico(s) da Caixa, cabendo inclusive acesso do empregado à indenização (arts. 13 a 16). A Lei de Acidentes de Trabalho (Decreto 3.724 de 15 dezembro de 1919) surgiu como resposta do Estado às mobilizações e greves dos trabalhadores nas capitais, especialmente Rio e São Paulo. Essa lei tornou compulsório o seguro contra acidentes de "operários"[20] por

---

[20] O Decreto 3.724 de 15 Dezembro de 1919 define: “Art. 3º São considerados operários, para o effeito da indemnização, todos os indivíduos, de qualquer sexo, maiores ou menores, uma vez que

meio de indenização a estes ou sua família (SILVA; MAHAR, 1974). Ela compõe o quadro de legislações sociais protetivas voltadas ao trabalhador num contexto de intensa reivindicação e também de acordos internacionais assinados pelo Estado brasileiro[21].

Segundo a legislação de 1919, o empregador teria ainda que prestar assistência por meio de socorros médicos e farmacêuticos ou hospitalares desde o acidente ocorrido e, em alguma medida, essa lei também dialogava com os Montepios da época[22]. A abrangência dessa legislação se deu entre setores públicos e privados, como o industrial, agrícola e alguns que viriam a ser contemplados com a Lei Eloy Chaves. Sua menção aparece na própria Lei Eloy Chaves ao tratar sobre as indenizações em casos de acidentes de trabalho e, a partir de 1944, o seguro passou a ser realizado pelas próprias instituições previdenciárias.

Os fundos das Caixas eram provenientes de fontes variadas, mas que basicamente centravam-se nos empregadores e empregados das empresas ferroviárias: contribuição mensal dos ferroviários, deduzidos 3% de seus vencimentos; contribuição anual da empresa em 1% de sua renda bruta; recursos oriundos do aumento de 1 e 1/2% das tarifas (repassado ao público); donativos realizados à Caixa; multas (ao público ou aos empregados); outras possíveis contribuições dos ferroviários (joias pagas na ocasião da criação da Caixa, de promoção, aumento de vencimentos); somas pagas a mais pelo público e não reclamadas; recursos advindos de venda de materiais colhidos na limpeza do trem

---

trabalhem por conta de outrem nos seguintes serviços: construcções, reparações e demolições de qualquer natureza, como de predios, pontes, estradas de ferro e de rodagem, linhas de *tramways* electricos, rêdes de esgotos, de illuminação, telegraphicas e telephonicas, bem como na conservação de todas essas construcções; de transporte carga e descarga; e nos estabelecimentos industriaes e nos trabalhos agricolas em que se empreguem motores inanimados (sic.)".

21 A Primeira Guerra Mundial trouxe um colapso da velha ordem na Europa, e o despertar da revolução na Rússia abriu caminho para um novo tipo de ordem sociopolítica. Por todo o mundo ocidental, os governos 'republicanos' sentiram o abalo desses acontecimentos sísmicos. Na verdade, no mundo ocidental, a questão social (da classe operária) constituía a maior preocupação dos políticos. Durante a conferência de paz em Versalhes (da qual o Brasil fez parte), os chefes de Estado procuraram definir uma nova ordem para o mundo, que incluía uma abordagem abrangente e aperfeiçoada da questão social. O tratado propôs que os governos que o assinaram (inclusive o Brasil) tomassem a iniciativa, na área política, social e trabalhista, com base em um programa mínimo de dez itens, e criou uma agência (a Organização Internacional do Trabalho – OIT) encarregada de desenvolver políticas futuras comuns e de prestar assistência técnica aos governos na área da política social e do trabalho (MALLOY, 1986, p. 46).

22 O Art. 18 do Decreto 3.724 de 15 Dezembro de 1919 situa: "Os operarios da União, Estados ou municipios, que tenham direito a montepio, aposentadoria ou pensão, não poderão pedir a indemnização determinada nos arts. 7º e 8º desta lei; nem os que tenham direito a licença remunerada, a indemnização estabelecida nos arts. 9º, 10 e 11 (sic.)".

(papéis etc.); além, de juros advindos da aplicação de parte dos fundos da Caixa em títulos de renda nacional ou estadual (arts. 3 a 7)[23]. Também estavam resguardados 50% dos vencimentos aos ferroviários convocados para o serviço militar (art. 45). Os fundos e a renda, porém, eram de propriedade da Caixa e, ao Conselho de Administração que a geria cabia deliberar por seu uso, segundo os fins indicados na lei.

> A Lei Eloy Chaves não previa, o que se pode chamar com propriedade, contribuição da União. Havia, isto sim, uma participação no custeio, dos usuários das estradas de ferro, proveniente de um aumento das tarifas, decretado para cobrir as despesas das Caixas. A extensão progressiva desse sistema, abrangendo cada vez maior número de usuários de serviços, com a criação de novas Caixas e Institutos, veio afinal fazer o ônus recair sobre o público em geral e, assim, a se constituir efetivamente em contribuição da União. O mecanismo de contribuição tríplice (em partes iguais) foi obrigatoriamente instituído pela Constituição Federal de 1934 (alínea h, §1, art. 21) (SILVA; MAHAR, 1974, p. 14).

O Conselho de cada Caixa deveria ser composto por membros que desempenhariam gratuitamente sua função (art. 40): um superintendente ou inspetor geral da empresa ferroviária, dois empregados do quadro e mais dois empregados eleitos pelos ferroviários (art. 41). A um dos dois primeiros caberia presidência do Conselho de Administração da Caixa, que deveria ser exercida apenas por um trabalhador nacional. O art. 42 concedeu aos trabalhadores ferroviários, com mais de 10 anos de serviços efetivos prestados às empresas, certa estabilidade uma vez que definia que sua demissão só poderia ocorrer em caso de falta grave devidamente comprovada em inquérito administrativo presidido por um engenheiro da Inspetoria e Fiscalização das Estradas de Ferro. Para controlar a gestão dos beneficiários a própria lei de 1923 previu um recenseamento dos empregados contemplados pela legislação (art. 38) e estabeleceu que as empresas deveriam a eles fornecer uma caderneta com identificação, função exercida, data de nomeação, histórico de promoções e vencimentos (art. 43).

A administração, direção e fiscalização da Caixa estavam, segundo o discurso de Eloy Chaves, libertas das "peias fiscais do Poder Público" (ANFIP, 1965). Eram os próprios contribuintes (empregados e empregadores) os responsáveis diretos. Uma diretoria fixa e outra eleita por seus pares constituíam-na. O Departamento Nacional do Trabalho que a lei anuncia atenderia apenas recursos em relação ao Conselho de Administração das Caixas. Esse Departamento, órgão criado em 1918 (Decreto 3.550, de 16 de outubro de 1918), anos depois passou a integrar a

---

[23] A relação entre Previdência e a financeirização não foi uma invenção neoliberal, como é possível observar.

estrutura do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e estaria organizado para atender a demanda das CAPs com: o Decreto nº 19.667, de 4 de fevereiro de 1931; Decreto Nº 19.671-A de 4 de fevereiro de 1931, ambos no governo Vargas.

No discurso do autor da lei o caráter liberal dessa proposta é exaltado, retirando do Estado qualquer responsabilidade no que toca à gestão ou fiscalização direta das CAPs, mantendo-a como uma questão restrita a trabalhadores e empregados. Desse modo é possível identificar dois eixos que atravessam todo o próprio discurso de Eloy Chaves, isto é, a legislação como parte de um projeto de: 1) colaboração e a pacificação entre as classes sociais; 2) disseminação do espírito liberal nas relações de trabalho.

> À esperada luta de classes figurada e aconselhada pelos espíritos extremados ou desvairados, por estranhas e complicadas paixões, eu anteponho, confiado no êxito final, a colaboração íntima e pacífica de todos em benefício da pátria comum e dentro da ordem. A grande Guerra, como um maremoto, submergiu o mundo civilizado com angustiosos e tremendos problemas surgidos das imensas devastações e, da tensão sobre-humana a que foram sujeitos os nervos de milhões de combatentes. Cumpre-nos a nós, os contemporâneos desse acontecimento extraordinário, dar remédio aos males e solução ao caos dele decorrentes. Estamos em novos tempos: as classes menos favorecidas aspiram muito justamente um maior quinhão de vida e de conforto. Cumpre atendê-las com espírito liberal e amigo" (ANFIP, 1965, p. 16).

A trajetória da aprovação da Lei Eloy Chaves, ante ao cenário regressivo no tocante a direitos sociais da Primeira República, levou a afirmações sobre seu caráter excepcional. A preocupação em restringir seu escopo a ferroviários aparece no argumento uma vez que esse segmento além de beneficiar os negócios do autor da lei, ligado ao setor agrícola, compunha também parte de sua base eleitoral no interior de São Paulo. Estes fatores são levados em conta quando apreciada a relativa rapidez com que o projeto de Lei (446/1921) tramitou. Apresentado no discurso em 05 de outubro de 1921, seguiu para a Comissão de Justiça e Legislação Social da Câmara de Deputados[24], onde ficou até 23 de novembro de 1922 e obteve parecer positivo, com sugestão de aprovação sem emendas, mas com divergências quanto ao custeio. Aprovado, seguiu para a segunda discussão em 04 de dezembro de 1922, agora sob o número 362, apreciando emendas sugeridas, quando também aparecem nas discussões a necessidade de extensão daquele pleito a outros segmentos de trabalhadores, ao que Eloy Chaves responderia não caber, especialmente, os do setor agrícola. Os apoiadores do deputado defendiam que,

[24] A Comissão foi estabelecida em 1918. Dali nascem legislações trabalhistas como a de 1919 e propostas de enfrentamento da influência estrangeira no sindicalismo brasileiro; por ela passaram a Lei Eloy Chaves, a Lei de Férias (1925) e o Código de Menores (1927) – com exceção da de 23, todas com demora na aprovação (SEGURA, 2017).

além de ser aquela uma solicitação das companhias e dos ferroviários, havia uma peculiaridade no trabalho ferroviário que se distinguia de qualquer outra atividade e justificava sua proteção. A discussão das emendas em plenário foi transferida para 23 de dezembro daquele ano e um texto substitutivo do projeto foi apresentado e aprovado, com vistas a melhor aplicação das CAPs. Em seguida foi encaminhado ao Senado Federal e aprovado em apenas um dia. Em 24 de janeiro de 1923 o Decreto 4682 foi promulgado (SEGURA, 2017).

Anos depois, em 1926, essa legislação, porém foi estendida a outras duas categorias: marítimos e portuários. As CAPs voltadas às empresas portuárias e marítimas foram regulamentadas pelo Decreto n° 5.109, de 20/12/1926. Assim as três categorias vinculadas ao setor de transportes foram as primeiras contempladas pela política social em seus primórdios. Com abrangência nacional regulamentada pelo Estado seus serviços de saúde e benefícios previdenciários seriam um marco na sistematização da política social brasileira, ainda que restrita ao trabalhador formal, mas só se materializariam em 1931. Em 1934, o Decreto 24.274, de 25/05/1934, criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns. O Decreto com numeração subsequente, nº 24.275, de 25/05/1934, criou por sua vez a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários da Estiva.

Segundo Malloy:

> Deve ficar claro que estou interpretando os primórdios da política de previdência social no Brasil como resposta da elite designada a uma crise política geral e, mais especificamente, como tentativa de abadar o protesto social e de enfraquecer as organizações trabalhistas radicais pela apropriação da habilidade de definir um aspecto significativo da ‘questão social’. Convém observar que, ao tentar ajustar-se à questão social, a Lei Eloy Chaves regrediu à forma específica de organização trabalhista (das mutualidades privadas e dirigidas pelas companhias) que era muito atacada pelas organizações trabalhistas radicais. Fosse ou não intencionalmente, as CAPs podiam reforçar a tendência mais defensiva e orientada para o serviço das classes trabalhadoras. Esta interpretação ganha crédito quando se nota que Bernardes restringiu seus contatos aos líderes trabalhistas e reformistas mais acomodados. Finalmente, é mais do que simples coincidência que a Lei Eloy Chaves e suas variações de 1926 tenham trazido proteção social às três categorias mais bem organizadas: ferroviários, estivadores e marítimos. Dada a estrutura administrativa das CAPs e as categorias por ele cobertas, seria difícil não concluir que estas primeiras incursões no campo da previdência social visavam à divisão da classe trabalhadora e à cooperação de seus setores-chave (MALLOY, 1986, pp. 52-3).

Na sua leitura, Malloy (1986) indica que os próprios líderes sindicais afirmavam isso. Embora não deixe explícito, é provável que o autor esteja se

referindo aos anarquistas, que concebiam qualquer intervenção neste sentido como parte do enfraquecimento da mobilização dos trabalhadores.

De 1933 em diante, sob o governo varguista, os serviços ofertados pelas CAPs seriam paralelamente incorporados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs)[25]. A proposta dos IAPs, embora não divergisse em propósito das CAPs, era a de um sistema de proteção social que diferia no financiamento, organização, fiscalização e gestão de serviços e benefícios para os trabalhadores no país, centrado no Estado. Em lugar de Caixas por empresas a legislação propôs a cobertura por categorias em nível nacional e fundo único gerido pelos três segmentos envolvidos e com forte atuação estatal[26]. O Estado assumiu para si a liderança dos Institutos.

> Administrativamente, as instituições seguiam o modelo colegiado da lei de 1923, porém com significativo acréscimo de representação direta do Estado na administração de cada instituto. Na verdade, essas instituições eram estabelecidas de acordo com a lógica corporativista de relações de trabalho estabelecida pelo regime Vargas[27]. Cada instituição era dirigida por um funcionário executivo (presidente ou diretor), sendo este escolhido pelo presidente da República. Tal funcionário era assessorado por uma espécie de colegiado, com representação igual de empregados e empregadores da categoria, e o número de representantes variava entre oito e quatro. Mais importante é que os membros dos conselhos e juntas de trabalho eram sempre relacionados por representantes de sindicatos aprovados que se reuniam em assembleia convocada pelo Ministério do Trabalho. Portanto, o sistema de sindicatos de trabalhadores estava diretamente ligado ao sistema da previdência (MALLOY, 1986, p. 77).

Como dito anteriormente, não há consenso sobre o real marco da previdência social no Brasil, logo, sobre um possível início da política social. Há quem defenda inclusive que são os Institutos de Aposentadorias e Pensões, no período varguista, que delimitam esse princípio. Malloy, autor de grande influência nessa discussão no Serviço Social, por exemplo, afirma que:

---

[25] Para Silva & Mahar, no setor público, “em 1926 foi criado o primeiro dos Institutos de Previdência: o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União (Lei n. 5.128, de 31/12/1926). Mais tarde foi ele denominado Instituto Nacional de Previdência – INP – (Decreto n 24.563, de 3/7/1934) e finalmente convertido no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado – IPASE (D.L. 288, de 23/02/1938, 970, de 21/12/1938, e 2.865, de 12/12/1949)” (1974, p. 14).

[26] “Legalmente as CAPs e os IAPS foram estabelecidos como entidades públicas autárquicas, sob a supervisão direta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Embora as instituições teoricamente tivessem controle independente sobre sua renda e orçamento, o ministério tinha em seu poder importantes meios de fiscalizar os negócios financeiros das instituições e controlava as despesas de uma porção significativa da contribuição do governo” (MALLOY, 1986, p. 76).

[27] Malloy ressalta, no entanto, que essa não foi uma característica exclusiva no Brasil, mas recorrente na América Latina: “De uma maneira ou de outra, praticamente todos os esquemas de previdência da América Latina se baseavam no princípio corporativista de representação funcional do Estado, dos empregadores, dos segurados e de outros grupos, tais como os de médicos, dentro do desenvolvimento contínuo e da política de administração do seguro social” (1986, p. 157).

> As linhas gerais de um sistema previdenciário moderno no Brasil foram definidas e implementadas entre 1930 e 1938. O sistema criado neste período iria permanecer intacto entre 1930 e 1938. O sistema criado neste período iria permanecer intacto até 1966. Não resultou de uma abordagem isolada de política social, mas foi parte integrante de uma estratégia maior de política estatal iniciada pelo regime Vargas [...] Além de estimular o desenvolvimento dentro de um sistema de mercado modificado, o Estado assumiu, também o papel de promotor da integração social pelo abrandamento dos efeitos demolidores do próprio mercado. Além disso, o Estado procurou atenuar o conflito social através da administração das relações entre proprietários e trabalhadores do setor moderno (MALLOY, 1986, p. 86).

Mesmo assim o próprio autor (MALLOY, 1986) considera que embora seja ampla e robusta a nova estrutura proposta pelos IAPs, ela não unificou o regime de benefícios ou produziu orientação administrativa unificada a nível nacional. Os institutos, cada um deles, era regido por normas próprias, legislação específica. O resultado foi taxas de contribuição (variáveis entre 3 a 8%) e formas de benefício distintas.

Em termos gerais, a gestão, o financiamento e usufruto das Caixas se restringiam à unidade da empresa (pública ou privada) e aos seus trabalhadores, enquanto a proposta dos Institutos, vinculadas ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi ampliar a lógica da contribuição (empresas, trabalhadores e Estado)[28] e a noção de categoria profissional, tomada a nível nacional[29] (SILVA; MAHAR, 1974). A princípio foram criados seis grandes Institutos de Aposentadoria e Pensões, que após o Decreto nº 72, de 21 de novembro de 1966, foram também unificados para compor o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS):

> À medida que ocorria a disseminação das Caixas de Aposentadoria e Pensões, no entanto, verificava-se a precariedade do esquema financeiro do sistema, uma vez que a maioria delas mantinha um número reduzido de segurados, mobilizando recursos insuficientes para garantir a prestação de crescentes encargos e a cobertura dos riscos do seguro social, dentro das técnicas do cálculo atuarial. Para corrigir esta falha, o Governo procurou imprimir nova orientação ao sistema, buscando agregar maior número de segurados em torno de unidades previdenciárias de âmbito nacional. Foi, assim, instituído em 1933, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), entidade autárquica, abrangendo todo o pessoal da marinha mercante do país e classes anexas. Nos moldes do IAPM, em 1934, foram criados os Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC) e dos Bancários (IAPB), tendo como segurados obrigatórios os empregados em estabelecimentos comerciais, e em bancos

---

[28] Apenas com a Constituição Federal de 1934 a contribuição se deu entre empresas, trabalhadores e União, momento em que CAPs e IAPs coexistiam (SILVA; MAHAR, 1974).

[29] A partir de 1930, criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o sistema previdenciário brasileiro tomou extraordinário impulso. Basta dizer que, enquanto em 1930 o regime abrangia menos que 0,5% da população, com oito mil aposentados e sete mil pensionistas, em 1950 já abrangia 6% da população, com cerca de 200 mil aposentados e 300 mil pensionistas" (SILVA; MAHAR, 1974, p. 15).

> ou casas bancárias, respectivamente. Ainda neste ano, foram fundadas para os trabalhadores em carga e descarga e para os estivadores portuários as Caixas de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns de Café, e dos Operários Estivadores. Impropriamente chamadas de Caixas, pois eram unidades de âmbito nacional, passaram, em 1938, a ter as denominações de Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas (IAPETC), incluindo, também os condutores de veículos e os empregados em empresas de petróleo, e de Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva (IAPE), que, em 1945, foi incorporado ao IAPETC (SILVA; MAHAR, 1974, p. 15).

É interessante notar que a especificação de CAPs por atividades dentro das categorias no âmbito portuário aparece na década de 1930, ainda sob o contexto de transformação das CAPs em IAPs. Um processo que revela a íntima relação existente entre estas instituições de previdência social. No ano de 1938, o Decreto-Lei 651, de 26 de agosto de 1938, criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas (IAPTEC), substituindo a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazéns. Um ano depois, o Decreto-Lei 1.355, de 09/08/1939 criou o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores da Estiva, em lugar da antiga Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores. Esse último Instituto deixou de existir anos depois, na ocasião do Decreto-Lei 7.720, de 09/07/1945, que o incorporou ao Instituto dos Empregados em Transportes e Cargas.

> Quanto aos benefícios, os Institutos de Previdência deveriam conceder auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, por velhice, por tempo de serviço e especial, auxílio-natalidade, pecúlio e assistência financeira aos segurados, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e pecúlio aos dependentes e, para todos os beneficiários em geral, assistência médica (além da prestada pelo SAMDU), farmacêutica, alimentar (pelo SAPS), habitacional (Fundação da Casa Popular e empréstimos hipotecários), serviços social e de reabilitação profissional) (SILVA; MAHAR, 1974, p. 17).

Mas o que teria motivado a escolha destes segmentos como sujeitos prioritários no esquema de proteção social proposto na estrutura das CAPs e IAPs? Tradicionalmente tem sido revelado um aspecto dessa questão: em um país sustentado pela economia agroexportadora a capacidade de pressão dos trabalhadores do âmbito da infraestrutura e transportes teria grande impacto sobre as decisões estatais.

> Observando-se novamente o ano de 1923, o modelo de extensão da proteção da previdência revela alguns aspectos interessantes da economia política do Brasil moderno. Pode-se ver, por exemplo, que a previdência estava associada ao modelo agroexportador primário. A proteção estendeu-se primeiro aos trabalhadores de importantes atividades de infraestrutura (estradas de ferro, docas, serviços públicos e frota mercante), servindo ao setor de exportação e/ou às áreas urbanas, depois aos empregados do comércio e bancos e, finalmente, à categoria mais amorfa de trabalhadores

> – os da indústria – no setor menos desenvolvido da economia. A sequência refletiu também um quadro realístico de distribuição de poder entre trabalhadores da seguinte ordem econômica: os mais bem organizados e estrategicamente mais bem localizados foram as categorias cobertas primeiro, vindo as outras categorias depois, mais ou menos na ordem do seu significado econômico e, portanto, político (MALLOY, 1986, p. 75).

Adiante será possível identificar que a construção dessa organização esteve ligada a outros determinantes que incidiram em certa força política destes segmentos.

O intuito desse tópico foi apresentar a legislação que tem sido considerada como um primeiro marco da política social no Brasil, que deu origem às CAPs e posteriormente aos IAPs. Além disso evidenciar o que a legislação da década de 1920 determinava e para quem foi destinada, apresentando as motivações do autor da legislação Eloy Chaves. Situada a relevância dessa legislação, na sequência serão apresentados os segmentos por ela beneficiados, evidenciando os trabalhadores negros pré e pós-Abolição.

1.2 **Portuários, marítimos e ferroviários: negros?**

A história das atividades marítimas, ferroviárias, aquaviárias e portuárias no Brasil possui pontos de contato significativos: 1) a dinamização alinhada ao aumento da exportação e produção de bens primários, sobretudo, no período do café; e, 2) o emprego de mão de obra cativa, livre e liberta. Estas são atividades que imbricam esforços num mesmo sentido, são parte de um mesmo projeto de sociedade que no século XIX que tomou estes meios de transporte como veículos de condução do Brasil ao “progresso"[30]. Conforme Salles (2018), a produção de café foi o carro-chefe da economia brasileira e das exportações durante todo o século XIX. Em segundo lugar estava o açúcar e em terceiro o algodão. Na década de 1880 o café representou 61,7% das exportações nacionais.

---

[30] É sabido que no processo de produção capitalista o setor de transportes atua produtivamente, ou seja, produz valor (e mais-valor), mesmo dentro da esfera de circulação (Cf. Marx, 2014a, p. 115). Inspirada em uma breve argumentação realizada por Marx (2014) e indo além do autor, Rosa Luxemburgo (1970) indica que a necessidade reprodução do capital em escala ampliada cria, na fase imperialista da acumulação capitalista, métodos específicos como: empréstimos exteriores, guerra, concessão de estradas de ferro, revoluções. A produção de mercados “externos” para escoamento de mercadorias produzidas na Europa, mas também no interior dos países para a criação de mercados internos tem no setor de transportes grande apoio. Rosa ressalta o papel dos empréstimos de países como a Inglaterra para os processos de independência de Estados capitalistas modernos. No Brasil, como em boa parte do globo, os investimentos de capital ingleses foram destaque: na independência do país sobre Portugal, inaugurando a dívida pública brasileira; nos bancos; na construção das estradas de ferro (como a Leopoldina *Railway Company Ltd.*, São Paulo *Railway Company Ltd.* e outras), sistema de comunicação etc. Sobre o assunto Cf. Guimarães, 2012.

> A principal zona produtora neste período era a economia escravista do Vale do Paraíba fluminense e paulista e suas áreas adjacentes do chamado Oeste Novo paulista, em tomo de Campinas, da Zona da Mata mineira, do norte da província do Rio de Janeiro e do sul do Espírito Santo. Nessas últimas regiões, mesmo perdendo espaço para as novas zonas produtoras, o café sobreviveu à escravidão, e ainda era produzido em larga escala nas primeiras décadas do século XX (SALLES, 2018, p. 123).

A cadeia do café mobilizou o campo, a cidade, o trabalho livre e escravizado, nacionais[31] e imigrantes, do cultivo, colheita, até o transporte para as regiões urbano-portuárias, sobretudo no Sudeste. Mobilizou a dinâmica da escravidão. O tráfico interno de pessoas africanas ou afrobrasileiras escravizadas se intensificou com o avanço da economia cafeeira após decretadas medidas de repressão ao tráfico transatlântico pelo Decreto-Lei 581, de 04 de Setembro de 1850. A lei qualificava o tráfico como pirataria e reivindicava a aplicação da Lei Feijó, de 07 de Novembro de 1831, que reconhecia como livre qualquer africano desembarcado no território brasileiro, após aquela data, e previa prisão e multa como punição aos importadores de gente.

Ilustração 1 - Café (1938), Candido Portinari

Fonte: Pinterest

[31] Quando for mencionado nesse trabalho o termo "nacionais" é imprescindível que se compreenda que se refere a pessoas nascidas no Brasil, o que engloba pessoas negras, brancas, nativas ou "mestiças".

Era comum que o transporte de café para o litoral fosse conduzido por “tropeiros” e outros sujeitos dedicados a essa atividade. Eram utilizados para esse fim animais, como burros e mulas, sem descartar porém, mão de obra escravizada. O fluxo seguia até zonas portuárias, como o Rio de Janeiro, então o maior porto do país. Ali o café era fiscalizado, taxado, separado, pesado e ensacado. Todos estes processos compunham a operação portuária e exigiam pessoas para realização do carregamento, embalagem, armazenamento (em armazéns) e arrumação dos produtos (nas embarcações finais).

Ilustração 2: *Convoi de café s'acheminant vers la ville*, Rio de Janeiro (1826), Jean Baptiste Debret

Fonte: Slavery Images, 2019

> A produção do café constituía um processo complexo, assim como demandava a inversão de grandes capitais. Cultura perene, o cafeeiro demorava cerca de cinco anos para dar os primeiros frutos, continuando a produzir por mais quinze ou vinte anos. O estabelecimento de um cafezal implicava o desmatamento do terreno, o plantio e a manutenção dos pés de café. Uma vez colhidos, era preciso separar os grãos bons daqueles imprestáveis. Em seguida, os grãos eram limpos, secos, descascados, despolpados, polidos e ensacados. As tecnologias empregadas nesse processo eram sofisticadas, e variaram ao longo do tempo: tanques de separação; terreiros de chão batido, pedra ou macadame para o secamento; pilões hidráulicos para o descascamento, alguns substituídos, na década de 1860, por engenhos a vapor e máquinas hidráulicas que realizavam todo o processo até o polimento. Uma vez ensacado, o café era transportado em tropas de mulas, pertencentes a terceiros ou aos próprios fazendeiros, para portos fluviais da Baixada Fluminense, de onde seguia em embarcações que tinham como destino o porto do Rio de Janeiro. Lá era vendido para casas comerciais que o estocavam e exportavam. A partir de 1858, uma parcela crescente do transporte passou a ser feita por ferrovias que avançavam pela região do Vale, barateando os custos. Ferramentas, materiais diversos, bens de consumo e demais serviços necessários e não disponíveis nas fazendas ou em suas imediações, bem como outras

> questões comerciais e até de ordem pessoal, eram fornecidos e encaminhados por casas comissárias situadas no Rio, que se correspondiam com os fazendeiros. No caso de alguns grandes complexos cafeeiros, tais casas faziam parte dos negócios dos próprios fazendeiros ou de parentes próximos (SALLES, 2018, p. 125).

Ferroviários, marítimos e portuários passaram a ser categorias estratégicas numa economia basicamente agroexportadora. Sua proeminência como pioneiros no acesso à lógica securitária, como regra, tem sido relacionada com seu papel econômico estratégico, mas está longe de ser explicada somente nestes termos. É comum a ausência de qualquer menção sobre o pertencimento racial desses trabalhadores. Na falta dela, nos habituamos a pensá-los como exclusivamente brancos. Afinal, poderia haver portuários, marítimos e ferroviários negros?

1.3 **Nos trilhos da raça: ferroviários negros**

1.3.1 Ser ferroviário no Brasil: trabalhadores negros, ocupações e condições de trabalho

A categoria ferroviário abrange uma gama de atividades divididas em diferentes seções.

> *A construção de uma ferrovia envolvia uma série de tarefas complexas.* A completa ausência de mapas precisos e confiáveis tornava necessária a realização de um levantamento geográfico e topográfico da área antes de se projetar a rota da ferrovia. Terminado o levantamento, podiam se iniciar os trabalhos de construção, que incluíam a derrubada da mata, a preparação do terreno (drenagem de pântanos, movimentos de terra, incluindo escavação, transporte, depósito e outros), nivelamento do leito (o restante da terraplenagem, aterros e taludes e abertura de túneis), projetos de alvenaria (para reforçar taludes, túneis e pontes, construir as estações e depósitos) e assentar a via permanente (dormentes, trilhos e lastro). *Todas essas tarefas exigiam [também] um grande número de técnicos e trabalhadores não-qualificados* (LAMOUNIER, 2000, p. 69, grifos nossos).

Observando o regulamento da Bahia and São Francisco *Railway* (BSFR), apresentado por Robério Souza (2007), é possível identificar algumas destas atividades e funções. A seção de tráfego, ligada ao setor de locomotivas e trens, acumulava atividades de operação, administração e operação de trens. Emitia bilhetes, recebia encomendas, mercadorias, acompanhava o fluxo dos trens etc., e o maquinista era a figura central. Havia ali os ajudantes de trem (auxiliares de condutores), os bagageiros (responsáveis pelas bagagens), os guarda-freios, telegrafistas, guarda-chaves, bombeiros, conferentes, guardas, agentes (inspeção e

fiscalização). Na seção de locomoção havia os foguistas, o apontador, encarregados pelo depósito, os trabalhadores de oficina (mestre, contramestre e outros). A seção da linha, por sua vez:

> [...] era constituída por condutores, mestre de linha, armazenistas, encarregados de obras, guarda-raios, guardas, feitores e turmas de trabalhadores, sendo que os últimos correspondiam, quantitativamente, à maior parcela da mão-de-obra da estrada de ferro. Esses trabalhadores estavam distribuídos entre "titulados" ou "mensaleiros" – aqueles que ocupavam empregos fixos – e os "jornaleiros" – recrutados para trabalhar como diaristas (SOUZA, 2007, p. 64).

As atividades de construção e manutenção das linhas férreas se realizavam por tempo determinado, de curta ou longa duração, e não envolviam a contratação direta dos trabalhadores pela companhia ferroviária. A modalidade mais frequente era a empreitada. Como as ferrovias atravessavam distintos territórios, era comum que a responsabilidade pelo recrutamento, supervisão e pagamentos para trabalhadores nestas atividades, fosse local ou por trecho e realizadas por empreiteiros locais (LAMOUNIER, 2008).

> Na literatura sobre as ferrovias no Brasil, as referências aos trabalhadores da construção são raras e dispersas. A principal razão para essa lacuna reside, provavelmente, na grande dificuldade de rastreá-los nas fontes. Como eles não eram empregados diretamente pelas companhias, não aparecem em seus relatórios e documentos. A construção de ferrovias no Brasil, assim como na maioria dos países no século dezenove, se baseava no sistema de empreitada. As companhias ferroviárias raramente empregavam diretamente os trabalhadores da construção. Eles eram engajados, supervisionados e pagos por pequenos empreiteiros locais, que contratavam com as companhias a construção de partes da linha. Não é fácil acompanhar o grande número de empreiteiros e subempreiteiros que empregaram a grande maioria desses trabalhadores. Os contratos eram temporários; podiam ser de longo ou curto-prazo, variando de acordo com a complexidade dos trabalhos, com as tarefas e os preços acertados, com os salários e com a dinâmica da economia local (LAMOUNIER, 2008, p. 3).

Sobretudo estes trabalhadores de construção e manutenção das linhas eram contratados pelo sistema de empreitada (LAMOUNIER, 2008). Essa consideração é relevante na medida em que, em parte do século XX, essa forma de contratação se manteve nos serviços de construção e manutenção de leitos ferroviários. Nessa lógica de contratação, como mencionado, muitos poderiam ser apenas diaristas[32]. Sua ausência em relatórios oficiais de companhias ferroviárias e a mobilidade da

---

[32] Souza (2007, p. 65) demonstra que a prática de contratação por diárias não se restringiu ao trabalho na linha, mas predominou entre esse extrato que também era o que recebia menores rendimentos. Dos 372 diaristas de dada Seção da BSFR, 265 eram possivelmente trabalhadores da linha.

natureza desse trabalho dificulta sua localização precisa (LAMOUNIER, 2007). A reedição da Lei Eloy Chaves de 1926 (Decreto-Lei 5.109), como assinalado, no artigo 2, ratificou os direitos previdenciários a estes trabalhadores ao explicitar os jornaleiros e diaristas como componentes da categoria “ferroviários”.

Souza (2007) explica que trabalhadores da linha, os “turmeiros (organizados em ‘turmas’)[33] eram coordenados pela figura do feitor”[34]. Figura que se manteve após a escravidão não apenas no trabalho ferroviário baiano. O autor acredita, porém, que mesmo remetendo ao contexto da escravidão não se trata de uma transposição sem mediação de funções da figura do feitor ao capitão do mato. Lamounier indica a mesma configuração na relação de trabalho:

> As linhas eram, em geral, divididas em seções, cada uma a cargo de um engenheiro responsável (chefe de seção), que tinha sob sua supervisão engenheiros residentes responsáveis por seções menores, algumas de seis a nove quilômetros de comprimento, de acordo com a complexidade das obras. As tarefas eram realizadas por turmas de trabalhadores (sondadores, roçadores, cavouqueiros, condutores, niveladores, e outros) sob a supervisão de um capataz. Para o movimento de terras inicial, utilizavam-se cavalos e bois; geralmente construía-se uma linha temporária auxiliar. Estas obras exigiam centenas de trabalhadores (LAMOUNIER, 2007, p. 70).

Muitos trabalhadores ferroviários negros atuavam na abertura e conservação das linhas férreas, o trabalho nos canteiros ou “trabalhadores de turmas” como indicou Souza (2007; 2013)[35]. Essa permanência aparentemente se manteve no período republicano, como pode ser observado nas imagens a seguir.

As condições insalubres de vida, trabalho e a exposição a doenças também eram comuns e nacionais e estrangeiros a ela estavam submetidos. Mas diante das doenças “tropicais”, havia certa “predileção” das companhias por trabalhadores “locais”:

> A construção de ferrovias implicava mobilidade – a necessidade de mudar de acordo com o avanço do trabalho. Significava igualmente isolamento – vivendo longe das cidades, separados da família e amigos, normalmente em regiões distantes, na fronteira. Trabalhando em grupos, vivendo juntos em acampamentos ao longo da linha, dividindo ansiedades, perigos e doenças – tudo isso ajudava a criar laços especiais. Ao mesmo tempo, as condições de trabalho eram precárias. A natureza e severidade do trabalho

---

[33] Também poderiam, a depender da região, ser chamados de garimpeiros (ACHTSCHIN; SOREL, 2015).

[34] Segundo Souza “os feitores tinham a função específica de cuidar da ordem, garantir o ritmo do trabalho e controle das atividades, além de manter sob vigilância e fiscalização todos os trabalhadores, fazendo cumprir as determinações dos mestres de linha e as demandas do serviço ferroviário” (2007, p. 68).

[35] Interessante haver poucas pesquisas e estudos sobre esse segmento ferroviário mesmo que representassem parcela considerável dos ferroviários. Fato apontado por Lamounier (2008) explicado devido ao sistema de contratação por empreitada.

> (especialmente a escavação, a construção de túneis, e a construção de pontes) assim como as diferenças étnicas e a pobreza geravam fricções dentro do grupo e entre as turmas de trabalhadores. A preocupação constante dos empreiteiros e engenheiros com a segurança nos acampamentos, assim como a presença da polícia nos locais de trabalho atestam a freqüência dos conflitos (LAMOUNIER, 2000, p. 69).

No caso do trabalho de construção e manutenção das linhas, esse era por si penoso e arriscado. Os acidentes de trabalho, muitos deles fatais, eram frequentes. E também era frequente que empresas, como a BSFR, tratassem logo de debitar a culpa aos próprios trabalhadores vitimados (SOUZA, 2007). É possível dizer que a divisão racial de tarefas no trabalho ferroviário era real e deliberada. Em 1953, Ademar Benévolo explicou os motivos que levavam à escolha das tarefas segundo supostas características comportamentais, fundadas em estereótipos raciais.

> Em um país de muitas raças como o nosso, em que a fusão dos elementos se processa aos nossos olhos todos os dias, a psicologia da profissão merece, sem duvida, uma referencia especial. [...]. O tráfego e a tração atraíram mais entre nós os negros e os mestiços, como se ainda estivessem presos ao primitivismo das raças selvagens, encontrando no trabalho em movimento – maquinistas – foguistas – guarda-freios – uma ressonância com as aventuras e as incertezas de seus troncos ancestrais, confirmando a lição do sábio Alex Carrel, de que o anseio pela velocidade é um caráter de infantilidade. A linha – conservação da via permanente –, onde a constância é a chave do problema, foi sempre privilégio dos portugueses, e em menor escala dos espanhóis, que antigamente quase monopolizavam o cargo de mestre de linha, ou seja os bordados de general. Certamente estas diferenças são mais sensíveis no sul, onde os elementos estranhos [estrangeiros] são mais numerosos. Nas zonas açucareiras a mestiçagem generalizada torna difícil a mesma observação. Para a roçada e o deslocamento os grandes empreiteiros sempre contavam com pessoal do sertão; a 'derrubada' da mata virgem, para o plantio do café nas grandes fazendas de S. Paulo, foi sempre obra especializada dos 'baianos', nome que às vezes incluía todos os nordestinos, como no dialeto gaúcho. Nos serviços propriamente de construção – a 'república dos cassacos' – também imperaram os brasileiros do interior – os matutos; em São Paulo, onde geralmente há falta de braços, as firmas empreiteiras mandam buscar em Minas muitas turmas de 'piolhos de linha', várias delas já enxertadas de baianos, do S. Francisco. As oficinas são o setor mais organizado das vias férreas: os estrangeiros e seus descendentes nela se matriculam com maior frequência, já existindo mesmo a especialização dos ofícios nos seios das famílias (BENÉVOLO, 1953, p. 47).

A concepção do autor, nitidamente racista, aponta para as diferenças regionais que influenciam na variação de posições e dialoga com algo que vale ser considerado: as ferrovias, a mestiçagem e a construção da identidade do trabalhador brasileiro. Benévolo (1953) se refere a isso como um momento de superação de diferenças raciais. Concepção muito similar à perspectiva que pairava no país desde o fim do XIX e que ganhou força no início do XX nos debates em torno da nação.

> Quase todos vieram solteiros, sem a companheira, e não era natural que ficassem em jejum em nosso ambiente existencialista. Tudo leva a crer que procurassem aprender sem demora o vocabulário local de Cupido. [...] Certamente acreditamos neste ponto da genética de Mendel[36], mas os 'estradeiros' arianos estão mais perto de nosso tempo e penetraram muito mais nos sertões que os invasores flamengos [holandeses]. E foram também muito numerosos, sendo perigoso a gente botar a nossa mão no fogo por tanta gente aventureira. É preciso convir que nas noites sem lua o preconceito de cor devia ser muito relativo, e que o instinto da conservação da espécie devia ser mais forte que o instinto da conservação da raça, segundo a boa hierarquia cartesiana (BENÉVOLO, 1953, pp. 49-50).

A ferrovia, símbolo da modernidade, não poderia estar dissociada do significado da própria modernidade no Brasil, a mestiçagem. O papel das ferrovias, por meio da mão de obra branca europeia, na disseminação desse tipo de relação com mulheres negras e nativas, deve ser no futuro pesquisado com afinco.

Registrar uma concepção do trabalho ferroviário a partir dos trabalhadores e retomando a presença negra entre esse segmento variado foi o intuito dessa seção. Como foi possível observar, os trabalhadores homens foram os localizados nesse tipo de trabalho, frequentemente com exigência de força física e com baixos rendimentos. Como no caso baiano, estes se viram envolvidos em episódios de reivindicação por melhores condições de trabalho.

1.3.2 Capital inglês, trabalhadores livres, escravizados e libertos

Em 1835, o Decreto Feijó, n. 101, de 31 de Outubro autorizou a concessão pública para companhias interessadas em construir estradas de ferro[37] entre a capital imperial Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia (LANNA, 2005). A Estrada de Ferro Mauá[38] foi a primeira inaugurada no Brasil e data de 1854, ligando o porto da cidade de mesmo nome no estado do Rio de Janeiro à Fragoso (RJ)[39]. Mesmo que sob tutela estatal, foi construída por iniciativa do Barão de Mauá e operacionalizada através de concessão à iniciativa privada, característica da política brasileira de infraestrutura (marítima e ferroviária). Com capital nacional ela se

---

[36] As Leis do botânico tcheco, Gregor Mendel, sobre a transmissão genética de caracteres entre gerações, inspiraram estudos sobre eugenia no início do XX ao redor do mundo.

[37] Segundo o Dicionário Houaiss são sinônimos de estrada de ferro: ferrovia e linha férrea. Serão, portanto empregados indistintamente no decorrer do texto.

[38] Nome oficial: Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis.

[39] Atualmente um bairro do município de Magé (RJ).

diferenciou do que seria dali em diante a regra[40]. Ao final do século XIX e início do XX, a construção da malha ferroviária brasileira seria sustentada basicamente por investimentos de capital inglês[41].

> A construção de ferrovias no Brasil começou apenas na década de 1850. A inauguração da primeira parte dos 14,5 km, do Porto de Mauá à estação Fragoso "foi realizada na presença do Imperador em 30 de abril de 1854". Apesar dos fracassos anteriores, em 1852 foram aprovadas novas medidas fixando regras gerais e garantias para a construção de ferrovias no país. A aprovação da lei foi o resultado das pressões feitas pelos fazendeiros, preocupados com os efeitos negativos da extinção do tráfico internacional de escravos em 1850. Duas importantes concessões foram aprovadas estreitamente relacionadas com os interesses da agricultura de exportação: uma linha a ser construída na região açucareira da província de Pernambuco e outra na região cafeeira do Rio de Janeiro. Dessa data em diante até o final do século, várias linhas, extensões e ramais foram construídos, em sua maior parte para servir de escoadouro para os produtos de exportação (LAMOUNIER, 2000, p. 48).

Quatro anos depois foi a vez da Estrada de Ferro D. Pedro II (EFDPII), que paulatinamente, com ligações a outras Companhias, atrelou a Corte ao interior do estado, a São Paulo e Minas Gerais. Notadamente havia um interesse em alcançar o Vale do Paraíba, região marcada pela abundante produção cafeeira. Em 1865 passou a ser administrada diretamente pelo governo e, no contexto republicano, seu nome foi modificado para E. F. Central do Brasil[42]. Nos anos seguintes, estradas de ferro foram inauguradas no Recife (Recife *and San Francisco Railway Company*), Bahia (Bahia *and San Francisco Railway Company*)[43], São Paulo (São Paulo *Railway Company)*, que unia o porto de Santos a Jundiaí (1867), destacada região produtora de café no fim do século XIX.

> A década de 1850-1860 é muito auspiciosa para o nosso progresso, pois assistiu ao estabelecimento de nossa navegação a vapor para a Europa (1851), das linhas do telégrafo nacional (1852), da navegação a vapor do Rio Amazonas (1853), do trânsito da União e da Indústria (1858) e do tráfego das ferrovias Mauá (1854), Recife ao S. Francisco (1858), D. Pedro II (1858), Cantagalo (1860) e da Bahia ao S. Francisco (1860), além de numerosas obras públicas de menor vulto (BENÉVOLO, 1953, p. 5).

---

40 Mauá contratou a empresa inglesa "*Sharpe and Sons*" para a construção dessa ferrovia (LAMOUNIER, 2007).

41 Sobre capital inglês e ferrovias a nível internacional no século XIX também Cf. Hobsbawm (1988).

42 A predominância da gestão estatal das estradas de ferro no Brasil só se deu quando da redução das exportações durante a Segunda Guerra. Seguido de prejuízos e declínio das linhas férreas. Em determinado momento a EFCB passou a incorporar outras estradas de ferro em sua estrutura. Este processo se faria completo na segunda metade do século XX, na ocasião da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, que criou a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) extinta em 1999.

43 Ou Companhia da Bahia ao São Francisco (SOUZA, 2007).

Em Minas, primeiro foi a Estrada de Ferro Leopoldina (1874), que ligava a cidade de mesmo nome à região da hoje Além Paraíba (LAMOUNIER, 2000). Essa última companhia se consolidou como a maior concorrente da E.F.C.B. Em 1894, após crise, a companhia foi extinta e em seu lugar surgiu, sob controle de britânicos, em 1898, a *The Leopoldina Railway Company Ltd*. ligando Minas ao Rio de Janeiro.

> Em 1909, um decreto concedeu à Leopoldina privilégios para prolongar sua linha até o porto no Rio de Janeiro. Tratava-se de uma demanda dos passageiros da capital, descontentes por fazer diariamente incômodas baldeações para chegarem ao centro da cidade. Depois de alguns problemas com a construção do Cais e da Estrada de Ferro Central do Brasil, a Leopoldina colocou a pedra fundamental de sua estação inicial na Praia Formosa. As estações fixadas na Capital Federal formaram o que ficou conhecido como o subúrbio da Leopoldina. Envolvia os bairros Olaria, Triagem, Penha, Amorim, Bonsucesso, Vigário Geral e Estrela. Além de ligados pelos trilhos, os moradores dessas estações mantinham-se em contato frequentando o "Sport Club Leopoldinense" e o bloco de carnaval "Endiabrados de Ramos" (FRACCARO, 2004, p. 2).

O local onde as ferrovias circulavam dependia de influências políticas e eleitorais. A construção de uma estrada de ferro podia valorizar e muito uma propriedade, tendo em vista a possibilidade de escoamento da produção ou, como será visto, a concessão temporária de mão de obra para esse fim (BENÉVOLO, 1953). Embora, a história do desenvolvimento da malha ferroviária brasileira seja muito mais extensa do que a até aqui citada, esse trabalho não se deterá em seu aprofundamento[44]. Optamos por privilegiar a experiência negra no trabalho ferroviário (pré e pós-abolição). A massiva implantação de ferrovias no país não implicou a substituição do trabalho escravizado pelo livre branco europeu ou mesmo um tipo de transição para o uso de mão de obra exclusivamente livre. Havia, sim, a coexistência entre escravização e assalariamento[45]. Como veremos o assalariamento não se restringiu ao europeu. Nacionais brancos e negros (livres e libertos) também poderiam ser contratados sob essa modalidade. O uso de africanos livres, sob os "cuidados" do Estado, também estava nos planos das companhias ferroviárias[46].

---

[44] Sobre estado da arte da historiografia ferroviária no Brasil Cf. Oliveira & Correa (2018).

[45] Ainda coexiste se observado por exemplo as relações análogas à escravidão. Ou mesmo sua explícita manifestação como na Líbia onde pessoas negras (africanas!) em 2017 eram vendidas como escravas. Cf.: https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/11/25/africanos-sao-torturados-e-vendidos-na-libia-o.htm

[46] Após 1831, todos os africanos(as) apreendidos e transportados para o Brasil eram considerados oficialmente livres pelo Estado, que os "acolhia" e os mantinha em cativeiro por pelo menos 14 anos, para trabalhar de modo a "aprender" a conviver como livres. Foram chamados de "africanos livres" ou pejorativamente de "meia-cara", segundo Bertin (2006). Além de trabalhar em obras e

Maria Lúcia Lamounier (2000; 2008) considera recorrente a coexistência entre trabalho livre e escravizado na construção de ferrovias do XIX ainda que sob proibição de legislações imperiais[47]. Algumas proibiam a aquisição de escravizados pelas Companhias ferroviárias, mas silenciaram quanto a alugá-los. Parte significativa das Companhias faziam uso de mão de obra escravizada para construção e manutenção das linhas de trem: "escravos, imigrantes e trabalhadores brasileiros livres e pobres constituíram a grande maioria dos trabalhadores nas obras de construção das estradas de ferro no Brasil" (LAMOUNIER, 2008, p. 3). Segundo explica:

> [...] as ferrovias não contribuíram significativamente para alterar os moldes em que se pensava a transformação das relações de trabalho para o trabalho livre. No último quartel do século XIX, os planos e políticas implementados no país buscavam promover a transformação das relações de trabalho tendo como base contratos de serviços e legislações repressivas. Os padrões de trabalho nas obras de construção das ferrovias seguiam as regras e os mecanismos instáveis de um mercado de trabalho bem peculiar fortemente condicionado pela agricultura voltada à exportação em uma sociedade baseada no trabalho escravo (LAMOUNIER, 2008, p. 3).

Robério Souza (2007), historiador negro, identificou a presença de livres, libertos e escravizados nacionais e estrangeiros na construção da primeira ferrovia da Bahia, que ligou o interior do sertão baiano a capital Salvador, a Bahia *and San Francisco Railway Company* (BSFR) com o primeiro trecho inaugurado em 1860. O território baiano, que recebeu baixo número de pessoas brancas europeias, ainda assim os teve presentes nesse tipo de trabalho, o que porém não invalidou a presença de trabalhadores afrodescendentes.

---

serviços públicos, o Estado os cedia a companhias, indústrias e instituições assistenciais (Cf. capítulo 3) . Muitas estradas de rodagem foram construídas por africanos livres. Segundo Sedlacek (2016), por muito pouco, no Rio de Janeiro, a Companhia da Estrada de Ferro de Cantagalo viu frustrado seu planejamento de uso deste tipo de mão de obra. Em 1864, com o Decreto 3.310 de 24 de setembro foram considerados livres de fato. Para compreensão da situação de africanos livres no Brasil Cf. Mamigonian (2017) e Bertin (2006).

[47] Decretos como o nº 641, de 26 de Junho de 1852 e o Decreto 1.030, de 07 de agosto de 1852, são exemplos, de legislações que versavam sobre concessões para construção de estradas de ferro em determinados municípios do país e expressavam no artigo 9º a obrigação das empresas sobre a não contratação de pessoas escravizadas, e manifestava a predileção por mão de obra de estrangeiros para as atividades: "A Companhia se obriga a não possuir escravos, e a não empregar no serviço da construcção [sic.] do caminho de ferro senão pessoas livres, que sendo nacionais [sic.] poderão gozar da isenção do recrutamento, bem como da dispensa do serviço activo [sic.] da Guarda Nacional; e sendo estrangeiros participarão de todas as vantagens que por Lei forem concedidas aos colonos uteis [sic.] e industriosos."

Os trabalhadores “nacionais”[48] na BSFR, conforme Lamounier, foram maioria nesse período: “Em 1860, o presidente da Província da Bahia relatou que havia 3.639 homens empregados na construção da BSFR (123 km): 2.069 brasileiros, 446 italianos, 107 ingleses, 11 alemães, 4 franceses, e 2 suíços” (2000, p. 58).

> Embora fosse considerável o contingente de imigrantes nas construções das estradas de ferro baianas na segunda metade do XIX, seria um engano acreditar que trabalhadores nacionais não se fizessem presentes no mundo do trabalho ferroviário daquele período. A partir da documentação consultada, é possível argumentar que a mão-de-obra fundamentalmente empregada, pelo menos na construção de estradas de ferro baianas, foi recrutada no Brasil. Nessa direção, encontramos diversas relações nominais de milhares de trabalhadores nacionais empregados tanto na construção como no funcionamento da ferrovia entre 1858 a 1869. *Em relação à questão da mão de obra nacional nas obras ferroviárias, é importante destacar a presença negra, que constituía a principal força de trabalho da Província [da Bahia] e que compunha majoritariamente a sua demografia naquele período.* É bem provável que muitos negros livres, libertos ou escravos, juntamente com os estrangeiros, trabalhassem na construção e no funcionamento de estradas de ferro na Bahia. Era difícil fiscalizar e coibir o emprego de braços escravos nas ferrovias, uma vez que os contratos que regiam as construções de estradas de ferro eram firmados diretamente entre o governo e as empresas concessionárias e não com os empreiteiros, que, na verdade, eram os grandes responsáveis pelo recrutamento da força de trabalho (SOUZA, 2007, pp. 42-3, grifos nossos).

No mesmo ano de inauguração da BSFR um engenheiro e fiscal do governo daquela província denunciou o emprego de mão de obra escravizada nas obras da ferrovia, confrontando as normas em vigor. “Os trabalhadores livres [...] todos os dias dirigem-me amargas queixas por terem sido a eles preferidos os escravos” (SOUZA, 2007, p. 43). A negociação entre os construtores das ferrovias (ingleses) e os “senhores” têm seus indícios, por exemplo no Rio de Janeiro com a Estrada de Ferro Dom Pedro II.

> O relatório de um engenheiro-chefe, em 1860, nos informa acerca das dificuldades para disciplinar e fixar os trabalhadores importados e relata o emprego de “homens resistentes ao trabalho, mas que, no entanto seriam instruídos”. Os empreiteiros da D. Pedro II recrutavam, localmente, trabalhadores, “filhos do país e negros, que depressa se habilitam para um trabalho eficaz, e serão sempre mais fáceis de dirigir do que os mineiros importados da Europa ou dos Estados Unidos...”. Em verdade, muitos desses trabalhadores nativos da Estrada de Ferro D. Pedro II eram escravos que os fazendeiros alugavam para os serviços da estrada de ferro na época de suspensão dos trabalhos das lavouras (SOUZA, 2013, p. 45-6).

O trabalho nas ferrovias conferia ao sujeito escravizado certa possibilidade de utilizar algum recurso na compra de sua própria liberdade. Alguns o faziam sem o

---

[48] O que pode incluir pessoas pretas, brancas e “mestiças” como eram na época denominadas pessoas nascidas de relação interracial.

conhecimento de seus senhores. O que também leva a crer que muitos pudessem se apresentar como livres. Inclusive com esse discurso, o do desconhecimento da condição jurídica do trabalhador, responsáveis pelas ferrovias poderiam defender-se da acusação de uso de mão de obra escravizada (SOUZA, 2013). Para Lamounier (2000) diante da demanda pelas ferrovias os “proprietários” de pessoas africanas e afrobrasileiras escravizadas os puseram a “alugar” ou pôr “ao ganho” para esse tipo de trabalho.

> Observadores da época afirmavam que os salários nas ferrovias constituíam um forte apelo para proprietários de escravos que podiam desviar força de trabalho da agricultura. Em 1860, um funcionário do Governo observou que a construção de ferrovias demandava um número grande de "homens livres e escravos", anteriormente dedicados à agricultura. De acordo com Sebastião Ferreira Soares, a mudança era devida aos "altos jornais de 2$000 a 2$500 diários que eram oferecidos pelas companhias...". Quando o cônsul suíço, Tschudi, visitou uma fazenda de café na província do Rio de Janeiro, observou que o proprietário cultivava um excelente café, mas em escala reduzida. O fazendeiro explicou ao Cônsul que era mais vantajoso "alugar seus escravos a 1,800 réis por dia nos trabalhos da ferrovia e na construção de estradas do que ocupá-los no cultivo do café". É importante ressaltar que essa época foi o auge do café no Rio de Janeiro (LAMOUNIER, 2000, p. 63).

No Brasil no trabalho de construção das ferrovias além de “brancos” europeus como ingleses, belgas, italianos e alemães também foi registrada a presença de “amarelos”, como eram chamados os chineses. Muitos europeus e outros estrangeiros, ao contrário do que se construiu no nosso imaginário coletivo, não tinham qualificações ou experiência anterior com esse tipo de trabalho (LANNA, 2016)[49]. Como já explicado também “negros” escravizados compunham esse contingente de trabalhadores. Os sujeitos livres do país idem[50].

> Em meados de 1870, a população brasileira era de 9.930.478, incluindo 1.285.496 escravos, ou seja, 12,9% do total. De acordo com o censo de 187, cerca de 0% da população brasileira estava engajada em atividades agrícolas, 1% no comércio e 0,19% na manufatura e 7,5% eram compostos de mecânicos, carpinteiros, ferreiros, fabricantes de chapéus, entre outras funções. O censo também mostra que 42 % da população total vivia sem uma ocupação definitiva [...]. O fato de indivíduos não possuírem ocupação, no entanto, não significava ausência de trabalho. Muitas vezes a falta de ocupação significava o engajamento em atividades temporárias, em serviço irregular e não permanente (LAMOUNIER, 2007, p. 367).

---

[49] “A construção de ferrovias demandava um grande número de engenheiros, técnicos, trabalhadores qualificados e semiqualificados. Mas, demandava principalmente um grande número de trabalhadores não qualificados” (LAMOUNIER, 2000, p. 44).

[50] Supõe-se que a autora também se refira a pessoas negras nascidas no Brasil e não escravizadas.

Segundo Lamounier (2007) o recurso a trabalhadores livres no fim do XIX foi recorrente em regiões, como São Paulo e Rio de Janeiro, produtoras de café. A alta demanda, articulada à desagregação do trabalho escravizado, provocou o uso desses sujeitos como mão de obra, segundo Lamounier, disponível em abundância. A sazonalidade dessa disponibilidade para o trabalho nas ferrovias ocorria tendo em vista que muitos alternavam entre esse e o trabalho nas fazendas cafeeiras.

A São Paulo *Railway Company* (SPR) investiu capital no translado de trabalhadores brancos europeus e contratando outros que vieram por outros meios. A maioria, portugueses, mas havia alemães e italianos também. Com o tempo os trabalhadores locais começaram a ser contratados, inclusive para trabalhos considerados qualificados, como a construção de túneis. Em 1860 um engenheiro da empresa afirmou sobre a demanda por esse tipo de trabalho: um "número considerável de nativos e negros têm sido treinados nos túneis, e 67 deles com certeza constituirão trabalhadores regulares e de primeira classe" (LAMOUNIER, 2000, p. 61).

Outro tipo de mão de obra “disponível” para “contratação” nas ferrovias era a daqueles que fugiam, desertavam do serviço militar obrigatório (da Marinha de Guerra/Armada ou do Exército). A política de repressão à vadiagem e ao ócio, que era direcionada, sobretudo, a negros, sejam livres ou libertos, levou a intensificação da prática do recrutamento compulsório por estes organismos militares. Desse modo, a mobilidade e a localização distante das ferrovias apareciam como alternativa para a liberdade. Ser um sujeito negro e livre no século XIX significava estar sujeito a escravizações “ilegais” ou ao recrutamento militar quase inegociável. O medo da exposição a essa situação estava ainda vinculado ao temor dos castigos físicos a que estariam sujeitos (SOUZA, 2013).

> De fato, leis contra a vadiagem puniam com prisão e trabalho forçado todos aqueles que não provassem que possuíam ocupação. As leis de recrutamento militar também providenciavam para que aqueles que não estivessem engajados em atividades da agricultura de exportação fossem alistados para a Guarda Nacional ou para o Exército (no caso da Guerra do Paraguai, 1865-1870) (LAMOUNIER, 2007, p. 367).

O Código Criminal de 1830 estabeleceu as “galés” e a prisão com trabalho forçado como penas para determinados crimes. Consistia na obrigação de andar, em grupo ou não, acorrentados e empregar-se em trabalhos públicos. Era comum que essas pessoas trabalhassem na abertura de estradas de rodagem. A prisão com

trabalho exigia dos réus a obrigação de trabalhar quando isso lhes fosse designado. O tipo de atividade desempenhada deveria ser compatível com o “sexo” da pessoa aprisionada. O réu, poderia ser uma pessoa escravizada. O período da pena podia variar entre meses ou para toda a vida do condenado.

De todo modo importa registrar que a presença de pessoas negras, na condição de livres, libertas ou escravizadas, trabalhando nas ferrovias variou conforme a região do país, mas existiu. Isso inclui regiões como São Paulo. E, como foi indicado, em alguns locais na Bahia.

Em nossa ótica, a experiência negra de ex-escravos ou de seus descendentes surge aqui como fator diacrítico no processo de formação da classe trabalhadora urbana baiana, especificamente no universo ferroviário, no período do pós-abolição (SOUZA, 2007, p. 67).

Para Lamounier (2008) essa conjugação de força de trabalho livre e escravizado não foi exclusiva do Brasil. Nosso trabalho optou por privilegiar a experiência negra. Portanto, vale a pena considerar rapidamente sua manifestação em Cuba, país do Caribe, e em outros países das Américas, com o exemplo dos Estados Unidos.

As obras de construção de todas as grandes ferrovias no exterior contaram com a importação de trabalhadores imigrantes, europeus e/ou *coolies* chineses e indianos. Isso ocorreu com as ferrovias construídas nos Estados Unidos, México, Cuba e em países da América do Sul, entre outras. As dificuldades de recrutamento de um número adequado de trabalhadores durante as obras de construção das ferrovias americanas no século XIX levaram, por exemplo, à importação massiva de trabalhadores asiáticos (chineses) para aquele país (LICHT 1983, p. 61). Na *Atchison, Topeka & Santa Fe Railroad*, entre 1869 e 1900, os trabalhadores eram de diversas origens; havia imigrantes italianos, mexicanos, negros e índios nativos. Segundo Ducker (1983), os italianos eram empregados em atividades que não exigiam qualificação, na manutenção dos trilhos e na construção de pontes e prédios. “Eles eram engajados em grupos em Chicago ou *Kansas City* e levados para o local de trabalho”, e eram considerados bons trabalhadores, até mesmo dispostos a trabalhar sete dias na semana por um salário bem diminuto (p. 28). Os chineses também foram empregados nas obras de construção das ferrovias em Cuba (ibid., p. 233).

Em Cuba, no período escravista, sustentado pela economia açucareira, as companhias ferroviárias tanto alugavam quanto compravam pessoas para trabalhar como escravizadas. A demora na extinção do tráfico (1860) possibilitou que fosse mais “fácil” fazer isso do que contratar força de trabalho livre. Mesmo que o custo fosse equivalente. Por isso empresas como *Cárdenas and Júcaro Railroad*, *Caminos de Hierro de La Habana*, *La Bahia e Cienfuegos Railroad* o fizeram: “em 1859, cerca de 50% da mão-de-obra empregada na Estrada de Ferro *La Bahía* (*Bay Railroad*) era constituída de escravos” (LAMOUNIER, 2008, p. 223).

Nos Estados Unidos as perguntas onde e quando também devem ser consideradas para reconhecer o perfil racial dos trabalhadores[51]. No fim do século XIX segundo Licht (1983) o trabalho ferroviário na parte Norte dos Estados Unidos era predominantemente composto por trabalhadores brancos[52]. Enquanto isso no Sul os trabalhadores escravizados foram maioria desde antes da Guerra de Secessão (1961-1965). Ocuparam variadas posições foguistas, guarda-freios, trabalhadores de linha, na estação, mecânicos etc.

Findada a Guerra de Secessão (1865) foi estabelecida a Abolição da escravidão naquele país pela 13ª Emenda constitucional. A 13ª emenda tornou proibida a escravização de pessoas. Ao mesmo tempo tornou legal a punição por

---

[51] A depender da região e período, no Norte, por exemplo é possível localizar alemães com abundância (LICHT, 1983). Em São Francisco, os asiáticos foram maioria entre os ferroviários na *Transcontinental Railroad*, inaugurada em 1869. A população nativa local também esteve entre este grupo (KARURA, 2019)

[52] *“The almost total exclusion of blacks in the northern part of the railway industry during the mid-nineteenth century, even in the most menial of positions, is striking. In the 1860 census for the city of Philadelphia, not a single black male is listed as holding a position in the railroad trade. In 1870 only twelve men are so designated; in 1880, thirteen. While black Americans represented more than 4 percent of the city's total workforce, they accounted for less than 1 percent of the railwaymen working and residing in Philadelphia.There is also an almost complete absence of mention of blacks in the northern industry in corporate records, railway trade papers, or reminiscences. An occasional reference can be found. In the 1840s, the Philadelphia & Columbia Railroad employed Sam Jones as a baggageman. He was thought to be the first black to be hired by a Pennsylvania company. From travelers' accounts, it appears that the New York Central employed black baggage-men at stations and black porters on sleeping cars”. An occasional reference can be found. In the 1840s, the Philadelphia & Columbia Railroad employed Sam Jones as a baggageman. He was thought to be the first black to be hired by a Pennsylvania company. From travelers' accounts, it appears that the New York Central employed black baggage-men at stations and black porters on sleeping cars”. George Pullman, of course, began hiring ex-slaves as Pullman porters and conductors in the late 1860s, though they remained totally under the hire, management, and pay of Pullman officials. Aside from these examples, indications are that blacks were not employed on northern lines; they were not hired on the Chicago, Burlington & Quincy, nor on the northern division of the Illinois Central. Railroad companies servicing Philadelphia apparently did not make a practice of giving employment to blacks either. Although no one discussed the issue or articulated reasons for the absence of blacks, it is probably safe to assume that racial discrimination in the North, pure and simple, was the root of the problem.* (LICHT, 1983, pp. 223-4).

meio de servidão involuntária[53]. Após essa legislação[54], tornou-se comum no fim do século XIX e início do XX as chamadas *chain gangs* (gangues acorrentadas). Sob regime de trabalho forçado, estas pessoas, predominantemente negras, desempenhavam várias atividades. A maioria delas ligadas ao trabalho que exigia força física. A construção e manutenção das linhas ferroviárias, foi uma delas, sobretudo no Sul, mas não exclusivamente. Uma atividade com sentido próximo às galés no Brasil.

No período chamado de a "Grande Reconstrução" os Afro-americanos ex-escravizados continuaram a trabalhar nas ferrovias. George Pullman inventou um tipo de vagão de trem confortável o suficiente a quem estivesse disposto a pagar por longos períodos de viagem sentindo-se em um hotel de luxo, o trem-dormitório. Pouco tempo depois fundou a *Pullman Car Company* (1862), próximo a Chicago, e firmou contratos com Companhias ferroviárias e nos trens acoplou seus vagões, cerca de 9.800 unidades. Para oferecer serviços nos vagões foram contratados carregadores (*porters)* nome genérico para os encarregados dos serviços de limpeza, transporte de cargas e atendimento naqueles vagões. Pullman priorizou contratar carregadores Afro-americanos, os *Pullman porters*. O foco na contratação de trabalhadores Afro-americanos estava ainda associado à possibilidade de pagar baixos salários. As condições salariais e de trabalho eram definidas pelas orientações gerenciais da empresa, sem margem de negociação com estes sujeitos (ALLEN, 2015).

Ao mesmo tempo, a prioridade em sua contratação criava um clima "confortável" aos clientes (brancos). O conjunto de leis Jim Crow (1876-1965) não poderia ser mais simbólico. Sujeitos negros como criados compunham a paisagem esperada ao longo da viagem. A grande maioria homens, embora mulheres negras estivessem em alguns destes carros trabalhando[55]. A comunidade negra ocupou o

---

[53] *Amendment XIII (1865) Section: 1. Neither slavery nor involuntary servitude, except as a punishment for crime whereof the party shall have been duly convicted, shall exist within the United States, or any place subject to their jurisdiction. Section 2: Congress shall have power to enforce this article by appropriate legislation (Constitution of the United States of America, 2019).*

[54] Essa legislação na íntegra permanece em vigor neste país e se tornou internacionalmente conhecida com o Documentário de mesmo nome "13ª emenda" (13th, 2016). Atualmente, multinacionais continuam a usar a força de trabalho de pessoas aprisionadas. Pesquisas, como a do *Institute for Criminal Policy Research* (ICPR, 2018), demonstram que este mesmo país tem a maior população carcerária do mundo.

[55] Os carregadores (*porters*) da Pullman, muitas vezes eram chamados pelos passageiros apenas de Georges ou *boys*. Ora, uma das maneiras de desconsiderar a subjetividade do outro é previamente ignorar sua condição como alguém que possui o próprio nome. No caso da segunda

quanto pôde esse espaço de trabalho. Foram milhares os contratados. Em comparação a outras ocupações, essa aparecia como alternativa menos penosa, além de oportunizar, através dos trilhos, a mobilidade de Sul a Norte, Norte a Sul do país. Gerações inteiras de uma mesma família se tornaram *porters*[56].

Sob a vigência das leis segregacionistas os *porters* Afro-americanos fundaram um dos sindicatos mais importantes para a comunidade negra do século XX, *The Brotherhood of Sleeping Car Porters (BSCP)*[57]*.* Sem apoio da Associação sindical nacional, dominada por brancos, manteve fortes relações com as igrejas e atividades comunitárias negras (ALLEN, 2015).

Brotherhood of Sleeping Car Porters (BSCP) teve ativa participação na mobilização pelos direitos civis de Afro-americanos. De 1941 a 1947, Philip Randolph, um dos líderes da BSCP, tentou organizar a *March on Washington Movement* (MOWM) em protesto ao tratamento discriminatório de Afro-americanos no mercado de trabalho. Esse esforço inspirou o grande líder Martin Luther King na continuidade da luta pelos direitos civis na década de 1960[58].

Ilustração 3 - Membros da Brotherhood of Sleeping Car Porters(1929)

Delegates to the First Annual Convention of the Brotherhood of Sleeping Car Porters in 1929 in Chicago. A. Philip Randolph is seated, second from left. Dellums is standing alone on right. (*Courtesy of Marva Dellums*)

Fonte: Allen (2015, p. 56).

---

nomeação, *boy*, ela ao mesmo tempo aparece como uma tentativa de infantilização dos homens negros, historicamente conhecida nos Estados Unidos, que deixa explícito que homens (brancos) são superiores a eles, *boys* (negros).

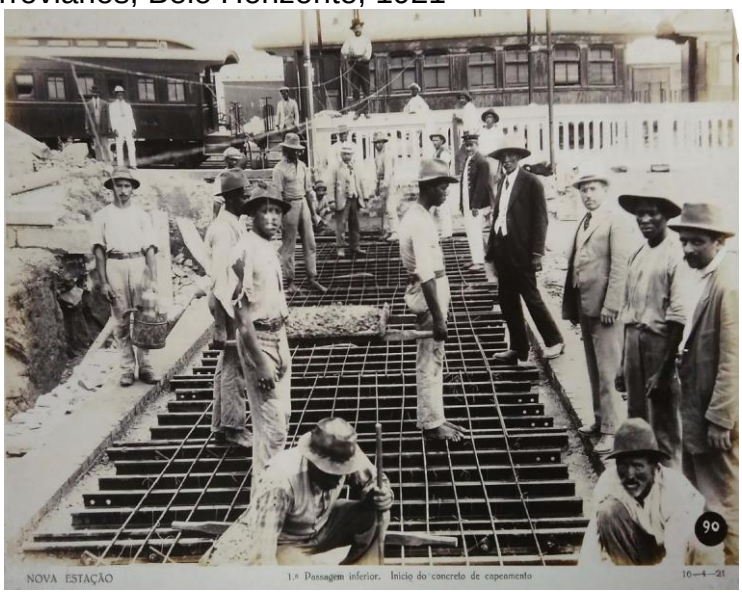
[56] Como por exemplo Terry, o tio avô de Michelle Obama. Em uma passagem do livro *Becoming*, auto-biografia da ex-primeira dama dos EUA lançada em 2019, a profissão de Terry, um *Pullman Porter*, é citada quando rememorada a infância de Michelle em Chicago.

[57] Pode também ser identificada como "*The Brotherhood of Sleping Car Porters and Maids* (BSCPM)".

[58] Agradeço imensamente ao querido Clayton pela generosa explicação sobre a relação entre os ferroviários Afro-americanos e a luta pelos dos direitos civis.

No Brasil pós-Abolição trabalhadores negros continuaram a trabalhar como ferroviários, isso claro variou de região para região. Os arquivos de imagem do Museu do Trem no Rio de Janeiro tem um arquivo com incontáveis fotos. Contudo, quase todas elas registram o maquinário das obras para abertura de linhas, obras de engenharia em geral. Os trabalhadores quase nunca aparecem nos registros fotográficos. Das poucas imagens de trabalhadores ferroviários localizadas no Museu do Trem, todas são do pós-Abolição em diante. A maioria da década de 1930 em diante. Oliveira (2018) explica que durante muito tempo as fotografias cumpriram finalidades especificas para a engenharia ferroviária (acompanhamento da obra, verificação de suas condições, andamento etc.) ou auxiliaram na propaganda das Companhias de Estrada de Ferro.

Ilustração 4 - Ferroviários, Belo Horizonte, 1921



Fonte: Arquivo Museu do Trem no Rio de Janeiro

Ilustração 5 - Turma de ferroviários, construção de linha. Brasil (s/d, s/l)

Fonte: Arquivo Museu do Trem no Rio de Janeiro

Ilustração 6 - Turma de ferroviários na construção da linha. Brasil (s/d, s/l)

Fonte: Arquivo Museu do Trem no Rio de Janeiro

1.4 **Ser marítimo no Brasil: A Armada, a Mercante e os trabalhadores negros**

É oportuno indicar que nosso trabalho ao se referir a “marítimos” está tratando dos trabalhadores "civis" da Marinha Mercante. A Marinha Mercante tem o intuito de estabelecer a navegação marítima com fins comercial, recreativo ou pesqueiro. No século XIX se dividia, para tanto, em três áreas: navegação de cabotagem, na costa nacional; navegação de longo curso (internacional); e tráfego dos portos, de caráter interprovincial (OLIVEIRA, 2013). A Armada[59], ou Marinha de Guerra, compõe as forças militares do país. A história da Armada e da Mercante, porém, está interligada.

A atividade mercante era controlada pela Marinha de Guerra, ao menos no campo administrativo, segundo estabelecido no Decreto Imperial n. 358 de 1845. As Capitanias dos Portos, por exemplo, estavam sob responsabilidade de um oficial superior da Armada. Todos os trabalhadores mercantes do país, livres ou escravizados, seja da tripulação da navegação ou cabotagem deviam ser antes matriculados nos registros da Marinha de Guerra, cujo controle via Capitania dos

[59] No momento de sua criação como instituição brasileira no século XIX, após a independência do país em relação a Portugal, foi chamada de Armada Imperial Brasileira ou simplesmente Armada, como ainda era chamada no começo do período republicano (NASCIMENTO, 2011; OLIVEIRA, 2013). Outro termo da época pelo qual pode ser conhecida é "Esquadra".

Portos era mensal[60] (OLIVEIRA, 2013). A intrínseca relação entre a Armada e a Mercante auxiliará a recuperar, do ponto de vista racial, a composição dos trabalhadores marítimos da Mercante.

Deve-se dizer também que por marítimos[61] se entende uma gama de níveis hierárquicos e especialidades distintas. Estas variações se modificam na Armada[62] e na Marinha Mercante. Um exemplo é a função de “marinheiro”, que na Armada pode se referir aos praças e na Mercante à diferentes funções desempenhadas por marítimos de baixa patente, seja na seção de máquinas, nos estaleiros ou no convés. A análise a que se refere essa seção não se refere, porém aos marítimos de alta patente, chamados de "oficiais". Na Armada os oficiais eram oriundos das elites, formados pela Escola Naval e faziam parte da burocracia do Império. Vera Marques e Silvia Pandini (2004) observaram que diferenças de tratamento e condições na Armada entre oficiais e praças foi visível até nos distintos padrões alimentares concedidos pela instituição. Ao mesmo tempo a clivagem racial entre os oficiais e praças é flagrante na Armada. Na Mercante não foi diferente (ver ilustrações 10 e 11). Contudo, deve-se ter em mente que na Mercante, nosso foco de interesse, tendo em vista a Lei Eloy Chaves, tanto oficiais quanto marinheiros compõem a mesma categoria: marítimos[63].

Os trabalhos de Oliveira (2013), Cabral (1970), Cruz (2000) e Lamounier (2008) possibilitam identificar pistas para afirmar a presença negra (como escravizados, livres e libertos) entre os trabalhadores da Marinha Mercante, tomando como referência cidades do Sul do país e o Rio de Janeiro. É a partir da relação com a Marinha Mercante com a Armada Imperial que algumas dessas pistas se estabelecem. Primeiro, o uso de mão de obra escravizada por ambas; segundo, a captura de “vadios” pela Armada; e, terceiro, o treinamento nas Escolas de

---

60 Em 1921 essa obrigatoriedade passou a ser posta pelo Ministério da Marinha por meio do Decreto 16.197 que obrigava os estivadores a também se matricular nas Capitanias dos Portos. Foram considerados forças da reserva (ALMEIDA, 2003).

61 Também chamados de aquaviários.

62 Para uma compreensão detalhada da hierarquia e das funções na Armada do XIX, consultar Castro (2012).

63 No caso da Marinha Mercante a hierarquia hoje é entre oficiais, de nível superior militar, formados na Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) e praças (com formação em nível médio, técnico e superior não militar). A EFOMM é uma instituição de ensino superior militar, formada por duas outras instituições: o Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) e o Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA). Para os marinheiros, os de baixa patente, a formação pode se dar em instituições como o Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), antiga Escola de Aprendizes-Marinheiros. Agradeço à minha querida amiga Gabriela por me explicar a estrutura da Marinha Mercante hoje.

Aprendizes de jovens órfãos "desvalidos" também pela Armada. Muitos desses sujeitos eram negros, cuja mão de obra seria partilhada com a Marinha Mercante[64].

Oliveira (2013), amparado em Hendrick Kraay (1996), aponta outra relação entre escravizados e a Armada. Assim como nas ferrovias, os escravizados em fuga recorriam ao alistamento na Armada apresentando-se como livres[65]. Para tanto, se colocavam como experientes no trabalho náutico (RODRIGUES, 2015). Essa prática foi chamada de “abrigo da farda”, como explica Nascimento (2000). Mesmo que pudessem sofrer com castigos e ser descobertos a qualquer tempo ali, além da farda que lhes conferia certo status, teriam uma recompensa (exclusiva para o alistamento voluntário) e um salário.

Ademais, havia os escravos-marinheiros cuja regulamentação na Armada se deu em 1825[66]: o aluguel (ao ganho) e a compra. O mesmo se dava com a Mercante cujos armadores (donos das embarcações) compravam ou alugavam pessoas. Alguns dos escravizados podiam aproveitar essa mobilidade para fugir de fato, mas houve casos em que exigiram sua liberdade nos termos legais em viagens internacionais[67] como em 1779 um grupo saído do Brasil o fez em Portugal[68] (RODRIGUES, 2011). Compondo essa heterogeneidade de condições jurídicas havia ainda os libertos e livres, o que inclui nascidos no Brasil ou não.

Tratou-se de uma diversidade que a Marinha Mercante experimentou. Com seus negociantes, proprietários de embarcações, nacionais e internacionais, senhores que alugavam escravizados, capitães se depararam, então, com a demanda de organizar um contingente de trabalhadores entre livres, libertos e escravos de modo a garantir seus interesses comerciais (OLIVEIRA, 2013).

---

64 "Ao longo do período imperial alterações foram feitas na legislação que regulava o ingresso de marinheiros nas fileiras da Armada, mas quatro foram as formas básicas utilizadas, a saber: o engajamento voluntário, a contratação de estrangeiros, o recrutamento e o alistamento de menores oriundos das escolas de aprendizes (NASCIMENTO, 2001, pp. 67-68).

65 O romance *Bom crioulo*, de Adolfo Caminha, retrata precisamente esta condição por meio da história de Amaro. Essa obra também ficou conhecida por ser uma das primeiras sobre relações homoafetivas interraciais no espaço militar. Meu primeiro contato com essa obra foi através de Nascimento (2000).

66 De acordo com Oliveira (2013), em dado momento no século XIX passou a ser proibida a presença de escravizados no serviço militar, o que inclui a Marinha de Guerra. Na Marinha Mercante a contratação de escravizados se manteve. A Marinha de Guerra do Brasil, de início, também recorreu a trabalhadores estrangeiros, portugueses e ingleses, em especial. Mas o foco deste trabalho, como já mencionado, é na experiência de trabalhadores negros.

67 Uma conhecida análise sobre as rotas atlânticas e marinheiros escravizados entre o século XVII e o XVIII pode ser encontrada em Linebaugh & Rediker (2008).

68 Portugal proibiu o tráfico e escravização de pessoas africanas para seu território na Europa em 1761 e 1773, respectivamente (RODRIGUES, 2011).

No Rio Grande do Sul, na cidade de Rio Grande, a população africana e afrobrasileira escravizada em 1842 era de 47% da população total. No ramo náutico, os “marinheiros-escravos” também estiveram ao lado de outros trabalhadores. Oliveira (2013) em uma passagem de sua tese de doutorado, que analisa em perspectiva histórica o universo dos marinheiros das Marinhas de Guerra e Mercante, entre 1835 e 1864, na cidade de Rio Grande (RS), descreve um cenário que acolhe a diversidade racial dos marítimos daquela cidade. A relação entre o trabalho livre e escravizado, mais uma vez, não era divergente. Sugere também a conciliação entre várias atividades laborais.

> A região portuária de Rio Grande estava ligada a um complexo mais amplo de espaços de vivência econômica e social, tais como praças, fontes d'água, tabernas, moradias populares, casas de hospedagens, o Mercado Público, armazéns e casas comerciais, zungus e áreas de quitandas, todos próximos às margens da Laguna dos Patos onde se situavam os trapiches. Estes espaços eram cotidianamente vivenciados – por motivo de lazer e trabalho – não somente por marinheiros, mas também por trabalhadores envolvidos em outras atividades. Situação que colocava em contato uma variedade de sujeitos portadores de ideias, sentimentos, expectativas, projetos e visões particulares de mundo, moldadas por uma diversidade de variáveis como etnicidade, condição jurídica, gênero, pertencimento religioso, inserção no mundo do trabalho, trajetória pessoal, etc. Traço marcante destes grupos era a heterogeneidade, uma vez que eram compostos por africanos e afrodescendentes, livres e escravos, brancos e pessoas “de cor” de origem nacional ou estrangeira. O próprio grupo dos marinheiros era amplo e igualmente diverso na medida em que incluía personagens de diferentes origens e condições jurídicas, com destaque para uma significativa presença de estrangeiros e escravos em seus quadros, muitos inclusive conciliando atividades náuticas com outras ocupações na cidade (OLIVEIRA, 2013, p. 20, grifos nossos).

Em Rio Grande, o porto também foi de desembarque do tráfico transatlântico e interno de pessoas tornadas escravas, sendo os Portos do Rio e Salvador seus maiores interlocutores. A presença de africanos da Costa da Mina, os minas, particularmente os nagôs, na cidade do Rio Grande foi significativa embora os decorrentes da África Central tenham predominado. Ainda assim os minas tinham ali forte presença na condição de escravos-marinheiros entre 1834 e 1864 (OLIVEIRA, 2013).

Sobre a composição dos tripulantes da Marinha Mercante no Rio Grande do Sul, entre 1846 e 1857, o número de nacionais livres e escravizados compõe juntos 85% dos trabalhadores. Entre 1857 a 1867, no setor pesqueiro, representavam juntos cerca de 76% da mão de obra (OLIVEIRA, 2013).

> O Rio Grande do Sul contava com percentuais de escravos marítimos comparáveis aos das outras províncias citadas, e conforme estes dados o número de escravos na cabotagem chegou a ser maior do que na Bahia e Pernambuco, províncias que juntamente com o Rio de Janeiro constituíam as que maiores vínculos mantinham com o Rio Grande do Sul mediante o circuito comercial marítimo. A presença do trabalhador escravizado nas tripulações mercantes do Brasil oitocentistas já foi apontada por estudos como o de Luiz Geraldo Silva, para quem a inclusão de negros livres e escravos no universo náutico luso-brasileiro remeteria ao século XVI e decorreria de dois fatores fundamentais: articulava tradições náuticas ibéricas e africanas, bem como dialogava com o profundo desprezo pelo trabalho servil, uma vez que houve crescente associação entre trabalhos marítimos e trabalhadores escravizados (SILVA, 2001, pp. 66-70); (OLIVEIRA, 2013, p. 91).

Homens escravizados, identificados como marinheiros, estavam na antiga Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, capital de Santa Catarina, localizada no Sul do Brasil. Popinigis (2012, p. 198) afirma que o Mercado da Praça muito próximo ao Cais era conhecido pelas quitandeiras negras, que desde o século XVIII, vendiam “legumes, frutas, doces, peixe seco e comida preparada para servir aos escravos ao ganho, de modo semelhante ao que ocorria em outras grandes cidades da América portuguesa, com presença significativa de africanos, e na própria África”. Ali estavam também os carregadores, marinheiros e estivadores.

Sobre Santa Catarina, o historiador conservador Oswaldo Cabral[69] afirma:

> O elemento escravo em Santa Catarina não teve, como em outras regiões do país, largo emprego nas fainas agrícolas, só muito raramente, aqui, era empregado. As principais fainas a que foram destinados prediam-se ao trabalho nas Armações das Baleias e sua pesca e nas do tráfego marítimo, sendo numerosos os que, marinheiros, eram *empregados* pelos seus senhores *nas embarcações* que existiam na Província. Como empregados domésticos e das casas de negócio de seus senhores se ocupava a maioria – *carregadores, estivadores*, jornaleiros, serventes, encarregados da limpeza das casas, lavadores de vidros e de casas, vendedores ambulantes, operários de várias classes, como pedreiros, carpinteiros, pintores etc. (CABRAL, 1970, p. 167, grifos nossos).

Maria Cecília Velasco e Cruz, ao analisar os mapas estatísticos do ano de 1865 da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, concluiu que as tripulações que navegavam na costa brasileira eram predominantemente negras, sobretudo escravizados. Para a autora apesar da intensificação da imigração européia – portugueses, espanhóis, italianos – no Rio de Janeiro nesse período sua chegada não refez a composição étnico-racial das atividades “tanto no porto quanto no mar” (2000, p. 270).

---

[69] Para o autor, os escravizados em Santa Catarina foram "bem tratados" e os castigos pouco "desumanos" eram exceção (CABRAL, 1979, p. 168).

> [...] *a forte presença dos pretos e pardos na força de trabalho estivadora*, bem como a diversidade das nacionalidades que estão ali representadas não deve surpreender. Esta *realidade é bastante congruente com o perfil dos marítimos existentes na cabotagem e no tráfego interno dos portos brasileiros durante o período imperial.* Segundo os mapas estatísticos da Capitania do Porto do Rio de Janeiro, no ano de 1865, *47,5% da tripulação das embarcações de cabotagem matriculadas na província eram constituídos por homens brancos e 52,5% por homens de cor. Dos brancos, 72% eram estrangeiros, e dos pretos e pardos, 80,2% eram escravos. O tráfego interno do porto e a pesca ocupavam, por sua vez, 908 brancos (26%), sendo 88,8% estrangeiros, e 2.591 pretos e pardos (74%), dos quais 90,2% eram escravos* (CRUZ, 2000, p. 271, grifos nossos).

A autora apresenta dados reveladores da predominância negra, seja na condição de escravizada ou livre, no trabalho marítimo no maior porto do Brasil naquele período. Lamounier (2008), por sua vez, afirma que "no Brasil, no setor de transportes, os escravos eram empregados nas tropas de mulas, na marinha mercante e nas companhias de navegação de cabotagem" (ibid., p. 7).

1.4.1 Recrutamento, mendicância e vadiagem: o *disciplinamento* e a repressão da Armada no Império

Segundo Oliveira (2013) o Ministério da Marinha e a Armada foram instituições criados no contexto de discussão dos projetos de consolidação do Estado Nacional, o que inclui os dilemas sobre a constituição de uma nação para o Brasil. A composição da mão de obra dessa instituição esteve interligada a uma das estratégias de repressão da "vadiagem" e da mendicância.

O "recrutamento" (compulsório) de indígenas[70] , africanos e afrodescendentes escravizados e livres "vadios" pela Armada Imperial no XIX possibilitou a formação da base de seus quadros e isso continuou até pelo menos 1891, quando abolido pela primeira Constituição Republicana[71]. Para Barreto Neto (2009), a maioria dos homens recrutados eram negros.

> Até por volta de 1836, o recrutamento era feito por autoridades policiais, judiciais e da Marinha. Na Corte o responsável era o Inspetor do Arsenal. Em 1829 ele informava à Câmara que, desde 1826, haviam sido realizados recrutamentos trinta e duas vezes, sendo que quatro a partir de ordens escritas e as demais verbais; que somente no Rio de Janeiro haviam sido recrutados mil quatrocentos e oitenta e oito homens e das províncias de São Paulo, Rio Grande, Espírito Santo, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará haviam sido remetidos mil setecentos e

---

[70] Cf. Rego (2016).

[71] Cf. Constituição Federal de 1891, art. 87, parágrafo 3º: "Fica abolido o recrutamento militar forçado".

> sessenta e nove indivíduos. Eram destinados ao Exército, ao corpo de artilharia da Marinha e haviam sido recrutados entre marinheiros de navios mercantes e tropas de primeira linha, estes últimos nas províncias [...]" (ARIAS NETO, 2001, p. 34. apud. OLIVEIRA, 2013, p. 110).

O alvo preferencial eram homens entre 18 e 35 anos, mas crianças e jovens não ficaram ilesos. Os "recrutamentos" eram intermediados pela polícia, delegados e outras autoridades. Essa prática aparecia como um tipo de "moralização" dos recrutados e da nação (NASCIMENTO, 2000). Uma expressão do papel do Estado incutindo o recrutamento como punição, disciplina e constituição de seu poder. Por isso, era evitado o recrutamento de trabalhadores ativos e com famílias (OLIVEIRA, 2013). A Armada chegou, porém a literalmente sequestrar trabalhadores da Marinha Mercante (OLIVEIRA, 2013).

Foi uma das soluções para o grande número de desempregados nas ruas, lidos como mendigos ou vadios pelas autoridades. Ao mesmo tempo, incutir nestes sujeitos os referenciais de disciplina próprios da sociedade baseada no assalariamento que apontava no horizonte. Serviu também como repressão a movimentos contestatórios, como a Insurreição Baiana, conhecida como Sabinada (1837-1838). Cerca de mil homens que dela participaram foram recrutados para a cidade do Rio (KRAAY, 1999). Ou para incremento durante períodos de guerras, como entre 1864 e 1870 (Guerra do Paraguai), quando os recrutamentos forçados foram intensificados (NASCIMENTO, 2000).

> O engajamento e o recrutamento eram métodos comuns a quase todos estados ocidentais da época, tanto em relação às Forças Armadas quanto a marinha mercante (ARIAS NETO, 2001, p. 33). Mas cabe salientar que recrutamento era sinônimo de arregimentação pelo uso da força, constituindo-se num ato compulsório [...]. O recrutamento funcionava, então, como uma saída para problema da proliferação da mendicância, dos menores órfãos, dos homens livres e libertos desocupados e considerados ameaças à propriedade privada, à economia e à moral. (OLIVEIRA, 2013, p. 108).

A Armada e o Exército se beneficiaram largamente dessa prática[72]. Na primeira o isolamento dos navios, o rigor disciplinar e os castigos físicos eram vistos como a solução disciplinar dos empobrecidos livres ou libertos e ao Estado coube essa tarefa. Almeida (2003) indica que desde 1891 a Constituição proibiu o recrutamento, mas instituiu a possibilidade de sorteios entre os homens da Escola Naval, aprendizes de marinheiro, da Marinha Mercante. Contudo, no século XX até

[72] Isso foi mencionado na seção anterior acerca dos ferroviários.

mesmo os estivadores passaram a ser recrutados, ao qual a União dos Operários Estivadores[73], seu órgão representativo, reagiu judicialmente.

Por outro lado, mesmo o trabalho na Marinha Mercante era temido por não se diferenciar no que toca ao rigor.

> O recrutamento para a Armada foi um importante elemento no processo de disciplinamento e controle da população liberta ou livre pobre. *O sistema disciplinar do navio chegou mesmo, por vezes, a ser visto como mais eficiente do que as casas de correção*, de maneira que, ao lado dos senhores que se encarregavam da política de domínio em relação aos seus escravos, tinha-se o Estado buscando controlar a população livre, especialmente aquela mais pobre e considerada devido os seus padrões de vida como desordeira e perigosa[74]. De forma que podemos considerar a Armada e suas ações de recrutamento e controle como um dos braços do projeto imperial de disciplinamento social (OLIVEIRA, 2013, p. 17, grifos nossos).

Ao longo do XIX jovens órfãos e "desvalidos" desde os 12 anos passaram a ser engajados na Armada, muitos deles “recrutados” forçosamente. Nem aqueles sob o cuidado de suas famílias foram poupados de tal captura. Mas havia também as famílias que ofereciam voluntariamente seus filhos para tal empreitada, movidas pelas mais distintas motivações (OLIVEIRA, 2013). Da Marinha de Guerra, ingresso aos 16 anos, Marcílio Dias, herói negro da Batalha de Riachuelo que marcou a Guerra do Paraguai, era filho de um português (marítimo) e de uma mulher negra, Pulcena. Filha de africanos da Costa da Mina, Pulcena foi presa injustamente durante meses. Em 1855 preocupada com a criação do filho pediu a seu compadre que o encaminhasse para a Escola de Aprendizes da Armada Imperial, na cidade do Rio de Janeiro. Recentemente no Dia Internacional da Mulher, o Comando do 5º Distrito Naval, região Sul, da Marinha do Brasil homenageou Pulcena (MARINHA DO BRASIL, 2019). Sobre essas Escolas trataremos adiante.

1.4.1.1 As Escolas de formação da Armada e a Marinha Mercante no XIX e XX

Outra pista, além dos recrutamentos forçados, pode auxiliar na identificação racial dos trabalhadores marítimos da Marinha Mercante pós-Abolição: as Companhias de Aprendizes-Marinheiros, escolas para formação e treinamento de jovens órfãos e "desvalidos". Ainda no século XIX a Armada se preocupou com a

---

[73] Essa era uma instituição majoritariamente composta por estivadores negros e logo mais será considerada.

[74] Essa rígida divisão não foi de todo mantida. Havia espaços criados pelo Estado para punir escravizados de proprietários privados. Sobre o assunto Cf. Araújo (2011).

criação de seus próprios de praças, ou seja, aqueles com baixa patente[75]. Dois Decretos imperiais, o 42, de 15 de Outubro de 1836, e o de 22 de Outubro (SN) do mesmo ano, criaram e regulamentaram as “Companhias Fixas de Marinheiros”. Em 1845 por força do Decreto 411 A, de 5 de Junho, passam sob o nome “Companhias de Aprendizes-Marinheiros” a compor o Corpo de Imperiais Marinheiros. No ano de 1885 mudam a denominação para “Escolas de Aprendizes-Marinheiros”, através do Decreto 9.371 e totalizam 12 no país. Em toda sua história foram subordinadas à Marinha de Guerra e os Comandantes das Escolas eram obrigatoriamente Oficiais. Nessa alteração, a idade para admissão passou a ser entre 13 e 16 anos, mas as práticas de “recrutamento” foram mantidas.

Além do alistamento voluntário esse decreto previa a admissão de aprendizes via autoridades. As crianças negras que viviam nas ruas ou que se envolviam em algum conflito, estavam sujeitas a ser capturadas de modo semelhante ao que ocorria no recrutamento. Uma atitude preventiva diante de futuros “vadios” e “criminosos. Por isso Vera Marques e Silvia Pandini (2004) indicam que as instituições de aprendizes da Marinha atuavam como espaços de internação voltada à reabilitação via trabalho. "Com essa determinação, mataram-se dois coelhos com a mesma cajadada: assistiam-se crianças pobres e desamparadas, impingindo-lhes a moral do trabalho, ao mesmo tempo em que se formavam quadros para a Marinha” MARQUES; PANDINI, 2004, p. 101). As Companhias[76] foram uma realidade em várias províncias costeiras do país e suas práticas se repetiam.

Em províncias como a do Pará as admissões voluntárias eram anunciadas com a promessa de prêmios (em dinheiro)[77], mas nem sempre o valor era concedido. A promessa de premiação atraiu muitas famílias pobres que, ao mesmo tempo, acreditavam na possibilidade de seus filhos terem educação na instituição.

---

[75] As Escolas de Oficiais seguiram uma trajetória distinta e ganharam corpo nos primeiros anos da República. Em 1892, no auge da extração seringueira, dois Decretos (101 e 102) criaram, respectivamente, a Escola de Maquinistas e um Curso de Náutica no Estado do Pará. No ano de 1907 a fusão de ambos gerou a Escola de Marinha Mercante do Pará, a primeira de Nível Superior Militar nesta área, mais tarde (1973) chamada de Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA). Enquanto isso, no Rio de Janeiro, em 1939, surgiu a Escola de Marinha Mercante do Loyd Brasileiro, no mesmo prédio que a Companhia Mercante de mesmo nome. Em 1956, por meio da Lei 2801 foi substituída pela Escola de Marinha Mercante, sob responsabilidade da Marinha do Brasil. Em 1971, auge da ditadura civil-militar, transformou-se em Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), inaugurado em 1973. Na década de 1980, CIABA e CIAGA, sob administração da Marinha do Brasil, mantêm as Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), institutos de Ensino Superior Militar que existem até hoje (MARINHA DO BRASIL, 2019).

[76] Ou Escolas de Aprendizes-Marinheiros, outro nome pelo qual ficaram conhecidas.

[77] Decreto Imperial n. 1.517 de 4 de Janeiro de 1855.

Aprender a ler, contar, entender mapas e a religião cristã estariam garantidos[78]. O que na altura do XIX e do princípio do XX para as famílias expropriadas era relevante. Contudo, muitas escolas nem sequer alfabetizavam essas crianças, como foi constatado em uma unidade do Maranhão[79] e no Paraná[80].

Em outros casos, mesmo com convivência familiar eram retirados dos cuidados dos pais à força. Demonstra isso, uma situação registrada em correspondências trocadas por oficiais, em que um Comandante de Companhia de Aprendizes do Paraná foi advertido por seu superior após denúncia de um pai pela retirada ilegal de seu filho.

> Ademais, dizia ele, pais de adolescentes como José, e tantos outros, não lhes podiam dar nem mesmo o pão de cada dia, quanto mais a educação precisa. Preferem "que seus filhos pereçam nas trevas e na miséria do que entregá-los ao Estado para educá-los na honrosa carreira d'armas". Ah, se a lei permitisse que filhos pudessem ser retirados de seus pais, as companhias estariam completas e "a Marinha de Guerra e Mercante poderiam contar para o futuro com um pessoal moralizado, e dignos cidadãos para o serviço da Pátria" (MARQUES; PANDINI, 2004).

Naquela mesma Companhia, crianças de até 6 anos já haviam sido arregimentadas. O ambiente das Companhias era insalubre, a comida escassa e as mortes por doenças frequentes (MARQUES; PANDINI, 2004; FREIRE; PINHEIRO, 2004, p. 92). A depender da região a maioria dessas crianças e jovens órfãos e "desvalidos" era negra. Imagens desse tipo de instituição no Ceará e no Rio de Janeiro reforçam essa hipótese.

É interessante que, um ano após o golpe que instituiu a República, os jornais publicaram recomendações sobre o alistamento de jovens à Marinha. A sugestão do Estado era que para aquela instituição deveriam ser encaminhados pessoal "moralizado". Na cidade do Rio de Janeiro, como se pode ver nas imagens esse grupo continuou com predominância negra.

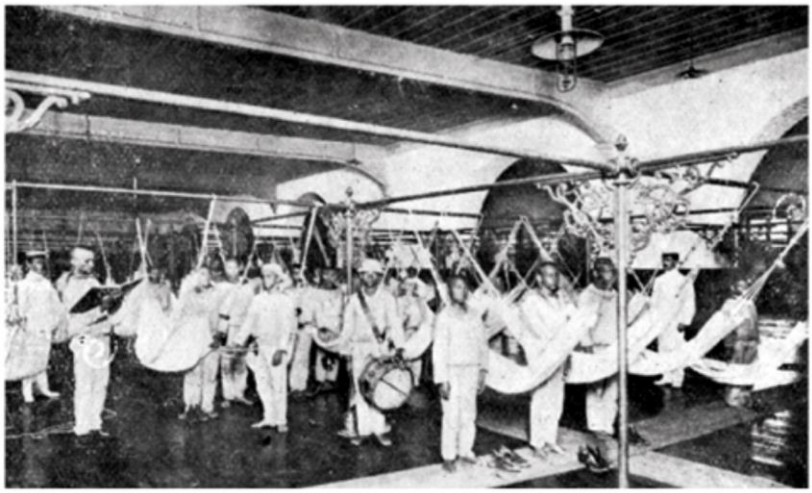
> O Sr. Ministro da Marinha recomendou ao quartel-general da Armada que não receba recruta algum enviado pela polícia, quer para a escola de aprendizes, quer para o corpo de marinheiros nacionais, sem explicações claras dos motivos por que são enviados, no intuito de evitar-se que este coro fique eivado de elementos maus, quando é necessário que ele se componha de pessoal moralizado devendo fazer idêntica recomendação aos comandantes de outras escolas de aprendizes marinheiros. Fica assim oficialmente proibida a prática abusiva contra a qual reclamamos e que tão deprimente era para a classe dos militares[81].

---

[78] Decreto Imperial 411 A, de 5 de Junho de 1845.
[79] Cf. Freire & Pinheiro (2016).
[80] Cf. Marques & Pandini, 2004.
81 Jornal *O Paiz*, 09-02-1890, p. 1 e Jornal *Diário de Noticias,* 09-02-1890, p. 2.

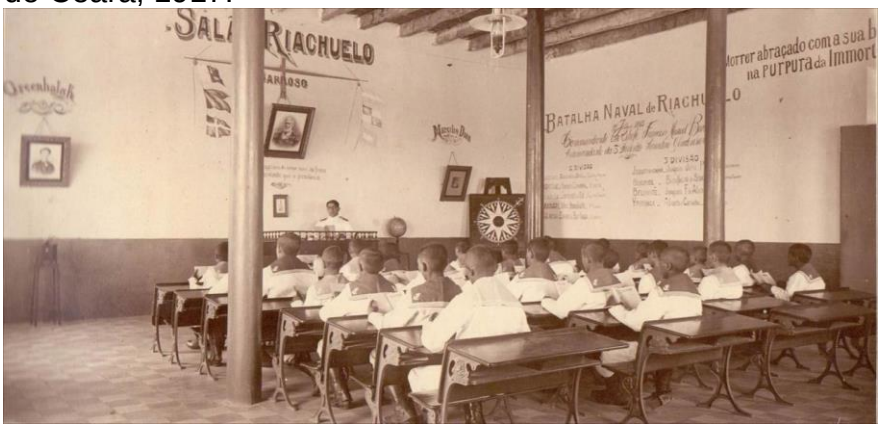
O perfil dos arregimentados para as escolas, entre o século XIX e início do XX, pode a identificar o perfil da Marinha Mercante após a Abolição. Isso porque a relação entre os trabalhadores da Armada e da Marinha Mercante podia se dar no sentido oposto ao já mencionado. Muitos marítimos da Mercante podiam ter origem militar. Duas maneiras aventam essa possibilidade. A primeira, pelo fato de que após determinado período na Armada havia a possibilidade de exercer as atividades marítimas como civis. O destino era, portanto a Mercante. A segunda, através dos desertores que procuravam a Mercante, que fugiam da rigidez da disciplina militar (e dos castigos) e procuravam melhores rendimentos.

Ilustração 7 - Dormitório de aprendizes de marinheiros do Rio de Janeiro



Fonte: Almeida, 2010, p. 161.

Ilustração 8 - Aula na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará, 1917.



Fonte: Portal Braziliana Fotográfica.

Ilustração 9 - Exercícios Diversos na Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará, 1917.

Fonte: Braziliana Fotográfica.

Quando concluído o período nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, os jovens eram remetidos ao Corpo de Imperiais Marinheiros, continuavam a servir à Marinha de Guerra, segundo indica o artigo 20 do Decreto 9.371, de fevereiro de 1885. Legislações anteriores, porém, auxiliam a compreender essa possibilidade. O Decreto n. 1.465 de 1854, afirmam que nos contextos de paz, passados seis anos de serviço, os Imperiais Marinheiros advindos de Escolas de Aprendizes tinham o direito de requerer licença e Navegar em Navios Mercantes durante quatro anos[82].

Em 1871, a Lei 1997, aumentou para entre 10 e 12 anos esse período, mas se a inserção na Marinha fosse voluntária, era mantido o período de 6 anos. No caso de Imperiais Marinheiros, sem essa prévia formação, tinham direito a três anos de licença[83]. Eles podiam, pois sim, revezar entre ambas. Além disso, após servir entre 6 e 12 anos de serviço militar, todos tinham o direito de dar baixa na Marinha de Guerra. O tempo, podia variar conforme o tipo de ingresso na Marinha, como

---

[82] Art. 29, Decreto 9.371, de fevereiro de 1885: "Os Imperiaes Marinheiros que, como taes, servirem por espaço de seis annos, obterão, se quizerem, licença, em tempo de paz, para navegar em navios mercantes, por tempo de tres annos, findos os quaes, deveráõ apresentar-se no Corpo, sob pena de serem considerados desertores. Os que completarem doze annos de serviço terão as suas baixas, excepto se quizerem continuar no mesmo serviço; e neste caso perceberáõ, além do soldo competente ás suas respectivas classes, uma gratificação de mais um terço do mesmo soldo. Havendo completado dezaseis annos de serviço, terão direito á sua reforma, com uma pensão igual á metade do respectivo soldo" (sic.).

[83] Decreto n. 411 A de 1845.

afirmou Castro (2013). O provável destino, seria, mais uma vez o trabalho na Mercante.

Esse grupo da mesma embarcação de nome Cruzador Benjamin Constant mostra a diferença racial entre os oficiais e seus “subordinados”.

Ilustração 10 - O Comandante e um grupo de Oficiais do Cruzador Benjamin Constant (1906)

Fonte: Braziliana Fotográfica.

Ilustração 11 - Um grupo de marinheiros do Cruzador Benjamin Constant (1906)

Fonte: Braziliana Fotográfica.

O sentido dos dois últimos decretos foi muito bem explorado por Oliveira (2013):

> Ainda que a preocupação maior do estado imperial no que se refere à constituição de mão-de-obra para o mundo náutico fosse com as guarnições militares, é possível constatar igualmente que o mesmo

> não se eximiu de pensar o problema da obtenção de quadros para o setor comercial da navegação. Assim, decretos publicados nos anos de 1845 e 1854 estabeleceram a possibilidade dos imperiais marinheiros servirem, por período delimitado de tempo, em embarcações mercantes nacionais, devendo retornar posteriormente aos corpos militares. A origem militar dos marinheiros mercantes poderia, entretanto, ser constituída por um duplo caminho. Além dos que se licenciavam por período determinado, como acima referido, os navios comerciais poderiam igualmente ser o destino de muitos desertores da Armada. Não era desconhecida das autoridades a preferência dos marinheiros pela vida no setor mercante, tanto pelas possibilidades de soldos mais generosos como também para fugir da disciplina militar (OLIVEIRA, 2013, pp. 119-120).

As Escolas podem auxiliar a identificar o perfil da Marinha Mercante após a Abolição. As pesquisas sobre a Armada são mais frequentes do que aquelas sobre a Marinha Mercante. Isso sem dúvidas dificulta o levantamento preciso do perfil étnico-racial dessa categoria, mesmo no Rio de Janeiro à época capital da República. Embora os censos demográficos do Brasil de 1872 – primeiro do país e último do Império – e de 1890 constassem com o quesito raça ou cor, suas definições são variadas. Além disso, o próximo censo do período só ocorreu em 1920, mas suprimindo o quesito racial ou de cor, que só retornaria em 1940[84], também com classificações imprecisas[85] (ANJOS, 2013). Existe, portanto, um intervalo de aproximadamente 50 anos sem tal identificação nos Censos da população brasileira em termos de raça ou cor. Também os censos da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, de 1906 e o do Brasil de 1920 não contam com tal classificação como explica Velasco e Cruz (2000)[86].

> É interessante observar a longevidade deste perfil, tarefa possibilitada pelo estudo de Álvaro Nascimento que, ao analisar a Marinha de Guerra nos primeiros momentos da República brasileira, informa não ter encontrado dados confiáveis que possibilitassem elaborar um perfil por raça ou cor dos trabalhadores da Marinha de Guerra, mas afirma que no ano de 1910 os negros perfaziam cerca de 90% dos marujos, levando-o a "crer que uma parte esmagadora dos marinheiros em fins do século XIX fosse composta de homens e menores negros" (NASCIMENTO, 2001, p. 116)" (OLIVEIRA, 2013, p. 105).

Muitos marítimos da Mercante podiam ter origem militar. Duas maneiras de inserção na Mercante, sem prejuízo de outras, aventam essa possibilidade. A primeira, como citado, pelo fato de que após determinado período na Armada, havia

---

84 Seria novamente suprimido em 1970, auge da ditadura civil-militar no país.

85 No Censo de 1940, o quesito em questão era o de "cor" e as instruções para seu preenchimento envolviam a inclusão de um traço (-) para aquelas pessoas distintas das categorias "branco", "preto" ou "amarelo" (ANJOS, 2013).

86 Ao consultar o referido Censo foi possível constatar o mesmo que a autora.

a possibilidade de exercer as atividades marítimas como civis. O destino era, portanto a Mercante. A segunda, os desertores. A rigidez da disciplina militar e os melhores rendimentos na Mercante atraíam um grande contingente. Ademais, o aumento da exportação de café no século XIX produziu uma enorme demanda de pessoal para o trabalho.

Os castigos físicos para os trabalhadores marítimos eram frequentes, inclusive após a Abolição[87]. Foi contra tais atrocidades que ocorreu o levante de 1910 na Marinha de Guerra, conhecido como “Revolta da Chibata”. A insurreição eliminou a vida de oficiais militares e marinheiros contrários ao levante, posicionou embarcações com canhões na Baía de Guanabara e atirou em direção à cidade do Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 2011). A “Revolta da Chibata”, que paralisou a cidade durante quatro dias, foi liderada por João Cândido, o Almirante Negro. Ele próprio ingressou ainda jovem, aos 14 anos, na Companhia de Artífices Militares e Menores Aprendizes no Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Oliveira (2013) ressalta que era comum a entrada de garotos órfãos e “desvalidos”, e que podia ser a partir dos 12 anos.

Ilustração 12 - João Cândido (terceiro da esquerda para a direita) e seus companheiros em 1910

Fonte: Incrível História, 2018.

Outra possibilidade para identificação do perfil dos marítimos mercantes é que alguns carregadores, estivadores do porto, com frequência se tornavam marítimos

[87] “A péssima alimentação, o excesso de trabalho, a violência entre os próprios marinheiros e o uso de castigos corporais não eram exclusividade da marinha brasileira. [...]. Boa parte das marinhas europeias, por exemplo, aplicavam castigos corporais até fins do século XIX, e outras mantiveram essa prática nas primeiras décadas do XX” (NASCIMENTO, 2011, p. 201). Nascimento explicita que os castigos no Brasil permaneceram mesmo após o decreto de 16 de Novembro de 1889, um dia depois do golpe que deu início à República no país, que aboliu os castigos físicos em quartéis e conveses (ibid.).

da Marinha Mercante. Ou vice-versa, como relatou Reis (1996) no porto de Salvador. E, como será visto adiante, a depender da região, estes portuários foram predominantemente negros. Maria Cecília Velasco e Cruz explica que os censos do século XIX e até 1930 não discriminam os tipos de ocupações dos trabalhadores portuários. Desse modo, "tanto estivadores, quanto trabalhadores do café e dos trapiches estão englobados em categorias profissionais genéricas como 'transportes marítimos e fluviais' ou 'profissões mal definidas'" (2000, p. 269).

1.5 **Ser portuário: processo de trabalho e protagonismo negro**

Essa seção objetiva apresentar as ocupações que formavam a categoria dos portuários, o processo de trabalho no porto e a composição étnica e racial de escravizados, libertos e livres no espaço temporal delimitado nesta tese. Embora coteje dados referentes à cidade de Salvador na Bahia, a maior parte das informações que aqui constam se referem à cidade do Rio de Janeiro. Isso se deve à importância do porto carioca nessa época, o maior do país, o que sem dúvidas incidiu numa produção mais volumosa de pesquisas sobre o assunto. Foi no Rio de Janeiro que surgiram na Primeira República dois sindicatos liderados e constituídos, sobretudo, por trabalhadores negros: a União dos Operários Estivadores (UOE) e a Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiches e Café (SRTTC). Mantivemos as informações sobre ambos os locais: Rio e Bahia tiveram histórias compartilhadas que desembocaram no Porto carioca.

A bibliografia sobre o assunto se concentra basicamente no campo da História Social do Trabalho. A professora Maria Cecília Velasco e Cruz (2000; 2002; 2006; 2010) foi a primeira a aprofundar os estudos sobre a constituição étnica e racial dos portuários e sua dinâmica organizativa no Rio de Janeiro, já citadas por Maram (1979) e Sidney Chalhoub (2008)[88]. O livro escrito pelo estivador negro Luiz de Almeida (2003) foi crucial para compreender a estrutura da UOE. Os trabalhos do professor Marcelo Badaró Mattos (2009), através dos quais tive o primeiro contato com o assunto, foram também de grande valia. Assim como os de sua ex-orientada, a professora Erika Arantes (2005; 2010). Seu trabalho explorou a dimensão da

[88] A análise contida em Cruz (2000; 2006; 2010) diverge da concepção destes autores. Em Cruz (ibid.) e em Arantes (2010a) é possível localizar a direção de cada debate em torno do mesmo assunto, o pertencimento racial dos portuários cariocas.

sociabilidade produzida por estes sujeitos na região portuária. Para a aproximação da estrutura do porto do Rio e seu território foram muito importantes também os trabalhos de Cezar Honorato (1996) e seu orientando Thiago Mantuano[89] (HONORATO; MANTUANO, 2015). Ao longo do texto, os estudos de José Reis (1993; 2000) sobre o assunto em Salvador também serão explorados, tendo em vista os pontos que dialogam e divergem em relação ao contexto carioca, em especial, no tocante à composição étnica e racial dos portuários. Eventualmente, reportagens jornalísticas e imagens compõem essa seção como recurso de fundamentação aos argumentos já apresentados na introdução desse trabalho.

1.5.1 Ser portuário no Brasil: notas sobre ocupações, processo de trabalho e estrutura dos portos

A categoria “portuários” envolve um leque de sujeitos dedicados às diversas operações realizadas nas unidades do porto (armazéns, trapiches etc.) e nas embarcações atracadas. Tais operações exigiram profissionais com habilidades específicas: os que transportavam e arrumavam as mercadorias dentro dos armazéns, trapiches e embarcações; os responsáveis pela conferência e amarração de mercadorias; os que fiscalizavam, limpavam, vigiavam embarcações; os foguistas e carvoeiros; os que preparavam e limpavam os produtos para a exportação, dentre outros (CRUZ, 2000; ALMEIDA, 2003; ARANTES, 2010). Nosso trabalho vai se concentrar nos carregadores e estivadores.

Os carregadores ficaram conhecidos como trabalhadores de tropa. Eram eles quem faziam o serviço de capatazia, isto é, a movimentação e armazenagem em terra de cargas de mercadorias. O trabalho da estiva, por sua vez, era realizado pelos estivadores, e estava restrito ao carregamento, descarregamento e arrumação de mercadorias em porões ou conveses das embarcações atracadas[90]. Cada volume transportado podia variar entre 40 e 120 kg. Os trabalhadores dessas categorias podiam ser aglutinados conforme o tipo de mercadoria transportada e armazenada, por exemplo, o café ou o carvão. Por vezes essas categorias

---

[89] A quem agradeço pelas exposições na oficina “Escravidão e Imigração: os trabalhadores no Porto do Rio de Janeiro, organizada pelo Instituto Pretos Novos (IPN) em 2018. Ao participar da oficina tive acesso aos livros de Almeida (2003) e Oliveira (1999).

[90] O estivador Luiz Almeida explica que o estivador "é aquele que carrega e descarrega os navios” (2003, pp. 15-6).

(carregadores e estivadores) parecem ser uma só. Parte disso se deve à interdependência de suas atividades. Ambas, ainda que realizadas em grupo (turmas) e com atividades aproximadas têm, especificidades (ALMEIDA, 2003).

Erica Arantes (2010), baseada em Cruz (1998)l explica que após a Abolição os líderes dos grupos da estiva eram os mais experientes no trabalho e passaram as ser chamados de contramestres. De todo modo seguiam as instruções dos encarregados das empreiteiras, mas posteriormente passaram a exercer funções similares às desses encarregados.

> Como a oferta de emprego é múltipla e dispersa por todo o sistema portuário, os capitães e suas "tropas" começam a se fixar junto às casas de café e trapiches, numa apropriação de territórios que visa demarcar fronteiras, estabelecer reservas de mercado, e se tornar, enfim, conhecido e requerido pelo "outro". No alvorecer da República, relações sociais costumeiras prendem os "trabalhadores de tropa" perto dos diversos pontos de trabalho do porto, mas principalmente junto às casas de café, onde estão em suas mãos, tanto as tarefas de preparação dos grãos para exportação (repasse do café em máquinas, ensacamento, pesagem e empilhamento dos sacos em lotes de número e peso uniformes), como o transporte à cabeça da sacaria, ou sua arrumação nas carroças (CRUZ, 2010, p. 119).

O regime de contratação nos portos em geral podia ser fixo ou avulso. Durante o século XIX no Brasil, sob regime fixo podia estar o trabalhador escravizado ou contratado por longo prazo pelos armadores[91], proprietários de armazéns, trapiches, firmas de importação e exportação. Comumente quem estivesse na condição de trabalhador fixo liderava as turmas de trabalho. O regime avulso, porém foi o mais comum e dialogou, como será visto, com a escravização ao ganho no período pré-Abolição. Assim entravam em cena as empresas de empreitada para a contratação de mão de obra. As contratações fixa e avulsa se mantiveram após do fim do período escravista, imperando no Rio de Janeiro a segunda. Por outro lado, o trabalho avulso é uma histórica característica nos portos, não sendo uma prática restrita ao Brasil[92] (ALMEIDA, 2003; MANTUANO, 2015).

> O sistema de trabalho era misto, ou seja, alguns poucos eram empregados fixos das chamadas empreitadas de estiva, exercendo funções de chefia sobre os demais. Eram os chamados contramestres. A grande maioria era contratada apenas quando havia servido, num modelo idêntico ao atualmente praticado pelos TPAs [Trabalhador Portuário Avulso], que exercem atividade na estiva, normatizado pela Lei 8.630/93: só recebem

---

[91] O armador, segundo o Dicionário de Língua Portuguesa Oxford University é a "pessoa física ou jurídica que explora comercialmente uma embarcação mercante, sendo ou não seu proprietário".

[92] Como será sinalizado adiante, a modalidade de contratação destes sujeitos como avulsos não os impediu de estabelecer identidades coletivas, conexões e vínculos enquanto trabalhadores. Algo pouco usual na época, segundo Cruz (2000).

> quando trabalham. Na época, os trabalhadores da estiva não recebiam pelo sistema de produção: ganhavam apenas diárias. Não havia nenhuma proteção de cunho social ou previdenciário. Se adoecessem ou se acidentassem passariam a depender unicamente da caridade pública, e, para tratamento médico, a única opção eram os deficientes porém gratuitos serviços da Santa Casa de Misericórdia pela Igreja Católica (ALMEIDA, 2003, p. 23).

Como mencionado, as atividades se davam em turmas, isto é em grupos. Em Salvador estes grupos compostos, sobretudo, por trabalhadores negros no contexto escravista foram ainda nomeados de "canto" (REIS, 1993; 2000). Compor uma turma ou um canto dependia do trabalhador ser escolhido na "parede"[93]. Como o trabalhador apenas recebia seu jornal se trabalhasse, as disputas na parede foram inicialmente intensas (ALMEIDA, 2003). Esse tipo de engajamento de curta duração para o trabalho se dava aleatoriamente ou segundo prediletos pessoais de quem escolhia, o empreiteiro. Com o tempo, porém, como será explicitado adiante, o engajamento passou a ser regido por uma lógica própria.

O arranjo das atividades de transporte de carga envolvia pontos em comum entre a experiência soteropolitana e carioca: a presença de canções durante a realização do trabalho, a organização em grupos reunidos em territórios, com um líder na organização do grupo (livre ou escravizado), cujo nome variou no tempo e espaço – capataz, capitão-de-canto, feitor, capitão, puxador etc. – e sua liderança se expressava tanto ao empreitar o trabalho, quanto na deliberação de tarefas, na negociação com contratantes (REIS, 1993; CRUZ, 2000; ARANTES, 2010; MCPHEE, 2014). Como mencionado estes grupos foram também chamados de "cantos" ou tropas[94]. As designações (capataz, capitão, tropas e turmas) com o passar do tempo foram adotadas pelos demais trabalhadores avulsos do trabalho no porto, segundo Cruz (2000).

> O termo "capataz", equivalente urbano de "feitor" e designativo da pessoa que representando o poder vigiava e controlava um grupo qualquer de trabalhadores braçais, foi substituído em algum momento do século XIX pelo termo "capitão", como forma genérica de denominar os líderes surgidos da dinâmica interna dos grupos de ganhadores da cidade. […]. Os pretos capitães descritos pelos viajantes incorporavam muitas das qualidades

---

[93] Sistema de contratação ou local onde os trabalhadores reunidos formavam grupos. Este local pode ser também chamado de "ponto" ou "pontos de engajamento" (CRUZ, 2002). A parede foi descrita por Almeida (2003, pp. 208, 213, 217) como o momento de engajamento. O engajamento, por sua vez é quando trabalhador passa a compor um "terno", isto é, uma equipe de trabalhadores.

[94] O Dicionário Houaiss confere à palavra "tropa" vários significados, um deles é o uso por derivação e extensão de sentido, tipicamente brasileiro, que a define como: "o conjunto dos trabalhadores braçais em estiva ou armazém de depósito". (Dicionário Houaiss, versão eletrônica).

> pressupostas nestes diversos significados: eram chefes da guerra pela sobrevivência nas ruas, mestres espertos na arte de empreitar o trabalho e comandantes respeitados da sua execução (CRUZ, 2000, pp. 260-1).

A figura do capitão, segundo Cruz (2010) é controversa, tendo em vista que está entre o patrão e a tropa. Podiam mesmo roubar os companheiros ou exigir pagamentos como recompensa ao engajamento. Após a Abolição no porto carioca foram chamados de representantes do trabalho ou encarregados. Mantinham seu papel de intermediários da contratação das turmas de trabalho.

A partir dos oitocentos, embalado por esse processo de “modernização” do Rio de Janeiro, o Porto do Rio também seria modificado para absorção da nova demanda de circulação de embarcações, pessoas e mercadorias. Além de possibilitar a centralização de armazéns e trapiches e de suas atividades, antes esparsas ao longo da Baía de Guanabara, para controle das autoridades – via alfândega (HONORATO & MANTUANO, 2015).

> Essas unidades deveriam ser construídas por quem tivesse, em menor tempo, os recursos para tal e poderiam ser alfandegadas, com a permissão para operar exportação e importação.. A área definida pelo príncipe regente [D. Pedro I] compreendia as freguesias de Santa Rita e Santana, sendo estendida a São Cristovão, atuais bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo, Caju e São Cristovão[95], que até então se destacavam, principalmente a primeira, como área do tráfico e alojamento de escravos. Em pouco tempo a região foi ocupada pelas “mais importantes casas comerciais, muitos trapiches e estaleiros” (Lobo, 1978, p. 237), relacionadas direta ou indiretamente à atividade portuária formando assim uma comunidade econômica portuária (Mantuano; Honorato, 2014). Nesse sentido, a evolução urbana do Rio de Janeiro foi afetada e, durante o transcorrer do século XIX, a maior parte do embarque e desembarque de mercadorias passou a ser feita nessa região e não mais na central, tendo assim um porto contíguo ao centro (Abreu, 2000) (HONORATO; MANTUANO, 2015, pp. 145-6).

Até as últimas décadas do século XIX o porto do Rio[96] era o maior do Brasil e um dos maiores da América Latina. Era a cidade do Rio de Janeiro o principal centro urbano da época. Sua grandiosidade era antes disso conhecida devido ao exorbitante número pessoas violentamente trazidas em tumbeiros da África para serem escravizadas no país. Era dali que eles eram vendidos e “distribuídos" para outras regiões[97] (MANTUANO, 2015).

---

95 “Santa Rita fora criada em 1721, desmembrada da Candelária; Santana, que fora desmembrada de Santa Rita, foi criada em 1814; e São Cristóvão fora criada em 1856, sendo desmembrada do Engenho Velho” (HONORATO; MANTUANO, 2015, p. 145).

96 Para um estudo aprofundado do porto do Rio desde o período colonial Cf. Lamarão (2006).

97 E foi naquela região, que há poucas décadas se descobriu a existência do Cemitério dos Pretos Novos. Cf. Tavares (2012) e Instituto Pretos Novos (2019).

A estrutura do porto do Rio de Janeiro no XIX era constituída como um complexo precário de unidades portuárias distantes: armazéns[98], trapiches[99], firmas de importação e exportação, a Alfândega, casas comissárias, de gêneros alimentícios, de abastecimento, companhias seguradoras e de transporte marítimo, empreiteiras de estiva etc., muitas delas com estruturas precárias.

> No fim do XIX, o porto "possuía somente alguns pequenos trechos de cais situados entre o Arsenal de Guerra, onde se acha atualmente o Museu Histórico Nacional, passando pelas antigas praias do Manoel e do Peixe, onde hoje se encontra a Praça XV, e a Praia dos Mineiros, no Arsenal de Marinha, bem defronte à Ilha das Cobras. Na área da Praça Mauá até as imediações da Saúde também havia intensa movimentação de cargas, feitas em instalações precárias e rudimentares (ALMEIDA, 2003, p. 20).

As mercadorias precisavam ser transportadas em carroças do Campo de Santana, de onde chegavam no trem da Estrada de Ferro Central do Brasil, para os armazéns ou direto para os trapiches de onde as pequenas embarcações as levava para os navios que não podiam chegar até a margem da Baía de Guanabara. Muitas delas antes de sair ou entrar dos locais onde ficavam armazenadas passavam antes pelo controle da Alfândega (MANTUANO, 2015; CRUZ, 2006; HONORATO, 1996).

Nesse período as mercadorias, a principal delas o café, chegavam do interior transportadas pelo mar ou por burros e mulas que eram descarregados nas imediações do Campo de Santana e Largo do São Francisco. Dali saíam sendo carregadas nas costas e cabeças de escravizados, que foram chamados de "tropas". Assim foram chamados os homens escravizados que faziam essa atividade. Uma referência pejorativa aos animais de carga que transportavam tais produtos até a cidade do Rio. Com o tempo o termo teve seu significado expandido aos trabalhadores avulsos dos trapiches (CRUZ, 2010). No Rio de Janeiro, quando o trem substituiu consideravelmente o transporte de cargas com burros até a cidade, houve a intensificação do uso de carroças, bondes[100] e veículos similares, ganhando

---

98 Armazéns serviam para permanência de mercadorias a médio e longo prazo. De modo sutil se diferencia e se relaciona com os trapiches, que não tinham no armazenamento seu principal objetivo.

99 "[…] todo trapiche tinha de ter acesso direto ao mar, rio ou canal, em um trecho acostável, o que fora consagrado na legislação como terras de marinha" (MANTUANO, 2015, p. 151). Deste modo "a principal razão de ser do trapiche era a circulação, embarque e desembarque de produtos e alfandegagem, não sendo a armazenagem a atividade mais importante" (HONORATO; MANTUANO, 2015, p. 146).

100 A Companhia Locomotora "entrou no mercado em 1872, revolucionando o transporte de café ensacado pela introdução de bondes que circulavam em trilhos colocados nos trajetos entre o terminal ferroviário e os armazéns da Chacrinha" (CRUZ, 2000, p. 265). A Chacrinha era a forma popular carioca de nomear o "quadrilátero formado pelas ruas dos Beneditinos, São Bento,

mais lugar do que o transporte dos trabalhadores ao ganho, para a chegada do café ao porto. Isso não significou, contudo, sua expulsão das atividades do porto, mas aumentou os envolvidos em sua contratação, os carroceiros, por exemplo. Como tentativa de se distinguir destes, as tropas e os capitães passaram a se fixar em torno dos trapiches e armazéns (CRUZ, 2000). Um processo de demarcação espacial similar ao situado por Reis (1993), no contexto portuário baiano.

Toda a carga que saía das carroças ia direto para as cabeças e ombros dos carregadores e depois dos estivadores. Os primeiros trabalham com a movimentação de mercadorias em terra, os segundos trabalham com a carga, descarga e arrumação nos navios e embarcações propriamente ditos.

> No caso do Rio de Janeiro, a maior parte das atividades da operação portuária estudada necessitam de carregadores. *Compreendemos como carregadores desde aqueles no processo de trabalho mais rústico: levando volumes, sacas, fardos, tonéis, caixas e caixotes nas mãos, equilibrando na cabeça ou nas costas.* Incluindo os que utilizavam cestas, cordas, carros, carroças, além dos mais variados tipos de embarcação com tração humana, até os que utilizavam tração animal. A estiva é um caso a parte, como define Velasco e Cruz [2000, p. 55]: "*A estiva é o serviço de movimentação de mercadorias a bordo em carregamento ou descarga,* compreendendo a arrumação da carga nos porões ou nos convés", para além do óbvio fracionamento de classe que esse fenômeno cria, essa divisão é a base dos problemas que encontramos na historiografia sobre escravidão e imigração que analisam o porto do Rio de Janeiro. Nossos estudos mais recentes comprovam que *os carregadores trabalhavam nos trapiches, nos armazéns, nos depósitos, para as firmas de importação e exportação, para as companhias de transportes marítimo de curta distância, para as empresas de transporte de carga do cais para os armazéns e outras regiões da cidade,* no abastecimento das embarcações com carvão, alimentos e demais provisões; além das unidades criadas com os projetos de melhoramentos portuários, nas oficinas, fábricas industrias, pequenos e grandes comércios, e em algumas repartições públicas (em especial na alfândega). *Enquanto os estivadores trabalhavam apenas nos trapiches,* nas unidades criadas com os projetos de melhoramentos portuários e *para algumas empresas de transporte marítimo de curta distância* (MANTUANO, 2015, pp. 59-60, grifos nossos).

Desde 1879, ainda sob o governo imperial, pequenas obras foram realizadas para aproximação dos trilhos do trem da Estrada de Ferro D. Pedro II – que perfazia o Vale do Paraíba – ao porto do Rio de Janeiro. Era a Estação Marítima da Gamboa[101], concluída em 1880, que passava sob um túnel abaixo do Morro da Providência e era restrita ao transporte de cargas (CRUZ, 1999). A estação também abrigava armazéns.

Rosário, Visconde de Inhaúma e Prainha e que era o epicentro dos negócios cafeeiros" (ibid., p. 252)

[101] A estação era localizada onde atualmente está a Cidade do Samba.

Na primeira década do século XX, o porto do Rio de Janeiro passou por uma reforma contemporânea à da própria cidade. Ambas propostas pelo prefeito Pereira Passos e aclamadas como símbolos da modernidade, que abandonariam o “feio”, o “atraso", a “sujeira"[102]. Era o início de uma era higiênica (e eugênica), progressista (ibid.) que dialogava com as noções de civilidade pressupostas pelas elites. Esse processo de modificações foi simultâneo às transformações tecnológicas sobre os meios de transporte.

Na cidade do Rio de Janeiro, capital federal à época, através do Censo de 1906 é possível localizar o quantitativo de trabalhadores envolvidos nas atividades de transporte terrestre e marítimo, discriminados por sexo. É possível observar que portuários não estão categorizados de forma distinta, isso por estarem inclusos na categoria “marítimos”, conforme Maria Cecília Velasco Cruz explicou:

> [...] os censos demográficos do século XIX e da Primeira República não identificam as ocupações operárias existentes no porto. Tanto os estivadores, quanto os trabalhadores do café e dos trapiches estão englobados em categorias profissionais genéricas como ‘transportes marítimos e fluviais’ ou ‘profissões mal definidas’ e não podem ser discriminados nesse universo tão amplo (2000, p. 27).

Já o censo nacional de 1900 apresenta a população do Brasil segundo profissões, mas não há distinção entre portuários, terrestres e marítimos. O que mais se aproxima das categorias aqui estudadas é o Censo de 1920.

Tabela 1 - População do Brasil segundo profissões e sexo (1920) em números absolutos

Setor	**Brasileiros**			**Estrangeiros**		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Transportes marítimos e fluviais	69.445	48	69.494	13.304	4	13.308
Transportes terrestres e aéreos	19.496	12	119.508	35.001	4	35.005
Profissões mal definidas	302.224	41.359	334.583	67.687	5.298	72.985

Fonte: Recenseamento do Brasil (1920). População. Volume IV (5ª parte), tomo 1.
Tabela: elaboração própria.

[102] Sobre as reformas Cf. Benchimol, 1992.

Tabela 2 - Classificação das profissões por sexo segundo o recenseamento de 1906 (Rio de Janeiro – Distrito Federal)

Profissão	Homens	Mulheres	Total
Transporte Marítimo	6.639	9	6.648
Transporte Terrestre	14.276	11	14.287
Profissões mal especificadas	6.289	306	6.595
Jornaleiros, trabalhadores braçais etc.	29.514	419	29.933

Fonte: Recenseamento do Rio de Janeiro/DF (BRASIL, 1906). Tabela: elaboração própria.

As mulheres pouco aparecem. Este universo tem sido considerado predominantemente masculino, e espaço de conflitos corporais. A performance que expressa determinada masculinidade entre os trabalhadores portuários foi abordada do ponto de vista dos frequentes conflitos corporais entre estes e mesmo com a polícia. Eram conhecidos pela fama de “valentes" (ARANTES, 2010; BATALHA, 2004).

1.5.2 Portuários Negros durante a escravidão

> Na vigência da escravidão, o conjunto de variados trabalhos típicos do porto, como carregadores, estivadores, arrumadores, era dominantemente ocupado por trabalhadores escravizados. Entre as características comuns a esse conjunto estavam o ‘trabalho avulso’ – ou seja, recebe-se por dia de trabalho e não há garantia de ser contratado todos os dias – e o fato de que a maioria das tarefas era executada por turmas de vários trabalhadores, normalmente coordenadas por um capataz encarregado, ou ‘capitão’
>
> *Mattos, 2008, pp. 18-9*

No Rio de Janeiro e em Salvador a prática de contratação avulsa no porto foi amplamente utilizada e conectou-se com uma modalidade de escravização, a escravização *“*ao ganho”. Diferente de Salvador, no Rio de Janeiro o trabalho ao ganho não foi restrito na segunda metade do século XIX aos escravizados[103]. Havia

[103] “Diversamente de Salvador, no Rio o termo “ganhador” adquire um significado mais restrito, que não abarca os grupos de trabalho liderados pelos capitães, então conhecidos como “trabalhadores

na cidade outros trabalhadores livres ao ganho, os “Ganhadores livres”, que eram imigrantes europeus e africanos livres, por exemplo. Na cidade carioca, apesar da invasão de imigrantes brancos, nos anos 1870 os trabalhadores negros escravizados e libertos dominaram o trabalho no porto (CRUZ, 2000). O segmento negro, entre cativos e libertos, predominou nestas atividades e se notabilizou pelas formas de realização do trabalho e de organização coletiva para preservação de seus interesses (CRUZ, 2000; MATTOS, 2010; ARANTES, 2010).

Os(as) escravizados(as) de ganho (ou ao ganho) trabalhavam nas ruas em troca de remuneração. Tiveram presença considerável no espaço urbano brasileiro, mas também em propriedades rurais[104]. Nessa modalidade de escravização, senhores(as) “permitiam” uma relação de relativa mobilidade territorial para desempenho de atividades laborais – que poderiam ser variadas – e que se realizavam em troca de pecúlios. Desse modo eram instados(as) a sustentar a si e à senhoria ao lhe entregar (diária ou semanalmente) quantias prédeterminadas, sob pena de severas punições quando não alcançadas. Por outro lado, a conquista de recursos superiores ao teto preestabelecido, lhes possibilitava acumular recursos para futuramente adquirir a liberdade (SILVA, 1988).

Escravizados(as) ao ganho não necessariamente residiam nas mesmas moradias que seus(suas) senhores(as), muitos pagavam aluguel de suas moradas. Essa modalidade de escravização exemplifica a confluência complexa entre relações de trabalho: embora mantivessem certa relação avulsa de “assalariamento”, ainda se submetiam ao arbítrio senhorial, posta sua condição social e jurídica de escravizados(as). Os homens eram nomeados ganhadores, as mulheres ganhadeiras[105] (REIS, 1993; CRUZ, 2000; GRAHAM, 2012).

Na Bahia, João José Reis (1993) demonstrou que a quantidade de escravizados ao ganho encarregados de serviços de transporte (de cargas, mas

---

de tropa”, formados majoritariamente por “homens de cor”, mas que no final do século XIX também incluem alguns operários imigrantes” (CRUZ, 2010, p. 127).

[104] Como demonstrado anteriormente também compuseram a mão de obra nas ferrovias.

[105] “Afinal, até meados dos anos 1850, o trabalho escravo dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, como também as principais cidades do país. Assim, o Rio de Janeiro possuía, em 1849, uma população total de 266.466 pessoas, sendo 155.8854 livres (muitas das quais libertas, ou seja, ex-escravizadas) e 110.602 escravizadas. Com o fim oficial e a repressão ao tráfico negreiro, em 1850, este número decaiu nas décadas seguintes. Mas, em 1872, os trabalhadores escravizados ainda representavam quase 20% da população da capital do Império, somando 48.939 entre os 274.972 habitantes da cidade. Em Salvador, a população total da cidade era estimada em 66 mil pessoas em 1835, sendo 42% escravizadas” (MATTOS, 2007, p. 3).

também de gente) no porto de Salvador era considerável[106]. No Rio são vários os relatos de viajantes, pinturas, escritos, que destacam a presença negra entre os trabalhadores do porto, especialmente entre os carregadores. Nas palavras de Arantes:

> Se dermos uma olhada em alguns relatos de viajantes, veremos que desde a primeira metade do XIX, os escravos de ganho que trabalhavam no porto carioca não só dominaram o mercado de carregamento de café, como também impuseram uma maneira própria de organização do trabalho, estando longe de representar a figura dos negros apáticos e submissos que dominou a literatura da escravidão durante muito tempo (2010, p. 134).

No caso dos carregadores e estivadores, como mencionado, o trabalho se organizava em grupos. No Rio foram chamados de tropa, em Salvador de canto. Mas o que era o "canto"? O canto, segundo Reis (1993) se referia aos carregadores negros que se agrupavam em Salvador nas esquinas (nos cantos?) demarcando territorialmente seu espaço. Era desse modo uma estratégia de garantia de reserva de mercado, tendo em vista que só trabalhava quem compunha o canto. Fazer parte de um canto significava estar unido por afinidades étnicas. Em Salvador grande parte dos cantos era formada por africanos. Naquela cidade na freguesia de Santana eram eles de maioria nagô.

O pertencimento étnico era muito importante na composição dos cantos e das tropas. Por meio de algumas matrículas de 1880 localizadas por Reis (ibid.) é possível constatar uma maioria nagô entre os ganhadores de Salvador. Segundo o autor foi a identidade e solidariedade étnica que garantiu o sucesso da greve organizada em em 1857, do mesmo modo que a chamada Revolta dos Malês (1835). Esse levante foi inclusive protagonizado pelos trabalhadores negros dos cantos de Salvador.

José Reis diz:

> Meu estudo sobre a revolta [dos malês] mostra que ganhadores principalmente nagôs, reunidos em torno dos cantos – grupos de trabalho etnicamente organizados –, haviam desempenhado um papel central no movimento, que assim teve uma importante dimensão étnica. As autoridades baianas estavam tão seguras disso quem, logo após terem derrotado os rebeldes, decidiram impor severo controle sobre os cantos de trabalho (REIS, 2000, p. 199).

Isso também não significa negar possíveis divisões entre libertos e escravizados. Sobre a composição étnica dos ganhadores de Salvador há outro alerta a ser feito. Reis comenta que sujeitos de grupos étnicos com menor

---

[106] Eles porém não se restringiam a estas atividades, o mesmo se pode dizer do Rio de Janeiro (REIS, 1993; CRUZ, 2000).

representação numérica podiam estar entre os nagôs, ao mesmo tempo que muitos nagôs passaram a ser simplesmente nomeados como africanos

> Acontece que nessa segunda metade dos oitocentos as pequenas nações vão encolhendo rapidamente, exceto a numerosa nagô. Esta irá ocupar um espaço étnico em que "o outro" se tornaria cada vez menos o outro africano e cada vez mais o baiano. Brancos, crioulos, mestiços nascidos no brasil também passariam a enxergar cada vez menos as diferenças entre os africanos e a enxergar no nagô o africano típico. Dessa forma é que se verificaria uma espécie de pan-africanismo da identidade étnica na segunda metade do século XIX baiano. Por isso, ao contrário de 1835, 1857 não foi cunhado pelos contemporâneos de movimento nagô e sim "africano". Relembro a definição que a Câmara Municipal fez da greve: "Conluio ou parede entre africanos libertos e os escravos" (REIS, 1993, p. 28-9).

Em Salvador o serviço de transportes era basicamente realizado por africanos (escravizados ou não) na modalidade ao ganho.

> Os ganhadores estavam organizados em cantos, como se chamavam os grupos, etnicamente delimitados, que se reuniam para oferecer seus serviços em locais também delimitados da geografia urbana. A inspiração pode ter sido os grupos de trabalho voluntários, comuns na África Ocidental, conhecidos como aro entre os iorubás. Os cantos baianos tinham nomes de ruas, largos, ladeiras, ancoradouros: canto da Calçada, do Portão de São Bento, da Mangueira, do cais Dourado. Com tanta música em si, "canto" poderia ter essa raiz. No entanto refere-se a canto enquanto esquina, lugar estratégico na cultura de rua de um modo geral porque espaço de confluência, reunião. Na visão de mundo africano, a encruzilhada tem importância mítica ímpar: lugar de oferendas, de negociação com os deuses, lugar de Exu, o abre-caminhos, espirituoso mensageiro dos deuses (REIS, 1993, p. 13).

Vários relatos atestam a presença de escravizados da nação mina, na cidade do Rio de Janeiro como carregadores de café no porto[107]. Esse segmento, em determinada época, no continente africano, já detinha certa afinidade a atividades urbanas de comércio. Mas para Cruz (2000), embora haja a aparência de que minas predominavam no exercício dessa função no porto do Rio há de se ter certo cuidado com tal afirmação. Segundo a autora a maioria dos escravizados ao ganho registrados na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, entre 1851 e 1870, embora fossem africanos, eram predominantemente oriundos de "nações" da África Centro-Ocidental. A força da presença mina no entanto não pode ser desconsiderada.

Durante o trabalho, os carregadores de Salvador entoavam canções africanas, puxadas por um dos que compunham o grupo, o puxador do canto[108]. Os outros cantavam juntos em resposta durante o trabalho pesado e desgastante

---

[107] Esse aspecto será detalhado no próximo capítulo.
[108] Outra possibilidade explicativa ao uso do termo "canto".

(REIS, 2000). Relatos similares foram identificados sobre a organização do trabalho no Rio de Janeiro. A maneira de realizar o trabalho, as estratégias de negociação para contratação do trabalho através de uma liderança negra e de domínio territorial eram praticamente idênticas às dos trabalhadores do porto carioca.

> Além de indicarem a forte presença dos ganhadores no sistema portuário, os relatos sugerem que a organização do serviço era feita de uma forma muito particular, com os escravos formando grupos que seguiam um líder ao som de músicas africanas. *O trabalho coletivo era estruturado pelos próprios negros. Eram eles que negociavam as tarefas decidiam o tamanho das turmas de acordo com o tamanho do volume a ser carregado, enfim, eram "sujeitos plenos da ação". Ao se organizarem coletivamente, ao som de músicas africanas, estabelecendo um ritmo ao trabalho nas ruas da cidade*, os africanos imbuíam o trabalho urbano com elementos de sua cultura, como também acontecia de forma semelhante na cidade de Salvador, como apontou Reis [1986] (ARANTES, 2010, p. 135, grifos nossos).

Em Salvador, o puxador era nomeado de capitão do canto. Ali, "tanto libertos quanto escravos podiam ser capitães – assim como podiam ser pais de santo e mestres muçulmanos –, o que mostra que as hierarquias dentro da comunidade africana nem sempre seguiam aquelas da sociedade escravocrata" (REIS, 1993, p. 14-5). Havia inclusive uma cerimônia ritual própria para a posse de quem ocupava a posição de capitão (ibid.).

Em 1880 uma regulamentação reafirmou a existência dos capitães e decidiu que eles deveriam ser escolhidos pelos seus pares e aprovados pelas autoridades policiais. Eram os capitães os responsáveis dali em diante por registrar os ganhadores do canto no Livro de Matrículas da chefia de polícia. Ficha essa que incluía uma descrição física dos sujeitos (cor da pele, tipo de cabelo, formato da boca, escarificações étnicas etc.), como as publicadas nos anúncios à procura de escravizados em fuga ou das práticas científicas da antropometria. No levantamento desse livro de Matrículas, Reis identificou quase sua totalidade composta por pretos e pardos livres e libertos, muitos nascidos no Brasil e nenhum branco europeu (REIS, 2000).

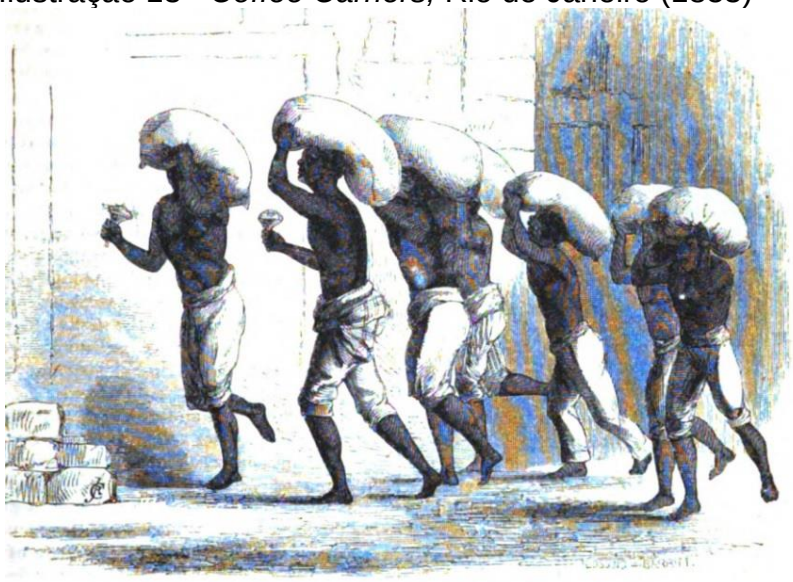
A figura do capitão ou do capataz também chamou a atenção no porto carioca.

> [...] os carregadores de café, andam geralmente em magotes de dez ou vinte negros sob a direção de um que se intitula capitão. [...] Cada um leva na cabeça uma saca de café pesando 102 libras [46kg] e, quando todos estão prontos, partem num trote cadenciado que logo se transforma em uma carreira (CRUZ, 2000, p. 257).

O mesmo pode-se dizer dos cantos entoados e da marcha sincronizada durante o trabalho nas ruas cariocas. Na imagem a seguir é possível observar que carregadores traziam em suas mãos um tipo de instrumento.

> Debret, que veio para a Corte em 1816, menciona, por exemplo, que o trabalho dos escravos que transportavam café era penoso devido à extensão do trajeto e implicava "não somente um número de carregadores igual ao de sacos, mas ainda um capataz entusiasta, capaz de animar os homens com suas canções improvisadas". A coluna era guiada pelo capataz, que costumava munir-se de um chifre de boi ou de carneiro. Tal chifre seria um amuleto com o qual o capataz se impunha à superstição dos seus comandos eventuais, mas depois do grupo chegar ao seu destino e ser pago, a igualdade voltava a reinar entre todos e a confraternização se fazia na venda mais próxima (CRUZ, 2000, p. 256)

Ilustração 13 - *Coffee Carriers,* Rio de Janeiro (1853)



COFFEE-CARRIERS.

Fonte: *Harper's New Monthly Magazine*. v.7 (Jun-Nov 1853), p. 729.

Em Salvador os cantos também foram regulados por legislação, muitas delas idênticas às do Rio. De acordo com o Regulamento Policial para o Serviço dos Trabalhadores do Bairro Commercial, os trabalhadores deviam se matricular na polícia, se fixar em um local específico e a figura do capitão foi mantida, desde que os escolhidos para tal fossem aprovados pela chefia de polícia. Naquela cidade a maior parte dos cantos estavam situados no cais, entre armazéns, mercados e casas comerciais da região do porto. Ali estavam mais de 80% dos trabalhadores. Na segunda metade XIX, porém a maioria dos ganhadores em Salvador já não eram escravizados. Eram negros, livres ou libertos. Entre os poucos brancos, nenhum era nascido fora do Brasil (CRUZ, 2010; REIS, 1993).

Foram muitas tentativas de controle do trabalho dos ganhadores na capital baiana. A primeira, em 1837, exigiu a matrícula e fiscalização dessas atividades, mas a proposta não foi bem recebida pelos escravistas. Em 1850, o presidente da província passou a perseguir os africanos ganhadores e proibiu que realizassem o trabalho de estiva no porto. Restringiu essa prática aos sujeitos livres, o que excluía os escravizados, mas deixava explícita a exceção dos africanos. Mesmo após essa represália, em 1855 africanos representavam quase metade dos estivadores (entre livres e escravizados). Os carregadores fixados depois da Alfândega eram majoritariamente africanos, entre livres e escravizados (REIS, 1993).

Em 1857 pessoas negras compunham cerca de 40% da população da cidade, entre escravizados, livres e libertos, sendo quase a metade africanos. Foi nesse ano que os ganhadores, o que inclui os do "setor de transportes" de Salvador interromperam suas atividades. Escravos, livres e libertos paralisaram em protesto a uma Postura Municipal que exigia destes sujeitos a licença da Câmara e o uso de chapas de metal para identificação, mediante taxas, para continuar ao ganho. Assim como no Rio esse tipo de regulamentação visou tanto o controle do mercado de trabalho, quanto dos corpos que ocupavam as ruas. Desde o levante dos Malês de 1835 na capital baiana, essa exigência se colocava na ordem do dia pelas autoridades[109] (REIS, 1993).

Em 1857 a greve negra na Bahia, como chamou Reis (1993), mobilizou a comunidade negra: homens, mulheres, dos mais novos aos mais velhos. As mulheres eram parte significativa no trabalho ao ganho. Além de taxas abusivas, foi considerado humilhante o uso de uma chapa de metal para exercício do trabalho e os que começavam a usar sofreram represálias nos 7 dias de greve. Após uma semana, a Postura Municipal cedeu e foram feitas alterações na regulamentação, embora mantida a chapa e a matrícula, outros condicionantes foram flexibilizados. Em 1880 houve outra tentativa de controle dos ganhadores, sobretudo os livres e libertos, uma tarefa dessa vez dirigida pela polícia. Reis (2000) explica esse processo e o descreveu como outra estratégia de disciplinamento desses sujeitos. Os estivadores, porém não foram regulados por essa última normativa[110].

---

[109] O detalhamento da regulamentação pode ser encontrado em Reis (1993; 2000).

[110] "Confirmava-se a situação estabelecida desde a década de 1850 de se considerar os trabalhadores diretamente ligados às atividades do mar e do porto – os estivadores propriamente ditos – como uma categoria à parte daqueles outros dedicados ao transporte de volumes através da cidade. Mas isto é o que estava no papel. […] muitos cantos se achavam estabelecidos à beira-

Em 1886 foi divulgado o Regulamento dos Ganhadores no Rio de Janeiro, que se atinha às práticas individuais dos ganhadores. Escravizados, livres ou libertos na condição ao ganho precisavam obter licença para o trabalho na Câmara Municipal e andar com sua autorização visível (CRUZ, 2010). Alguns anos antes, uma paralisação (parede[111]) dos ganhadores do porto do Rio foi deflagrada, ao que parece protagonizada pelos minas. A reivindicação era por melhor remuneração. Como disse Erika Arantes, é "difícil não pensar que durante muito tempo, os sujeitos negros foram excluídos da história do trabalho no Brasil, como se eles não tivessem uma história também como trabalhadores" (ARANTES, 2010a, p. 136).

> Os relatos informam também que aqueles homens se organizavam na busca pela liberdade. Parte fundamental nessa luta eram os fortes laços de solidariedade que os uniam. No entanto, já na segunda metade do século XIX é possível encontrar vestígios da organização de escravos ganhadores do porto carioca com outros fins. No dia 3 de maio de 1872, por exemplo, o Diário do Rio de Janeiro trazia a seguinte notícia: *"Os pretos carregadores também fizeram a sua 'parede', mas à moda da Costa da Mina, isto é, ao som dos cacetes e de gritarias quase selvagens***.** A causa foi terem exigido mais 20 réis pelo carreto de carne-seca aos negociantes do gênero, e terem este deliberado substituí-los por homens livres. Hontem [sic.], depois de 1 hora da tarde, reunira-se mais de 50 na Praça das Marinhas, quando os trabalhadores brancos estavam fazendo descarga e opuseram-se a que efetuassem. Travou-se luta (...) os agressores eram sete escravos e um preto liberto (…)" (ARANTES, 2010, p. 135, grifos nossos).

Esses mesmos sujeitos escravizados e libertos foram os responsáveis na cidade do Rio de Janeiro pela fundação de alguns dos mais importantes sindicatos da Primeira República. Para Cunha (2000) existiu um tipo de continuidade dos trabalhadores negros em ambas as ocupações, carregadores e estivadores. Marcelo Badaró Mattos corrobora com essa percepção e adiciona que essa não foi uma experiência restrita ao Rio de Janeiro, mas se manifestou também em duas cidades do Rio Grande do Sul, Pelotas e Rio Grande (já mencionada em seção anterior). A força associativa de ex-escravizados fundou organizações de trabalhadores, clubes, jornais etc. de diversos segmentos.

> Ou seja, os ex-escravos e seus descendentes que exerciam o trabalho portuário na segunda metade do século XIX [no Rio de Janeiro] não apenas continuaram no setor, mas também se organizaram sindicalmente, sobre a base de formas de solidariedade existentes há muito tempo, para garantir

---

mar, no cais do porto, no interior de armazéns e mercados. Aparentemente seus membros não podiam descarregar embarcações obrigadas à fiscalização alfandegária, mas restavam aquelas empregadas na navegação de cabotagem do longo litoral baiano, além do intenso transporte realizado por mar entre Salvador e o Recôncavo" (REIS, 2000, p. 203).

[111] O termo parede também se aplica à paralisação de atividades, greve.

> seu monopólio sobre esses empregos irregulares, no interior do instável mercado de trabalho da cidade (MATTOS, 2009, p. 25).

É sobre os sindicatos portuários do Rio de Janeiro, com sua liderança e composição negra, que se dedica a seção seguinte.

1.5.3 Sindicatos negros no porto carioca: *União* e *Resistência* nos primeiros anos do século XX

> No início do século XX, quando começaram a surgir os primeiros sindicatos dos trabalhadores do porto, como a União dos Estivadores, ou a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches de Café, percebe-se que as continuidades em relação ao período da escravidão ainda eram visíveis. O sindicato dos trabalhadores em trapiches (os armazéns da época) de café, por exemplo, fundado em 1905, possuía um quadro social quase exclusivamente composto por trabalhadores negros e seus primeiros presidentes foram todos negros. Através de várias mobilizações e greves, os portuários do Rio conquistaram, ainda no início do século, o direito de organizarem, por meio dos sindicatos, a contratação das turmas de carregadores, garantindo o monopólio do serviço no setor para os sindicalizados, e criando regras que buscavam distribuir de forma mais uniforme os dias de labuta pelo conjunto dos trabalhadores. Como explica o jornal *Correio da Manhã*, em matéria publicada no dia 14/10/1906, após as conquistas de uma greve comandada pela Sociedade de Resistência
>
> *Mattos, 2009, p. 25*

1.5.3.1 A União dos Operários Estivadores (UOE)

A União dos Operários Estivadores surgiu no porto do Rio de Janeiro nos primeiros anos da República. Foi em 13 de setembro de 1903 que um grupo de

trabalhadores majoritariamente negros da estiva criou essa pioneira organização[112]. Após uma greve que abalou a cidade carioca ao envolver diferentes segmentos, incluindo os estivadores, surgiu a União (GOLDMACHER, 2009). A Greve Geral[113], como mais tarde ficou conhecida, mobilizou diversas categorias na cidade do Rio de Janeiro. Da participação nessa greve formou-se uma comissão de estivadores responsável por defender junto aos patrões a redução da jornada de trabalho para 8 horas, intervalos e a manutenção dos salários (CRUZ, 2002).

Em negativa à tentativa de acordo, empregadores acionaram a chefia de polícia e o Ministro da Justiça. No porto cerca de 1.200 trabalhadores entraram em greve. Os empreiteiros, das Casas Empreiteiras[114], alinhadas aos interesses das empresas no porto, recorreram ao trabalho de homens de outras cidades e setores para a estiva. Mas depois de outras negativas veio o acordo. Mesmo sem chegar ao que os estivadores exigiam, estes voltaram ao trabalho oito dias depois. Embora chegassem mais cedo, o serviço só começava às 7am e acabava às 5pm, com uma hora de almoço (CRUZ, 2002).

Poucos dias depois, em 12 de setembro daquele ano (1903), os estivadores convocaram uma assembleia, aprovaram seus estatutos e nomearam fiscais. Criaram sua própria Caixa de Resistência para desfrute de todos que necessitassem de recursos financeiros, em um sistema de gestão coletiva desde o princípio, como declarou Cruz (2000).

> Com essa forma de luta velada e calcada em um desafio permanente às regras patronais, conquistara, então, passo a passo, a redução da jornada de trabalho, ao tempo em que iniciaram também a construção do sindicato (CRUZ, 2002, p. 35).

Nessa greve a comissão representante dos estivadores exigiu e conquistou reivindicações como jornada de trabalho e definição salarial. O socialismo era a tônica da organização desse levante e apareceu em outros momentos de sua existência[115]. Foi assim que surgiu a União com quase 200 associados, cujo número aumentou para aproximadamente 1.000 em 1905 (ALMEIDA, 2003). Em 1941 a União apenas na sede do Rio de Janeiro congregava 2.000 sócios! Segundo

---

[112] Em 1895 um Coronel se apresentou como organizador da União dos Trabalhadores de Estiva. A vida ativa porém dessa associação durou pouco tempo (CRUZ, 2002).

[113] Para entendimento da Greve e das categorias participantes Cf. Goldmacher (2009).

[114] As empreiteiras a princípio engajavam os estivadores. Com a criação da União, elas precisavam negociar diretamente com esta organização (CRUZ, 2002).

[115] Durante anos o advogado da União foi Evaristo de Moraes, conhecido socialista da época (GOLDMACHER, 2009). Veremos mais sobre esse aspecto no último capítulo da tese.

Almeida "um dos objetivos da União era organizar o trabalho, assim amenizar as cruéis condições dos estivadores” (2003, p. 28).

> O trabalho desenvolvido pela União era para organizar e regulamentar o serviço, até então realizado conforme as necessidades e os interesses unilaterais do patronato. Isso provocou nos estivadores um sentimento de proteção e garantia contra as mazelas a que estavam acostumados a ser submetidos. A União interferia em defesa dos trabalhadores, constrangia os que os maltratavam, infringia prejuízos aos patrões que não respeitassem as regras que então começavam a surgir. Garantia a disciplina no trabalho e o respeito mútuo, tanto entre patrões e empregados como de companheiro para companheiro (ALMEIDA, 2003, p. 37).

Criada a União foi, depois de poucos dias, iniciada uma campanha para recolhimento de recursos financeiros para a manutenção de sua estrutura. Todas as ações eram regidas por um Estatuto, as assembleias ocorriam com regularidade e por meio das comissões eram descentralizadas as tarefas. Nesse sistema, os fiscais gerais se dedicavam a fiscalizar as condições de trabalho, contratação e dialogar com os empregadores. Os contramestres (alguns, antigos capitães), responsáveis pela escalação dos trabalhadores da parede, também compunham a União. Contudo, sem direito ao voto ou a serem votados. Em 1903, os contramestres majoritariamente estrangeiros europeus, portugueses e espanhóis (CRUZ, 2002), o que ainda em 1925 era realidade. Questão a que o presidente da União se referiu como algo a ser considerado e enfrentado pelos “brasileiros” (ALMEIDA, 2003).

A estrutura da União foi inicialmente composta por espaços de deliberação coletiva: a Assembleia Geral, órgão máximo; o Conselho Deliberativo, que se reunia quinzenalmente; uma Diretoria. Havia o Regulamento Interno do Trabalho, produzido por trabalhadores e contramestres; Estatutos; e, como mencionado, havia os fiscais, liderados por um fiscal geral, sendo os primeiros indicados pelos Diretores e o último, eleito como membro da Diretoria da União. Não havia restrição de nacionalidade para compor a União que ambicionava estreitar laços de solidariedade com trabalhadores do Brasil e do exterior. Nas assembleias todos tinham direito a fala, mas o direito ao voto era reservado aos que tivessem determinado tempo de filiação (ALMEIDA, 2003; GOLDMACHER, 2009).

A União basicamente garantiu ter o controle exclusivo sobre a oferta da mão de obra – aquilo que seria chamado de *closed shop*. Esse tipo de organização impôs no processo de trabalho da estiva o formato *closed shop*. Isto é, um “sistema baseado na mediação de um sindicato na locação de serviços nos portos” (CRUZ, 2002, p. 30). À União cabia negociar diretamente com os empreiteiros os serviços de

carga e descarga de navios, isto é, a estivagem destinando-a exclusivamente ao pessoal do Sindicato. Por isso todos os estivadores associados à União estavam sempre com sua identificação. Isso significava estar em dia com os compromissos com a entidade e lhes resguardava a oportunidade de se candidatar ao trabalho todos os dias.

Daí o poder desse sindicato. Quando optavam por paralisar os serviços na estiva, todo o porto sentia. Seu poder de pressão era relativamente alto, portanto. Em 1908 conseguiu garantir o monopólio sindical do trabalho em quase todos os navios transatlânticos do exterior e de empresas de navegação do Brasil. Tentativas sem sucesso de garantir o *closed shop* se deram nos portos de Liverpool e Estados Unidos, contudo a "liberdade de trabalho" defendida pelo patronado fez com que todos ficassem sem sucesso de média ou longa duração[116] (CRUZ, 2002).

Antes desse tipo de sistema de gestão de obra sindical, o ambiente de trabalho podia ser propício à criação de rivalidades. Embora o trabalho no porto tivesse um caráter eminentemente coletivo realizado em turmas de trabalho, como no caso dos carregadores e dos estivadores, o critério de escolha dos estivadores na parede podia depender do grau de simpatia com o capitão. O que aconteceu no Rio de Janeiro foi iniciativa pioneira no Brasil e singular do ponto de vista mundial. Esse tipo de organização se espraiou a outros portos brasileiros através da criação de sucursais ligadas ao que seria o Sindicato da União dos Estivadores. Sobre isso, veremos que mesmo antes do *closed shop* esses trabalhadores, sobretudo negros, conseguiram estabelecer laços próprios de solidariedade no porto carioca.

O sistema de escala por rodízio para engajamento no trabalho de modo que fosse justa a escalação dos trabalhadores foi também implantado pela União. Outra conquista foi o sistema de empreitada de serviços de modo a partilhar igualmente a remuneração com todos os que o executavam. Esse tipo de remuneração por produção ocupou aos poucos lugar das diárias.

Com base em Cruz (2002) pode-se elencar as principais conquistas que a organização dos estivadores com a União possibilitou: 1) monopólio da estivagem pelos sindicalizados; 2) controle do processo de trabalho, que garantiu prioridade ou exclusividade dos sindicalizados para a estivagem; 3) uma política de gestão da mão de obra avulsa criada e fiscalizada pelos próprios trabalhadores sindicalizados.

---

[116] No Brasil o *closed shop* manteve-se ativamente até ser incorporado à legislação trabalhista de Vargas nos anos 1930 (CRUZ, 2002).

Todas elas já estariam consolidadas no ano de 1908, pouco tempo depois da criação da União.

Um dos feitos mais importantes da trajetória da União foi implantar esse modelo em outros portos do Brasil por meio de sucursais. Atuou como um tipo de Federação para os demais Sindicatos até a década de 1930[117]. Os estivadores se deslocavam da cidade do Rio para outras localidades com o intuito de apoiar a organização de outros trabalhadores. Isso inclui a criação de diretrizes para o serviço da estiva, apoio para construção de sedes, contratação de advogados para defender os estivadores[118]. Ela era a "Casa-Matriz" ou “Estiva-Mãe”. Em 1906 já tinha sua própria sede na Praça dos Estivadores, à época Largo do Depósito onde ficou até 1941 quando foi para a sede na Saúde, lugar em que ainda permanece (ALMEIDA, 2003).

Mas qual foi a repercussão dessa organização liderada e composta majoritariamente por trabalhadores negros na organização de outros sujeitos do porto?

1.5.3.2 A Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café)

Os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro adotaram uma estratégia peculiar em relação aos portos da Europa. Optaram pela sindicalização que diferenciou as ocupações e ramos, em lugar daquela que se dava de modo indiferenciado. Foi com esse intuito que a União dos Estivadores apoiou a criação de associações, que depois se transformaram em sindicatos como a Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café (SRTTC)[119] e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral (SRTCM), ambas fundadas em 1905 na sede da União[120] (CRUZ, 2000; 2002).

---

[117] Nesse período as organizações foram obrigadas a cunhar a denominação de Sindicato (ALMEIDA, 2003).

[118] As prisões eram constantes entre os estivadores, como será visto adiante, especialmente por "vadiagem". Inclusive, em 1921 a União contratou advogados para defender estivadores feitos presos políticos na Bahia (ALMEIDA, 2003).

[119] Meses antes, em 1904, houve uma iniciativa nesse sentido, quando criada a União dos Trabalhadores em Café, mas sua continuidade não obteve sucesso. Em 15 de abril de 1905, quando fundada, a Resistência foi chamada num primeiro momento de União dos Trabalhadores em Café e Trapiche, cujo nome foi alterado para Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, em maio daquele mesmo ano (CRUZ, 2000).

[120] O termo Sociedade de Resistência tornou-se comum naquele período. Em 1906 estava entre as orientações do Primeiro Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro a adesão desta

O trabalho da União foi crucial para a construção na organização em termos sindicais das demais categorias portuárias. Isto é, observou-se que na dinâmica do complexo portuário (composto de várias unidades), não bastaria uma categoria apenas se fazer organizada, nesse caso os estivadores. Era necessário possibilitar que, mesmo diante da fragmentação que o trabalho no porto produzia, por exemplo essa setorização segundo a mercadoria (café, carvão etc.), os trabalhadores faziam parte do processo de trabalho. Estavam interligados e ali residia sua potência. As Sociedades de Resistência foram, portanto, uma importante estratégia para congregar – e isso não significa que tenha sido sem conflitos – o máximo possível de trabalhadores do porto (CRUZ, 2002; 2006).

Nos primeiros anos do século XX o café ainda assumia no Brasil a posição de mercadoria mais importante do mercado agroexportador. Das embarcações atracadas no porto partiam toneladas daqueles preciosos grãos. Mas antes precisavam, na última etapa no país, ser transportados e arrumados de modo a suportar dias e dias de viagem. Essa tarefa envolvia, além dos mencionados estivadores, os que pesavam, ensacavam, carregavam e descarregavam os veículos (carroças) em suas cabeças (carregadores de tropa) etc. Foi para congregar os trabalhadores do porto dedicados ao trabalho nos armazéns e nos trapiches do ramo do café, que foi criada a Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café (CRUZ, 2000). Como explica Cruz, ela:

> Congregava apenas os "trabalhadores de tropa", operários diaristas ou tarefeiros empregados nas casas de café, nos trapiches, e na carga e descarga de carroças, em turmas ou tropas chefiadas por capitães. Surgiu em abril de 1905 com apenas 29 sócios. Um ano depois já contava com mais de quinhentos filiados (CRUZ, 2006, p.194).

A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café (SRTTC) foi criada em 1905 na cidade do Rio de Janeiro[121]. Essa forma associativa nasceu

---

nomenclatura às organizações. Tratava-se de um tipo de resistência econômica, segundo essas orientações, como forma de garantir adesões e evitar divergências de caráter religioso ou político (podemos acrescentar nacional e racial). Esse congresso teve grande influencia anarquista (GOLDMACHER, 2009), mas a nomeação já vinha sendo adotada antes mesmo por aquelas organizações que não reivindicavam necessariamente o anarquismo como norte.

[121] "Na época da formação da Resistência, em 1905, a competição por emprego nas docas e no mar foi cada vez mais identificada com vários sindicatos administrados por afro-brasileiros. Esse foi particularmente o caso dos dois mais poderosos sindicatos de estivadores, a Sociedade União dos Estivadores e a Sociedade Regeneradora Beneficente dos Estivadores, ambos formados em 1903. A primeira referência à sindicalização entre os trabalhadores do café apareceu no fim de abril de 1905, quando um anúncio no *Correio da Manhã* convidava 'todos aqueles pertencentes ao setor [...] a discutir assuntos de interesse da classe'. Também denunciava outra característica fundamental da hierarquia e dos princípios organizancionais do nascente sindicato dos armazéns de café, o papel das 'tropas' e dos 'capitães' (que agora se tornariam fiscais ou 'capatazes').

na sede e com total apoio da já conhecida e fortalecida União dos Operários Estivadores, fundada dois anos antes (1903) pouco após a greve geral que abalou a capital federal. Enquanto a União se dedicava à organização dos trabalhadores da estiva de forma ampla, a SRTTC surgiu com suporte da própria União com a missão de engajar e atuar em defesa de todos os trabalhadores que realizavam atividades ligadas ao café. Isso incluiu, por exemplo, aqueles empregados (com ou sem vínculo formal) em armazéns (casas) de café e em trapiches (CRUZ, 2000).

A SRTTC[122] era regida por estatuto próprio na qual o interesse de disseminar ideias socialistas era explicitado. Do mesmo modo, o intuito de unir todos os trabalhadores sem distinguir religião, cor ou nacionalidade. Seu lema era "um por todos e todos por um”. No ano seguinte após sua fundação, conseguiu impor em 1906, depois de uma greve, o controle sobre a contratação, jornada e o processo de trabalho em um acordo firmado com o Centro de Comércio de Café. Exigiu também uma nova tabela salarial. Foi com essa greve que a Resistência ganhou fama congregando naquele movimento mais de mil homens. Além disso, como na União, a questão do monopólio aqui também aparece como elementar. A possibilidade de controle da gestão da mão de obra. No porto estava em cheque os interesses dos comissários (das Casas Comissárias), dos donos de armazéns ou trapiches, dos ensacadores de café (CRUZ, 2006).

Algumas das principais mudanças com a instituição da organização dos carregadores e trabalhadores de trapiches do setor cafeeiro foi a inserção dos fiscais. Os fiscais, por sua vez, eram os representantes dos Sindicatos. Seu intuito era fiscalizar, supervisionar o andamento do trabalho em cada armazém e trapiche de café. Ao mesmo tempo, assumiram o controle da escolha e da disciplina das turmas de trabalho. Eles eram identificados com uma chapa, um tipo de distintivo. Para supervisionar todos os fiscais, existia o fiscal-geral. Contudo, cada uma de suas decisões eram antes deliberadas em assembleias sindicais (CRUZ, 2000; 2006).

> Como todos agora eram membros de uma associação operária, a mediação deixou de ser entre os trabalhadores e os patrões, e passou a ser entre as empresas e o sindicato, isto é, entre os patrões e a coletividade organizada, que, através de um corpo de fiscais assumiu as funções de supervisão, disciplina e escolha das turmas de trabalho. A esses cabia fazer cumprir o

---

Ambos os papéis levavam consigo profundos vínculos semânticos e econômicos que vinham de longa data na história do Rio de Janeiro” (MCPHEE, 2014, p. 285).

[122] Nas últimas décadas: “Sindicato dos Arrumadores do Município do Rio de Janeiro” (MOURA, 1995).

> horário e as normas de trabalho aprovados pelas assembléias gerais. Assim, os quebrados começaram a deixar de "morrer", e o chicote de barbante desapareceu. Mas não só isso. A Resistência "deu o grito do novo 13 de Maio" por significar acima de tudo autonomia, quebra da sujeição à autoridade arbitrária dos patrões e dos seus representantes, os trabalhadores feitores ou capitães. Na verdade, a junção dos capitães com os seus subordinados em uma instituição única propiciou o aparecimento de uma organização sindical atípica, que usurpou a principal esfera de ação patronal – a direção da produção – impondo-se aos comerciantes e trapicheiros como prestadora de serviços, quisessem eles aceitar esse fato ou não. Essa situação apresentou-se inesperadamente ao Centro do Comércio de Café no final da greve de 1906. A tabela, assinada na Associação Comercial, fixava uma jornada de 10 horas e assegurava a exclusividade dos serviços para os membros da Resistência. Esse acordo, aceito devido à pressão das grandes casas exportadoras de café, provocou o descontentamento de várias firmas comissárias associadas ao Centro [...] (CRUZ, 2006, p. 195).

É claro que isso incidia na relação entre trabalhadores e empregadores, por um lado os últimos exigiam dos representantes sindicais ordem ante situações de reivindicações ou paralisações; isto é, ao se responsabilizarem pela organização rotineira do trabalho, os fiscais, de certa maneira, isentavam de tal tarefa os empregadores (donos de armazéns ou exportadores). Implicava, portanto, certo grau de confiabilidade entre os dois polos dessa relação, que resultou na conquista do monopólio do sindicato, nesse caso a Resistência, para oferta de mão de obra nas atividades de transporte e armazenamento de mercadorias.

Com o Decreto N. 1.1637, de janeiro de 1907, as Uniões, como a UOE, e as Sociedades de Resistência como a SRTTC, se tornaram oficialmente sindicatos. Isso trouxe implicações para sua organização interna, que serão exploradas um pouco mais adiante. Antes, é preciso apresentar em números a composição racial desses dois poderosos sindicatos portuários.

1.5.3.3 União e Resistência: Sindicatos portuários Negros!

> […] os ex-escravos e seus descendentes que exerciam o trabalho portuário na segunda metade do século 19 não apenas continuaram no setor, mas também se organizaram sindicalmente, sobre a base de formas de solidariedade existentes há muito tempo, para garantir seu monopólio sobre esses empregos irregulares, no interior do instável mercado de trabalho da cidade
>
> *Mattos, 2009, p. 25*

A presença massiva dos trabalhadores negros nesses dois sindicatos do porto carioca tem sido considerada por historiadores(as) como Maria Cecília Velasco e Cruz (2000), Marcelo Badaró Mattos (2009), Erika Arantes (2010) e outros(as). Como citado, o trabalho no porto foi realizado por trabalhadores negros escravizados, seja na condição ao ganho ou não. Foram eles e outros trabalhadores negros, livres e libertos, os que predominaram mesmo quando no século XIX a imigração europeia, de sobremaneira a portuguesa, se tornou uma realidade na cidade do Rio. Muitos desses europeus buscaram nos portos possibilidade de emprego. Essa prevalência negra se manifestou inclusive no pós-Abolição e na instituição da República no Brasil.

Os trabalhadores negros do porto da cidade do Rio, diferente do que a História oficial tende a propalar resistiram coletivamente durante esse momento para garantir seus postos de trabalho já ocupados pré-Abolição. E o fizeram no período republicano, como explicou Cruz (2000), em grande medida mantendo as tradições negras do passado.

> […] há, no Rio de Janeiro, uma forte linha de continuidade entre os escravos e libertos dos velhos tempos imperiais e os proletariados da Primeira República. Assim, diante da solidariedade mútua dos estivadores e carregadores, da rapidez com que os trabalhadores de tropa impuseram ao patronato o seu sindicato, e da evidência clara de que a troca dos atores históricos – com a entrada em cena dos imigrantes brancos e a batida em retirada dos pretos e pardos – não ocorreu no sistema portuário da cidade nos termos pressupostos pelas análises existentes da formação da classe operária brasileira […] (CRUZ, 2000, p. 274).

Estes sujeitos mantiveram-se juntos. Carregadores e estivadores estabeleceram os laços de solidariedade construídos pelo pertencimento racial e étnico que poderia lhes conferir certa unidade – o que não é o mesmo que ausência de conflitos – como os descritos por Cruz (2006). Além disso, a dimensão de comunidade e laços de parentesco podem ter interferido no processo de modulação coletiva da luta dos portuários da UOE e SRTTC.

> Filhos e netos de escravos e libertos, os trabalhadores nacionais negros e mestiços tinham raízes profundas na história da profissão e, majoritários na força de trabalho estivadora, marcavam fortemente a cultura do grupo não só no Rio de Janeiro, como em outros portos do país. É natural, portanto, que partisse deles o ímpeto de organizar a classe, ainda mais se forem considerados o clima racista e pró-imigrante do período e os desejos de vida independente que orientavam a conduta dos que haviam sofrido o peso da escravidão (CRUZ, 2002, pp. 43-4).

Para identificar o perfil racial desses sujeitos, Cruz (2000) comparou os arquivos da União com os dos Livros de registro da Casa de Detenção de 1890 a 1904. Deste modo localizou 294 estivadores ali presos designados por cor e nacionalidade: 60% pretos, pardos e fulos, 7% como “morenos”, 28% brancos e 3% como “acaboclados”[123]. A autora recorreu às informações da Casa de Detenção tendo em vista que a União dos Operários Estivadores adotava apenas a nacionalidade e não a raça/cor como quesito em suas fichas de 1903 a 1905. No tocante à nacionalidade, dos 811 sindicalizados 62% eram brasileiros, 26% portugueses, 5% espanhóis, 2% italianos, 2% ingleses e 2% divididos entre (5 franceses, 3 argentinos, 3 estadunidenses, 2 dinamarqueses, 1 austríaco, 1 russo, 1 oriental e 1 árabe). Os ingleses, franceses, argentinos, estadunidenses e portugueses (em 14, todos do Cabo Verde) eram todos pretos.

Foi assim que entre os trabalhadores portuários, de maioria negra, surgiu a União um dos mais poderosos mecanismos de organização do trabalho na estiva brasileira.

> Sob vários aspectos, a iniciativa dos brasileiros se deve a uma questão de inserção social. Dos sócios registrados no sindicato entre 1903 e 1905, 7,5% eram constituídas de espanhóis e italianos, e 26,3% de portugueses. Parte desses lusos e, sem dúvida, muitos dos espanhóis e italianos eram recém-emigrados, gente relativamente nova nos grupos de convívio no cais do porto, nas rodas de samba, nas turmas de botequins e, talvez, ainda pouco socializada nos códigos locais da ocupação. Por outro lado *60,5% da comunidade estivadora carioca era formada por pretos, pardos e fulos, e destes, 75,8% eram brasileiros.* Esse fato dá uma qualidade diferenciada aos 62,1% de brasileiros associados à União, indicando de modo preciso que as tradições da estiva estavam principalmente em suas mãos (CRUZ, 2002, p. 44, grifos nossos).

Almeida apresenta outro percentual, mas ambos atestam a predominância de trabalhadores negros na União.

> Em 1903, na fundação da União dos Operários Estivadores, 40% dos associados eram estrangeiros oriundos de Portugal, Cabo Verde (colônia portuguesa), Itália, Espanha, França e Inglaterra. Da relação dos fundadores, ou seja, os que participaram da Assembléia de 13 de Setembro de 1903, somente 15% eram naturais do Rio. Os demais 45% eram imigrantes de outras regiões do país, principalmente das províncias do Nordeste, devido às dificuldades de sobrevivência em suas terras de origem. Em contraste com as dificuldades e as condições de vida, comparados com as demais categorias de trabalhadores daquela época, os estivadores que fundaram a União, em sua maioria (média de 68%), sabiam ler e escrever, conforme consta no Livro de Registros da UOE. Moravam, em sua grande maioria, nos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e

[123] Para mais detalhes sobre o método de levantamento de dados utilizado pela autora consultar Velasco e Cruz (2000, pp. 269-270).

> adjacências. Os portugueses e espanhóis, em especial, foram fixando residência no Morro da Conceição. Os italianos reuniram-se no que é hoje conhecido como Morro do Pinto (antigo Morro do Nheco), no bairro Santo Cristo (ALMEIDA, 2003, p. 22).

Ilustração 14 - Primeiro presidente da União dos Operários Estivadores (1903)

Bento José Machado
Pernambucano
1º presidente da União dos Operários
Estivadores, sócio nº 1
Arq. Setemerj

Fonte: Almeida (2003, p. 86).

Cruz (2000) com base nos arquivos e registros sindicais da SRTTC, de 1910 a 1929, registrou o perfil de 353 sindicalizados. Sua pesquisa constatou que 62% deles eram pretos (entre estes, apenas 1 africano), 14% pardos/mestiços (brasileiros) e 23% brancos (italianos e portugueses). Em percentual, no tocante à nacionalidade, estes eram 87% brasileiros, 7% portugueses, 5% italianos. Não era ocasional que a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café era conhecida, segundo Galvão (1995), como “Companhia dos Pretos”.

> *A Resistência era um verdadeiro reduto negro, indicando nitidamente que os escravos e os homens livres de cor seguraram com unhas e dentes os seus postos de trabalho*, apesar de terem sofrido por muitos anos a concorrência dos imigrantes, sobretudo dos portugueses. […] apenas 23,5% dos trabalhadores de tropa sócios do sindicato eram brancos, e destes pouco mais da metade era estrangeira. Já os pretos e pardos eram todos brasileiros, um exército de um africano, o que nos dá razões para pensar que muitos dos libertos vindos de outras províncias e das zonas rurais fluminenses fixaram-se no mercado de trabalho portuário, e que os filhos e netos dos pretos de ganho cariocas seguiram os passos dos seus ancestrais (CRUZ, 2000, p. 270, grifos nossos).

Isto é, quase 75% dos sindicalizados na Resistência eram negros brasileiros. Trabalhadores negros ocuparam, entre 1910 e 1929, 83,1% dos cargos administrativos da Resistência. Um “percentual proporcionalmente mais elevado do que seu número de filiados (77,5%) e indicador do sucesso que os homens

afrobrasileiros tiveram em conquistar posições de responsabilidade sobre as decisões da organização" (MCPHEE, 2014, p. 280). É Cruz (2000; 2006) quem primeiro diz que a maioria dirigente da Resistência era negra.

> Se a composição social da classe trabalhadora urbana foi inteiramente refeita com a chegada continua dos lusos, espanhóis e italianos, o mesmo não ocorreu entre os operários do porto do Rio de Janeiro. […] os brasileiros e os pretos e pardos predominam na força de trabalho portuária, e isso tanto em terra como no mar (CRUZ, 2000, p. 270).

Esse tipo de organização dos portuários ganha tom significativo para nosso trabalho. Cruz (2000) afirma que organizações como as do porto do Rio não eram comuns, inclusive na Europa. Tendo em vista as características que no Brasil também eram predominantes: o trabalho avulso, as várias ocupações etc.

O trabalho pesado, braçal, realizado por homens, muitos deles ex-escravizados, não foi impedimento para sua organização que visou a proteção de seus interesses sob, outra vez, um contexto hostil a qualquer um que fosse socialmente identificado como negro. Poder-se-ia dizer que era um cenário hostil a qualquer sujeito expropriado, mas isso seria insuficiente considerando que no Brasil a variável racial desempenhou papel crucial na própria delimitação de quem teria ou não emprego formal ou protegido[124].

Ilustração 15 - Diretoria da SRTTC (1906)

Fonte: Jornal Correio de Manhã, 14/10/1906

O trabalho do professor Marcelo Badaró Mattos (2009) reforça que a UOE e a SRTTC tinham nos primeiros anos quadros compostos quase exclusivamente por

[124] Indubitavelmente esse mesmo processo pode ser observado em outras sociedades das Américas e do mundo, onde o ser branco adquiriu o privilégio, sob uma sistemática violenta, de ser o ideal de humano.

sujeitos negros. Adiciona ainda a informação de que os presidentes de ambas foram todos negros (ibid.).

Essa composição que foi étnica e racial dos portuários cariocas repercutiu de algum modo na forma como os conflitos entre trabalhadores e empregadores se deram, na sua relação com as autoridades policiais e mesmo na organização interna desses espaços coletivos de luta e resistência como trabalhadores. Mas sobre tais conflitos é preciso entender que eles estão ao mesmo tempo mediados pela disputa da possibilidade do trabalho e, por conseguinte, da sobrevivência.

No porto carioca, dominado por trabalhadores negros livres e libertos até 1870, a competição com os estrangeiros (maioria portuguesa) para garantir seus postos de trabalho foi uma constante na segunda metade do XIX. Nesse mesmo momento, imperava o racialismo científico e a preocupação com o branqueamento da nação se tornou questão de Estado. Não se pode ignorar que branquear o país por meio da força de trabalho branca europeia foi um projeto deliberado. Daí o incremento das subvenções estatais e privadas para a vinda de sujeitos brancos para o país. A isso os trabalhadores negros do porto do Rio reagiram em diversos momentos, como explicitou Cruz (2000) e Kit McPhee (2014).

Maria Cecília Velasco e Cruz recupera uma matéria de 1872 do *Jornal do Commercio* que ilustra algumas dessas contendas:

> Há dias, os pretos ganhadores da praça das Marinhas, que têm por costume carregar para terra a carne seca trazida... dos navios em canoas... exigiram aumento de 20 réis... Não querendo sujeitar-se a tal exigência, os donos da carne seca resolveram chamar trabalhadores brancos... Ontem, ao meio dia, quando se fazia a descarga... os pretos, em número de cinquenta, armados de cacetes e um deles com uma foice, assaltaram os trabalhadores ocupados naquele serviço, que eram cerca de doze. Travou-se uma luta renhida, sendo alguns dos trabalhadores atirados ao mar. O Sr. Capitão Marques Sobrinho e algumas praças da guarda urbana compareceram no lugar e conseguiram por termo à luta, ... levando à presença do Sr. 2º delegado de Polícia treze pretos e cinco trabalhadores brancos (2000, p. 268).

A situação demonstra como os empregadores se valeram da abundância da mão de obra estrangeira pouco qualificada. Sim, porque ao contrário do que comumente se diz, muitos dos que vieram para o Brasil não tinham profissão definida ou trato para o trabalho urbano, seja ele fabril ou de outro cariz[125]. Daí muitos deles recorrerem ao trabalho no porto. Ou seja, a tentativa de expulsão dos trabalhadores negros de postos ocupados durante a escravidão não pode ser ainda

[125] Sobre este aspecto na cidade de São Paulo, consultar Andrews (1998).

hoje considerada do ponto de vista da “incapacidade técnica” desses sujeitos, mas de um projeto de Estado articulado por concepções deterministas sobre raça e nação. Esse projeto ao mesmo tempo foi parte da formação de um mercado que se pretendia assalariado de trabalho no Brasil. O aumento da oferta de trabalhadores com os imigrantes da Europa, associado à tentativa de extermínio da população negra modulou esse projeto racializado de civilidade capitalista no país. Um projeto que visou minar dos livres e libertos negros as condições para assalariamento e inserção em atividades de prestígio ou com maiores condições para mobilidade econômica.

O mais bonito na passagem descrita por Cruz (2000) é a ilustração de que, também ao contrário do que a História oficial reproduziu, os trabalhadores negros não reagiram a esse processo de maneira passiva. Reagiram coletivamente e não titubearam em lançar mão da violência para garantir sua condição de sobrevivência. Paralisaram o trabalho e o fizeram sob o crivo étnico e racial. Como disse a autora, ao recuperar outra reportagem, agora do *Diário do Rio de Janeiro* de três de maio de 1872, a parede (paralisação) se deu "à moda da Costa da Mina” (ibid., p. 268). Ao consultar a fonte original chama atenção a explicação do que seria, segundo o reporter, “à moda da Costa da Mina”: uma ação que se deu “ao som de cacete e gritarias, quase selvagens”. Nesse conflito entre os carregadores, dentre os presos, sete eram escravizados e um liberto[126].

O recurso à violência foi algo muito comum no trabalho de carregadores e estivadores. Se fez como parte da cultura portuária. Outros conflitos físicos, em torno de posições para o trabalho podem ser encontradas em Arantes (2010). A autora relaciona, entre outros elementos, as constância desses confrontos como parte de determinado código de masculinidade construído entre aquele grupo.

> A fama de valentão e as passagens pela prisão conferiam autoridade dentro daquele universo marcado por ritos de masculinidade e valorização da valentia e da força física, numa oscilação entre a identificação do herói pelos próprios portuários e do marginal, como eram vistos pelas autoridades (ARANTES, 2010a, p. 129).

Muitos trabalhadores do porto eram capoeiras[127], grupo perseguido pela polícia desde a qualificação da capoeira como crime idêntico à vadiagem pelo Código Penal de 1890. O uso de navalhas e depois armas de fogo se tornavam

---

[126] *Diário do Rio de Janeiro*, 3 de maio de 1872, p. 1.

[127] Há registros também de capoeiras entre marinheiros da Marinha de Guerra no Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão no fim do XIX e início do XX. Cf. Pereira (2018).

explícitos durante os confrontos, muitos deles encerrados em mortes. Os portuários eram constantemente vigiados pelas forças policiais, volta e meia eram presos por vadiagem, mesmo durante o expediente de trabalho – tendo em vista as particularidades do engajamento era comum que estivessem em grupos nas esquinas ou mesmo em bares aguardando uma próxima convocação, algo que a polícia não estava interessada em considerar. Cruz, em outro trabalho, explica que "o confronto físico violento como forma de resolver conflitos pessoais, políticos ou de trabalho era algo corriqueiro na região portuária, fato esperado, e até certo ponto naturalizado e valorizado" (2006, p. 205). Erika Arantes (2010a) advoga que, no entanto, não poderiam se resumir a conflitos as relações estabelecidas nos portos.

De toda maneira, estes também não devem ser descartados dessa análise tendo em vista que tais conflitos que durante muito tempo foram considerados como o elemento divisor dos trabalhadores cariocas nas primeiras décadas do século XX. Isto é, a competitividade entre estrangeiros brancos e negros nascidos no Brasil teria impedido a existência da solidariedade entre estes que compunham a mesma condição de trabalhadores. É interessante refletir sobre essa percepção. Justamente na cidade do Rio de Janeiro, em setores como os do porto, área economicamente primordial num país agroexportador como o Brasil, onde os sujeitos negros resistiram ao processo de branqueamento do mercado de trabalho, esse fato foi considerado impedidor de relações solidárias entre trabalhadores.

Ilustração 16 - Café (1935), Candido Portinari.

Fonte: Google Arts & Culture, 2019.

2 DIÁSPORA AFRICANA NAS AMÉRICAS: LAÇOS DE SOLIDARIEDADE E PROTEÇÃO SOCIAL

Magali da Silva Almeida (2003; 2008) e Elisabete Pinto (2003), duas das mais importantes intelectuais negras, apresentaram ao Serviço Social brasileiro a relevância das Irmandades para a coletividade negra no período escravista como espaço de proteção e cuidado mútuo. As duas, cada uma a seu modo, tiveram papel fundamental em minha formação e de inúmeras outras jovens negras nessa profissão. Abriram nossos caminhos. E foram elas que primeiro abriram os caminhos para a análise que será desenvolvida neste capítulo: a proteção social entre a população negra vista de forma ampliada, anterior à formatação e regulamentação estatal.

Esse capítulo toma por base a experiência dos portuários negros no Rio de Janeiro, no século XIX, para trazer à tona diferentes formas de solidariedade e proteção social auto-organizadas por trabalhadores negros (livres e escravizados) criadas e recriadas na Diáspora Africana. Estratégias produzidas diante do cenário colonial escravista profundamente sustentado pela violência. Muitas delas organizadas a partir de pertencimentos étnicos que, por sua vez, tiveram sentido ampliado nas Américas e Caribe. Foram eleitas nesse trabalho as Irmandades católicas e outras religiosidades de matriz africana, as *esusus,* moradias coletivas (zungus), o samba e outros. Mas, essas experiências não foram exclusivas entre os trabalhadores negros do porto carioca. Elas se manifestaram de modos distintos no Brasil e em outros países das Américas. O porto do Rio é apenas um ponto de encontro, não é o de partida, tampouco o de chegada. A eleição dos portuários da cidade do Rio de Janeiro se deve à possibilidade de explorar referências bibliográficas já produzidas, isoladamente, no âmbito da História Social do Trabalho.

O capítulo foi dividido em quatro seções. A primeira explica a centralidade da violência no projeto colonial. Violência como potência econômica e como constituinte da lógica colonial e explora sua face no Brasil. A segunda parte mergulha no pertencimento étnico e o sentido de nação entre escravizados negros após a travessia do Atlântico. Como formas protetivas, com ganhos materiais e imateriais, tiveram sentidos próprios entre minas, nagôs, jejes e bantos e, em alguns momentos essas fronteiras foram reinventadas e/ou ignoradas em muitos outros. A terceira, dá destaque às *esusus*, Irmandades (e outras religiosidades recriadas) e zungus, todas

experiências comuns entre os portuários cariocas. Mostra ainda suas conexões com pessoas negras em outros países trazendo à tona os *Cabildos* (Cuba) e as *Black Brotherhoods* (Estados Unidos). A última parte recorre à categoria de "Amefricanidade" criada por Lélia Gonzalez para reafirmar a condição do negro nas Américas e Caribe para além do escravo.

A provocação posta nesse capítulo revela que anteriormente à institucionalização da política social, as próprias pessoas negras organizavam-se coletivamente para prover necessidades materiais, criando fundos, por exemplo, indissociáveis muitas vezes das necessidades espirituais.

Os recursos teóricos para análise dessas experiências foram colhidos de fontes secundárias dos campos da Sociologia, Antropologia e da História Social do Trabalho.

2.1 **A centralidade da violência no projeto colonial**

Esse tópico apresenta como argumento a importância do reconhecimento da violência colonial[128] para compreensão do significado das estratégias de proteção social coletivas criadas pela população africana e afrodescendente em diáspora nas Américas. Para isso recorre a uma revisão bibliográfica de duas obras de Karl Marx e Frantz Fanon, conferindo atenção às suas considerações sobre a violência no contexto colonial. Posteriormente apresenta a partir de Hebe Mattos e Lélia Gonzalez elementos e legislações que no Brasil dão concretude à violência, notadamente racializada.

O texto foi organizado em três subseções: a primeira recupera elementos sobre o assunto nos capítulos finais de *O capital*, publicado em 1867 por Karl Marx. A segunda situa considerações de Frantz Fanon em seu último livro, *Os Condenados da Terra*, de 1961, em especial as que constam no primeiro capítulo. A terceira recorre a legislações imperiais e a exemplos considerados por Hebe Mattos, em *As cores do silêncio* e Lélia Gonzales em textos reunidos na obra Primavera *para Rosas Negras*. O trabalho finaliza com uma síntese sobre a contribuição dos autores para a construção do argumento citado. Embora tenha sido implacável a

[128] O período imperial está aqui contemplado na expressão "colonial escravista", tendo em vista que findada a era colonial stricto sensu, em 1822, pouco mudou no tocante à condição jurídica e social dos escravizados. Estamos entendendo o projeto colonial como algo que molda práticas sociais e instituições tal qual descrito por Fanon (1968).

destruição dos povos originários do território americano, nosso trabalho vai enfatizar a condição dos africanos e afrodescendentes que atravessaram forçosamente o Atlântico.

2.1.1 A violência como potência econômica

A interpretação da violência como uma potência econômica foi considerada por Marx (2014) em sua célebre análise dos métodos e momentos do que foi chamado por Smith de acumulação primitiva do capital. Quase simultaneamente grandes potências como Espanha, França, Portugal, Holanda e Inglaterra lançaram mão de mais de um método para colocar em curso o esquema de saque e roubo de riquezas de vastos territórios do globo: o sistema colonial, sistema da dívida pública, sistema protecionista, sistema tributário etc. Todos eles, baseados na "violência mais brutal", têm também em comum o uso do poder estatal. Detentor do monopólio da violência, o Estado foi crucial para colocar as transformações societárias que destituíram na Europa o modo de produzir feudalista para erguer o de tipo capitalista. Processo esse que só foi possível dada sua intervenção para a expansão dos domínios além mar.

> Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. *Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal.* Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. *A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica* (MARX, 2014, p. 998, grifos nossos).

Ao operar a crítica às interpretações da economia política clássica, Marx (2014) revela que na gênese histórica dessa acumulação "originária" de capital está a violência que cinde os sujeitos do acesso aos meios de subsistência e produção. O autor se propôs a pensar a sociedade capitalista centrando sua análise na experiência inglesa daí sua atenção à sociedade feudal e os processos que liberaram os trabalhadores do trabalho servil ou vassalar para a condição de expropriados e assim trabalhadores assalariados. Porém o que importa para os fins

desse trabalho é como o autor situa a violência do sistema colonial que compôs essa cadeia[129].

> Ele [o sistema colonial] era o "deus estranho" que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra com um só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade (ibid., p. 1002).

Foi ao colocar em curso o projeto colonial como um sistema que a navegação e as relações comerciais se expandiram conferindo riqueza e poder às potências europeias citadas. E como parte desse sistema, a escravidão foi produzida como fundamento da riqueza colonial (MARX, 2014). Em sua pesquisa Eric Williams (2012), inspirado no próprio Marx (2014), revela, entre outros, como o tráfico, a comercialização e escravização de pessoas do continente africano nas Américas e Caribe foram elementares para transformar, por exemplo, traficantes em industriais na Inglaterra.

> O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As "sociedades Monopolia" (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital (MARX, 2014, p. 1002).

O controle sobre esse sistema econômico que subjugou a maior parte do território mundial não se sustentaria, no entanto, sem alguns artifícios, como a violência. Sobre a violência do domínio colonial, Marx cita breves exemplos nas colônias inglesas, holandesas e francesas como o rapto, o comércio de pessoas, o roubo de riquezas, o escalpo de indígenas etc. Mas partindo das considerações gerais do autor é possível dizer que a violência colonial se expressou, dentre outras formas: 1) no rapto e roubo de pessoas e riquezas dos territórios colonizados; 2) no massacre de populações originárias dos territórios colonizados; 3) na escravização. Como, naquele momento, Estado e Igreja se confundiam, é desnecessário dizer que todas elas eram sustentadas na religião.

> O tratamento dispensado aos nativos era, naturalmente, o mais terrível nas plantações destinadas exclusivamente à exportação, como nas Índias Ocidentais e nos países ricos e densamente povoados, entregues à matança e ao saqueio, como o México e as Índias Orientais. Tampouco nas

[129] Isso não isenta as críticas a Marx. Em seus escritos sobre a presença da Inglaterra na Índia, os crimes coloniais cometidos na Ásia pela Inglaterra foram colocados como parte do processo de revolução, no estado social da Ásia, a que toda humanidade se serviria. Cf. Marx, 1973. Para uma crítica aprofundada Cf. Said, 1990, pp. 161-163.

> colônias propriamente ditas se desmentia o caráter cristão da acumulação primitiva (MARX, 2014, p. 1001).

A reflexão proposta a partir de Marx (2104) buscou situar em breves termos a violência como necessária e intrínseca aos métodos e finalidades daquela que foi chamada de “acumulação primitiva” de capital, que nada mais foi do que a expropriação violenta de recursos e pessoas que se tornariam necessárias à produção de capital na Europa Ocidental.

2.1.2 A violência como constituinte à experiencia colonial

Quando Fanon escreveu, em 1961, sua última obra *Os Condenados da Terra* a Argélia ainda lutava pela independência, isto é, pela descolonização. O autor, que também esteve nas trincheiras argelinas pela libertação nacional, apresentou nesse livro a centralidade da violência no próprio processo colonial. Sendo a violência o principio constituinte do mundo colonial[130], o processo de descolonização exigia ser em si violento, uma violência orientada. Antes de tratar da violência colonial, segundo essa interpretação de Fanon, importa sinalizar que o texto trata de sociedades com descolonização recente e isso implica o fato de não ser o escravismo o modo produtivo dominante nesse período considerado. Contudo, nos interessa nessa obra os elementos que julgamos serem comuns a outros países com experiencia colonial. Afinal, não por acaso, esse livro é um chamado aos povos colonizados do mundo.

Para Fanon a constituição do mundo colonial foi orientada e fundamentada pela violência. Violência que marchou para a destruição de formas sociais e sistemas econômicos próprios dos povos nativos, assim como a seus signos, ritos, ritmos e aparências. Tudo isso foi alvo da brutalidade do processo colonial europeu. A partir dessa obra é possível identificar a violência colonial baseada em pelo menos três elementos: a destruição física; a desumanização; a destruição e/ou condenação dos modos de vida e valores. Esses elementos não concorrem entre si, mas se articulam e interagem permanentemente.

> O mundo colonial é um mundo maniqueísta. Não basta ao colono limitar fisicamente, quer dizer, com a ajuda da sua polícia e dos seus gendarmaria [soldados], o espaço do colonizado. Como que para ilustrar o caráter

[130] Embora a expressão possa remeter à lógica de mundo sob o poder colonial, Fanon está se referindo por mundo colonial ao território que sofreu a colonização.

> totalitário da exploração colonial, o colono faz do colonizado uma espécie de quinta-essência do mal. A sociedade colonizada é apenas como uma sociedade sem valores. Não basta ao colono afirmar que os valores desertaram, ou melhor, jamais habitaram nunca o mundo colonizado. O indígena[131] é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação de valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. Neste sentido, é um mal absoluto (FANON, 1968, pp. 30-31).

A expropriação de todas as riquezas do território colonizado e a morte se pôs como destino de milhões dos que foram submetidos à violência colonial. Nessa ação genocida, as colônias serviram de laboratórios de tortura, experimentos e sadismos. O medo e a coação impetrados por esse tipo de violência foram determinantes à instituição do controle, mas não dispensou a criação de outros mecanismos igualmente violentos.

> Nas colônias, o estrangeiro vindo de qualquer parte se impôs com a ajuda dos seus canhões e das suas máquinas. A despeito do sucesso da domesticação malgrado a usurpação, o colono continua sendo um *estrangeiro. Não são as fábricas, as propriedades nem a conta no banco que caracterizam principalmente a "classe dirigente". A espécie dirigente é, antes de mais, a que vem de fora, a que não se parece aos autóctones, "os outros"* (FANON, 1968, p. 30, grifos nossos).

O mundo colonial é um mundo dividido em dois, diz Fanon (1968). Um mundo maniqueísta na qual convivem sob permanente tensão espécies diferentes, criadas pela violência colonial: o colonizador e o colonizado; o Europeu e "os outros"; os verdadeiramente humanos e os não-humanos. Aos demais, resta a animalização. A própria condição de humanidade está reservada aos europeus. Pertencer ou não pertencer à tal humanidade do colonizador, a essa raça específica é o que define essa cisão.

> Por vezes este maniqueísmo vai até ao fim de sua lógica e desumaniza o colonizado. A rigor, animaliza-o. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. Faz alusão aos movimentos répteis dos amarelos, às emanações da cidade indígena, às horas, ao fedor, à pululação, ao bulício, à gesticulação. O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário. O europeu raramente acerta nos termos "figurados". Mas o colonizado, que apreende o projeto do colono, o processo preciso que se instaura, sabe imediatamente o que o outro pensa. Essa demografia galopante, essas massas histéricas, esses rostos de onde fugiu qualquer traço de humanidade, esses corpos obesos que não se assemelham mais a nada, esta coorte sem cabeça nem cauda, essas crianças que dão a impressão de não pertencerem a ninguém, essa preguiça estendida ao sol, esse rito vegetal, tudo isso faz parte do vocabulário colonial (FANON, 1968, pp. 31-32).

---

[131] O autor se refere às pessoas nativas. Nesse, especificamente, está falando dos africanos, especialmente, dos argelinos.

E mesmo que o colonizado sonhe um dia ser como o colonizador ou ocupar seu lugar isso não será possível. O colonizador tornou o colonizado, a quinta-essência do mal. Condenou e buscou destruir seus valores e modos de vida. Reduziu sociedades compostas por sujeitos e grupos complexos a “selvagens”, selvagens *negros, nativos*. Seus costumes, vestes, mitologias, cosmogonia, tradições foram vistos no hostil mundo colonial, como a expressão da depravação que constituía os não-humanos.

> Para o colonialismo, este vasto continente [africano] era uma toca de selvagens, uma região infestada de superstições e fanatismo, fadada do desprezo, atingida pela maldição de Deus, terra de antropófagos, terra de negros. A condenação do colonialismo é continental. A afirmação, feita pelo colonialismo, de que a noite humana caracterizou o período pré-colonial refere-se a todo o continente africano (FANON, 1968, p. 176).

A violência colonial, portanto, aparece sob o necessário aspecto de destruição física, da expropriação dos territórios, de meios de sobrevivência e de corpos. Contudo, a ela não se limita. É preciso, para legitimar a sistemática violência, produzir o entendimento desses sujeitos como não-humanos. O projeto colonial torna-se então um projeto civilizacional que redimirá os selvagens dos males da “noite escura”. A tentativa de destruição de valores, modos de vida, cosmologias necessariamente vem acompanhada da incursão exterminadora. Que precisa, em dado momento, portanto se afirmar como branca, européia, católica ou protestante, em contraposição aos nativos, vermelhos, americanos, negros africanos, amarelos asiáticos, pagãos!

2.1.3 A violência sob o contexto da escravidão no Brasil

No Brasil, essa violência se manifestou com toda brutalidade sobre os povos nativos do território chamado América e dos africanos, ambos brutalmente escravizados pelo domínio colonial. Aqui vamos nos restringir a análise do século XIX, quando a violência nos territórios coloniais ganhou contornos próprios, seja pela ação dos senhores em âmbito privado, seja por se tornar questão de domínio público estatal. Embora, é claro, sempre tenha sido desde o século XVI domínio de ambas, no XIX o Estado, além de criar e manter regulações, passou a criar espaços e alvos específicos para exercício do monopólio da violência. Os açoites nos pelourinhos, a tortura e as execuções públicas, prisões exclusivas para escravizados

etc. foram algumas das práticas já estabelecidas que se uniram a outras como casas de correção, prisões com trabalho, repressão a vadiagem e práticas religiosas, quando o país alterou seu status para independente.

O Código Criminal de 1830, por exemplo, previu como punição prisões com trabalho para reprimir à vadiagem e à mendicância, instituiu as galés (que também pressupunha prisão com trabalho). E, como mencionado, em 1890 o Código Penal reforçou a punição as penas para mendicância e qualificou como crime a chamada vadiagem e a capoeiragem[132], tratando-as quase como sinônimos. Ao mesmo tempo imputou às práticas que podiam remeter às religiões de matriz africana, a condição de crime.

Por sua vez, a famigerada Lei do Ventre Livre, Lei 2.040 de 28 de Setembro de 1971, declarou como libertos os "escravos da nação"[133] e as crianças que nasciam daquela data em diante. Mas, sobre as últimas, a Lei dava margem à escolha do senhor sobre o destino da criança: se entregue ao Estado após oito anos (que as enviaria para instituições como as do Arsenal da Marinha) ou mantê-la sob seu domínio até os 21 anos.

A historiadora Hebe Mattos de Castro, em seu livro *As cores do silêncio* considera os possíveis significados da liberdade no contexto da escravidão colonial. A partir de sua interpretação é possível chegar à reflexão de que para muitos pertencentes à população negra, a liberdade significou o acesso a outras formas de violência. Se o sujeito escravizado, em tese, se livraria da violência privada aos domínios de um senhor, o Estado passava a se incumbir da violência. Isso se expressa nas legislações, como as já citadas, e na organização institucional produzida para levá-la a cabo.

> A lei de 1871 esteve, ainda, fortemente ligada a um projeto de controle legal da força de trabalho livre. Procurou regulamentar, com a obrigatoriedade de contratos longos de trabalho e severas punições à "vadiagem", o trabalho do liberto, produzindo uma ampla discussão sobre o controle e disciplinarização da força de trabalho livre, de maneira geral, o que resultou na aprovação, em 1879, de uma lei de Locação de Serviços voltada para este fim, que contemplava a obrigatoriedade dos contratos, punições à vadiagem e dispositivos antigreve (CASTRO, 1995, p. 237).

Em 1885 a Lei 3.270 deu mais um (lento) passo na extinção da escravidão ao tornar livres todos os escravizados com mais de 60 anos. A Lei dos Sexagenários

---

[132] A prática da capoeira.
[133] Como já explicado esse termo se refere aos Africanos Livres.

por mais que exigisse que os ex-escravizados com essa idade continuassem sob os "cuidados" dos senhores, tornou-se cada vez mais comum seu abandono nas prisões para escravizados como o Aljube no Rio de Janeiro. Os libertos também ficariam sob vigilância do Estado e se identificados sem ocupação seriam compulsoriamente encaminhados a Colônias Agrícolas para trabalhar. As Casas de Correção eram locais que combinavam prisões e trabalho forçado para os "vadios úteis". Aos "inúteis" foram reservadas instituições como os Asilos de Mendicidade, que como as Casas de Correção[134] se espalharam pelo Brasil[135]. Tudo isso informado por uma nova racionalidade, que, como é sabido, teve inspiração em concepções do racismo sustentadas pela ciência.

A medicina, por exemplo, recorreu a corpos negros para testagem de práticas médicas de estudantes ou de novas técnicas da medicina. O discurso médico foi poderoso na construção da violência "racionalizada" pela ciência (MUNANGA, 1999). No século XIX Césare Lombroso com a antropometria forense foi crucial na institucionalização da Medicina e do Direito no Brasil. O trabalho de Lima (2011) demonstra a centralidade do corpo escravizado na experimentação para a produção de conhecimento médico na Corte do Rio, sendo as Santas Casas espaço privilegiado para essas ações.

> Em todos os países da região [América Latina], escritores, políticos e estadistas lutavam com o problema da herança racial latino-americana. Como acreditavam firmemente no determinismo racial, não tinham dúvida de que as trajetórias históricas dos indivíduos, das nações e dos povos eram definitivamente determinadas por sua ascendência "racial". Não se podia questionar os achados da ciência europeia, sobretudo quando esses achados estavam de acordo com a própria crença inabalável das elites latino-americanas, derivadas de 300 anos de escravidão colonial e do Regime de Castas, na inferioridade inata de seus compatriotas negros, indígenas, mestiços e mulatos. Como, então, superar essa herança para criar as condições sociais e culturais necessárias para ingressar na comunidade das nações "civilizadas" e "progressistas"? A resposta latino-americana a este dilema foi um esforço amplo, visionário e finalmente quixotesco para transformar sociedades racialmente mistas, predominantemente não-brancas, "repúblicas brancas" povoadas por caucasianos e seus descendentes (ANDREWS, 2007, p. 153).

---

[134] Cf. Araújo, 2009.

[135] Quando tratou do violento processo de expropriação dos europeus, Marx (2014) se referiu às legislações sanguinárias na Europa Ocidental. Elas tiveram como característica o disciplinamento da força de trabalho expropriada que agiu como ação preventiva, repressiva e "corretiva" aos "vadios", "vagabundos" e "criminosos". Aqueles lidos com capacidade para o trabalho eram açoitados e encarcerados. Em dado momento eles podiam se tornar servos, marcados a ferro ou se reincidentes serem executados. Os "incapacitados", por sua vez, desde 1530 na Inglaterra eram autorizados a mendigar, desde que com licença. Os Estatutos de Trabalho regulavam salários e reprimiam a mobilidade dos trabalhadores. Todos esses processos eram regulados por extrema violência orquestrada pelo Estado.

Essas legislações, que regulavam desde a quantidade de chicotadas até o limite de dias de trabalho nas prisões, são uma pequena amostra da violência regulada e executada pelo Estado. Elas representam parte de um projeto deliberado de nação moldado simultaneamente à reorganização de uma lógica do trabalho no Brasil. Embora algumas punições não fossem exclusivas aos escravizados, eram eles os símbolos da suspeição.

Lélia Gonzalez lembra que embora ainda hoje as manifestações e práticas dos escravizados, libertos e livres, estejam reduzidas à noção de folclore, essas sofreram perseguição e repressão sistemática pelas forças policiais do Estado:

> […] acontece que todas as nossas manifestações "folclóricas" foram acompanhadas da presença vigilante da polícia das "culturas" (Código Penal de 1890 – dois anos após a "libertação" dos escravos – apontava como criminosos, em seu capítulo 13, justamente os "beneficiários" da "Lei Áurea": "vadios" e capoeiras). Nossas instituições "folclóricas", até há pouco tempo, para funcionarem tinham que "pedir passagem" às delegacias de polícia dos "culturais"; estamos falando de terreiros, blocos, escolas de samba etc. […]. Fica então a pergunta: por que tanta repressão? (GONZALEZ, 2018, p. 138).

Essa violenta perseguição revela a preocupação das elites da época com os significados dos espaços produzidos pela população africana e afrodescendente na Diáspora. O estado de persistente tensão nesse mundo cindido era permanentemente vigiado e reprimido. Porém, ainda que sob a violência brutal, fruto do sistema colonial, que deixou de lado estes sujeitos do que fora chamado de humanidade, foram construídas e reconstruídas formas próprias de resistência. Mesmo diante de tamanha hostilidade produzida, "no mais fundo de si mesmo, o colonizado não reconhece nenhuma instância. Está dominado, mas não domesticado" (FANON, 1968, p. 32).

Daí que reconhecer o significado da Diáspora Africana, não significa, romantizar o processo de imigração forçada calcada na extrema violência. Significa, ao contrário, conferir a estes, que dali em diante foram chamados de negros, um lugar na história como sujeitos que não desistiram de si mesmos e de sua memória. Ousaram resistir sob modos variados, via insurgência ou construção de solidariedades e modos de sociabilidades. São exemplos o aquilombamento, a própria violência contra senhores, a proteção gerida coletivamente nos espaços religiosos e de "lazer".

A instituição do assalariamento no Brasil foi antecipada por processos todos eles calcados na violência. Como lembrou Marx, é a violência ela mesma uma potência econômica.

A redução do outro à condição de escravo, não-humano, implicou a imposição de castigos violentos, da morte dos corpos negros como costumeira. Ela implicou também a sistemática e violenta tentativa de descredenciar valores e formas de sociabilidade. Ambas, produto da experiência colonial, continuaram a balizar as ações do Estado e das elites que o compõe. Sem a compreensão profunda da dimensão desse ambiente hostil e violento, a consideração das práticas de proteção social, econômica e de solidariedade produzidas pré e pós-abolição pela população negra tendem a ser vistas ou como práticas culturais (reduzindo a cultura a mera representação) ou mimetismo de práticas dos próprios colonizadores.

O intuito dessa breve reflexão é amparar as sessões seguintes que situam a relevância crucial de práticas como as Irmandades e *esusus* para proteção de uma coletividade barbaramente violentada. E, apresentá-las, portanto, como expressão de laços de solidariedade e manifestação de resistências. Consideradas as circunstâncias, sem essas práticas provavelmente a sobrevivência desses grupos e sujeitos teria sido interditada.

2.2 **Reconstruindo-se na Diáspora: ser africano nas Américas**

Esse tópico apresenta como argumento a relevância da construção de sistemas de identificação próprios da Diáspora Africana nas Américas. Para isso recorre a duas classificações que dialogavam naquele contexto, etnia e nação[136] no Rio de Janeiro do século XIX. A ênfase é dada, tendo em vista os propósitos da tese, minas e nagôs, mas coteja jejes e angolas. Recorre a essa explicação por considerá-la fundamental para compreensão de estratégias de proteção e solidariedade criadas por africanos e seus descendentes.

O texto está organizado em duas subseções. A primeira trata da noção de diáspora a partir de Magali da Silva Almeida e materiais do banco de dados *Slave Voyages*; da construção das concepções de nação e etnia segundo Mary Karasch, João Reis, Mariza Soares e da Declaração da Unesco de 1950. A segunda seção se dedica a apresentar os grupos inseridos nessas classificações e o significado que eles próprios conferiram a elas. Os principais autores que apoiam a construção

[136] Aqui o sentido de nação é diferente de “Estado-nação”.

dessa parte do texto são João Reis, Beatriz Mamigonian, Mary Karasch, Mariza Soares e Luiz Nascimento.

2.2.1 Diáspora Africana nas Américas e os conceitos de nação e etnia

No século XIX o imperialismo europeu já havia submetido sob seu jugo quase a totalidade do território mundial. As Américas e Caribe estavam sob o domínio dos Impérios Britânico e Francês, do poder ibérico (Portugal e Espanha), holandês e de outras potências colonizadoras. Desde o século XVIII esse projeto aniquilou milhões de vidas nativas do continente e tantas outras advindas do outro lado do Atlântico, sobretudo africanos. Nativos dos continentes chamados de América (incluindo o Caribe) e África foram reduzidos à escravização por europeus para produção de artigos manufaturados e comercializados, especialmente na Europa. Além do fluxo de produtos, a comercialização e escravização de pessoas do continente africano nas Américas e Caribe foram elementares para transformar, por exemplo, o traficantes de pessoas, em industriais na Inglaterra, como explicou Eric Williams (2012). A violência colonial produzida por segmentos brancos europeus criou as condições para a emergência da modernidade e do capitalismo.

Durante o século XIX, gradativamente, foi extinto o tráfico de pessoas africanas e instituída a Abolição nas Américas. No Brasil, desde 1831 uma legislação proibia o tráfico, mas foi notadamente ignorada[137]. Até mesmo depois de 1850, ocasião da Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico, esse permaneceu em caráter clandestino. A Abolição se deu após legislações que tentaram retardar e regular o mercado de trabalho que se formava no fim do século XIX. Em 1888 o país foi o último do continente a decretar o fim da escravidão, antecedido por Cuba (1986).

Nesse cenário de trânsitos forçados foi produzida a Diáspora Africana. A noção de Diáspora inicialmente remeteu à dispersão secular primeiro de gregos, e depois de judeus pelo mundo, devido a sistemáticas perseguições[138]. Nas últimas décadas essa noção tem sido também utilizada por ativistas e pesquisadores(as) para explicar a migração forçada de africanos iniciada no século XV em territórios colonizados. Pensar a situação dos africanos e afrodescendentes nos termos da Diáspora implica reconhecer a violência genocida produzida pelo deslocamento de

---

[137] Cf. Mamigonian (2017).
[138] *Encyclopedia Britannica*, 2019.

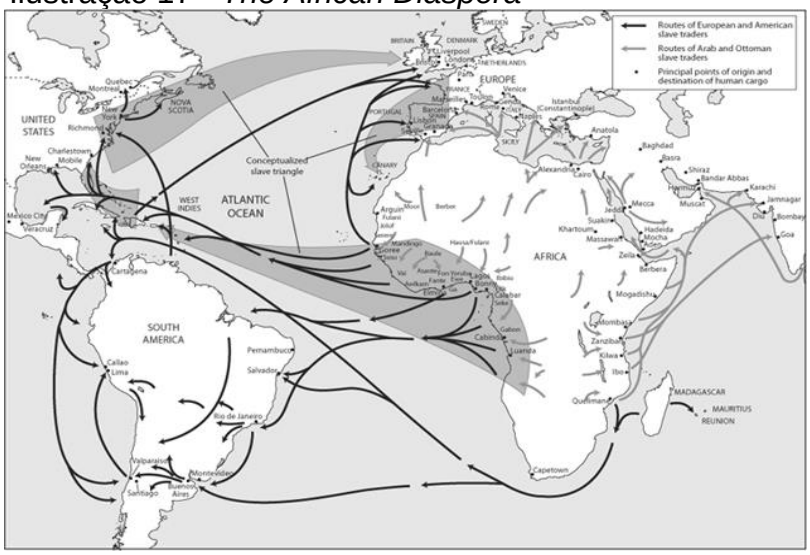
diversas etnias daquele continente e, ao mesmo tempo, compreender que foram capazes de reconstituir-se enquanto sujeitos sob outras perspectivas, sem abandonar suas referências ancestrais.

A professora Magali da Silva Almeida, referência na discussão sobre a população negra no Brasil, afirma que:

> [...] mesmo em uma realidade adversa, os negros africanos e seus descendentes não tiveram outra opção senão lutar para sobreviver aos abusos a que foram submetidos. Na dinâmica colonial, a imposição dos padrões civilizatórios eurocêntricos pelos grupos dominantes não foi impingida sem que houvesse resistência dos grupos dominados. Muito pelo contrário, a memória da Diáspora Negra não só traz a marca da escravidão, como também das lutas de negação desse padrão de sociabilidade (ALMEIDA, 2014, p. 2008).

Nas Américas a Diáspora Africana representou, além da violência colonial, a construção de resistência ao próprio padrão de sociabilidade colonial eurocentrado. E embora pareçam contingenciais as suas formas, com a noção de Diáspora é possível observar o quão conectadas estiveram. Observando a imagem a seguir é possível perceber os fluxos produzidos pelo tráfico. As origens do fluxo, no entanto, se referem aos portos de embarque na África e não necessariamente aos locais originários de convivência, sequestro de africanos. Sob condições odiosas, inúmeras pessoas atravessaram o Atlântico e chegaram ao Rio de Janeiro, oriundos: da região que engloba parte do Golfo da Guiné (entre Togo, Benin e parte da Nigéria); da África Central (região Congo-Angola) e, de parte do Golfo de Benin (especialmente a região da atual Nigéria). Também da região da Nigéria aportaram africanos que foram levados para Cuba, México, New Orleans e outras.

Ilustração 17 - *The African Diaspora*



Fonte: Davies, 2008, p. LXII.

O estado do Rio de Janeiro abrigou vários locais de desembarque de pessoas transformadas em escravas, transportadas nestes navios, a exemplo de Maricá, Ilha Grande, Mangaratiba, Macaé, Cabo Frio, Itaipu, Paraty. Na cidade do Rio de Janeiro, mesmo a famosa Praia de Copacabana serviu como área de desembarque. Nenhuma delas, porém, superou o porto do Rio que se alongava entre as freguesias marítimo portuárias de Santa Rita, Santana e São Cristóvão (MANTUANO, 2019). Era também ali, no mercado do Valongo, que estava situado o mercado de vender gente. A estimativa, segundo o banco de dados *Slave Voyages* (2019), informa que 1.095.521 africanos foram ali desembarcados! Aliás, nenhum porto nas Américas, Caribe ou no mundo superou esse número. No Brasil, o segundo colocado nesse ranking aterrorizante é o porto de Salvador, localizado na Bahia, com 764.876.

Esse processo marcado por extrema violência produziu, entre os africanos trazidos para as Américas, formas próprias de encarar a realidade. A criação de alianças inimagináveis no continente africano tornaram-se necessárias e incidiram na criação e recriação de outros agrupamentos. O território, a língua, as crenças, rituais e outros tornaram-se aspectos distintivos e ao mesmo tempo aglutinadores dessas pessoas de todas as idades. Novas designações foram estabelecidas para classificar estes sujeitos. Elas variaram durante o tempo e conforme o local. Nosso trabalho se limita à experiência identificada entre portuários do porto do Rio de Janeiro e dela parte para locais cujas conexões e referências possibilitem retornar ao referido porto.

No Brasil, o sistema de classificação colonial escravista[139], podia se valer da condição jurídica, da cor da pele, da nacionalidade, das características físicas, da linguagem. Todas elas, intrinsecamente conectadas à concepções de raça que, no período estudado no nosso trabalho, século XIX e XX, estavam em plena voga. Aqui serão expostas duas classificações, nação e etnia, constituídas em relação direta às outras. O termo nação foi contemporâneo à escravização e foi deliberadamente usado por escravistas e traficantes para identificar em grupos de africanos que chegavam no Brasil. Ainda que pertencessem a regiões e a grupos étnicos distintos, durante muito tempo se conveniou chamar os africanos embarcados juntos no

[139] O período imperial está contemplado na expressão “colonial escravista”, tendo em vista que findada a era colonial stricto sensu, em 1822, pouco mudou no tocante à condição jurídica e social dos escravizados.

mesmo porto de “nação”[140]. Esse foi, portanto, mais um tipo de identificação atribuída pelos colonizadores aos africanos escravizados que formavam um novo grupo. Uma maneira de localizar as diferenças entre os povos africanos (linguística, cultural, porte físico, escarificações étnicas etc.) e nomear os novos grupos que aqui se formavam. Segundo Karasch (1987), no Rio de Janeiro no século XIX, o termo nação era utilizado para definir qualquer grupo de africanos de etnias específicas ou agrupamento de africanos advindos de uma mesma região da África. Foi, portanto, utilizado para designar os novos agrupamentos criados em novos territórios valendo-se de referência da África.

Etnia, porém, é um termo com vida recente. No século XX foi adotado pela antropologia com o intuito de abranger as diferenças do ponto de vista dos costumes, da língua, religiosidade, elementos que compõem a cultura dos povos. Seu uso muitas vezes é erroneamente tratado como substituto de “raça” e isso se deve ao contexto mesmo em que se disseminou. Após a Segunda Guerra Mundial, contexto em que a hierarquia racial foi parte da justificativa para o Holocausto de milhões havia o temor quanto à reiteração da associação entre a composição física e biológica dos sujeitos com comportamentos e modos de vida.

Em 1950 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) reuniu pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento para a produção do documento “A Declaração das Raças”, de 18 de julho de 1950. Dividida em 15 pontos, a Declaração afirmou a ideia da humanidade como uma única espécie do ponto de vista biológico. As diferenças entre os grupos foi explicada tomando em conta as condições de isolamento culturais ou geográficos. A orientação expressa na carta era a de que se abandonasse a utilização da palavra “raça”, tendo em vista a amplitude de significados que adquiriu, para a adoção da expressão “grupo étnico”[141].

---

[140] Não confundir com Escravos da Nação, como foram chamados os africanos livres sob “tutela” do Estado no século XIX para “aprender” a trabalhar e posteriormente se tornarem livres de fato. Cf. Mamigonian (2017).

[141] “Em resumo, a palavra ‘raça’ designa um grupo ou uma população caracterizada por certas concentrações, relativas quanto à freqüência e à distribuição, de gens ou de caracteres físicos que, no decorrer dos tempos, aparecem, variam e muitas vezes até desaparecem sob a influência de fatores de isolamento geográficos ou culturais. Cada grupo reflete de modo diferente as manifestações variáveis desses caracteres em populações diferentes. Sendo as nossas observações largamente afetadas pelos nossos preconceitos, somos levados a interpretar arbitrária e inexatamente toda variabilidade que se produz num grupo dado como uma diferença fundamental que o separa dos outros de modo decisivo. 5 – São esses os fatos científicos. Infelizmente, na maioria dos casos, o termo ‘raças’ não se emprega no sentido aqui definido. Muita

Para distinguir os incontáveis grupos existentes no continente africano, por exemplo, passou-se a adotar o termo etnia. Obviamente essa distinção não lhes é exclusiva. Coube às populações nativas das Américas e talvez a elas estejamos mais acostumados em considerar com essa terminologia. As distinções de caráter nacional e cultural tenderam a entrar numa concepção ampliada de etnia[142].

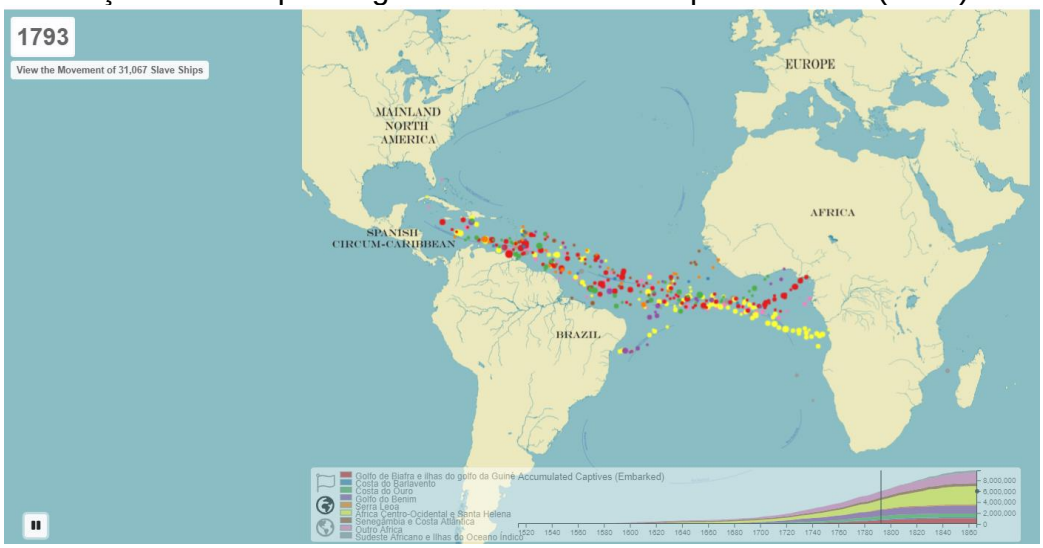
Etnia e nação não são sinônimos, entretanto, na sociedade colonial de alguma forma dialogaram. A ideia de nação, criada pelos traficantes portugueses, objetivou identificar os africanos por locais de embarque na África e por similaridades aparentes. A preocupação não se deu no sentido de designar segundo afinidades territoriais, culturais, linguísticas, políticas eq religiosas (usando termos atuais) alcançado, em grossos termos, uma identificação étnica desses grupos. Classificar segundo nação os africanos correspondeu mais a uma estratégia de controle do que a uma preocupação com a adaptação desses sujeitos no continente americano colonizado. Cada "nação" abrigava um número grande de africanos com distintas procedências e etnias. Nação era um tipo de guarda-chuvas para abrigar a diversidade e ao mesmo tempo possíveis similaridades (KARASCH, 1987; REIS, 1996; SOARES, 1998; GRAHAM, 2012).

---

gente chama 'raça' todo grupo humano arbitrariamente designado como tal. É assim que muitas coletividades nacionais, religiosas, geográficas ou culturais, devido a acepção muito elástica dada à palavra, foram qualificadas como 'raças', quando é evidente que os norte-americanos não constituem uma raça, como também não a constituem os ingleses, os franceses ou qualquer outra nação da mesma maneira, nem os católicos, nem os protestantes, nem os muçulmanos, nem os judeus representam raças; não se podem definir como grupos 'raciais' os povos que falam inglês ou qualquer outra língua; os habitantes da Islândia, da Inglaterra ou da Índia não formam uma raça; e não se poderia admitir como membro de uma raça particular dos indivíduos que participam da cultura turca, chinesa ou qualquer outra. 6 – Os grupos nacionais, religiosos, geográficos, linguísticos ou culturais não coincidem necessariamente com os grupos raciais, e os aspectos culturais desses grupos não têm nenhuma relação genética demonstrável com os caracteres próprios à raça. Os graves erros ocasionados pelo emprego da palavra 'raça' na linguagem corrente tornam desejável que se renuncie completamente a esse termo quando se tratar da espécie humana e que se adote a expressão de 'grupo étnico'" (UNESCO, 1950, s/p).

[142] A aplicação desse último exemplo pode ser vista em Cruz (2006), por exemplo.

Ilustração 18 - Grupos segundo local de embarque na África (1793)[143]



Fonte: Slavevoyages.org, 2019.

2.2.2 Nagôs, minas, jejes e bantos… mas cada um tem sua terra[144]

Mary Karash (1987) em sua pesquisa explicitou a diversidade étnica[145] entre os africanos na cidade no Rio em quatro ângulos: em termos gerais para identificar os nascidos na África ou não; nomes étnicos registrados por viajantes europeus; nomes de nações; populações importadas (de dentro do Brasil) para o Rio (KARASCH, 1987). É a partir desse entendimento que serão apresentadas as identificações criadas na Diáspora Africana em território americano, com ênfase no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro. A ênfase será dada a um grupo específico que embora menor em termos numéricos foi significativo em presença entre os

[143] Em vermelho: Golfo de Biafra e Ilhas do Golfo da Guiné; em azul: Costa do Barlavento; em verde: Costa do Ouro; em lilás: Golfo do Benin; em laranja: Serra da Leoa; em amarelo: África Centro-Ocidental e Santa Helena; em marrom: Senegâmbia e Costa Atlântica; em rosa: Outra África; em cinza: Sudeste Africano e Ilhas do Oceano Índico.

[144] Nas arguições após a insurreição malê na Bahia, Antônio, africano escravizado disse: “ainda que todos são nagôs, cada um tem sua terra”, isto é, entendia que as novas definições na Diáspora não apagavam seu pertencimento construído do outro lado do Atlântico. Essa passagem foi registrada por João José Reis (1993, pp. 10-11). Diz Reis: “Os nagôs, por exemplo, vieram de uma terra iorubá dívida em subgrupos muitas vezes hostis entre si, e ainda separados por afiliação religiosa e lealdades políticas. *Os iorubás dos reinos de Oyo, Edba, Ijebu, Ilexa, Ketu tornaram-se nagôs baianos através de complexas trocas e convergências de signos culturais, no que foram ajudados por uma língua em comum, deuses aparentados, a união de muitos sob o Islã, a longa experiência de súditos do alfaiando de Oyo, a tradição urbana iorubá e, obviamente, a condição de cativeiro em terras baianas.* A memória de origem específica entre esses africanos nunca se apagaria completamente. *“Ainda que todos são nagôs, cada um tem sua terra”*, tentou explicar um escravo nagô a seus interrogadores em 1835. E ainda havia outras divisões, como aquela entre os filhos de Alá e os filhos de Orixá, ou entre ambos e os seguidores da Igreja” (1993, pp. 10-11, grifos nossos).

[145] Faremos uso também da noção de etnia para considerar os séculos anteriores ao XX. É preciso considerar, porém, o que anteriormente foi indicado acerca do termo.

trabalhadores portuários. Os minas como ficaram conhecidos em boa parte do Brasil apareceram em relatos de viajantes pela maneira como organizavam o trabalho e constituíam formas de angariar coletivamente fundos para a liberdade, com as *esusus* (CRUZ, 2000; ARANTES, 2020; McPhee, 2014). Porém como será explicado adiante, seria impossível considerar os minas sem referenciar nagôs, jejes e bantos.

Em termos gerais**,** Mary Karasch (1987) afirmou que no século XIX pessoas escravizadas no Rio de Janeiro eram basicamente dividas em dois grupos: os nascidos no Brasil e os nascidos no continente africano. Para os nascidos no Brasil poderia ser usado marcadores, como crioulo, pardo e cabra. Aos nascidos na África, preto, boçal, ladinos entre outros.

A autora explica que crioulo podia significar além de nascer no Brasil, ser filho de pais de pele escura. Ser nomeado de pardo revelava a ascendência de pessoas africanas e européias, resultando num tom de pele claro. Muitas vezes o termo foi substituído por “mulato”, um termo pejorativo mesmo à época da escravidão. O outro termo, cabra, era usado para escravizados mestiços. Diferente do termo pardo ou crioulo, ser nomeado de “cabra” não era motivo de orgulho e podiam se aplicar aos nativos “indígenas”[146]. Essas identificações apareciam nos nomes que recebiam no Brasil, por exemplo, Antônio Crioulo, Maria Parda (ou Parda Maria), Antonio Cabra etc (KARASCH, 1987).

No Brasil ser preto naquele contexto significava mais provavelmente ser africano[147]. “Pretos Novos” eram os recém-chegados ao Brasil. “Boçal” aos que ainda não falavam português ou não aprenderam os costumes do país, mesmo após

---

[146] Para aprofundamento sobre o termo Cf. Almeida; Amorim; Paula, 2017.

[147] Em algumas circunstâncias também foi aplicado aos nascidos no Brasil, mas a recorrência era maior para classificar os africanos. Nas palavras da própria autora: “Dos termos de cor aplicados a escravos brasileiros, o mais comum foi crioulo, que geralmente se aplicava aos negros nascidos no Brasil (embora ocasionalmente aos africanos nascidos nas colônias portuguesas da África). Embora negro (negra) e preto (preta) às vezes servissem aos negros brasileiros, os termos eram mais prováveis de serem usados pelos africanos; o negro brasileiro aparentemente preferia o crioulo (crioula), pois significava nascimento no Brasil, do qual se orgulhavam. Negro era menos aceitável para eles; era quase sinônimo de escravo, e usar somente o termo negro frequentemente era indicativo de escravo africano. Preto, no entanto, parece ter sido um termo um pouco mais neutro para negro, especialmente nos casos em que a nacionalidade ou o status civil de uma pessoa negra era desconhecida (KARASCH, 1987, p. 4, tradução nossa)”. No original: “*Of the color terms for Brazilian slaves, the most common was crioulo, which generally applied to the black born in Brazil (though occasionally to Africans born in Portuguese colonies of Africa). Although negro (negra) and preto (preta) sometimes served for Brazilian Blacks, the terms were more likely to be used for Africans; Brazilian black apparently preferred crioulo (crioula), since it signified Brazilian birth, in which they took pride. Negro was less acceptable to them; it was almost synonymous with escravo (slave), and negro alone often implied African slave. Preto, however, seems to have been a somewhat more neutral term for black, especially in cases in which the nationality or civil status of a black person was unknown.*” (ibid.).

anos escravizados nesse território. Os que o faziam podiam ser chamados de “ladinos”[148], um indicativo de “assimilação”. Todas essas marcações podiam ser acrescentadas ao nome cristão do africano escravizado. Se não completo o processo podiam ter acrescentado o termo “meio” a cada um dos três adjetivos citados (KARASCH, ibid.).

Como elucidou Anderson de Oliveira (2016) a cor na América portuguesa era fator de classificação social. O posicionamento na hierarquia da sociedade colonial estava vinculado à cor da pele. A gradação entre negros de pele preta e parda era também uma realidade socialmente codificada, sendo os pardos aqueles que pela sua cor estariam mais afastados do passado dos africanos escravizados.

> […] na América portuguesa, cor referia-se, invariavelmente, ao lugar social. A caracterização do indivíduo como “preto/pardo", mesmo sendo ele liberto ou livre, significava um recente passado ou antepassado escravo. “Preto” era, principalmente, sinônimo de escravo e, mais ainda, de escravo africano. Os libertos, ainda por algum tempo após a alforria, eram também designados como “pretos”. Como o processo de inserção social destes últimos era bastante difícil, a cor era um elemento fundamental para demarcar os lugares de cada um naquela sociedade profundamente hierarquizada (OLIVEIRA, 2016, p. 76).

A condição jurídica também podia aparecer. A pessoa africana liberta era chamada de “africana forra” ou “preta forra” (no feminino e masculino). “Africanos livres” eram os já citados africanos que chegados após a Lei de 1831, que proibia o tráfico atlântico, e vivam sob a “custódia” do Estado. Em alguns casos o termo coube a africanos na condição de livres que migravam por vontade própria para o Rio. Uma imigração que cresceu ao ponto de que o Estado a tornou proibida (KARASCH, 1987).

Vejamos como se processou a dinâmica de classificação étnica e de nação a partir da experiência de dois grupos no Rio de Janeiro, os bantos e os minas. Escolha que se deve à sua significativa presença entre os ganhadores do Porto daquela cidade. Mina, nagô, angola, jeje etc. formam o sistema classificatório de africanos por “nação”. A nação podia se referir tanto à área geográfica do porto de onde desembarcaram africanos, quanto da região de seu nascimento. Sendo mais frequente o primeiro caso. Quando não se sabia, utilizava-se apenas o nome cristão e o indicativo “negro de nação” (KARASCH, 1987). Mariza de Carvalho Soares

[148] Alencastro (1988), por sua vez, afirma que ladinos se refere a escravizados nascidos no Brasil e falantes de português.

(1998) confirmou que essas designações acompanhavam os nomes dos africanos no Rio, desde o século XVIII[149].

Dos mais de três milhões de africanos trazidos para o Brasil, entre os anos 1500 e 1850, cerca de 3/4 vieram da região Central e Oriental da África. O Rio de Janeiro, sendo um ponto de "distribuição" de pessoas vendidas no Mercado do Valongo para diferentes locais do Brasil ou de outros países da América do Sul, manteve manteve na cidade um número predominante de pessoas advindas da África Central, muitos da região Congo-Angola. No Rio foram chamados de nação angola, depois chamado de "banto" (ou bantu), pois comungava de línguas que compunham um mesmo conjunto de linguístico posteriormente definido com esse nome (banto) (REIS, 1996).

> No Rio de Janeiro, diretamente conectado pelas rotas de comércio transatlânticas para a Angola e o Congo, e com provavelmente a maior concentração urbana de escravos de língua banto nas Américas, uma minoria considerável – aproximadamente um quarto – de africanos da cidade era de Moçambique e outros 5% a 7%, da África Ocidental. Em Salvador, capital da Bahia, uma parceira comercial de longa data da África Ocidental, a situação era inversa: três quartos de africanos ocidentais e um quarto do Congo e da Angola. Buenos Aires, geograficamente mais próxima de Angola, apesar disso registrou chegadas entre 1790 e 1806 de 4.800 escravos de Moçambique, 4 mil da África Ocidental e 2.700 do Congo e de Angola: o censo municipal de 1827 registrou duas vezes mais africanos Ocidentais que congoleses e angolanos. As importações de escravos para Cuba eram particularmente misturadas: 45% de africanos ocidentais, 31% de africanos orientais e 24% de congoleses e angolanos (ANDREWS, 2007, p. 47).

Sandra Graham (2012) complementa que no Rio de Janeiro,

> [...] os minas eram poucos, somente em torno de 7% dos escravos africanos entre os anos de 1833 e 1849, comparados à esmagadora presença de 67% de falantes de línguas bantas de Angola e do Congo, e 17% de africanos do leste, na sua maioria de Moçambique. Somente uma pequeníssima parte dos minas chegava ao Rio de Janeiro diretamente da

[149] Ela acrescenta ainda informação sobre o uso da denominação de "gentio" e o uso do sobrenome de quem escravizava o sujeito: "Os escravos africanos trazem sempre no nome a indicação do "gentio" ou "nação" a que pertencem. O uso concomitante desses dois termos mostra a convivência de dois sistemas de classificação e organização da escravaria africana. A palavra gentio está associada às gentes, indicando povos que, à diferença dos cristãos e judeus, seguem a chamada lei natural. Já a palavra nação diz respeito à "gente de um país ou região, que tem língua, leis e governo a parte". O termo é aplicado ainda a raça, casta e espécie. Nesse sentido diz respeito a povos que podem ser gentios, ou não, mas cujo reconhecimento se dá pelo uso partilhado de território, uma tradição ou uma língua comum. O termo gentio é usado para designar os povos almejados pela catequese missionária. Já o termo nação se aplica a qualquer povo, infiel ou cristão, com o qual o Estado português se relaciona. Por fim, uma observação sobre o período de utilização dos dois termos. Enquanto "nação" tem uma utilização constante ao longo do tempo desde o século XV até o XIX, "gentio" é aplicado a universos de amplitude variável, caindo em desuso ainda no século XVIII. A documentação permite ainda observar que, à diferença de angola e mina, que podem ser gentios ou nações, guiné é sempre um gentio" (SOARES, 1998, s/p).

> Costa da Mina, pois a maioria vinha através da Bahia. Em 1849, quando o número de escravos africanos no Rio estava em seu auge, perfazendo 52.341, os minas foram contabilizados em apenas 3.664. Pelo menos outros 531 escravos libertos eram também minas, totalizando, aproximadamente, 4.200 Até os anos 1840 e 1850 a maioria deles era iorubá (ibid., p. 36).

Os africanos do Centro Oeste da África (Congo e Angola) nunca estiveram estiveram abaixo de 66,4% dos escravizados da cidade do Rio de Janeiro e esse número podia ser maior. Com a proibição do tráfico em 1831, muitos escravistas burlaram a documentação dos escravizados (KARASCH, 1987). Nessa cidade eram os da nação congo e angola (bantos) a maioria entre os escravizados ao ganho registrados na Câmara Municipal do Rio de Janeiro entre 1851 e 1870 (CRUZ, 2000).

> Com base nos pedidos de licença encaminhados à Câmara Municipal por 1.627 senhores que desejavam ter escravos ao ganho nas ruas, Luiz Carlos Soares conseguiu reunir dados sobre a composição social da mão de obra cativa avulsa da Corte no período entre 1851 e 1870. Dos 2.642 escravos do sexo masculino cuja nacionalidade fora declarada, a maioria esmagadora era africanos: 2.186 (82,7%) contra apenas 456 (17,3%) cativos nascidos no Brasil. Dentre os 1.839 africanos que tiveram a origem étnica mencionada, 1.011 (55%) eram de nações da África Centro-Ocidental, 534 (29%) da África Ocidental [minas] e 294 (16%) da África Oriental. Os 1.011 escravos de cultura bantu estavam divididos em 14 etnias, das quais as mais numerosas eram as nações congo (331), cabinda (251), benguela (127) e angola (106). Entre os 294 cativos bantus da África Oriental predominavam os da nação moçambique não tenha tido sua etnia claramente especificada. As nações jeje e tapa[150] tinham cada uma 1 representante, os haussás eram 3, os nagôs 25, mas os 504 componentes do grupo estavam relacionados apenas como 'minas'. Também o perfil profissional desses escravos não pôde ser traçado porque na maioria esmagadora dos casos dizia-se somente que eles estariam nas ruas "ao ganho" (CRUZ, 2000, pp. 262-3).

Ao mesmo tempo a presença mina no porto do Rio de Janeiro foi destacada pela historiografia. As mulheres no comércio de rua, os homens como carregadores e estivadores no cais era descrita de modo minucioso. Os minas já detinham experiência urbana e comercial na África (REIS; MAMIGONIAN, 2004). Sua movimentação como carregadores e estivadores do Rio foi relatada pelos viajantes franceses Jean-Baptiste Debret e Charles Ribeyrolles. Ribeyrolles, entre 1858 e 1861. Ribeyrolles disse:

> Esses negros que passam, cesto à mão, ou esses outros imóveis aos cantos dos corredores... são pretos do ganho a vossa espera. Percorrem a cidade, as ruas comerciais, as praças públicas… A qualquer hora vergam sob o fardo. Quando este é por demais pesado formam grupo... e lá se vão ao som cadenciado de uma canção breve e triste... Mais além encontramos

[150] Nupes, da região da atual Nigéria, foram chamadas de "Tapas" pelos Iorubás da mesma localidade.

> a rua de São Bento. Grande entreposto de café. Dela, sobretudo, parte os negros minas, atléticos, mármores vivos, que fazem o transporte dos armazéns ao cais. Rebeldes de toda sorte de escravatura doméstica, formam entre si uma corporação, sustentam uma caixa de resgates que a cada ano alforria e remete alguns às plagas africanas (CRUZ, 2000, p. 258)[151].

Cruz (2000) argumenta que a comprovação da origem étnica dos carregadores de café do porto carioca é difícil, ainda que aventada a suposição de que entre os 534 carregadores minas, a maioria fosse de origem nagô. Mas entende que essa é uma problemática ainda em aberto, tendo em vista sua presença frequentemente citada.

> Portanto, mesmo supondo que os 534 minas fossem de maioria nagô, como na Bahia, ou que tivessem conseguido forjar entre si uma identidade 'mina' comum, ainda assim fica difícil comprovar a alegada origem étnica dos carregadores de café. O seu número significativo permite imaginar que possam ter controlado realmente este ramo do mercado de trabalho, mas a questão permanece aberta. Em meados do século XIX, os carregadores de café, em sua maioria africanos escravos ou libertos, já constituíam uma fração de classe específica e claramente delineada na força de trabalho empregada no sistema portuário (CRUZ, 2000, p. 26-3).

Ou seja, para Cruz, embora haja a aparência de que minas predominavam no exercício dessa função no porto do Rio há de se ter certo cuidado com tal afirmação. Ainda que a maioria dos escravizados ao ganho registrados na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, entre 1851 e 1870, fossem africanos, predominavam nações da África Centro-Ocidental. Se não eram maioria numérica entre os trabalhadores negros, os minas foram porém, muito notados. Isso pode ser observado nos relatos de viajantes e mesmo nas reportagens de jornal. Uma dessas reportagens, por exemplo de 1872, diz de uma manifestação produzida pelos ganhadores do porto no Rio na ocasião de conflito com trabalhadores brancos. Isso em um contexto de franca tentativa de embranquecimento (ou "substituição" como habitou-se considerar esse processo) da mão de obra no porto. O jornal *Diário do Rio de Janeiro* afirma que houve uma "parede" "à moda da Costa da Mina" (CRUZ, 2000).

---

[151] A mesma passagem foi traduzida da seguinte maneira em McPhee (2014, p. 283): "Os negros passam correndo. Seja com a cesta em mãos ou percorrendo as muitas vielas que contornam a zona portuária. Esses são os negros 'ao ganho'. Eles são particularmente numerosos na rua São Bento, onde há um grande armazém de café. Lá chegam os negros atléticos e reluzentes que transportam produtos para os embarcadouros [...]. Negros de todos os tipos que se rebelaram contra a escravidão doméstica formam uma grande corporação e juntos sustentam um fundo de libertação que, todos os anos traz liberdade a alguns". É possível observar que informações como sua descrição como "minas" foi ocultada.

Já a análise de Reis e Mamigonian (2004) propõe que entre os carregadores do porto, especialmente os que transportavam o produto mais importante para as exportações no XIX, o café, estavam os minas.

> Como na Bahia, os escravos Mina no Rio podiam ser encontrados nas ocupações urbanas habituais de escravos sob o sistema de auto-contratação. Minas estavam bem posicionadas no mercado de trabalho, realizando atividades bem remuneradas que facilitavam a compra da liberdade. Os carregadores no porto do Rio, principalmente os de café, eram a elite entre os ganhadores, e há indicações de muitos minas entre eles[152] (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 102, tradução nossa).

Bantos e minas são expressão de momentos mais amplos da produção de identidades de africanos na Diáspora nas Américas. O nome dado ao agrupamento de etnias distintas, a nação, podia ser distinto a depender da região do continente americano, mesmo que para designar os mesmos agrupamentos étnicos. Foi o caso no Brasil, em que etnias falantes de iorubá foram chamadas de minas ou nagôs. E, em Cuba eram chamadas de *Lucumís*[153].

As rotas do tráfico transatlântico da África para as Américas produziram, por meio do violento comércio de gente, várias conexões. Uma delas foi entre Golfo do Benin, Brasil e Cuba resultando numa migração forçada de africanos iorubás[154] (REID, 2004). Nessa diáspora, a identidade iorubá abrangeu uma vasta gama de outras identificações locais produzidas pelo tráfico, por exemplo a nagô na Bahia[155]

---

[152] Texto original: "*As in Bahia, Mina slaves in Rio could be found in the usual urban slave oc- cupations under the self-hire system. Minas were well placed in the labor mar- ket, performing well-paid activities that facilitated the purchase of freedom. Porters in Rio's harbor, particularly coffee carriers, were the elite among ganha- dores, and there are indications of many Minas among them*" (ibid.).

[153] "Em Cuba e em outras partes do Novo Mundo, iorubás chegados foram conhecidos como Lucumí. Historiadores sugerem que o nome foi originado do nordeste do reino iorubá conhecido como Ulkuma ou Ulkami. Pesquisadores também especulam que o termo "Lucumí" deriva da saudação iorubá "oloku mí" (meu amigo) e que os escravos utilizaram-na para se comunicar com os novos cativos falantes de iorubá chegados em Cuba para indicar que eles não estavam sozinhos naquela terra estrangeira. Fontes do século XVI ao XIX também documentam a presença de Lucumí em Cuba" (REID, 2004, p. 115, tradução nossa). *No original: "In Cuba, and elsewhere in the New World, Yoruba arrivals were known as Lucumí. Historians suggest that the name originated from the northeastern Yoruba kingdom known as Ulkuma or Ulkami. Scholars also speculate that the term "Lucumí" derived from the Yoruba common greeting, "oluku mí" (my friend), and that slaves used this phrase to communicate to the new Yorubaspeaking captives arriving in Cuba to indicate that they were not alone in a foreign land. Sources from the sixteenth to the nineteenth centuries also document the presence of Lucumí in Cuba"* (ibid.).

[154] "A presença dos iorubás – ou dos grupos que no período próximo ao século XIX passariam a se identificar como tal – na área florestal do Golfo da Guiné, principalmente onde hoje se localizam a Nigéria, o Benin e o Togo, remonta provavelmente ao primeiro milênio da Era cristã" (OLIVA, 2005, p. 147).

[155] Reis e Mamigonian indicam que estes africanos foram chamados de minas também na Bahia no início do XIX, porém tornou-se mais comum a denominação como nagôs.

e minas no Rio de Janeiro[156]. O termo “iorubá" para nomear genericamente estes grupos está ligad à língua que partilhavam em comum e que recebeu o mesmo nome (iorubá)[157] (REIS; MAMIGONIAN, 2004).

Como supramencionado, em Cuba, ex-colônila espanhola[158], os iorubás eram conhecidos entre si e pelos colonizadores como pertencentes à nação Lucumí. A intensificação no século XIX do tráfico de pessoas de territórios iorubás da região ocidental da África, especialmente Nigéria e Benin, produziram as condições para a formação da identidade Lucumí em Cuba[159]. Com as guerras entre etnias na África Ocidental, a queda do Reino de Oyó e as exigências das colônias europeias nas Américas por mão de obra, o aumento de pessoas capturadas pelo tráfico aumentou. Apenas no século XIX mais de 420 mil pessoas iorubás chegaram forçosamente nas Américas, sendo a maioria para o Brasil e parte para Cuba[160] (REID, 2004).

Reis e Mamigonian (2004) explicam que o termo nagô, para nomear os iorubás, não foi criado na Bahia. Africanos ocidentais[161], ao saírem forçosamente de suas terras originárias, passavam por portos ainda na África, incluindo os que estavam em regiões de povos falantes de Gbe. Pelos povos Gbe foram nomeados “nagôs” em homenagem aos anagôs[162], povos da África Oriental vizinhos de Daomé (hoje Benin) na Iorubalândia[163]. Ao mesmo tempo, os falantes de Gbe foram chamados de “minas” pelos portugueses (OFFEN, 2018). No Brasil, ser nagô não significou num primeiro momento uma identidade unificada, tampouco usavam eles

---

[156] No período da mineração, no XVIII, estados mineradores como Minas Gerais, Goiás e Matogrosso também receberam minas, que lá também assim eram nomeados. Minas estavam presentes em outros estados do Brasil, como Pernambuco (REIS; MAMIGONIAN, 2004).

[157] Iorubás também estavam na ilha de Santo Domingo (Haiti). Também exerceram alguma influência em ilhas como Jamaica e Trinidad.

[158] Cuba, grande produtora de açúcar, foi a maior colônia em número de escravizados da América Espanhola. A maioria (85%) chegou em negreiros na ilha ainda no século XIX (REID, 2004).

[159] Essa identidade podia ser acompanhada da demarcação étnica própria de cada subgrupo dentro desse guarda-chuva Lucumí: “Lucumí-Adó, Lucumí-Oyo, Lucumí-Egbá, Lucumí-Yebú” (REID, 2004, p. 115).

[160] Como no Brasil, porém, não eram maioria numérica entre os africanos (REID, 2004).

[161] Sobre africanos ocidentais Cf. Parés (2018).

[162] Ao mesmo tempo é preciso se atentar ao que Mariza Soares diz: “No Brasil os povos de língua gbe incluem tanto os minas do Rio de Janeiro, no século XVIII, quanto os jejes da Bahia, no século XIX” (2002, p. 62).

[163] Região com predominância iorubá que abrange as áreas das atuais Nigéria, Togo e Benin. Sobre a origem do termo, Nascimento entende que: “Nagô, que em língua fon tinha um sentido depreciativo, era etnônimo ou autodenominação dos iorubanos habitantes da região de Egbado, na Nigéria, povos que em algum momento de sua história migraram para várias partes do atual Benin” (NASCIMENTO, 2010, p. 130).

mesmos o termo iorubá para selar essa identificação partilhada[164]. Posteriormente, ser nagô se tornou uma identificação tipicamente baiana para definir estes grupos, que, por sua vez, também se apropriaram dessa nomeação[165].

> Contudo, os escravos que se tornaram Nagôs na Bahia originalmente não se consideravam membros de um povo unificado. Como é sabido, essa identidade foi formada apenas ao longo da segunda metade do século XIX sob o termo "Iorubá", que deriva de "yarriba", termo usado pelos haussás em referência ao Oyo. Na verdade, em meados do século XIX, iorubá e variações em torno dessa expressão já havia sido adotadas na literatura missionária europeia. O termo "iorubá" em si não é conhecido por ter sido usado no Brasil para se referir aos escravos nagô, este último adotados pelos falantes de iorubá para identificar a si mesmos na Bahia. Em suma, os falantes de Yoruba tornaram-se Nagôs na Bahia antes de se tornarem iorubás na África[166] (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 81, tradução nossa).

Na Bahia os iorubás foram a maioria dos escravizados, trabalhando na produção de açúcar e depois de outros gêneros em Salvador como ganhadores[167].

---

[164] Na África esse processo de autorreconhecimento enquanto iorubás teria se dado no fim do século XVIII segundo Anderson Oliva (2005): "Em meados do século XVIII, a região do Golfo da Guiné, na África Ocidental, estava sendo sacudida pelo intenso movimento expansionista do Reino do Daomé. As cidades costeiras, como Uidá, e do interior, como Abeokuta, caíam uma após a outra nas mãos dos governantes daomeanos. Motivados pelo aumento do comércio negreiro com o Atlântico e pelo enfraquecimento de outros reinos da região, como Oyo, a expansão militar-comercial do Daomé mudaria a configuração étnica do tráfico e, de certa forma, permitiria, conjugada a outros elementos, a redefinição dos critérios identitários de alguns grupos da própria região. De acordo com parte da historiografia especializada na história da região, seria neste momento que apareceriam os primeiros indícios da construção de uma identidade em comum entre os iorubás. É evidente que muitas das características comuns às populações da área florestal do Golfo da Guiné, que se estende da margem leste do rio Ogum até a margem oeste do rio Níger, como as práticas materiais ligadas à agricultura e ao comércio, às formas de organização política, social e linguística, à legitimação de dinastias, às tradições históricas ou cosmológicas, eram compartilhadas há muito tempo por vários grupos ou reinos da área. Porém, o ato de se reconhecerem e serem reconhecidos como iorubás passou a ser uma ação percebida somente a partir do final do século XVIII. Ao longo do século XIX, a presença britânica – comercial, missionária e política – na região acabou por potencializar tal referência".

[165] Na ocasião da Revolta dos Malês na Bahia, africanos interrogados se identificavam associando a expressão "nagô" à denominações específicas, por exemplo "nação nagô-bá" (de Egba) ou "nação nagô Gexá" (de Ijexá). Reis, revela que " a expressão nagô remetia à África descoberta no Brasil, pois só aqui eles eram conhecidos por aquela expressão. Enquanto Ijebu, Egba, Yagba, Oyo, Ijexá (ou Ilesha) representavam a África deixada do lado de lá do Atlântico" (s/d, p. 8).

[166] Texto original: *"However, slaves who became Nagô in Bahia originally did not consider themselves members of a unified people. As is well known, such an identity was only formed in the course of the second half of the nineteenth century under the term "Yoruba," which derives from "Yarriba," the term the Hausas used in reference to the Oyo. Actually, by the mid-nineteenth century, Yoruba, Yorubani, and variations around this expression had already been adopted in the European missionary literature.9 The term "Yoruba" itself is not known to have been used in Brazil to refer to Nagô slaves, the latter being adopted by Yoruba-speaking Africans to identify themselves in Bahia. In sum, Yoruba speakers became Nagôs in Bahia before becoming Yorubas in Africa"* (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 81).

[167] O tráfico ao norte do Atlântico foi proibido em 1810. Mesmo assim cerca de 318 mil africanos foram traficados para a Bahia entre 1800 e 1850, sendo no mínimo 70% oriundos do Golfo do Benin e adjacências no interior. Após findado o tráfico em termos oficiais, na Bahia, os nagôs já representavam 54% dos libertos e 79% dos escravizados nascidos na África. Neste período em

Os ganhadores da freguesia de Santana em Salvador eram em maioria, segundo o Censo de 1849, nagôs. Foram eles que produziram as paralisações em Salvador em 1857, a greve negra na Bahia como chamou Reis (1996).

Ser nagô na Bahia, significou estar ligado por laços em comum, sobretudo a língua, a tradição oral, a cosmologia e práticas rituais. Quanto às divindades e às práticas rituais os nagôs tinham em comum, por exemplo, o culto aos orixás, o entendimento de Olorun como divindade superior e o Ifá (sistema de adivinhações)[168]. A hegemonia do império de Oyó sobre outros de Iorubalândia favoreceu o culto de orixás como Xangô e Ogun. O reino de Oyo, que ocupou parte da região Ocidental da África, é precisamente a região da África onde atualmente estão localizados parte dos países da Nigéria (sudoeste) e Benin (sudoeste). Oyó no período de guerras entre etnias[169] e sob forte invasão muçulmana viu aumentar a quantidade de pessoas entregues ao tráfico para serem tornadas escravas. Na Bahia foi do reino de Oyó que chegaram a maioria dos africanos de língua iorubá, contribuindo sobremaneira para a formação da identidade nagô a partir das experiências anteriores e das novas condições encontradas (REIS; MAMIGONIAN, 2004).

Entre os nagôs podiam estar os muçulmanos. Isso se deve às invasões de povos adeptos ao Islã nas terras iorubás na África. Importantes lideranças da insurreição malê[170] (a Revolta dos Malês) na Bahia eram nagôs adeptos ao Islã. Haussás eram particularmente muçulmanos, mas diretamente se envolveram pouco nessa insurreição. Parte sabia ler e escrever em árabe. Muitos dos participantes (nagôs e haussás) foram assassinados ou deportados. Pouco depois desse evento o número de africanos islamizados reduziu na rota do tráfico para a Bahia e muitos dos que ficaram foram aos poucos fazendo parte da religião católica e/ou do Candomblé (REIS; MAMIGONIAN, 2004).

> Os nagôs envolvidos na rebelião de 1835 perguntados sobre suas origens pelas autoridades, com freqüência se diziam nagô-ba, nagô-oiô, nago-jabu, significando que vinham de subgrupos iorubás de Egba, Oyo e Ijebu. O Islã

Salvador e na região do Recôncavo, entre os nascidos na África, os nagôs (iorubás) eram 76% e eram 86% dos escravizados (REIS; MAMIGONIAN, 2004).

[168] As distintas etnias que foram englobadas no termo mina ou nagô compartilhavam do entendimento de que eram descendentes de Oduduwa e viam Ile Ifé como sua cidade sagrada, assim como todos os iorubás (REIS; MAMIGONIAN, 2004).

[169] Essas guerras tendiam a produzir prisioneiros que eram entregues aos traficantes de gente para serem enviados às Américas.

[170] Nome advindo do iorubá *Imale* que significa muçulmano (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 81).

> teria facilitado alianças étnicas importantes, como entre os iorubás e haussás, inimigos em suas próprias pátrias. Mas o Islã foi também mecanismo de fortalecimento de identidade étnica. Tal como muitas irmandades católicas de africanos, os malês rejeitaram os negros brasileiros. *E na rebelião de 1835, supostamente muçulmana, o grito de guerra seria etnicamente circunscrito: "Viva nagô"* (REIS, 1996, p. 19; grifos nossos).

No Rio os africanos ocidentais representaram entre 15 e 19% dos africanos na área urbana e rural, entre 1860 e 1864 (REIS; MAMIGONIAN, 2004). Embora os africanos ocidentais representassem pouco menos que 7% dos africanos no Rio antes de 1850, a migração dos Minas da Bahia para a Corte produziu importância a esse grupo em termos qualitativos. São eles os que aparecem na descrição de viajantes como os carregadores do porto do Rio de Janeiro (CRUZ, 2000; ARANTES, 2020; McPhee, 2014).

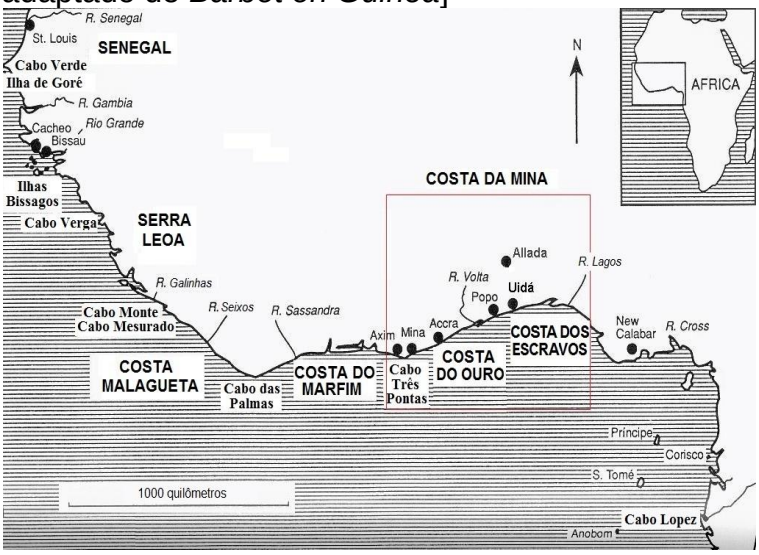
Na cidade do Rio as duas formas mais comuns de se referir aos africanos ocidentais era como mina e calaban. Eram chamados calaban especificamente os africanos da região Leste da Nigéria. Já a denominação mina foi usada pelos colonizadores portugueses para classificar africanos da África Ocidental, especialmente do Golfo da Guiné e da Costa da Mina[171], região da Costa do Ouro ao Leste da Nigéria e da Costa do Benin, diz Karasch (1987).

> A extensa costa do golfo do Benin, desde o rio Volta até o delta do rio Níger, região conhecida como Costa da Mina, recebeu este nome por causa do forte português São Jorge da Mina (nome posteriormente modificado para Elmina), estabelecido em 1482 com o objetivo inicial de comercializar ouro, marfim e pimenta. Originalmente, a região incluía a costa a oeste do rio Volta, até o forte. Posteriormente esta área se tornaria a Costa do Ouro, enquanto a Costa da Mina também veio a ser conhecida pelos europeus à exceção dos portugueses como Costa dos Escravos, quando, mais tarde, os comerciantes concentraram suas energias no tráfico de escravos, especialmente durante os primeiros três quartos do século XVIII e, de novo, nas primeiras décadas do XIX. O tráfico legal de escravos com o Brasil nessa região se prolongou até 1817, quando, através de um tratado com

[171] Região que abrangia o Castelo de São Jorge da Mina, na parte leste. Esta designação Costa da Mina abarcou as antigas Costa do Ouro e a Costa dos Escravos (UFBA, s/d). Naquela região estava localizada parte do golfo do Benin. Graham detalha que "A extensa costa do golfo do Benin, desde o rio Volta até o delta do rio Níger, região conhecida como Costa da Mina, recebeu este nome por causa do forte português São Jorge da Mina (nome posteriormente modificado para Elmina), estabelecido em 1482 com o objetivo inicial de comercializar ouro, marfim e pimenta. Originalmente, a região incluía a costa a oeste do rio Volta, até o forte. Posteriormente esta área se tornaria a Costa do Ouro, enquanto a Costa da Mina também veio a ser conhecida pelos europeus – à exceção dos portugueses – como Costa dos Escravos, quando, mais tarde, os comerciantes concentraram suas energias no tráfico de escravos, especialmente durante os primeiros três quartos do século XVIII e, de novo, nas primeiras décadas do XIX. […] navios saídos de portos da Costa da Mina – Pequeno Popo, Grande Popo, Uidá, Porto Novo, Badagri, Lagos e outros – levavam centenas de milhares de homens, mulheres e crianças para as Américas, principalmente para Cuba e Brasil. No Brasil, a maioria seguia para a Bahia" (ibid., pp. 29-30)" (2012, pp. 29-30).

> Portugal, os britânicos o baniram ao norte da linha do Equador e adquiriram, em 1819, o direito de fazer buscas em navios suspeitos e de confiscar suas cargas. Quando, em 1831, a importação de quaisquer africanos para o Brasil se tornou ilegal, e o Brasil, já país independente, concedeu o direito de execução dessa lei no alto mar aos ingleses, o número de escravos traficados diminuiu por um tempo. Entretanto, navios saídos de portos da Costa da Mina, Pequeno Popo, Grande Popo, Uidá, Porto Novo, Badagri, Lagos e outros levavam centenas de milhares de homens, mulheres e crianças para as Américas, principalmente para Cuba e Brasil. No Brasil, a maioria seguia para a Bahia (GRAHAM, 2012, pp. 29-30).

Ilustração 19 - Costa da Guiné no século XVII [fonte: adaptado de *Barbot on Guinea*]



Fonte: Mapas, reprodução (UFBA, s/d).

Em geral, a identidade mina podia incluir grupos da área costeira ou interiorana da região da Costa da Mina. Essas pessoas podiam ser de Grand Popo, Ouidah, Porto Novo, Jakin, Badagry, ou Onim, segundo Reis e Mamigonian (2004) e se tornar mina chegando do outro lado do Atlântico. Como em outros casos, a identidade mina foi assumida pelos africanos. Isso não os impediu de incorporar, porém, outras identidades. No Rio, os minas também podiam ser divididos, segundo a análise de Debret, em minas, minas néjo (nagô?), minas mahi (marri), minas callava. Comumente os minas eram divididos entre minas (do Delta do Rio Níger, no oeste da Nigéria, e saídos do Golfo do Benin) e Calabar (leste da Nigéria, embarcados no Golfo de Biafra) (KARASCH, 1987; REIS, 1996).

> Para os não-africanos ou para os africanos centro-ocidentais e orientais no Brasil, mina era um rótulo conveniente, e até simplificador, mas, para estes minas, a palavra fazia lembrar, especificamente, os costumes dos iorubá-falantes que os distinguiam dos outros africanos no Rio" (GRAHAM, 2012, p. 26-7)

Uma questão interessante aparece chegando até aqui. Acreditava-se que os carregadores e estivadores do porto de Salvador eram de maioria nagô. Estariam entre aqueles que se fariam carregadores e estivadores no porto do Rio de Janeiro? Sem dúvidas, os iorubás foram significantes entre esse grande escopo que se tornou a identidade "mina", de modo que a nomeação mina-nagô demarcava essa presença (REIS; MAMIGONIAN, 2004). Muitos dos africanos pertencentes a estes grupos foram transportados da Bahia para o Rio depois de 1835 quando ocorreu na Bahia a insurreição malê, produzindo essa importação interna de africanos para a cidade carioca. Conforme Karasch (1987), no Rio de Janeiro, os iorubás advindos do oeste da Nigéria e do Benin foram chamados de minas nagôs. É provável, segundo a autora, que os minas nagôs tenham sido o maior grupo étnico do Rio, entre os advindos da África Ocidental, seguidos dos jejê, da região das atuais Togo e Benin. Mas nagôs também estavam entre os que foram levados para o Rio Grande do Sul.

Karasch (1987) indica que grupos de africanos minas advindos da Bahia no século XIX formaram um senso de comunidade próprio no Rio de Janeiro, o que aparentemente não ocorreu com os que vieram de outras províncias nascidos no país. Sua presença na Corte levou as autoridades a se manter em alerta, uma vez considerados uma ameaça ainda por conta da insurreição dos malês na Bahia. Foram chamados por Eusébio de Queiroz, na época chefe de polícia, como os "perigosos minas"[172]. Os escravizados na Bahia ganharam fama no Brasil como rebeldes. Reis e Mamigonian (2004) afirmam que isso se deve, sobretudo, aos nagôs. Cada uma dessas classificações segundo nação vinha acompanhada de estereótipos sobre os comportamentos dos africanos: Congos, orgulhosos, hábeis com a agricultura, mulheres trabalhadoras; Monjolos e Minas propensos à revolta; Angolas, "bons escravos" (KARASCH, 1987).

Alguns dos viajantes europeus localizaram informações sobre os grupos étnicos dos escravizados no Rio, mas em geral apenas repetiam as informações das nações e portos já atribuídas na cidade aos escravizados. Um viajante francês relatou, antes de 1849, que predominavam no Rio de Janeiro os africanos das nações mina, cabinda, angola, congo, moange, benguela, mocambique, Mucena,

---

[172] "*Correspondence of 1837 between the police and the minister of justice revels a preoccupation with Mina sales and freed persons from the province of Bahia who were live in Rio. In facc, Eusébio de Queiroz in a letter of 23 February 1837 even recommended to the minister of justice that the solution fot the 'dangerous Minas' whose number was increasing in Rio was 'o make them leave for their own country'". Arquivo Nacional* (*hereafter* AN, I, K6 174, Secretaria de Polícia da Corte, Ofícios com anexos (*hereafte*r Polícia) (KARASCH, 1987, p. 5).

quilimane e inhambane. Outro, alemão, atesta os anjicos, monjolas, gabãos, rebolas, mombassas, cajenges e capundas, kassanjes, angolas[173] (KARASH, 1987).

> Essa designação "étnica" (mina) incluía numerosos grupos originários da costa ocidental africana, notadamente aqueles sob a égide do antigo reino do Daomé, mas não somente eles. Eram escravos exportados através de portos como Ajudá, Jaquin, Grand Popo, Porto Novo e outros. Os jejes[174] e nagôs podiam estar incluídos sob o guarda-chuva mina, mesmo na Bahia, onde viriam a se afirmar tão solidamente como grupos étnicos específicos, o que aconteceria a partir do final do século XVIII, quando os jejes e sobretudo os nagôs inundariam o mercado escravo baiano. No Rio de Janeiro a generalização mina parece ter sobrevivido pelo século XIX adentro, provavelmente devido à discreta presença nagô e jeje nessa região do Brasil. Como se sabe, no Rio predominavam os africanos vindos da África Central e austral, que os linguistas convencionaram chamar de "bantos" (REIS, 1996, p. 9).

Segundo Mariza Soares (2000), a depender do período, a denominação "mina" poderia remeter a diferentes grupos étnicos. Distintas etnias falantes de língua iorubá na Bahia, chamados de nagôs, foram classificados como minas ao mesmo tempo que etnias falantes da língua ewé, do tronco kwa, também o foram. Para Soares, ser mina na cidade do Rio de Janeiro do século XVIII poderia estar mais ligado aos falantes de ewé, conhecidos na Bahia como jeje. Mas, como visto, ser "mina" no século XIX remetia também aos povos de língua iorubá (nagôs), advindos da Bahia com o fortalecimento do tráfico interprovincial com o aumento da produção cafeeira no Sudeste e o fim do tráfico transatlântico (SOARES, 2000). Dentro da denominação geral mina também podiam estar os fanti, ashanti, haussá, nupe (KARASCH, 1987).

> Saber o porto, contudo, não identifica precisamente os lugares onde os africanos tinham sido originalmente capturados e destinados à venda, e não define quem eles eram. Poderiam ter sido nupes, haussás, bornos, borgus, ou os fulanis do norte do rio Níger, ou da confederação Mahi, região

---

[173] Karash (1987) chama a atenção para o fato de que algumas dessas nomeações foram preservadas na Umbanda, religião afrobrasileira surgida no século XX, com a espiritualidade agrupada em remetendo à Costa da Mina, Congo, Angola, Benguela, Moçambique, Luanda e Guiné. A autora afirma que essas sete nações foram as mais principais no Rio do século XIX, ainda que houvesse outras (já mencionadas). São as sete que também mais aparecem como sobrenomes de escravizados: "Como esses nomes eram muito comuns no século XIX, não surpreende que sejam preservados na Umbanda, uma religião afrobrasileira moderna. Ao agrupar os orixás, ou entidades espirituais, em sete ou em linhagem africana, os Umbandistas dividem o espírito em sete grupos, cada um com seu próprio chefe: Povo da Costa [da Mina], Congo, Angola, Benguela, Moçambique, Luanda e Guiné" (KARASCH, 1987, p. 10, tradução nossa). No original: "*Since theses names were so common in the nineteenth century, it is hardly surprising to discover them preserved within Umbanda, a modern Afro-Brazilian religion. In grouping the orixás, or spiritual entities, in the seventh or African line, Umbandistas divide the spirit into seven groups, each with its own chief: People of Coast [of Mina], Congo, Angola, Benguela, Moçambique, Loanda and Guiné*" (ibid.).

[174] Pode ser grafado também como jêjes ou gêges.

> imprensada entre os daomeanos e os iorubás. Alguns eram falantes do gbe, outros falavam iorubá ou qualquer dos vários dialetos relacionados. E ainda, entrelaçada com essas questões, tornando mais complexa a distinção de quem era quem, estava a religião. Os minas podiam ser mulçumanos haussás, ou fulanis e, com menor fequência, iorubás convertidos ao Islã; podiam ser devotos dos deuses voduns dos daomeanos, dos orixás iorubás, ou de Alá. Uma vez do outro lado do Atlântico, qualquer um poderia se chamar mina, suavizando as precisas e ferozes diferenças antigamente tão vivamente sentidas e que tinham provocado a guerra e a escravidão entre eles em suas terras natais. Saber quem eram os minas dependeria de saber do tempo e das circunstâncias da captura (GRAHAM, 2012, p. 32).

Segundo Nascimento (2010, p. 130) “os jêjes eram os povos adjás, os ayizôs, os hulas, habitantes do território que compreendia a Costa da Mina propriamente dita (Ajuda, Allada e Minapopo)[175]”. Outros também eram chamados de jejes, a saber "os povos do norte, tais como os savalu e agonlins, todos localizados no país Mahi, entre o território iorubano e dahomeano” (ibid.).

As relações entre jejes e nagôs eram vinculadas por sociabilidades que dialogavam, eram “vínculos identitários alicerçados em relações sociais que reconheciam uma ancestralidade e um complexo sistema mitológico e filosófico-religioso comuns” (NASCIMENTO, 2010, p. 130). Na Bahia, os possíveis conflitos estabelecidos entre os grupos no continente africano foram, devido aos aspectos que comungavam, transformados em cumplicidade para a produção de resistências variadas. A dimensão religiosa operou como parte dessas resistências tanto que a denominação jeje-nagô tornou-se comum para tratar da fusão entre os dois sistemas que esteve presente no candomblé, nas Irmandades, nos batuques do Rio Grande do Sul, por exemplo[176] (NASCIMENTO, 2010).

> A Bahia entre 1750 e 1850 importou mais escravos da região do Golfo do Benin e do antigo Daomé, principalmente povos Aja-Fon-Ewe (aqui chamados jejes[177]), iorubás (aqui chamados nagôs) e haussás (também tidos como auçás ou usas). Durante o século XIX, os de nação nagô vieram a constituir formidável maioria (REIS, 1993, p. 9).

---

[175] Os jejes estavam localizados originalmente entre Togo, Gana e Benin.

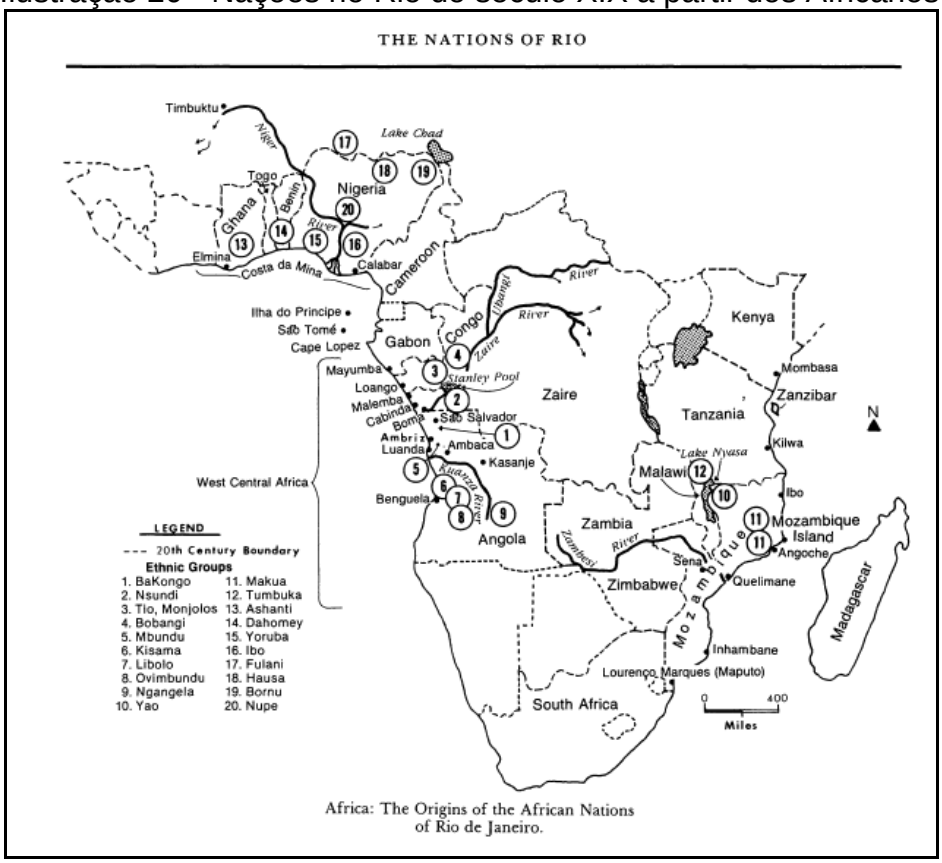
[176] Na Bahia nas cidades de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, essas identidades étnicas africanas se manifestaram na religião de matriz africana, o candomblé: “Devido à presença expressiva de africanos oriundos da Costa da Mina, esses núcleos mais tarde se institucionalizaram com variadas denominações, tias como jeje marrin (mahi), jêje efan, jêje savalu, jêje modubi, jêje mina e também jêje-nagô. Trata-se de topônimos (salavu, mahi) e etnôminos (efan, modubi) da Costa da Mina, que foram utilizados para designar, no âmbito do candomblé, a estrutura ritual dos ‘terreiros’ oriundos dessas localidades e povos. No caso específico da denominação jeje-nagô, trata-se de cultos e divindades de diferentes povos africanos mesclados no Brasil” (NASCIMENTO, 2010, p. 131).

[177] Conhecidos no Haiti e na Lousiana (EUA) pela prática do vodu ou vodum; e, em Cuba pela Santería.

Reis defende que “na geopolítica do tráfico, todos os povos tutelados pelos Fon do antigo Daomé – daomés, marris, ewes – eram assimilados ao termo jeje” (1996, p. 18). As várias etnias inclusas nas denominações de jejes, tapas e nagôs eram vizinhas na África. Trocas comerciais e culturais eram comum entre si. O que favoreceu certa aproximação interétnica na Diáspora (REIS; MAMIGONIAN, 2004).

> À medida que o século avançava, os falantes do Gbe, por exemplo, ficariam conhecidos como Jeje, embora etnônimos mais específicos como Daomé, Ardra (para Allada), Maki ou Mahi e Savalu às vezes apareçam no registro, bem como etnônimos compostos como Jeje-Mahi. Havia também os Nupe, conhecidos na Bahia pelo termo iorubá “Tapa”, e os Hausa, que eram chamados Uçá ou Hauçá, a identificação mais próxima – pelo menos foneticamente – de uma denominação auto-descritiva original. Finalmente, os iorubás passaram a ser conhecidos como Nagô (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 81, tradução nossa)[178].

Ilustração 20 - Nações no Rio do século XIX a partir dos Africanos Livres



Africa: The Origins of the African Nations of Rio de Janeiro.

Fonte: Karasch (1987, p. 16)[179].

---

[178] Texto original: “*As the century progressed the Gbe speakers, for instance, would become known as Jeje, although more specific ethnonyms such as Daomé, Ardra (for Allada), Maki or Mahi, and Savalu sometimes appear in the record, as well as composite ethnonyms such as Jeje-Mahi. There were also the Nupe, known in Bahia by the Yoruba term “Tapa,” and the Hausa, who were called Uçá or Hauçá, the closest identification- phonetically at least - to an original, self-ascriptive appellation. Finally, the Yoruba came to be known as Nagô*” (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 81).

[179] Com a coleta de informações de registros oficiais produzidos, entre 1830 e 1849, sobre Africanos Livres da cidade do Rio de Janeiro no século XIX, Karasch (1987) conseguiu mapear suas

A distinção dos africanos entre nações e etnias se espraiou nas formas que produziam sua própria organização coletiva. Sem dúvidas, não se tratou de uma divisão rígida e intransponível, mas demarcou estilos próprios. Ao mesmo tempo, esse tipo de classificação criada para controlar, produziu na Diáspora novas formas de identificação para esses grupos. Identificações que foram (ou não) incorporadas pelos próprios africanos no Brasil.

Em resumo, distintos grupos étnicos de africanos podiam estar dentro do mesmo guarda-chuva de nação. A criação dessas novas identidades se deu em meio à barbárie da escravidão colonial. A demarcação da diferença entre os africanos e afrobrasileiros foi importante entre eles mesmos para tornar sólidas suas alianças: “Pois era com essas diferenças que ele contava para tecer redes de solidariedade, compor alianças ou definir campos adversários” (REIS, 1996, p. 19).

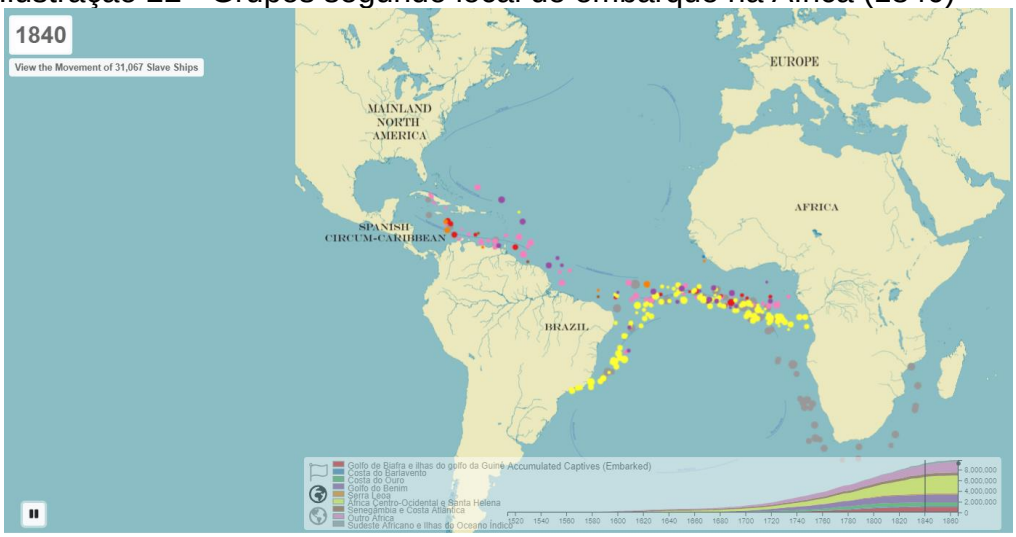
Ilustração 21 - Portugal liderou o tráfico de gente nas Américas e Caribe (1839)

Fonte: Slavevoyages.org, 2019.

identificações de “nação”. Por anos, para o controle quantitativo de milhares desses africanos, os Impérios Britânico e brasileiro também recorreram a sua identificação recorrendo à lógica da nação. Arquivando também os documentos dos navios apreendidos pelo tráfico tornado ilegal desde 1831. Foi ao recorrer a esses arquivos que a autora conseguiu localizar no mínimo o local de origem de embarque dos navios. Outra fonte de informação sobre possíveis grupos étnicos foram identificados nos mais de 3 mil registros de óbito da Santa Casa de Misericórdia entre 1833 e 1849. A instituição mantinha seu próprio cemitério. Antes do enterro, era preciso identificar a nacionalidade e a causa da morte. A autora também recorreu a outras fontes como registros policiais. A partir dessas fontes identificou que até 1811 mais de 96% eram provenientes do Centro-Oeste da África, depois dessa data se mantiveram pelo menos em 66%. Karash (1987) detalha que a região Centro-Oeste era subdividida em três grandes áreas: Congo Norte ou Cabinda; Angola; Benguela. Isso porém no século XIX. Segundo a autora os Cabindas eram um grupo tão grande quanto os Angolas ou Congos. O porto de Cabinda era o maior centro de tráfico ao norte do Rio Zaire (pré e pós-proibição do tráfico pelo Império Britânico. Do Norte do rio Zaire advinham os Anjicos ou Monjolos, muito importantes na cidade carioca. A presença de africanos orientais foi significativa no século XIX, entre 16 e 26%. Os africanos ocidentais, que variavam entre 6 e 7%, estavam naquela cidade, após 1835, como parte do tráfico interprovincial entre a Bahia e o Rio.

As identidades afrodiaspóricas foram produzidas pelo colonizador e simultaneamente recriadas pelos africanos numa realidade imposta pela violência colonial. Reconhecer a Diáspora significa conferir, aos que do processo colonial em diante passaram a ser chamados de *negros,* um lugar na história como sujeitos (ALMEIDA, 2014). Elementos únicos foram produzidos na diáspora, sejam culturais, religiosos, protetivos, e político organizativos. O aquilombamento, a proteção auto gestada via religiões de matriz africanas, Irmandades, *esusus* e outras foram fundamentais diante de um cenário, no mínimo, hostil.

Ilustração 22 - Grupos segundo local de embarque na África (1840)



Fonte: Slavevoyages.org, 2019.

Os distintos grupos étnicos oriundos da África Central, atual região de Angola, Gabão, Congo e Cabinda foram na Diáspora nomeados como “bantos”. Conforme indicado, tinham em comum as línguas que compunham o mesmo tronco linguístico, banto. Além do aspecto linguístico, partilhavam segundo Daibert (2015) de uma mesma matriz cosmológica que sustentava suas práticas religiosas. Um mundo entre fronteiras, o visível e o invisível, a noção de linhagens e força vital, a relação entre gerações além da vida material[180], o entendimento da natureza, o sentido de comunidade, tradição oral etc.

Os africanos centro-ocidentais também foram transportados para Carolina do Sul, nos Estados Unidos. Eram minoria, porém construíram com suas práticas formas que dialogavam com as de outros africanos em Diáspora que partilhavam do

[180] “Os antepassados permaneciam ligados ao cotidiano de seus familiares vivos, atuando de modo influente sobre seus destinos. Para garantir o cumprimento de regras e padrões morais, eles intervinham em disputas comunitárias, assistiam mulheres na hora do parto, garantiam fartura nas colheitas e ainda protegiam caçadores” (DAIBERT, 2015, p. 17).

mesmo quadro de referências na África. Ou seja, em Cuba, no Brasil, em São Domingos, na Guiana Holandesa e outros, além da própria Carolina do Sul (OFFEN, 2018). O trabalho do historiador Daniel Domingues Silva (2017) se dedica integralmente ao levantamento sobre o tráfico de pessoas da África Centro Ocidental para as Américas. Brasil, Cuba e Estados Unidos receberam africanos dessa região. Segundo a amostra de seu levantamento podia haver centenas de etnias diferentes entre os africanos capturados e transportados nos navios. Os principais alvos do tráfico no século XIX eram os falantes de Kimbundu, Umbundu e Kikongo, todas do mesmo tronco linguístico banto[181]. Para Slenes (2018) a estimativa é a de que mais de 70% das pessoas que foram traficadas depois dos anos 1830 eram falantes de dessas línguas.

> Os centro-africanos (mormente jovens adultos, bem mais homens do que mulheres) formaram 74% dos cativos desembarcados nas Américas nas décadas iniciais do comércio atlântico (1501-1650). A cifra caiu a 43% de 1651 a 1725 e 45% de 1726 a 1825, aumentando para 72% entre 1826 e 1866. As estimativas para o Brasil nesses períodos são, respectivamente, 95%, 68%, 70% e 88%. Depois do Brasil, a América espanhola e o Caribe francês receberam proporcionalmente mais cativos centro-africanos: respectivamente 46% e 43% de seus desembarcados. Para a América do Norte inglesa e o Caribe britânico, as cifras respectivas são 26% e 15% (SLENES, 2018, p. 64).

Do ponto de vista cosmológico os bantos na África tinham em comum a concepção dos espíritos em dois tipos básicos: “os dos ancestrais ‘nomeados’ – cuja memória ainda se guardava e que era ciosos do bem-estar dos vivos de seu clã – e os espíritos tutelares da Terra, organizados em hierarquia” (SLENES, 2018, p. 66). Neste último grupo, preocupado com grupos de parentesco localizado em áreas específicas, os ancestrais mais antigos podiam ser incorporados. Slenes (ibid.) explica ainda que essa maneira de conceber os ancestrais e os espíritos tutelares da Terra possibilitava que os que migravam se sentissem acompanhados por seus ancestrais, ao mesmo tempo em que os espíritos tutelares zelavam pelos grupos em determinada área geográfica. Por isso ao chegar em terras desconhecidas era comum perguntar primeiro, “Quem são os donos da terra” com referência aos

---

[181] “Além desse parentesco linguístico, a África Centro-Ocidental é reconhecida na bibliografia especializada como uma área cultural una: uma região em que as diversidades culturais refletiam adaptações criativas às contingências históricas, a partir dos mesmos princípios cosmológicos e visões do bem social. A conclusão fica mais forte se olharmos apenas os povos mais duramente atingidos pelo comércio de escravos: os do grupo linguístico que inclui os kikongo (falados pelos kongo, nos dois lados do baixo rio Zaire) e os da família de línguas da savana ocidental, áreas mais ou menos correspondentes à atual Angola, que inclui kimbundu e umbundu (falados pelos Mbundu e Ovimbundu, respectivamente nas hinterlândias de Luanda e Benguela” (SLENES, 2018, p. 65).

espíritos que guardavam aquele local e na sequencia “Quais são os rituais próprios para contatar esses espíritos”.

Guardados pelos espíritos, acreditavam em sua revelação por meio de sonhos ou transes de possessão. Também acreditavam que alguns humanos (como caçadores, sacerdotes e ferreiros) tinham a capacidade de atravessar os dois mundos para se comunicar com os espíritos e mobilizar seus poderes. Aqui, como entre os iorubás, a religião católica com seus santos e Jesus Cristo, dialogou com a cosmologia banto. Sua adoção se deu pelo chefe do reino congolês desde o século XVI, mas se deu sem que houvesse o abandono das práticas rituais e crenças banto. Ambas ainda no território africano confluíram de modo que algo novo ali também surgia em termos religiosos. Muitos já chegariam nas Américas com noções em relação aos santos, inclusive santos negros (SLENES, 2018).

As próprias Irmandades já se manifestavam em outros territórios africanos depois de invadidos e dominados por Portugal, como Luanda e Benguela. A Irmandade Negra do Rosário, as Igrejas foram parte da imposição do cristianismo pelos próprios europeus. No Congo, onde a liderança local se encarregou de manter em curso esse projeto. Dizer isso não é negar o papel crucial que a religião católica deteve na expansão do projeto de poder colonial, mas compreender que seu sistema ao ser adotado pelos africanos de distintas etnias ocorreu pela via da imposição, ao mesmo tempo que os últimos a recriaram, sem abrir mão de suas próprias noções de divino, de parentesco e linhagem.

> A relevância para a última e mais dolorosa expansão bantu é evidente. Em muitos cultos afrobrasileiros, especialmente aos associados à influência “congo-angolana” , os espíritos dos “caboclos” – na acepção mais antiga, “índios bravos da floresta” – são muito poderosos. Há quem avalie os caboclos como elementos estranhos numa religião “africana”, o resultado de sincretismo impuro. Ora, não poderia haver nada mais (centro)-africano do que se aproximar dos donos da terra, tomando emprestados a seus descendentes os rituais (SLENES, 2018, p. 67).

2.3 ***Esusus*, Irmandades e Zungus: conexões afrodiaspóricas**

Essa seção objetiva expor em detalhes experiências de solidariedade e proteção produzidas com relativa autonomia entre as coletividades em Diáspora advindas da África e de seus descendentes nascidos no Brasil e em outras partes das Américas. Para tanto, num primeiro momento apresenta sua identificação entre os portuários minas do Rio de Janeiro por historiadoras como Maria Cecília Velasco

e Cruz e Erica Arantes. Em seguida descreve a origem iorubá da *esusu* na África e sua manifestação em outros países das Américas lançando mão da produção de historiadores brasileiros João José Reis e Beatriz Mamigonian; do antropólogo William Bascom; de economistas estadunidenses Rogier van den Brink e Jean-Paulo Chavas; e, do historiador nigeriano, Toyin Falola.

Considera ainda as Irmandades Negras católicas no Brasil no XIX como espaços de proteção socialmente estabelecidos pelas circunstâncias da Diáspora Africana, muito aproximados de experiências de afrocatolicismo na América Espanhola e Caribe, e, das *Black Brotherhoods* vinculadas ao protestantismo nos Estados Unidos. Para tanto recorre às obras de intelectuais do Serviço Social Magali da Silva Almeida, Elisabete Pinto e aos(às) historiadores(as) Luciana Reginaldo, Marisa de Carvalho Soares, Anderson Oliveira, João José Reis e George Reid Andrews. À Lélia Gonzalez, Teresa Espinosa, Hernandez Ricardo, Peterson e Vásquez e Jéssica Gordon Nembhard.

Também apresenta brevemente os zungus no Rio de Janeiro no início do século XX a partir de Velloso (1990), Moura (1995), Soares (1998) e Arantes (2010). E encerra considerando as *esusus*, as Irmandades, as relações de parentesco estendidas, os zungus, a música, os terreiros etc., como elementos constitutivos da "Amefricanidade" nos termos de Lélia Gonzalez.

2.3.1 A esusu, uma instituição Afrodiaspórica

Essa subseção tem o intuito de apresentar e caracterizar a *esusu*, uma instituição Afrodiaspórica com raízes entre os iorubás da região da atual Nigéria. Entre os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, os minas ganharam destaque nos relatos de viajantes no século XIX, sobretudo devido ao seu modo de organizar o processo de trabalho em grupos. Porém, outro elemento os tornou conhecidos: a maneira de reunir pecúlios, de maneira regular e coletiva. Por mais de uma vez, essa característica atribuída aos minas do porto carioca foi apenas mencionada como próxima às *esusus*. A subseção repõe o argumento da identificação dessas formas reconstruídas na Diáspora àquelas existentes na África. Como ineditismo contribui para a caracterização acurada da *esusu*, o que incidirá na produção do argumento final da tese, quanto às formas protetivas produzidas pela própria

comunidade africana e afrodescendente em Diáspora como parte relevante à História da Política Social.

No Rio de Janeiro o crescimento do número de alforrias entre os minas elevou-se rapidamente entre 1840 e 1859 se comparado a outros africanos. Parte do que justifica esse resultado, para Reis e Mamigonian (2004), é que ali os minas foram o grupo com maior capacidade de poupar recursos coletivamente. Uma tradição que pode ter sido levada pelos nagôs na Bahia, grupo que cultivava há algum tempo as "juntas de alforria" – fundo criado entre escravizados com o intuito de acumular em grupo uma quantia necessária à compra de alforria de cada participante. As juntas, por sua vez, tiveram alguma inspiração nas próprias *esusus* que são o centro dessa seção.

> Os minas se distinguiram de outros africanos quando se tratava de ganhar manumissão e lutar pela liberdade de dentro do sistema. No Rio de Janeiro, os africanos ocidentais parecem ter constituído o grupo com maior capacidade de acumular poupança: eles foram responsáveis por 50% das manumissões pagas entre 1840 e 1859, enquanto representavam apenas entre 9% e 15% da população escrava. Sua alta taxa de manumissões alimentava um grupo crescente de pessoas emancipadas que representavam quase um terço da população africana libertada na cidade. Grupos de trabalho e associações de poupança, provavelmente baseados em etnias e espelhados após as juntas existentes na Bahia, estavam por trás de seu sucesso. Gobineau relatou a existência de tais organizações entre as Minas do Rio de Janeiro em 1869[182] (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 104, tradução nossa).

Nas primeiras décadas do século XIX um comerciante inglês relatou que os minas dominavam o comércio de café no Rio de Janeiro e que entre si adiantavam as quantias necessárias à compra de alforrias. Entre as décadas de 1850 e 1860, Charles Ribeyrolles afirmou que os minas sustentavam uma "caixa de resgates" que alforriava e também enviava de volta para a África as pessoas que contribuíam para formar esse tipo de fundo coletivo. Outro viajante inclusive cita sobre as habilidades mercantis dos minas como ganhadores e de seu domínio do mercado cafeeiro da cidade. Ainda sobre isso, se descobriu por meio de relatados de um grupo de minas

---

[182] Texto original: "*The Minas distinguished themselves from other Africans when it came to earning manumission and fighting for freedom from within the system. In Rio de Janeiro, West Africans seem to have constituted the group with the highest capacity to accumulate savings: they were responsible for 50 percent of the paid manumissions between 1840 and 1859, while representing only between 9 percent and 15 percent of the slave population. Their high rate of manumissions fed a growing group of emancipated persons who represented almost one-third of the freed African population in the city. Work groups and savings associations, most probably ethnically based and mirrored after the juntas existing in Bahia, were behind their success. Gobineau reported the existence of such organizations among the Minas in Rio de Janeiro in 1869*" (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 104).

do Porto, como foram capturados e como estavam se comunicando com o outro lado do Atlântico para saber se a viagem à África seria segura. Mais de 60 pessoas do grupo já haviam retornado, como disseram a um inglês da organização "*Religious Society of Friends*" na década de 1850 (CRUZ, 2000).

Nas palavras de Ribeyrolles:

> Esses negros que passam, cesto à mão, ou esses outros imóveis aos cantos dos corredores... são pretos do ganho a vossa espera. Percorrem a cidade, as ruas comerciais, as praças públicas… A qualquer hora vergam sob o fardo. Quando este é por demais pesado formam grupo... e lá se vão ao som cadenciado de uma canção breve e triste... Mais além encontramos a rua de São Bento. Grande entreposto de café. Dela, sobretudo, parte os negros minas, atléticos, mármores vivos, que fazem o transporte dos armazéns ao cais. Rebeldes de toda sorte de escravatura doméstica, formam entre si uma corporação, sustentam uma caixa de resgates que a cada ano alforria e remete alguns às plagas africanas (CRUZ, 2000, p. 258).

Por isso Cunha (1985) defendeu que o "canto" entre os minas no Rio "tinha funções de consórcio, de associação de auxílio mútuo para alforria de seus membros" (apud. ARANTES, 2010, p. 135).

> Baseando-se nas histórias dos viajantes, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha comentou sobre a possibilidade de compra de alforria e das solidariedades que por vezes se formavam entre grupos de escravos de ganho, especialmente os carregadores. Em suas palavras, "além da possibilidade de fazer trabalhos extras, de esconder seus ganhos reais, podiam construir solidariedades eficazes com membros de seu "canto". Ora, o canto tinha funções de consórcio, de associação de auxílio mútuo para alforria de seus membros. Os carregadores de café minas, no Rio de Janeiro, que tinham o monopólio desse ramo, por exemplo, adiantavam dinheiro para a alforria uns dos outros […]" (apud. ARANTES, 2010a, p. 135).

Cruz (2000) acredita que no caso dos portuários, as próprias turmas de trabalho ou seja os "cantos" fossem constituídas segundo o pertencimento étnico dos africanos (escravizados ou libertos). Isto significa dizer que além da causalidade, havia entre os carregadores e estivadores um tecido social produzido e reproduzido nas relações de trabalho que não se restringiam à atividade pura e simples. O "canto" foi também espaço de consolidação de laços de solidariedade expresso inclusive na constituição de fundos em comum para compra de alforrias.

A partir desses relatos, a autora defende que:

> Dois outros fatos que também se depreendem com clareza dos relatos acima citados são a especificidade étnica das turmas de trabalho ligadas ao transporte de café e os cortes laços de solidariedade tecidos pelos pretos minas. *Trazendo consigo uma tradição urbana e comercial incomum nas outras nações africanas, os minas aparentemente monopolizavam o mercado de trabalho gerado pelas firmas comerciais envolvidas com a*

> *exportação de café. Por outro lado, mantinham-se relacionadas por associações voluntárias de fundo étnico como as caixas de alforria, cujo modelo parece ter sido a esusu*, instituição iorubá estudada por Bascom e que a diáspora africana plantou em vários lugares do solo americano. Da solidariedade, mina, a História de Candler e Burgess é, aliás, um exemplo fascinante. Não só porque atesta uma capacidade de acumulação surpreendente para ex-escravos, mas porque revela a intensidade dos negócios humanos e das redes de comunicação próprias às regiões portuárias dos grandes centros urbanos (CRUZ, 2000, p. 261, grifos nossos).

A proximidade entre os fundos de libertação criados pelos ganhadores africanos e afrodescendentes no porto do Rio foram por mais de uma vez citados como aproximados de uma instituição de crédito iorubá chamada *esusu* (CRUZ, 2000; ARANTES, 2010). Mas o que era a *esusu,* a que tanto se referem historiadoras (es) ao interpretar as formas de proteção criadas entre escravizados do porto do Rio de Janeiro? Adiante apresentamos brevemente suas características, origens e princípios para compreendê-la na Diáspora Africana.

A *esusu* (ou *esú, osusu*) manifestou-se nas Américas, mas suas raízes se vinculam à região da atual Nigéria. O nome "*esusu*" se remetia especificamente ao fundo e não aos participantes. Em grupos, os participantes formavam um fundo em comum com contribuições periódicas em quantia fixada previamente. Em revezamento, cada um podia usufruir de determinada quantia. A contribuição para o fundo era coletiva e seu usufruto também eram partilhado, embora o tipo de uso das quantias recebidas fosse de deliberação pessoal. A duração do ciclo da *esusu*, ou seja, de quantas vezes o revezamento seria reiniciado dependia de cada grupo (BASCOM, 1952).

Bascom (1952) analisou as *esusus* na Nigéria no século XX e o sistema ainda se mantinha.

> A *esusu*, uma das instituições econômicas dos iorubás da Nigéria, tem elementos que se assemelham a uma cooperativa de crédito, um plano de seguro e um clube de poupança, mas é distinto de todos esses. O *esusu* (*esusu*, *esú*) é um fundo para o qual um grupo de indivíduos faz contribuições fixas de dinheiro em intervalos fixos; o valor total contribuído por todo o grupo é atribuído a cada um dos membros em rotação (BASCOM, 1952, p. 63, tradução nossa)[183].

---

[183] Texto original: *"The esusu, one of the economic institutions of the Yoruba of Nigeria, has elements which resemble a credit union, an insurance scheme and a savings club, but it is distinct from all of these. The esusu (esusu', esú) is a fund to which a group of individuals make fixed contributions of money at fixed intervals; the total amount contributed by the entire group is assigned to each of the members in rotation*" (ibid.).

Havia um responsável pelo fundo do grupo, comumente seu fundador, *o olori, olori esú, olori esusu*. O grupo era subdivido em subgrupos, e o *olori* delegava a coleta regular para o fundo aos "chefes da estrada"[184], que repassavam o recurso e entregavam ao *olori*. Havia casos em que os contribuintes das *esusus* nem sempre se conheciam ou se reuniam. As regras sobre a ordem de recebimento do recurso do fundo, os casos extraordinários como adiantamento da vez de receber por motivos de necessidade, as situações de desistência e outros eram decididos pelo *olori*. O autor explica que as *esusus* podiam ser abertas ou restritas à participação de qualquer pessoa. Em Ifé, importante cidade iorubá no estado de Osun, no atual Sudoeste da Nigéria, as mulheres trabalhadoras do mercado podiam ter grupos de *esusu* próprios (BASCOM, 1952, p. 63).

Em Serra Leoa, as *esusus* foram identificadas entre os nascidos neste país e falantes da língua Krio. A cultura Krio foi produto de referências britânicas e iorubás. As *esusus* foram introduzidas ali por influência iorubá. Muito comuns no sul da Nigéria esses "clubes de economia" (*saving clubs)* podiam ser chamados também de "*osusu*". Amigos, companheiros de trabalho ou parentes reuniam mensalmente (ou com outra regularidade) quantias entre os membros do grupo formado. Um membro por vez recebia essa quantia. Era um método para poupar recursos e aplicá-los conforme o interesse dos envolvidos (FYLE, 2004).

> Os iorubás se tornaram verdadeiramente globais em suas localidades em diferentes partes do mundo; com representações de vários aspectos de sua cultura (incluindo religião, filosofia, visão de mundo, práticas econômicas como a "*esusu*", arte, música, vestuário e culinária) em seus novos locais; com tradições distintas dos iorubás Orisa nas Américas; sua presença física se fez em várias partes do mundo, seja como descendentes do povo iorubá tomados como escravos entre os séculos XVII e XIX, ou como migrantes voluntários iorubás na era contemporânea[185] (FALOLA, 2013, p. 118, tradução nossa).

Bascom (1952) afirma que o espraiamento da *esusu* durante o período de tráfico de pessoas africanas pode significar o quanto essa instituição fez parte da cultura iorubá. Ou seja, embora possa ter tido nomes distintos os objetivos

---

[184] "*Head of the road".*

[185] No original: "*The Yoruba have become truly global in their locations in different parts of the world; the representations of various aspects of their culture (including religion, philosophy, worldview, economic practices like the "esusu," art, music, dress, and cuisine) in their new locations; the distinctive Yoruba Orisa traditions in the Americas; their physical presence in various parts of the world, either as the descendants of Yoruba people taken as slaves between the seventeenth and nineteenth centuries or as Yoruba voluntary migrants in the contemporary era*" (FALOLA, 2013, p. 118).

econômicos e sociais permaneceram. Caroline Hossein (2018), no livro *The Black Social Economy in the Americas* também sustenta que os africanos nas Américas construíram suas próprias organizações e plataformas que se espraiaram pelo território ganhando as mais distintas formas, mas preservando os objetivos de defesa e proteção da comunidade e de seus direitos. Organizações civis e políticas como as *esusus*, Associações de Apoio Mútuo, sindicatos e partidos políticos e, no caso dos Estados Unidos, no movimento pelos direitos civis.

> As pessoas de ascendência africana nas Américas reuniram recursos para pagar por bens e serviços de que precisavam, mas não puderam obter de seus senhores ou de sistemas econômicos racistas. Eles organizaram e praticaram a economia coletiva alternativa, desde clubes de compra os ROSCAs (como *sols, kombits, grwoupmans* e *esusus*) até empresas sociais e cooperativas. Eles criaram negócios e atividades econômicas alternativas, de propriedade conjunta e governadas democraticamente para prover a si e a suas famílias; aliviar a fome, a falta de moradia, a saúde precária e o desemprego; e fortalecer suas próprias comunidades. Isso aconteceu em todas as épocas, em todos os países das Américas[186] (HOSSEIN, 2018, p. X, tradução nossa).

Segundo Brink & Chavas (1997) a *Rotating Savings and Credit Association* (ROSCA)[187] foi um fenômeno rural e urbano ao redor do mundo registrado entre distintos grupos. Essa forma de nomear é conhecida pela sigla ROSCA foi criada no século XX para definir distintos tipos de recolhimento e compartilhamento de recursos entre os membros participantes, tendo em vista seguirem o mesmo princípio. Como Hossein detalha elas podiam ser conhecidas como: "*susu* (Ghana, St. Vincent, Trinidad e Tobago, Granada), *esusu* (Nigéria), *meeting-turn* (Barbados), *boxhand* (Guiana, Antigua), *partner* (Jamaica), *tontine* (África francesa, Togo, Senegal e Benin), e *sol* (Haiti)" (2018, p. 44, tradução nossa)". Entre os Nupe (chamados de Tapas pelos iorubás) uma instituição com o mesmo padrão da *esusu* foi a *dashi* (ou *adashi*) (BASCOM, 1952).

Longe da África, nas Américas a *esusu* dos iorubás assumiu caráter Afrodiaspórico. A compra da liberdade, de passagens de retorno para o continente africano, por exemplo, eram alguns dos novos sentidos dados ao agrupamento de

---

[186] No original: "*People of African descent in the Americas pooled resources to pay for goods and services they needed but could not get from their masters or from racist economic systems. They organized and practiced alternative collective economics from buying clubs to ROSCAs (like sols, kombits, grwoupmans, and esusus) to social enterprises and cooperatives. They created alternative businesses and economic activities, jointly owned and democratically governed to provide for themselves and their families; to alleviate hunger, homelessness, poor health and unemployment; and to strengthen their own communities. This happened in every era, in every country in the Americas*" (HOSSEIN, 2018, p. X).

[187] Em tradução literal, Associação Rotativa de Poupança e Crédito.

pecúlio. Eram práticas de solidariedade econômica e social auto-governadas[188]. Na Bahia por exemplo, os iorubás que ali foram chamados de nagôs organizavam as "juntas de alforria", cuja lógica de funcionamento em muito se assemelhavam às *esusus*. O mesmo pôde ser visto entre os minas no Rio de Janeiro.

Sobre esusus Reis e Mamigonian dizem:

> Além da ajuda de parentes e amigos, havia sociedades de manumissão denominadas "juntas de alforria", também organizadas em linhas étnicas. Eram organizações de crédito que, em um sistema rotacional, ajudavam os escravos a comprar sua liberdade. Depois de pedir emprestado ao grupo o valor total ou, com mais frequência, dinheiro suficiente para complementar suas economias e pagar ao senhor, o africano agora libertado continuava a contribuir até que ele pagasse integralmente a quantia que havia emprestado. A junta era administrada de maneira semelhante a uma sociedade esusu iorubá, e acreditamos que essa última serviu de modelo para os escravos nagô na Bahia**.** A esusu é assim descrita por Samuel Johnson: "Uma quantia fixa acordada é dada por cada um em um horário fixo (geralmente toda semana) e local, sob um presidente; o valor total é pago a cada membro em rotação. Isso permite que um homem pobre faça algo que valha a pena, quando é necessário um montante fixo". Alfred Ellis chamou essas associações de "*esu societies*" e observou que elas eram amplamente divulgadas entre os iorubás no final do século XIX. Seus membros, segundo ele, se reuniam a cada quinto dia de mercado para cobrar dívidas e doar crédito[189] (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 89, tradução nossa).

Nas Américas e Caribe a *esusu* assumiu um caráter Afrodiaspórico. No Caribe apareceram em regiões para onde iorubás foram levados, tal como foi identificada no Brasil, na Bahia e no Rio de Janeiro. Os pontos em comum entre os laços de solidariedade entre africanos e seus descendentes nas Américas estiveram, portanto, articulados segundo seu "passado" compartilhado. Não eram porém práticas idênticas, ressignificaram-se segundo a dinâmica particular de cada território e condição colonial a qual foram submetidos. O padrão de colonização e

---

[188] Como explicado em Hossein (2018) nas Américas, entre outros povos africanos, práticas com esse sentido também foram identificadas.

[189] Texto original: "*Escaping slavery through this method was not always an individual effort exclusively. Besides the help of relatives and friends, there were manumission societies called juntas de alforria, also organized along ethnic lines. They were credit organizations which, in a rotational system, helped slaves to purchase their freedom. After borrowing from the group either the total amount or, more often, enough money to complement their savings and pay the master, the now freed African continued to contribute until he repaid in full the sum he or she had borrowed. The junta was run similarly to a Yoruba esusu society, and we believe the latter served as a model for Nagô slaves in Bahia. The esusu is thus described by Samuel Johnson: "A fixed sum agreed upon is given by each at a fixed time (usually every week) and place, under a president; the total amount is paid over to each member in rotation. This enables a poor man to do something worth while where a lump sum is required". Alfred Ellis called these associations "esu societies" and noted that they were widely disseminated among the Yoruba in the late nineteenth century. Their members, according to him, met every fifth market day to collect dues and to give away credit*" (REIS; MAMIGONIAN, 2004, p. 89).

práticas de escravização incidiram naquilo que foi produzido pelos sujeitos escravizados como resistência. Deste modo não foram autônomas àquela realidade, mas também não foram determinadas por ela. Interagiram, permanentemente, segundo a dinâmica do período, do local e dos sujeitos envolvidos.

> As populações Afro-americanas e americanas de ascendência africana exibiam uma forte tendência a socializar e conhecer aqueles que compartilhavam uma etnia semelhante e a formar algum tipo de organização, formal ou informal, para manter contato e cuidar um do outro Em Cuba e em outras partes das Américas, a associação de africanos que compartilhavam uma língua, cultura, história e identidade em geral funcionava como uma sociedade de ajuda mútua, que se vinculava a membros mais afortunados e bem colocados com seus membros mais pobres e severamente explorados através de redes de benfeitores. Os iorubás da África Ocidental, por exemplo, operavam sociedades de ajuda mútua desde o século XVIII através das instituições Ajo e Esusus. Cada membro pagou quotas em um fundo coletivo que seria disponibilizado para empréstimos individuais. Quando os iorubás escravizados começaram a ser exportados para o outro lado do Atlântico, a associação de poupança Esusu surgiu no Caribe. Os administradores coloniais espanhóis e padres católicos consideravam os cabildos africanos em Cuba como uma extensão natural e segura de suas próprias solidariedades religiosas. As organizações para os africanos, no entanto, certamente não representavam algo inteiramente de origem espanhola ou cubana, mas uma instituição do Velho Mundo modificada em um cenário do Novo Mundo[190] (CHILDS, 2006, p. 103, tradução nossa).

O movimento produzido na Diáspora Africana gerou conexões, redes e modos de sobrevivência muito específicos. Na cruel travessia do Atlântico rumo ao indeterminado as pessoas eram transportadas. Com elas, estavam o conhecimento, práticas, tipos de socialização, ideias e suas habilidades. Tudo isso foi reproduzido de algum modo no território em que passavam a conviver dali em diante. Nas Américas e no Caribe, assim se processou a Diáspora Africana. A transmissão oral do conhecimento era uma das tradições iorubá, que tinha nas histórias contadas às crianças a chave da perpetuação da memória política, “religiosa”, econômica e

---

[190] No original: “*The African-born and American-born populations of African descent displayed a strong tendency to socialize and meet those who shared a similar ethnicity, and to form some sort of organization, formally or informally, to keep in touch with and look out for each other. In Cuba and elsewhere in the Americas, the association of Africans who shared a common language, culture, history, and identity often functioned as a mutual aid society that linked to more fortunate and well-placed members with their poorer and severely exploited members through patron-client networks. The Yoruba in West Africa, for example, operated mutual aid societies as early as the eighteenth century through the Ajo and Esusu saving institutions. Each member paid dues into a collective fund that would then be made available for individual loans. When Yoruba slaves began to ben exported across the Atlantic, the Esusu savings association emerged in Caribbean. Spanish colonial administrators and Catholic priests regarded African cabildos in Cuba as a natural and safe extension of their own religious sodalities. The organizations for Africans, however, surely did not represent something entirely of Spanish or Cuban origin, but an Old World institution modified in a New World setting*” (ibid.).

cultural. Isso dialoga com outro traço da cultura iorubá, que vê o “passado” em interação permanente com o presente. O passado é invocado para dar sentido ao presente (FALOLA, 2013).

> As estratégias de socialização reinventaram as associações entre os iorubás, como no caso de *Ogboni*[191], mas também de *esusu*, aro e as que possibilitaram interações consideráveis em bairros, construção de comunidades e extensa rede de contatos, o que permitiu o envolvimento em recreações, celebrações e economia. A medida de sucesso girou em torno da memória de instituições do passado, etnia compartilhada, entendimento mútuo de códigos de comportamento e respeito pelos líderes comunitários[192] (FALOLA, 2013, p. 147, tradução nossa).

A *esusu* foi, portanto, um dos nomes concedidos a essa forma que a população negra identificou para se proteger mutuamente. Na Diáspora, seu sentido se manteve, ainda que sob novas e violentas condições colocadas pelo processo colonial. A identificação das *esusus* entre os minas trabalhadores do porto do Rio e em tantos outros locais das Américas é uma amostra da importância que o pertencimento coletivo reconstruído na Diáspora produziu para a sobrevivência de africanos e de seus descendentes.

2.3.2 Irmandades Negras: uma reinvenção africana e afrodescendente do catolicismo?

As Irmandades foram uma realidade no Brasil colonial e nas primeiras décadas do período republicano. Sua disseminação pela Igreja Católica entre leigos possibilitou a difusão da fé católica no país, inclusive entre africanos e seus descendentes, escravizados ou não. Este é, porém, um dos ângulos pelos quais é possível pensar as Irmandades. No Rio de Janeiro, africanos de origem banto e descendentes de africanos nascidos no Brasil (os chamados crioulos) ficaram conhecidos como os principais devotos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Os minas, sobretudo os minas-ewé, por sua vez, estavam agrupados na Irmandade de São Elesbão e Santa Efigênia. Disposições que podem ter sido

---

[191] Instituição fraterna iorubá.

[192] No original: “*Socialization strategies reinvented associations among the Yoruba, as in the case of Ogboni, but also of esusu, aro, and owe that enabled considerable interactions in neighborhoods, community building, and extensive networking, all of which made it possible to engage in recreations, celebrations, and savings. The measure of success revolved around the memory of past institutions, shared ethnicity, mutual understanding of codes of behavior, and respect for community leaders*” (FALOLA, 2013, p. 147).

menos definidas. Ambas etnias, minas e bantos, estavam entre os portuários da cidade.

A partir de tal constatação o objetivo dessa subseção é abordar as Irmandades Negras como espaços de proteção socialmente estabelecidos pelas circunstâncias da Diáspora Africana nas Américas. Destaca sua capacidade de mobilizar e prover com recursos próprios a compra de liberdades, cuidados à saúde em casos de doença, cortejos e funerais na ocasião da morte etc. Propõe ainda o entrelaçamento das experiências das Irmandades Negras católicas do Brasil à outras manifestas de mesmo tipo na América Espanhola e, no caso dos Estados Unidos, às *Black Brotherhoods* vinculadas ao protestantismo. O período de análise se restringe ao século XIX e se dá no Brasil a partir de obras de Magali da Silva Almeida, Elisabete Pinto, pioneiras no assunto no âmbito do Serviço Social brasileiro; historiadores(as) brasileiros(as) Luciene Reginaldo, João José Reis, Anderson Oliveira e Marisa Carvalho Soares; o historiador estadunidense George Reid Andrews; a intelectual brasileira Lélia Gonzalez. Para situar brevemente outras experiências em Irmandades afrocatólicas na América Espanhola, no mesmo período, Teresa Espinosa e Hernandez Ricardo, Peterson e Vásquez. Por fim acerca das *Black Brotherhoods* nos Estados Unidos, especialmente, Jessica Gordon Nembhard foi muito importante.

Em que consistia uma Irmandade? Nas Américas, diante da brutal colonização, eram espaços exclusivamente designados aos africanos e afrodescendentes, em diferentes condições jurídicas? Qual era a estrutura básica de uma Irmandade e qual sua ligação com a Igreja Católica? Como as práticas rituais africanas dialogaram com a proposta de fé católica imposta no “Novo Mundo”, entre elas nas Irmandades? As etnias interferiram na maneira como as Irmandades Negras se organizaram? Quais são os limites dessa forma organizativa e como identificar sua importância histórica para as comunidades negras?

No âmbito do Serviço Social, foi Magali da Silva Almeida (2009) a primeira intelectual a se dedicar a correlacionar o papel das Irmandades Negras com as políticas sociais. Algo que foi, no entanto, brevemente já mencionado em 1988 por Elisabete Pinto (2003). O trabalho de Almeida (2009) é crucial para entender como as Irmandades Negras foram mais que espaço para a vivência da religiosidade ao exercer um papel cultural e político fundamental à comunidade negra num cenário

de adversidade. Ainda que, como lembra a autora, estivessem submetidas às normas e ao controle eclesial e do Estado detinham relativa autonomia.

Foi Magali Almeida (2009) a primeira a considerar as práticas desenvolvidas pelas Irmandades como práticas de proteção social e econômica que se sustentavam no mutualismo e nas redes de solidariedade simultâneas à religiosidade. Por isso, no contexto em que se deu, as irmandades tiveram tamanha relevância. Sem uma estanque separação entre o espiritual e as necessidades materiais "essa cooperação espontânea entre os indivíduos possibilitava-lhes, ao mesmo tempo, manter vivos os interesses comuns e suprir aquelas necessidades vitais" (BOSCHI, 1986, p. 150).

> A pesquisa bibliográfica realizada apontou para um panorama no qual os negros se orgulhavam de pertencerem às instituições, apesar das rivalidades entre os grupos, que via de regra, reproduziam as disputas do território africano. Contudo, a atuação das Irmandades Negras durante os séculos XVII ao XIX demonstrou que, apesar do horizonte escravista, estas instituições e seus sujeitos protagonizaram negociando e algumas vezes subvertendo a ordem instituída, pressupondo então uma relativa autonomia dessas organizações diante do Estado colonial e imperial. A realização de práticas de proteção social baseadas no mutualismo e redes de solidariedade e a vivência de uma religiosidade, por vezes identificada com catolicismo popular, marcada pela dança, festas e batuques, são traços demonstrativos da diferença cultural das Irmandades Negras de outras irmandades religiosas que coexistiram no mesmo contexto (ALMEIDA, 2009, pp. 829-30).

As Irmandades eram parte da dinâmica da sociedade colonial e imperial. Não eram uma exclusividade de pessoas escravizadas, africanas ou nascidas no Brasil. Ao contrário, elas foram moldadas tal qual a própria sociedade da época o era, estratificadas segundo a cor, condição jurídica e de nacionalidade. Todas essas estratificações, correspondiam por sua vez, a divisões de caráter racial. É possível dizer que o critério primeiro para a estruturação de uma Irmandade no mundo colonial foi a cor da pele aliada à nacionalidade: pretos, brancos, pardos que se subdividiam também pelo critério da nacionalidade – nascidos ou não no Brasil. Entre africanos, havia a possibilidade das Irmandades se organizarem segundo a etnia de seus membros. Há registros de Compromissos de Irmandades de africanos e afrobrasileiros, desde o século XVII (REIS, 1997). Em sua conformação as irmandades se alinhavam às relações étnicas e raciais próprias do contexto a qual se instalava. Daí também com o tempo essas divisões se afrouxarem parcialmente.

As Irmandades podiam ser organizadas por profissões, ofícios, nacionalidade, e, especialmente, por pertencimento étnico e racial etc. e giravam em torno de

santos(as) eleitos para receber a adoração e culto (REIS, 1996; MATTOS, 2008). As Irmandades já existiam na tradição européia desde o século XII ligadas a profissões e heranças pagãs. Vinculadas a paróquias, mas organizadas por leigos, centravam sua prática em filantropia, apoio em caso de doenças e mortes, mas também em festividades (como as folias). A partir do século XVII, as Irmandades leigas, também chamadas de confrarias, ocuparam importante papel na disseminação e organização da religiosidade e do poder da Igreja Católica no Brasil colonial (REGINALDO, 2018).

> As confrarias, dividas principalmente em irmandades e ordens terceiras, existiam em Portugal desde o século XIII pelo menos, dedicando-se a obras de caridade voltadas para seus próprios membros ou para pessoas carentes não associadas. Tanto as irmandades quanto as ordens terceiras, embora recebessem religiosos, eram formadas sobretudos por leigos, mas as últimas se associavam a ordens religiosas conventuais (franciscana, dominicana, carmelita), daí se originando seu maior prestígio. As irmandades comuns foram bem mais numerosas. Da metrópole se espraiou para o Império Ultramarino, o Brasil inclusive, o modelo básico dessas organizações. Para que a confraria funcionasse, precisava encontrar igreja que a acolhesse, ou construir a sua, e ter aprovado seu estatuto ou compromisso pelas autoridades eclesiásticas (REIS, 1991, p. 49).

Regidas por um estatuto, à época chamado de “Compromisso”, era através deste instrumento que os objetivos, meios de ingresso, obrigações e direitos dos membros da Irmandade eram definidos e sempre que possível confirmados pelas autoridades da Igreja e monarcas, embora, como citado, as irmandades detivessem certa autonomia. Eram os Compromissos que delimitavam as condições de aceitação na Irmandade, isso incluía o perfil racial, étnico, profissional etc. O corpo dirigente ou Mesa Administrativa das irmandades era formado por postos que variavam de nomenclatura: juízes, provedores, tesoureiros, escrivães, procuradores etc. Os demais associados se encarregavam de outras tarefas imanentes às irmandades. Todos eleitos, comumente, a cada um ano. Organizavam atividades como visita aos enfermos, organização de festividades, funerais, cuidado com os bens, livros, levantamento de fundos etc. (REIS, 1993;1996; QUINTÃO, 2011).

As Irmandades eram instituições laicas, daí os leigos serem seus dirigentes. Porém seu funcionamento era regido por princípios católicos. Para compor uma irmandade era necessário contribuir com uma taxa de admissão, na época chamada de “joia”. Para se manter, o pagamento se dava anualmente. Eles se reuniam, comumente, em torno de uma capela que levava o nome da santidade católica homenageada e era construída por seus membros (REIS, 1996). Ao contrário do

que habitualmente se imagina, os tentáculos da Igreja Católica e do Estado com suas representações oficiais não alcançaram todo o território brasileiro em imediato. Em grande parte do país a ocupação e exploração da terra se antecederam a esses processos. Contudo, isso não impediu, a partir do século XVII, mas em especial no século XVIII, a disseminação e organização dos sentimentos de religiosidade católica, a intervenção e o amparo ofertados pelos chamados leigos, através das irmandades.

Entre as irmandades leigas, é provável que a mais conhecida seja a da Misericórdia, que se destacava por ter entre seus membros a alta elite lhes conferindo status e voluptuosos recursos financeiros. Contava com o apoio da Coroa portuguesa e por isso usufruía de poder e privilégios. A Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, criada inicialmente Lisboa em 1498 fez parte das transformações do modelo filantrópico português e foi estendido às suas colônias (ALMEIDA, 2009). No Brasil, Reis (1991, p. 53) afirma que o critério para ser aceito como membro da Misericórdia era racial: "ser limpo de sangue, sem alguma raça de Mouro, ou Judeu, não somente na sua pessoa, mas também sua mulher". Essa delimitação se repetia em outras Irmandades direcionadas às elites que viviam no país.

Inclusive a Misericórdia – e suas Santas Casas – é uma instituição que ainda hoje ganha notoriedade quando consideradas as origens da assistência social brasileira[193]. Controlava a conhecida rede de hospitais, locais de acolhimento para crianças, cemitérios e outros. Como toda irmandade, as Misericórdias além de se incumbir dos deveres espirituais, também se propunha a "dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, vestir os nus, visitar os doentes e presos, dar abrigo a todos os viajantes, resgatar os cativos e enterrar os mortos" (BOXER, 1977, p. 320; apud. BOSCHI, 1986, p. 65).

---

[193] "É na vila de São Paulo, por volta de 1560, que emerge a primeira instituição de atendimento à pobreza do país, a Irmandade de Misericórdia, que, apoiada em práticas de esmola, de inspiração portuguesa, ofertava dotes para órfãos e providenciava caixões para os mortos. Instalou-se em São Paulo 'com uma pequena enfermaria que era ao mesmo tempo albergue e hospital, atendendo com alimentação, abrigo e enfermagem a escravos e homens livres, visto que não havia ainda médicos no país' (MESTRINER, 2001, p. 40). Este modelo vai ampliar-se nos séculos seguintes com a ação de outras ordens religiosas (franciscanos, beneditinos, carmelitas e vicentinos), que ofereciam refeições, abrigo, ajuda material e espiritual a pobres, órfãos, loucos e enfermos. Nesse processo, a Igreja Católica tem importante papel, por meio de suas irmandades. As esmolas, que eram oficialmente recolhidas, e ações de caridade vão cunhar um modelo caritativo de assistência que recolhia dos ricos e distribuía aos pobres e que mesclava assistência e repressão. Assim, esmola foi a primeira modalidade de assistência social aos pobres no Brasil colonial, seguida da criação de instituições asilares e tutelares" (YAZBEK, 2012, p. 295).

> De certo modo, nas outras irmandades o Estado não encontrou idêntico respaldo para a garantia da estabilidade social de seu vasto império ultramarino. Apesar de também praticarem o assistencialismo social, as demais irmandades o faziam fundamentalmente em função de atender seus próprios associados e familiares. Por outro lado, diferentemente daquelas primeiras, essas outras se entregavam com maior afinco e empenho às atividades espirituais e nelas o espírito associativo e intergrupal era mais acentuado (BOSCHI, 1986, p. 67).

No geral as Irmandades tinham dois objetivos centrais: devoção ao divino e o auxílio mútuo. Como espaço de celebração cristã, as Irmandades objetivavam o culto e devoção ao divino. Esse espaço propiciava a realização de outro objetivo, o auxílio recíproco, a ajuda mútua, estabelecida entre os membros da Irmandade, sobretudo na hora da doença e da morte. Daí as práticas de cuidado e proteção serem a elas associadas (REIS, 1996).

E para os escravizados, livres e libertos negros, o que as Irmandades significaram? As Irmandades foram resignificadas quando começaram a compor o universo dos africanos e seus descendentes em Diáspora. Instadas como instrumento de dominação portuguesa para cristianização de escravizados por meio de santos “de cor”, elas foram aos poucos se moldando como espaços de resistência de escravizados e libertos. No limite de tal contradição, as Irmandades negras foram espaços de aglutinação, solidariedade, ligação com o sagrado, em diálogo com referências ancestrais do continente africano. Suas intervenções variaram desde a compra da liberdade, o cuidado com os ritos na hora da morte, os festejos, até a participação em processos abolicionistas[194] (MATTOS, 2008; REGINALDO, 2018; PINTO, 1988).

A hagiografia dos santos “de cor” (ou santos pretos) acabou seguindo roteiros aproximados. Como parte das estratégias para conversão de africanos (e seus descendentes), os “santos de cor” foram promovidos pela própria Igreja Católica como virtuosos e exemplos da cristandade. A Companhia de Jesus (jesuítas), as ordens dos franciscanos e das carmelitas foram grandes disseminadores dessa prática no Império Colonial português[195]. Santa Ifigênia, São Elesbão foram ambos retratados como membros da realeza de reinos africanos. Foi propagada ainda uma

---

[194] Marcelo Badaró Mattos revela que o mesmo processo se deu em São Paulo na Irmandade do Rosário: “Embora as irmandades negras não tivessem sido criadas com objetivos de luta pela liberdade – pelo contrário, foram instituídas pela Igreja para tentar converter os africanos e seus descendentes ao catolicismo, que justificou por séculos a escravidão –, acabaram em alguns momentos adquirindo o papel de espaço de aglutinação de abolicionistas (em São Paulo, os caifazes se reuniam e imprimiam seu jornal na Irmandade do Rosário)” (2007, p. 17).

[195] O que não impediu sua adoração entre pessoas brancas.

lenda acerca do local de nascimento de São Benedito de Palermo. O santo teria nascido na região africana de Quissamã, parte sul do Rio Kwansa (OLIVEIRA, 2016; REGINALDO, 2016).

A ação devocional a esses santos não foi prerrogativa exclusiva de escravizados, libertos e livres negros no Brasil. Já era uma prática estabelecida na península ibérica e nos territórios que seus países colonizaram. Em Luanda, no século XV, por exemplo, havia duas Irmandades em homenagem ao Rosário de Maria (mãe de Deus)[196]. Há registros dessa Irmandade em Moçambique, na ilha de São Tomé. Também em Angola, o culto a São Elesbão, São Benedito e Santa Ifigênia era registrado desde o século XVII (REGINALDO, 2016). Segundo Soares (2002) é em Portugal o primeiro local que se registra a primeira Irmandade de Homens Pretos justamente em devoção a Nossa Senhora do Rosário.

Na Espanha as Irmandades influenciaram as que se estabeleceram na América espanhola e o Caribe, entre os povos originários e africanos, além dos próprios colonizadores brancos. No México, já no século XVI, havia diversas irmandades negras, o mesmo em Buenos Aires, Lima e em Caracas no século XVIII. Essa experiência afrocatólica ganhou expressividade. Em Cuba, a princípio, as Irmandades conviveram com os *Cabildos* e com o tempo as últimas predominaram. No território colonizado sob domínio espanhol:

> As devoções mais repetidas são as de São Benedito de Palermo, santo negro pela antonomásia, morreu em 1589 e beatificado em 1647, Nossa Senhora dos Reis e Nossa Senhora do Rosário, sendo também frequentes os de outros santos negros em grande parte lendários: São Elesbão, Santa Efigênia e São Baltasar. Várias dessas devoções estão presentes em esculturas ou pinturas na irmandade sevilhana[197] (NAVARRO, 2018, p. 25).

Mas as Irmandades significaram o espaço ao culto, porém não exclusivamente o culto cristão. As divindades africanas foram cultuadas e

---

[196] "Antônio Vieira foi um dos primeiros a refletir sobre o problema [do projeto escravista-cristão]. O Sermão XIV do Rosário, de 1633, desenvolveu a ideia da escravidão africana como estruturada em torno da dinâmica entre castigo e dádiva, quando através do sofrimento de Deus possibilitava aos 'pretos' o resgate do pecado. Segundo Vieira, os africanos e seus descendentes deveriam ser gratos pelo fato de terem sido arrancados da África e trazidos ao Brasil. Na condição de escravos estariam numa situação melhor do que aqueles que permaneceram em meio ao 'gentilismo' inerente aos povos africanos. A força para suportar os sofrimentos do cativeiro e enxergá-los como uma oportunidade de redenção apresentava-se por meio da devoção ao Rosário de Maria" (OLIVEIRA, 2016, p. 66).

[197] No original: "*Las advocaciones más repetidas son las de San Benito de Palermo, el santo negro por antonomasia, fallecido en 1589 y beatificado en 1647, Nuestra Señora de los Reyes y Nuestra Señora del Rosario, siendo también frecuentes las de otros santos negros en gran medida legendarios: san Elesbán, santa Efigenia y san Baltasar. Varias de estas advocaciones están presentes en esculturas o pinturas en la cofradía sevillana*" (NAVARRO, 2018, p. 25).

homenageadas sob as novas condições impostas pela violência colonial. O trato com a morte e sua celebração eram para algumas etnias ainda no continente africano um dos momentos rituais mais importantes. Era a passagem para a condição de ancestral, figura que se tornaria divina e cultuada pelos que ficavam (REIS, 1996).

Na concepção de Reis (1996, p. 3) “antes mesmo que o primeiro escravo desembarcado no Brasil se rebelasse, os senhores e autoridades coloniais já sabiam ser necessário controlar seu corpo e seu espírito”, que foi endossado pelos decretos do Concílio de Trento que estimulavam a invocação e o culto aos santos, conferindo a esse processo um caráter mais familiar e intimista. Os(as) escravizados(as) construíam templos e capelas para seus senhores(as) e para si. Os(as) santos(as) adorados traduziam a realidade social e, por conseguinte, racial do país, o que “possibilitou” às pessoas negras encontrar na figura de determinados santos as representações identitárias, de consolo e mesmo de redenção. Nestes moldes, ganham destaque

> Nossa Senhora do Rosário[198], São Benedito, São Elesbão, Santa Efigênia [que] eram invocações dos negros não apenas pela afinidade epidérmica ou pela identidade de origem geográfica, mas também pela identidade com suas agruras. Os ‘santos dos brancos’ – supunham-se – não saberiam compreender os dissabores e os sofrimentos dos negros (BOSCHI, 1986, pp. 25-26).

Embora as práticas de proteção social estejam presentes em outras irmandades no Brasil, as Irmandades Negras, para Magali Almeida (2009), foram construídas a partir de uma “afrológica” que envolveu a reconstrução de identidades coletivas dentro de uma organização social, que a princípio objetivava o controle de pessoas escravizadas.

> […] a experiência de organizar social segundo a afrológica oportunizou formulações de propostas em favor da manutenção da identidade negra ancorada em uma raiz fragmentada pelo tráfico de escravos. Essa raiz, por vezes tinha uma aparência estritamente religiosa ou mesmo lúdica perante a lente do colonizador. Foi nesse duplo jogo que, mesmo no âmbito do regime escravista, foi possível gestar experiências de organização política e associativismo a partir de distintos critérios: “nação religiosa”, etnicidade, profissão, gênero, dentre ouras. Outro aspecto a ser considerado refere-se ao caráter mutualista das Irmandades Negras. Ter domínio do financeiro possibilitou a projeção de ações sociais e políticas importantes diante do descaso do Estado colonial e Imperial. Destacamos a compra de alforrias como uma das mais significativas ações (ALMEIDA, 2009, p. 827).

---

[198] Entre os santos(as) negros(as), Nossa Senhora do Rosário que se tornou a santa mais homenageada pelas irmandades negras.

A festa do santo homenageado pela Irmandade era o dia de ápice das festividades. Irmãos e irmãs se vestiam com vestes de gala para suas procissões, que acabavam em danças, músicas com atabaques e outros instrumentos afrobrasileiros e comida em abundância. Verdadeiros rituais de inversão da ordem (REIS, 1991; QUINTÃO, 2011). As Congadas, por exemplo, eram comuns nas festas das Irmandades.

> Uma das principais atividades das irmandades era a promoção da vida lúdica, ou estabelecer o "estado de folia" de seus membros e da comunidade negra em geral. Nas festas de santos padroeiros, elegiam reis, rainhas, imperadores e imperatrizes que fundavam no Novo Mundo encantações de reinos africanos, rituais que transformavam a memória em força cultural viva, embora nunca esquecessem de anunciar que tudo faziam "para maior grandeza e aplauso" dos santos de devoção. No compromisso da irmandade dos santos Elesbão e Efigênia do Rio de Janeiro, o monarca fictício é tratado de "Glorioso Santo Imperador". Também rituais de inversão da ordem, essas eleições eram acompanhadas do bater de atabaques, danças, mascaradas e canções cantadas em línguas africanas. Nessas cerimônias, carregadas de emoção mais do que de devoção cristã, os africanos reviviam simbolicamente suas antigas tradições culturais e consolidavam na prática novas identidades étnicas. [...]. Os negros combatiam pelo direito de celebrar a vida a seu modo. Mas também de celebrar a morte. É conhecida a preocupação dos africanos em promover funerais elaborados para seus mortos (REIS, 1996, pp. 15-16).

A morte para iorubás e bantos era o momento de passagem ao mundo espiritual. Os ritos funerários para uma boa morte eram parte do processo de prestar homenagem aos espíritos que logo se tornariam figuras divinas, sejam orixás, sejam espíritos ancestrais. Sua presença como protetores da linhagem, do território conferia grande importância na relação entre os dois mundos que conviviam. Sem dúvidas o deslocamento produzido pela Diáspora impactou no exercício da religiosidade originária. Mas, simultaneamente, as figuras ancestrais daquele continente de distintas etnias e as que foram identificadas nas Américas passaram a compor entre etnias distintas uma nova cosmologia. As raízes e referências ancestrais não se perderam totalmente, daí a permanência de seu culto como forma de conexão, proteção e reavivamento da memória por meio das religiosidades Afro-americanas[199] (REIS, 1993).

---

[199] As Irmandades protagonizaram em Salvador os protestos em 1836 contra a privatização do enterro dos mortos legislada por uma lei municipal. Dali em diante se tornava proibido o enterro de pessoas nas igrejas, transferindo esse rito a um cemitério pertencente a uma companhia privada. Em parte, devido à nova concepção da medicina higienista impetrada da Europa que atestava os prejuízos à saúde dessa "convivência" entre vivos e mortos num mesmo território. A onda de protestos foi chamada de Cemiterada e as mulheres das Irmandades foram destaque. Até o início do século XIX era comum que os mortos fossem enterrados nas igrejas das Irmandades (REIS, 2000).

O enterro dos mortos era um dos momentos mais respeitados e cultivados nas irmandades, especialmente pelas irmandades negras. Na hora da morte a devoção católica se alinhava de modo contundente com “as práticas de algumas culturas africanas que viam na morte uma oportunidade de homenagear a alma de seus parentes” (STAKONSKI, 2008, p.130).

> Os negros combatiam pelo direito de celebrar a vida a seu modo. Mas também de celebrar a morte. É conhecida a preocupação dos africanos em promover funerais elaborados para seus mortos. Essa atitude adaptou-se bem à tradição luso-barroca de pompa fúnebre. As irmandades acompanhavam e enterravam em suas capelas os seus mortos, e rezavam missas por suas almas, projetando para além da vida a comunidade étnica terrena (REIS, 1996, p. 16).

Estas práticas foram aqui identificadas como espelho de uma proteção social, como sugere Boschi (1986). Uma proteção social horizontal, já que dotada de autonomia era organizada e usufruída entre pares. Este caráter horizontal das irmandades permitia, por exemplo, que assuntos e problemas relativos ao cotidiano pudessem ser discutidos e analisados nas reuniões das irmandades para a construção de possíveis soluções (BOSCHI, 1986). Assim, negros(as) livres e escravizados contribuíam com legados de testamentos, coleta de esmolas antes das festividades, através dos esmoleiros etc. (RASCKE, 2008). Deste modo era possível garantir a assistência jurídica e médica, o socorro financeiro, compra de alforria, a garantia de enterro digno segundo os padrões da Irmandade, sepultamento na sede da Irmandade.

> A irmandade representava um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros – em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua – construíam identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto. A irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente. Idealizadas pelos brancos como um mecanismo de domesticação do espírito africano, através da africanização da religião dos senhores, elas vieram a constituir um instrumento de identidade e solidariedade coletivas (REIS, 1996, p. 4).

Magali da Silva Almeida, em artigo produzido em 2009, se dedicou a ressaltar a necessidade de conceber as Irmandades Negras como legítimas expressões de proteção social gestadas pela própria comunidade negra no Brasil. Elisabete Pinto, em seu livro (PINTO, 2003), produto do primeiro Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), escrito em 1988, sobre Serviço Social e assistência social articulado ao debate étnico-racial afirmou:

> O Estado, durante o período colonial (de 1500 a 1808), manteve-se na administração, econômica e política da colônia. Todavia, só com a chegada da Família Real, em 1808, é que foram abertos escolas e colégios públicos, assim como as escolas religiosas. O negro, na condição de escravo, não recebia assistência nem do Estado, nem da Igreja e nem dos senhores de escravos. A assistência era praticada por eles mesmos, através das irmandades e confrarias negras, que tinham objetivos espirituais e também instituíam 'caixas' de socorros para ajudar os irmãos necessitados e a compra de alforria dos irmãos cativos. Algumas dessas irmandades foram a do Rosário e a de São Benedito dos Homens Pretos, que existiram em todo o país (PINTO, 2003, p. 45).

É preciso manter em vista que as Irmandades eram uma das possibilidades de agremiação e resistência da comunidade africana e afrobrasileira escravizada, livre e liberta. Não era o único ou o melhor. Aliás a palavra melhor não cabe no contexto de escravização. Interessante nessa miríade de possibilidades é que não necessariamente a participação em uma delas excluía a integração em outras. Mulheres que eram lideranças de terreiro no Candomblé podiam ser, ao mesmo tempo, reconhecidas e respeitadas por sua atuação nas Irmandades[200].

O mesmo podia se dar com os homens, ativos na religião de matriz-africana e nas Irmandades. Domingos Sodré, sacerdote africano advindo de Lagos (Nigéria), chegou em Salvador como escravizado no início do século XIX. Trabalhador em engenhos de cana-de-açúcar, tornou-se conhecido por ter adquirido a liberdade por meio de suas práticas rituais que resultavam na cura, "feitiços" contra senhores e adivinhação (comum em Ifá), o que foi definido pelo chefe de polícia como "candomblé". Esse mesmo sujeito era referência entre a comunidade escravizada e um dos membros da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos. Ou seja, um possível babalaô (liderança iorubá) era ao mesmo tempo parte de uma Irmandade Negra (REIS, 2008).

Outra possibilidade abrigada nessa complexa teia de relações foi a inserção de elementos do próprio candomblé dentro das Irmandades. Os templos e altares, para adoração aos Santos negros católicos, podiam estar tomados por referências de divindades africanas, como se deu nas Irmandades católicas no Brasil. Historiadores em Ouro Preto, por exemplo, identificaram na Igreja de Santa Efigênia, pertencente a uma Irmandade Negra, inúmeros elementos na ornamentação da igreja que remetem ao candomblé (GOMES, 2010).

Dentre as possibilidades nesse violento universo da escravidão colonial estava o estabelecimento de redes das Irmandades com os quilombos. Os

---

[200] Ver Nascimento (2010).

quilombos representavam uma ameaça à estabilidade do próprio sistema escravista (NASCIMENTO, 2018). Sobre os quilombos, Beatriz Nascimento diz o seguinte:

> Quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos, habitantes da África Centro Ocidental e leste. Este conceito vem se modificando através dos séculos da História do Brasil. Já em 1740, o Conselho Ultramarino define quilombo como qualquer e toda habitação que possuísse cinco fugitivos. Entretanto, os Quilombos do Brasil, como Palmares, atingiram aproximadamente 20 mil habitantes. O nome original vem de Angola, que em determinado momento da história de resistência angolana, queria dizer acampamento de guerreiro na floresta, administrado por chefes rituais de guerra (2018, p. 347).

Em Cachoeira, no Recôncavo baiano, houve relatos quanto à suspeita de que a Irmandade da Boa Morte[201] enviava para o Quilombo Malaquia[202] as escravizadas que fugiam, até que se levantasse a quantia necessária para comprar a liberdade destas (NASCIMENTO, 2010). Houve também o tempo em que as Irmandades detiveram o poder de solicitar judicialmente a libertação de seus membros desde que comprovada situação de maus tratos de escravizados pelos senhores (REGINALDO, 2016).

Outra Irmandade conhecida em Salvador foi a Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção, organizada e mantida por africanos jeje, no século XVIII. Também em Salvador, os nagôs do reino de Ketu (no Benin), se organizaram através da Irmandade de Nosso Senhor dos Marítimos e depois na Irmandade da Boa Morte. A Irmandade da Boa Morte, que leva esse nome em referência aos rituais na ocasião da passagem dos ancestrais africanos. Segundo Roberts (2004) ali também estavam reunidos os angolas. No Recôncavo Baiano, mais precisamente em Cachoeira e São Felix, os jeje-nagô se organizaram em torno da Irmandade da Boa Morte. No livro *Bitedô: Onde moram os nagôs*, escrito por Luiz Claudio Nascimento (2010) é possível localizar as redes de sociabilidade criadas pelas comunidades africanas na cidade. Ainda hoje a Boa Morte é uma instituição de grande relevância.

Com o tempo, estas identidades africanas da diáspora foram se ampliando e propiciando a abertura também para alianças interétnicas nas irmandades, muitas

---

[201] Magali Almeida de modo assertivo declara: “As mulheres fundadoras desta irmandade são oriundas do Golfo do Benin e relembram seu pertencimento étnico a partir do que se denominou ‘nação’ Ketu no candomblé baiano. A Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte foi fundada por mulheres negras africanas alforriadas, devotas de Nossa Senhora da Boa Morte, e possuidoras de um propósito eminentemente político. Tinha como principal objetivo garantir a alforria e sobrevivência dos negros libertos” (2009, p. 830).

[202] Esse quilombo ficava na região que dá nome ao livro de Nascimento (2010), Bitedô.

delas possíveis inclusive através das mulheres que teriam sido elemento catalizador de aproximações e em alguns momentos de pacificação entre as etnias (ibid., 1996). As mulheres estavam em quase todas as Irmandades, mas nem sempre estavam presentes nos cargos da mesa diretora. Na visão de Antônia Aparecida Quintão (2001, p. 09), essa "presença feminina marcante é um dado importante para a caracterização das irmandades negras e pardas, indicando um contraste com as associações de brancos, cuja predominância parece ter sido sempre masculina".

As redes de solidariedade se consolidavam entre os(as) pertencentes às irmandades e suas famílias, o que não implica necessariamente pensá-las como plenas de harmonia e distante de conflitos, as interações conflituosas, as discussões e divergências também são essenciais para a negociação e reafirmação que na maior parte das vezes provoca a consolidação dos laços, embora em alguns momentos extremos também promovam rupturas. O que se chama atenção aqui é para o cuidado com uma percepção de homogeneidade no interior das irmandades. Esse espaço político se constituiu para oportunizar discussões, veicular queixas, confraternização, ações que emulavam em homens e mulheres a possibilidade de se verem como gente.

As limitações para que as irmandades negras se insurgissem foram várias, o que não as absteve de tecer críticas quanto ao modo de trabalho pautado na escravidão, "nenhuma, todavia, pôde combater a escravidão enquanto sistema. Seu papel foi o de abrir espaços dentro dos limites do sistema" (REIS, 1996, p. 15). A promoção dessa proteção social horizontal teve importância tamanha para o fortalecimento de vínculos entre os que dessa rede faziam parte, sem hierarquização de gênero e com a percepção da dignidade como norte.

No pós-abolição e no Brasil República essas formas de organização sofrem um enfraquecimento em decorrência: 1) das reformas na Igreja, chamadas de catolicismo romanizado ou romanização, centrada na Sede Romana[203]; 2) do ideário de modernização que se assentava no país, como instituto de se destruir toda a incivilização e atraso do passado escravista (STAKONSKI, 2008; SILVA, 2012b).

[203] Com a romanização, as músicas, com os batuques, são excluídos das missas e procissões, as reuniões da irmandades passam a demandar a presença de um representante do clero com um claro intuito, enfraquecer as chamadas práticas devocionais leigas, imprimindo em seu lugar manifestações romanizadas, de caráter sacramental, com a "reformulação dos ritos religiosos populares – a fim de dar ênfase aos sacramentos da Igreja Católica; perseguição às sociedades secretas; reforma de seminários diocesanos", acompanhados da "fundação de estabelecimentos de ensino para a sociedade civil; construção e reforma das catedrais; criação de jornais católicos e a fundação de novas dioceses" (STAKONSKI, 2008, p. 124)

No Brasil algumas irmandades sobrevivem até as primeiras décadas do século XX, com o intuito de auxiliar os mais necessitados, conferindo-lhes alguma dignidade (STAKONSKI, 2008). Além das Irmandades, também tentavam promover através de associações beneficentes, grêmios e organizações congêneres, dentre outras, ações de assistência e beneficência direcionada à população negra (DOMINGUES, 2007).

Essa experiência afrocatólica (REIS; MAMIGONIAN, 2004) nas Américas foi localizada em Irmandades leigas na Argentina, Colombia, Cuba, Peru, Uruguai e Venezuela, além do próprio Brasil.

2.3.2.1 Irmandades no Rio de Janeiro entre bantos, minas e criolos

No Brasil as Irmandades em homenagem aos “santos de cor” se multiplicaram. No Rio de Janeiro entre 1753 e 1852 foram localizadas 24 irmandades negras, ligadas a 12 igrejas (MATTOS, 2008), e é nessa cidade que está localizado um dos compromissos (estatutos) mais antigos do Brasil, o da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário de 1639 (REGINALDO, 2018), cujos devotos eram sobretudo da África Central. Segundo Reis (1996), embora entre os negros da cidade do Rio de Janeiro predominassem os grupos étnicos advindos da África Central e Austral, as irmandades tiveram destaque entre os minas.

Serão aqui rapidamente apresentados aspectos gerais de duas Irmandades no Rio de Janeiro, a Irmandade de Santa Efigênia e São Elesbão, sediada na Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia[204]; e, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, cuja igreja ficou conhecida como Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de São Benedito[205]. Marisa Soares (2000) identificou grande presença dos minas-ewé na composição da primeira. A segunda, conforme Reis (1996), ficou conhecida pelos componentes das “nações” congo-angola. É a partir do Rio porque os pontos em comum com outras instituições de cunho similar ou idêntico eram muitos.

[204] Ainda hoje localizada na Rua da Alfândega, no centro da cidade do Rio de Janeiro.
[205] Ainda hoje localizada na Uruguaiana, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Se fosse aventada a hipótese de que os fundos criados no “canto” fossem restritos aos minas-yorubás, poder-se-ia dizer que entre os minas-ewé (jejes)[206] e entre os bantos as Irmandades constituíram seu espaço de proteção auto-gestada. A realidade é que essa separação rígida sobre o trânsito e relação entre as distintas etnias podia ser mais dinâmica do que isso. Inclusive, um mesmo sujeito poderia fazer parte de mais de uma Irmandade, segundo Reis e Mamigonian (2004), como foi o caso dos nagôs na Bahia. Afinal as condições impostas pela Diáspora Africana forçou a produção de laços muito além do pertencimento étnico e racial em um processo que, como muito bem expõe Almeida (2009), buscou dar unidade à fragmentação imposta pelo padrão colonial.

> As identidades étnicas encontraram um solo fértil no Brasil colonial. A sociedade formada na colônia escravocrata estava estruturada em moldes corporativistas que refletiam diferenças sociais, raciais e nacionais. As irmandades são um exemplo disso. Muitas fizeram às vezes de corporações profissionais típicas do antigo regime. Algumas poucas abrigavam a nata da sociedade, a "nobreza" da Colônia, os senhores de engenho, altos magistrados, grandes negociantes. Mas o principal critério de identidade dessas organizações foi a cor da pele em combinação com a nacionalidade. Assim, havia irmandades de brancos, de mulatos e de pretos. As de brancos podiam ser de portugueses ou de brasileiros. As de pretos se subdividiam nas de crioulos e africanos. Estas podiam se fracionar ainda de acordo com as etnias de origem – ou, como se dizia na época, as "nações" –, havendo as de angolanos, benguelas, jejes, nagôs etc. (REIS, 1996, p. 5).

Mariza Santos (2000) demonstra a sólida organização dos minas falantes de ewé, especificamente os da etnia maki na construção da Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia no Rio desde o XVIII. A Irmandade de Santo Elesbão e Santa Efigênia, situada na freguesia de Nossa Senhora da Candelária, era aberta a todos advindos da Costa da Mina, Cabo Verde, Moçambique da Ilha de São Tomé. Laços que não se explicam dada a cultura ou língua em comum, uma vez que eram distintas. Eram, portanto, um arranjo exclusivo da diáspora. Essa Irmandade também agregava homens e mulheres brancos[207] e pardos. Sendo os brancos

---

[206] “Na geopolítica do tráfico, todos os povos tutelados pelos Fon do antigo Daomé – daomés, marris, ewés – eram assimilados ao termo jeje” (REIS, 1996, p. 18).

[207] Uma presença que podia ser estratégica financeiramente tanto quanto para servir como escrivão e na contabilidade, no caso dos africanos ou afrobrasileiros sem alfabetização. Por outro lado essa presença podia ser meramente uma imposição dos brancos escravistas como senhores. Podiam estar em cargos de honra, servindo mais uma vez de estratégia para proteção da Irmandade. Uma presença tensa, como toda a vida no contexto da escravidão colonial, que podia resultar na tentativa de afastamento destes das Irmandades de africanos e afrobrasileiros (REIS, 1996).

predominantes na ocupação do cargo de tesoureiro e os africanos como juízes[208]. Porém, havia restrições quanto aos angolanos, mestiços, crioulos e cabras, que só foi alterada em atendimento à exigência do arcebispo da Igreja Católica (REIS, 1996).

Um século antes, no Rio de Janeiro, uma organização dos minas mahi (marri) demonstra que esses estavam agregados na Congregação dos Pretos Minas Marri. Uma forma forma associativa que não levava o nome de Irmandade, embora com finalidades de cuidado e proteção mútua muito similares. No Estatuto as palavras "assistência", "caridade", "uns aos outros" e "fiéis cristãos" aparecem entre seus propósitos. Mais uma vez os cuidados com a morte e aos que perderam seus entes eram elementares. A preocupação com as "almas", isto é, com os ancestrais era recorrente (REIS, 1996).

> Julita Scarano e Célia Borges, estudando as irmandades do Rosário de Minas Gerais, identificam uma grande variedade de grupos africanos. Nestes levantamentos aparecem tanto grupos étnicos quanto de procedência. Julita Scarano mostra que nas irmandades mineiras predominam os minas e os nagôs. Menciona ainda os angolas, os benguelas e, em seguida, "todo um desfilar de nações", algumas com apenas dois ou três representantes: dagomé (daomé), tapa, congo-cabinda, moçambique, maqui, sabará, timbu, cobu, xambá, malé. Em tese recente, Célia Borges apresenta um levantamento do livro de entrada de associados da irmandade de N. S. do Rosário, de Mariana. Entre os anos de 1750 e 1760, arrola um total de 283 entradas de irmãos "sudaneses" assim discriminados: 140 minas, sessenta couranas, sete cobus, cinco nagôs, sete sabarus, quatro caboverdes, 21 ladás, 28 fans, um xambá, nove couras e um dagomé, erradamente incluído entre os bantos" (SOARES, 1998, s/p.)

O culto a Nossa Senhora do Rosário começou em Portugal no século XIII, mas só se estabeleceu no século XV. Ganhou adeptos entre segmentos profissionais, incluindo os marítimos. Naquele país, no século XVIII, consolidou-se a associação entre a devoção do Rosário e escravizados e libertos negros, sendo a Irmandade do Rosário a mais comum entre esse segmento, seguida de São Benedito. No Brasil foram várias as que homenagearam esses santos. Em Recife (MAC CORD, 2003), em São João del Rei (DELFINO, 2015), Florianópolis (STAKONSKI, 2008), Ouro Preto (BOSCHI, 1986), em Salvador (REGINALDO, 2011) etc. são exemplos de adoração à Nossa Senhora do Rosário.

No Rio de Janeiro do XVII, surgiram duas irmandades, a de de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito. Ambas congregadas na Igreja de São

---

[208] Como Reis (1991) comenta, era comum nas Irmandades em geral que cargos como os de juiz (ou presidente) fossem ocupados pelos que compunham a "raça" majoritária na Irmandade.

Sebastião no Morro do Castelo e com pretos e pardos como devotos. Pouco tempo depois ouve a unificação das duas. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos construiu no XVIII sua própria capela na atual Uruguaiana, centro do Rio. Foi ativa durante o contexto abolicionista e era conhecida pela compra de liberdade dos membros ali irmanados (SOARES, 2002; FERREIRA, 2016).

Na composição dessa Irmandade, os africanos centrais, da região Congo-Angola , os bantos, estavam em maioria. Em sua direção estavam até 1759 os angolas quando passa a admitir africanos de outras origens étnicas. Neste momento, no entanto, muitas já tinham suas próprias Irmandades, como os citados minas. Nas palavras de Mariza Soares (2002, p. 62):

> Na cidade do Rio de Janeiro existem devoções organizadas por africanos vindos de Angola e do Congo, como a irmandade do Rosário; outras onde predominam o chamado Gentio de Guiné, como a da Lampadosa; e por fim as devoções dos africanos vindos da Costa da Mina, como Santo Antônio da Mouraria (1719), Santo Elesbão e Santa Efigênia (1740) .

Lélia Gonzalez (1971) também afirmou que em geral a Irmandade do Rosário era a mais famosa entre os bantos. A intelectual acrescenta a necessidade de observar as Irmandades para além do crivo do “sincretismo” religioso. Ela como outros autores(as), coloca o papel ativo desses sujeitos negros que beirou a africanização do catolicismo. Não se tratou de uma confluência de sistemas religiosos, mas a criação de algo inteiramente novo regido, como indicou Almeida (2009) por uma afrológica.

> A Irmandade do Rosário, a mais famosa onde os Bantos se concentraram, espalhou-se por toda a terra. Eles foram seguidos por outros de São Benedito, Santa Ifigênia, ambos santos negros, de Nossa Senhora da Misericórdia, de Nossa Senhora da Boa Morte etc. Era nas irmandades urbanas que os negros poderiam estar juntos e manifestar sua religião. Nos festivais promovidos por cada associação, praticamente todo o escopo da religião africana era mais ou menos lembrado, dependendo da região. “Congadas", “Cucumbis", animadas "Congos", "Taieras". Festivais de epifania, "Ticumbis" etc. foram exibidos em diferentes meses do ano, seguindo a sequência do calendário católico. Enquanto isso, e em um nível diferente, os mesmos participantes desses festivais estavam formando a estrutura de sua religião africana. É de forma alguma baseada em qualquer modelo europeu, ou mesmo em um único modelo africano. Os negros "aproveitam as aparências externas da religião católica para que seu próprio culto possa sobreviver", declara Nunes Pereira, referindo-se às "minas-jejes", daomeanos (Benin), do Maranhão Vodu, práticas realizadas pelas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. É por esse motivo que não podemos aceitar a ideia muito comum de que o

> sincretismo caracteriza o sistema de crenças Amefricanas no Brasil[209] (GONZALEZ, 1989, p. 213).

Na Bahia, também os mais antigos devotos de Nossa Senhora do Rosário foram os angolas. Na província baiana criaram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e construíram igrejas em sua homenagem. Ficou conhecida como Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Nela, além de angolas, poderia haver a presença afrobrasileiros. Angolas não se organizavam exclusivamente nessa Irmandade, mas nela foram protagonistas[210]. As Irmandades do Rosário foram as que mais se disseminaram no país e que mais agregaram membros (REIS, 1996).

É curiosa a presença nas Irmandades de africanos que, em seu continente de origem, eram adeptos ao Islã. De novo é preciso conceber que uma prática não excluía a outra necessariamente, embora esse fosse o projeto da cristandade católica. Na Bahia do século XIX, a Irmandade de Nossa Senhora da Soledade do Amparo dos Desvalidos, depois chamada apenas de Irmandade Protetora dos Desvalidos, teve entre seus membros uma considerável participação de africanos islamizados, os haussás e os nagôs, grupos que ficaram conhecidos como malês[211] (REIS, 1996). Porém, a identificação de sua participação em candomblés e outros espaços religiosos tem sido um desafio, embora se acredite que tenham ocupado esse espaço em algum momento.

Havia também Irmandades compostas por arranjos interétnicos, entre nacionalidades distintas e mesmo entre indivíduos de cores diferentes. Todavia, podia existir, como mencionado, restrições sobre quanto à ocupação dos cargos na

---

[209] Texto original em inglês: "*The Brotherhood of the Rosary, the more famous where the Bantus concentrated, spread throughout the land. They were followed by other of St. Benedict, St. Iphigenia, both Black saints, of Our Lady of Mercies, of Our Lady of the Good Death etc. It as in the urban brotherhoods that Black people could be together and manifest their religion. In the festivals promoted by such associations, virtually the entire scope of African religion was more or less remembered, depending on the region. "Congadas", "Cucumbis", lively "Congos", "Taieras". Epiphany festivals, "Ticumbis" etc. were exhibited in different months of the year, following the sequence of the Catholic calendar. Meanwhile, and on a different level, the very same participants in these festivals were forming the structure of their African religion. It as in no way based on any European model, or even on a single African model. The Blacks "took advantage of the outward appearances of the Catholic religion in order that their own cult could survive" declares Nunes Pereira in referring to the "minas-jejes", Dahomeans (Benin), of Maranhão Voodoo, practices engaged in by the Brotherhoods of Our Lady of the Rosary and St. Benedict. It is for this reason that we cannot accept the too common idea that syncretism characterizes the system of Amefrican beliefs in Brazil*" (GONZALEZ, 1989, p. 213).

[210] Segundo Reis (1996), angolas foram as primeiras vítimas do tráfico transatlântico enviados para a Bahia. No Rio de Janeiro, foram a maior nação em termos quantitativos.

[211] Entre os malês havia os tapas, haussás e outras etnias africanas.

mesa diretora, por exemplo. Foi o caso da Irmandade de Santo Antônio de Categeró (1699), na Bahia, que permitia, segundo seu compromisso, que pessoas "de qualquer condição" na composição da Irmandade, mas somente homens e mulheres angolas e afrobrasileiros podiam liderar a instituição (REIS, 1996).

Mecanismos como o aumento da taxa para membros de outro espectro étnico e de cor também podiam dificultar sua inserção em determinada Irmandade, como método para impedir sua participação. Restrições que podiam ser afrouxadas na aceitação de mulheres, mesmo que de outro pertencimento étnico ou nacional. Para Reis (1996) um tipo de estratégia para o estabelecimento de outras relações de caráter afetivo. Por isso o autor indica que "as irmandades servem como um bom termômetro das tensões no interior da comunidade negra no tempo da escravidão e do tráfico atlântico de escravos" (ibid., p. 8). Tensões e alianças desse tipo foram registrados na Bahia e também no Rio de Janeiro (REIS, 1996).

2.3.4 Os Zungus no porto do Rio: as tias, os sambas e as religiosidades

Esse tópico se propõe a ser breve. Uma vasta bibliografia no campo da História sobre o assunto, considerando o porto do Rio de Janeiro, foi produzida nas últimas décadas. Vamos recorrer a algumas, em especial, Velloso (1990), Moura (1995), Soares (1998) e Arantes (2010). Situar brevemente algumas considerações sobre o assunto intui reafirmar a riqueza de possibilidades que envolveu as formas de sociabilidade e proteção social (re)criadas pela população negra em Diáspora.

A mesma região na cidade do Rio de Janeiro, conhecida pelo nefasto fluxo e comércio de gente para fins escravistas, tornou-se referência também pela intensa produção cultural e religiosa. A região portuária do Rio de Janeiro, que impressionava viajantes pela enorme quantidade de pessoas negras especialmente nas freguesias de Santana, Santa Rita, Espírito Santo e na região da Cidade Nova. Heitor dos Prazeres (ROCHA, 1995), famoso sambista, tornou famosa a expressão para qualificar a região como a "Pequena África". A presença dos nagôs (minas), fruto da "Diáspora baiana" nesse território foi destacada[212] e teve expressões

[212] "O sambista Donga, também morador e freqüentador da região e famoso por ter em seu nome o primeiro samba registrado, o "Pelo Telefone", fala daquela parte da cidade em seu depoimento ao Museu da Imagem e do Som: '[…] Lá era o Quartel-General devidamente assessorado pelo grande Hilário Jovino. *Lá pelos lados do Depósito da Saúde é onde estavam os baianos. Também na Rua do Costa. Mais para o centro tinha a Rua da Alfândega, a rua do Hospício, atual Buenos*

diversas. Sem dúvida, porém, a população negra advinda da Bahia, não foi a única a produzir toda essa riqueza. Como mencionado antes, as fronteiras entre minas e bantos podiam ser menos rígidas do que se imagina.

Para Carlos Eugênio L. Soares os(as) minas foram muito relevantes para consolidar a relação entre os zungus e as raízes africanas. Provavelmente os mais importantes. Mas o que era um zungu? Os zungus ou casas de angu[213] foram conhecidos por serem locais de encontro de livres e escravizados africanos ou nascidos no Brasil[214]. Eram espaços de relativa liberdade, para realização do profano (festas, prostituição) e do sagrado (rituais e práticas religiosas de matriz africana). Situados no espaço urbano, eram, ao mesmo tempo, elos importantes com a realidade rural, com as senzalas e quilombos. Nos zungus muitas fugas foram organizadas. Joaquim Mina, livre, vivia em um zungu, onde pôde pensar e executar a fuga de Catarina Cassange, escravizada, ainda grávida, para um quilombo.

> […] Estas casas eram normalmente conhecidas como pontos de encontro para cativos, africanos e crioulos, onde eles encontravam músicas, comida, prostituição, além da companhia de seus iguais, buscando fugir da interferência senhorial ou policial. Mas além destas finalidades aparentemente "inocentes", o zungu era também temido pelas autoridades como foco de rebeliões, levantes ou mesmo para acobertamento de fugas de escravos, as famosas seduções, como aconteceu com Catarina Cassange (SOARES, 1998, p. 16).

Os zungus podiam ser também moradias coletivas. Chegou a ser descrito em 1889 como um "cortiço de negros" (SOARES, 1998). Zungu também podia significar "confusão" ou "gritaria", expressando, possivelmente uma visão das elites sobre o

---

Aires […]'. Ali, era tudo negro mina, era tudo africano, tudo baiano" (ARANTES, 2010 p. 178, grifos nossos). Rocha diz: "O fato é que vieram [os baianos] e se localizaram em sua maioria na freguesia de Santana, no largo do Rio Pequeno, hoje chamado Praça Onze. […]. Os baianos que chegam ao Rio de Janeiro, nas ultimas décadas do século passado [do XIX], aí vão fixar residência empregando-se, por exemplo, na *estiva*, que não ficava muito distante da saudosa praça" (ROCHA, 1995, p. 79, grifos nossos). A mudança para a Praça Onze, segundo Moura se deveu às reformas de Pereira Passos no bairro da Saúde: "A Saúde, onde se concentrava grande parte da colônia baiana, integrados os homens como estivadores no porto, seria também afetada pelas reformas, fazendo com que muitos, juntamente com seus novos parceiros arrebanhados pela situação comum, fossem procurar moradia pelas ruas da Cidade Nova, além do Campo de Santana, ou para os subúrbios e, logo depois, nos morros em torno do Centro" (MOURA,1995, p. 55).

[213] "Nos dicionários africanos o termo 'angu' tem poucas traduções, ao contrário do termo 'zungu', este vastamente compilado. O dicionário de Assis Junior sobre a língua dos quimbundos [língua bantu, falada em Angola] nada registra de angu, mas uma palavra aparamentada com zungu tem significações interessantes: Não (abreviatura de Inzo), edifício, morada, casa. Se adicionarmos o termo 'Nzo' com o tempo 'angu' temos 'Nzu a Angu': casa de angu. Possivelmente esta é a lima etimológica que liga as casas de angu com o zungú. Mas outras palavras semelhantes na linha do 'Zungu' também apareceram na obra de Assis Junior" (SOARES, 1998, p. 42).

[214] Autores como Luiz Carlos Soares distinguiram angus (local para fuga de escravizados) de zungus (centro para culto religioso). Carlos Eugênio Líbano Soares (1998) nega essa dicotomia.

local. Pela presença majoritariamente negra, eram considerados locais perigosos e foram brutalmente perseguidos pelas autoridades. Eram vistos como local para refúgio de escravizados e espaços para práticas de “feitiçaria”. Como espaço de sociabilidade negra contribuíram para a (re)criação de religiosidades de matriz africana (ARANTES, 2010).

> Inicialmente sediados na ladeira da Pedra do Sal, nas casas alugadas por baianos e africanos para abrigar as levas de recém-chegados, tornam-se tradicionais na zona portuária os zungus, casas coletivas ocupadas por negros escravos e forros, que se diferenciavam dos cortiços, onde cada indivíduo ou família se apertava em seu cubículo, apenas partilhando os banheiros e às vezes a cozinha coletiva. Nos zungus, geralmente iniciados por nações, famílias, ou por grupos de companheiros de trabalho, as tradições coletivistas negras vindas da situação tribal organizavam uma vida onde o aspecto comunitário e a partilha dos esforços era central. Aos poucos, se tornam centros de encontro de negros de diversas origens aproximados pela cidade, chamando logo a atenção constante dos ‘morcegos’, como eram por eles chamados os guardas urbanos (IPHAN, s/d, p. 17).

Os zungus, aparentemente, não foram exclusivos da realidade carioca. Oliveira (2013), como vimos apontou a presença de africanos e afrodescendentes escravizados no trabalho marítimo e portuário da cidade de Rio Grande (RS). Em uma importante passagem o autor elucida a paisagem das margens da Lagoa dos Patos, local de embarque e desembarque de mercadorias e pessoas. Lugar de sociabilidade que manifestou diversidade étnica, racial e de gênero. O registro da presença de pessoas negras e de suas várias cosmovisões foi evidenciado. O autor ressalta as conexões do cenário urbano rio grandense com o do Rio de Janeiro descrito por autores como Debret, especificamente ao se referir aos zungus. Embora o autor não mencione, os Yorubás estiveram no Rio Grande do Sul também. Uma de suas manifestações mais conhecidas é o Batuque. Quem sabe ali estiveram os zungús também. Pela presença majoritariamente negra, eram considerados locais perigosos e foram brutalmente perseguidos pelas autoridades. Eram vistos como local para refúgio de escravizados e espaços para práticas de “feitiçaria”. Como espaço de sociabilidade negra contribuíram para a (re)criação de religiosidades de matriz africana (ARANTES, 2010).

Entre o fim do XIX e o início do XX a repressão continuou. Não só nos zungus, mas tudo que envolvia a população negra. Ela atingia festividades, bares, manifestações religiosas, moradias e ruas. Isso se intensificou com a repressão à “vadiagem”, que podia ter larga interpretação – desde a capoeiragem até caminhar

nas ruas em determinado horário. O pertencimento étnico e racial das pessoas que habitavam ou transitavam o espaço do porto, em si, era sinônimo do perigo: “e diante da ‘fúria regeneradora’ que tinha os negros como vítimas preferenciais, estavam os trabalhadores do porto que, por algumas características inerentes ao tipo de serviço que realizavam, foram atingidos em cheio” (ARANTES, 2010, p. 154). Muitos foram os portuários também foram presos por “vadiagem” na Primeira República.

A gestão de Pereira Passos (1902-06) no Rio ficou conhecida pelas reformas na arquitetura urbana da cidade, responsável por demolir inúmeros cortiços, uma medida, alegava-se, saneadora e regeneradora[215] (ARANTES, 2010). Cortiços famosos como o Cabeça de Porco foram demolidos com respaldo policial. A região, que contemplava o Morro da Favela (Morro da Providência) – primeira favela do país – era vista como espaço privilegiado do perigo: à saúde, aos “bons costumes”, à religiosidade, à moral, aos padrões sexuais “tradicionais” etc.

A região da “Pequena África", esse território de trabalho árduo e pesado, foi local de produção de laços diversificados como vimos. Muitos deles sustentados em práticas religiosas de matriz africana. Além do parentesco de “nação”, o parentesco ritual foi fundamental para produção de laços de solidariedade entre a população negra[216] da região. As mulheres como guardiãs do sagrado e de saberes ancestrais estiveram presentes com destaque na figura das Mães de Santo e das Filhas de Santo. Mas os Pais de Santo também foram muitos. O terreiro foi espaço de sociabilidade e cuidado coletivo e embora tenha se convencionado chamar muitas delas de candomblé, essas práticas podem ter sido muito mais complexas no Rio de Janeiro do que se imagina.

> Entre os negros baianos, a questão da sociabilidade passa necessariamente pelo candomblé. Nesse sentido, é que ele vai funcionar como um dos seus canais redefinidos de conceitos e valores. No Rio, segundo depoimentos coletados por Monique Augras e João Batista dos

[215] “A última década do século se inicia com as graves epidemias de febre amarela de 1889 e 1891, o serviço de Saneamento sendo trazido para o âmbito da municipalidade, as polêmicas atravessando a Câmara e a Prefeitura, numa fase que prenunciava a grande transformação urbana que viria no período de Pereira Passos. O decreto de 1° de junho de 1900 define, com mais precisão, o rumo das reformas: ‘A divisão de casas de vastas dimensões por cubículos de madeira, de modo a se estabelecerem sob o mesmo teto famílias diversas, é terminantemente proibida, por contrária à higiene das habitações. Parágrafo único: Essas casas devem ser consideradas prejudiciais à saúde pública, incidindo, portanto, nos preceitos sanitários e sujeitas à lei que regula a Repartição de Higiene’” (MOURA, 1995, p. 53).

[216] Magali da Silva Almeida (1998) apresentou a relação entre o candomblé e o cuidado coletivo gestados nos terreiros a partir da experiência de Nova Iguaçu no Rio de Janeiro.

> Santos (1985, pp. 42-62) as primeiras casas de santo foram fundadas pelos baianos, no bairro da Saúde, ainda no final do século passado [fim do século XIX]. Datam dessa época as primeiras viagens de mãe Aninha, famosa mãe de santo baiana, ao Rio de Janeiro. Filha de uma das casas mais tradicionais, a Ilê Axé Missô, ela iria fundar o Axé Opô Afonjá […] (VELLOSO, 1990, p. 225).

Figuras como Mãe Aninha, Bamboxê, Cipriano Abedé, João Alabá (Pai de Santo de Tia Ciata)[217] eram importantes lideranças religiosas (VELLOSO, 1990; ARANTES, 2010). Muitos deles com tradições iorubás. Isso não implicou porém uma distinção absoluta entre o culto dos bantos e dos nagôs. Ao contrário, ampliou as dimensões das religiões de matriz africana no Rio (IPHAN, s/d). Os trabalhadores do porto tiveram suas vivências marcadas pelo candomblé (ARANTES, 2010; 2015) e por outras manifestações religiosas de matriz africana.

Os portuários foram partícipes ativos na vida política, cultural e religiosa da zona portuária – também por isso perseguidos. Arantes (2010) conta, por exemplo, a trajetória de um trabalhador do porto, Antônio Mina, oriundo, segundo seus depoimentos de Lagos, da atual Nigéria, África. Ele foi preso por vadiagem aproximadamente nove vezes entre os anos 1905 e 1915. A vadiagem, tipificada como crise pelo Código Penal de 1890, podia custar além da cadeia, o envio para casas de trabalho como as Colônias Agrícolas. Mas Arantes (ibid.) argumenta que os que foram chamados de “vadios” e presos, sob tal alegação, eram trabalhadores ou pessoas em empregos precários.

O estivador negro João da Baiana, como era chamado João Machado Guedes, sambista de referência na região do porto, onde morava, foi diretor de Harmonia do “Karanga do Japão” um dos ranchos mais famosos da cidade (ARANTES, 2010; 2015). João da Baiana ganhou esse apelido por conta de sua mãe nascida na Bahia, assim como seus pais e irmãos. Uma realidade, como visto, muito comum no Rio de Janeiro.

> O estivador, Ogã e sambista, João da Baiana, também tinha suas amizades na política, bem pautadas em um jogo de interesses mútuos. Ele mesmo sugere ter atuado como cabo eleitoral de muitos deles no cais do porto.

[217] “Suas filhas-de-santo marcaram época como as rainhas negras do Rio Antigo: tia Amélia, Amélia Silvana de Araújo, mãe do violonista e compositor Donga; Perciliana Maria Constança, ou melhor, tia Perciliana do Santo Amaro; tia Mônica e sua prodigiosa filha, Carmem Teixeira da Conceição, a Carmem do Xibuca, a filha de Alabá que vive, sábia e soberana, até a década de 1980 com seus mais de 110 anos; a tia Bebiana dos ranchos; tia Gracinha, que foi mulher do grande Assumano Mina do Brasil, sacerdote islâmico; tia Sadata do rancho Rei de Ouro; e a grande tia Ciata (1854-1924), Hilária Batista de Almeida, mãe-pequena do candomblé de João Alabá, lideranças fundamentais para uma verdadeira revolução que se travaria no meio negro naquela zona depois da libertação” (IPHAN, s/d, p. 16).

> Entre eles: Irineu Machado, o mesmo que teria pago Cypriano Abedé para fazer um trabalho que lhe garantisse o Senado. Mas também de Mendes Tavares, o candidato do presidente Arthur Bernardes para o senado. O sambista conta que estes e outros ilustres, como o Coronel Costa e Marechal Hermes "viviam nas casas das baianas". Segundo o próprio sambista, em um de seus depoimentos, para ele e seus companheiros "era bom andar com o governo. Davam automóvel pra gente e salvo conduto para polícia". Além de ascensão social, manter relações com "gente boa" poderia garantir-lhe salvo conduto para que homens como João da Baiana pudessem continuar suas macumbas, tocar seus sambas até então proibidos e exibir seus pandeiros, instrumento visto com maus olhos pela polícia como "coisa de malandro e vagabundo". Tanto que já é famosa a história do Pandeiro de João da Baiana, que, segundo ele mesmo gostava de contar nas suas entrevistas, foi furado pelo policial que o prendeu por vadiagem em 1908, quando este se dirigia à Festa da Penha. Na ocasião, outro influente político, o Senador Pinheiro Machado, mandou fazer-lhe um novo pandeiro e nele escreveu uma dedicatória assinada para que nunca mais a polícia o tirasse (ARANTES, 2010, pp. 171-2).

Ranchos carnavalescos eram grupos de foliões que durante o Carnaval desfilavam às ruas dançando e cantando ao som de instrumentos musicais. De inspiração europeia, se popularizou entre a população negra no fim do século XIX e no início do XX[218]. Ao que tudo indica o pernambucano Hilário Jovino Ferreira, aprendiz em estaleiro na Bahia, mudou-se para o Rio na década de 1890 e foi um dos entusiastas dos ranchos. Hilário era um homem negro. Como outros trabalhadores-artistas da região frequentava a casa de Tia Ciata (ARANTES, 2010; IPHAN, s/d).

O primeiro rancho teria surgido na Pedra do Sal, ali ficava a casa de Tia Sadata, que ficou conhecida por receber pessoas negras vindas da Bahia para o Rio. A bandeira branca de Oxalá nas embarcações era o sinal de que haviam chegado (MOURA, 1995; VELLOSO, 1990). Segundo Arantes (2010), tudo leva a crer que os ranchos cariocas foram organizados, sobretudo, pela população negra baiana que habitava os bairros da Saúde, a Gamboa e a Cidade Nova. As primeiras Escolas de Samba, aproximadas ao que conhecemos hoje, iniciaram, para Fernandes (2001), nos anos 1920. se inspiraram nesses ranchos que já contavam com mestre-sala, porta-estandarte etc.

O Carnaval de rua realizado pela população mais pobre (e negra) foi duramente reprimido, visto como atividade "primitiva", e foi chamado pejorativamente

---

[218] O Rancho Recreio das Flores ou Recreio da Saúde foi fundada pela Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café, ao que parece foi presidido por um espanhol. O neto de Tia Ciata fez parte desse Rancho, que foi proibido pela polícia em 1915 (ARANTES, 2010).

de “cordões” pelas elites[219] (ARANTES, 2010; 2015). Em uma entrevista consentida ao *Jornal do Brasil*, em 1913, Hilário faz uma importante observação sobre o papel dos ranchos na proteção social entre, sobretudo, portuários advindos de outras regiões do Brasil:

> Das variantes entre tradições européias – ternos, pastoris – e africanas – congos, congadas, ticumbis, cucumbis e afochés –, quem se destaca são os ranchos. *Hilário Jovino, numa entrevista a um jornal, conta que em 1872, quando chega à cidade, já encontrara os ranchos. Uma comunidade de auxílio mútuo integrada por migrantes, sobrevivendo através do trabalho pesado na estiva e do comércio ambulante, estruturada em torno dos terreiros e de associações festivas,* que se tornaria por momentos uma aristocracia popular fechada com seus preceitos e movimentos próprios para depois se abrir à cidade moderna como uma resistente referência (IPHAN, s/d, p. 17, grifos nossos).

A figura das “tias” também marcou a região portuária do Rio. As tias, quase sempre baianas foram lembradas por Mônica Velloso (1990). Segundo a autora, ali eram elas quem tomavam “conta do pedaço”[220]. A cada esquina era possível localizar uma senhora baiana vendendo suas quitandas e quitutes. A venda de angu e outros quitutes já era comum desde, no mínimo, o século XIX. Eram conhecidas pelos dotes culinários que vendiam nos tabuleiros[221]. Por outro lado essa atividade podia lhes possibilitar algum tipo de autonomia financeira e seus rendimentos, quando casadas, podiam até superar ao dos companheiros. Isso inclusive se tornou tema de uma música composta em 1915 por João da Baiana. O título da letra era “Quem paga a casa pro homem é mulher" (ROCHA, 1995).

---

[219] “Nos vinte anos que se estenderam de 1890 a 1910, identifica-se o aparecimento de quatro novas formas de manifestações caranavalescas: os cordões, ranchos e blocos na década de 1890, e o corso em 1907. Enquanto os cordões, ranchos e blocos descendem de festas religiosas do mundo colonial escravista, com forte presença de negros e africanos, o corso era, como os automóveis, uma novidade absoluta e deleite da elite moderna da cidade, dando continuidade e reforçando os propósitos das grandes sociedades em busca de um Carnaval civilizado” (FERNANDES, s/p, 2003).

[220] Essa visão foi porém criticada por Cruz (2000). Segundo a autora houve um super dimensionamento nessa constatação.

[221] João Reis e Beatriz Mamigonian, dizem que no Rio:“ A venda de alimentos foi notoriamente controlada por mulheres africanas, e evidências dispersas sugerem que as Minas eram realmente numerosas entre as que possuíam quitandas ou barracas de mercado. Trazer produtos para serem vendidos na cidade e vender alimentos preparados nas ruas ganhava a vida e ganhava a manumissão de muitas mulheres escravas. Semelhante ao que ocorreu na Bahia, possuir uma barraca de produtos ou uma barraca de comida ou casa de angu colocou essas mulheres ao encontro de comunidades rurais e urbanas de escravos e, no centro da vibrante vida cotidiana urbana africana e crioula” (2004, p. 102, tradução nossa). Texto original: *“The selling of foodstuffs was notoriously controlled by African women, and scattered evidence suggests the Minas were numerous among those who actually owned quitandas or market stalls. Bringing produce to be sold in the city and selling prepared food in the streets made a living and earned the manumission of many slave women. Similar to what occurred in Bahia, owning a produce stall or owning a food stall or casa de angu placed these women at the confluence of the rural and urban slave communities, and at the center of the vibrant African and Creole urban daily life”* (ibid.).

A princípio parece um pouco complicado identificar as mulheres negras naquela região como as que se restringiam a garantir a reprodução dos trabalhadores negros. Mas não se tratava de ocupar exclusivamente um lugar em detrimento de outros. A presença das mulheres, por exemplo, na produção dos sambas foi explorada por Rodrigo Gomes (2013). Para o autor, se as Tias cozinhavam, elas também dançavam, batucavam, cantavam e compunham. Mulheres negras podiam estar na rua vendendo outros produtos; trabalhando nas atividades stricto sensu do porto, e mesmo em prostituição. Eram importantes líderes locais.

Outrossim, a cozinha tinha estreitas relações com o sagrado. Aliás, todos os tipos de congregações misturavam-se com o sagrado: o samba, festividades, cozinha e terreiros. Quando citamos assim em separado, dá a impressão de que esses momentos não se misturavam, o que é um equívoco. Não existia uma rígida separação. Arantes (2010) qualificou espaços como a casa de Tia Ciata, como um ambiente “festeiro e religioso”. Como disse Velloso (1990, p. 225): “princípio dinâmico, o axé só funciona à base de união e confraternização”.

> \O espaço da cozinha é de alto significado para a vida dos deuses, sua manutenção e a renovação do axé – elemento vitalizador das propriedades e domínios da natureza, quando o sagrado se aproxima do homem pela boca. Por isso, ele fica nas mãos das conhecidas “tias baianas”, as senhoras da tradição. A cozinha é o lugar onde as “tias” transformam morte em vida, usando os temperos, a água, o azeite e o fogo. Para as baianas quituteiras que ainda se relacionam com a tradição afrobrasileira, a cozinha é um espaço de criação, de manutenção da saúde da comunidade e de celebração de seus orixás, que representam a energia da vida. O preparo dos pratos podem ser acompanhados de cantigas, palmas, toques e samba (IPHAN, s/d, p. 70).

Tia Ciata, foi aquela que entre as “tias" se tornou a mais conhecida. Nascida na Bahia, sua casa no Rio servia de abrigo, local de festas, culto ao sagrado e outras partilhas que contavam com a presença, inclusive, de estivadores.

> A arquitetura de sua casa era propícia à organização de festas: na sala da frente, que dava para a rua, tocava-se choro, flauta, violão e cavaquinho. No quintal, um pouco afastado, samba; no fundo do terreiro, jogava-se capoeira e praticava-se o candomblé. Quem passasse à rua Visconde de Itaúna, em frente ao n. 117, jamais perceberia tal festança (ROCHA, 1995, p. 93).

Foi provavelmente na casa de Hilária Batista de Almeida, nome de Tia Ciata, que surgiu o primeiro samba que viria a ser gravado, o “Pelo Telefone”. A repressão que assolava os encontros na casa de Tia Ciata só tivera fim quando, ela, filha de santo curou uma ferida do Presidente da República, Venceslau Brás. Como resposta

ao favor, foi concedido um emprego na Chefia de Polícia para o esposo de Ciata (ROCHA, 1995; ARANTES, 2010).

> Mas a mais famosa de todos as baianas, a mais influente, foi Hilária Batista de Almeida, Tia Ciata, relembrada em todos os relatos do surgimento do samba carioca e dos ranchos, onde seu nome aparece gravado Siata, Ciata ou Assiata. Nascida em Salvador em 1854 no dia de Santo Hilário, no mesmo dia que Hilário Jovino, razão pela qual se tratavam nas rodas de "xará" quando nas boas, é feita no santo ainda adolescente. […]. Em 1876, com 22 anos, chega ao Rio de Janeiro, indo morar inicialmente na rua General Câmara (MOURA,1995, p. 96)

Os estivadores e as Tias com suas barracas também eram presença marcada na Festa da Penha (VELLOSO, 1998; ARANTES, 2010; 2015). A festa católica tornou-se, depois do Carnaval a principal festividade popular do Rio de Janeiro da época. Era lá que os sambas que embalariam o Carnaval eram primeiro submetidos ao público como um tipo de termômetro. Além de João da Baiana, cujo pandeiro foi inúmeras vezes apreendido pela polícia na festa, Elói Antero Dias – o Mano Elói –, tornou-se personagem conhecido no meio do samba. Mano Elói era, desde 1910 aproximadamente, um dos associados à Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café (ARANTES, 2010; 2015). Mano Elói também foi jongueiro[222] e Ogã, frequentador assíduo de terreiros e sambas! Nascido em Resende, depois de um tempo na cidade do Rio, morou no Morro da Serrinha (Madureira), onde ajudou a organizar as famosas rodas de jongo[223].

Aniceto de Menezes e Silva Junior (Aniceto do Império), também estivador, foi um dos que fundou com o apoio de Mano Elói e Silas de Oliveira (sambista e compositor) a Escola de Samba Império Serrano. A Escola nasceu no Morro da Serrinha em 1947. Além de Aniceto do Império, entre os sócios fundadores estavam os portuários sindicalizados da Resistência Mano Elói e Sebastião de Oliveira (Sebastião Molequinho). João de Oliveira (João Gradim), genro de Mano Elói e irmão de Molequinho, foi o primeiro presidente da Império (IPHAN, s/d; ARANTES, 2015). No Carnaval de 2001, a Império fez uma homenagem ao Sindicato da Resistência[224].

---

[222] Aquele que pratica o jongo.

[223] "A tradição dos povos bantos deu, no Brasil, origem a toda uma família de danças aparentadas, que vai do carimbó paraense e do tambor-de-crioula do Maranhão" passando pelo coco do litoral nordestino e pelos sambas do Recôncavo e do médio São Francisco, na Bahia "até o jongo ou caxambu no Sudeste brasileiro, notadamente no Vale do Paraíba. Onde houve negro banto, lá estão as danças de roda, com ou sem umbigada" (IPHAN, s/d, p. 14).

[224] Para Arantes (2010) muito antes disso existiam semelhanças significativas entre os estatutos das associações recreativas carnavalescas e os que regulavam os Sindicatos.

> Os primeiros dirigentes da escola eram trabalhadores do cais do porto do Rio de Janeiro e traziam a experiência da militância sindical. A capacidade de organização fez a diferença na gestão da escola. Como na época ainda não havia segundo nem terceiro grupo, o Império Serrano começou concorrendo com as melhores e ganhando. Foi a primeira escola a trazer todos os seus componentes fantasiados e também a ter o casal de mestre-sala e porta-bandeira no meio da escola, e não à frente, como era de costume. Inovações que se tornaram regra de todas as outras escolas até hoje. […]. Seu reduto é o morro da Serrinha, no limite entre os bairros de Madureira e Vaz Lobo. Ali, além do samba, se cultua o jongo e se preserva de maneira exemplar a tradição cultural de matriz afrobrasileira do Rio de Janeiro. Por suas características de preservação e culto à tradição, o Império Serrano é conhecido como o Quilombo do Samba (IPHAN, s/d, p. 95)

É incrível como esses sujeitos apresentam para nós a quebra de estereótipos quanto ao sujeito e à classe que trabalha[225]. Eram organizados desde antes da Abolição, se mantiveram juntos no período pós-Abolição, se fizeram sindicalizados e, ao mesmo tempo, eram ogãs, eram pais de santo, eram capoeiristas, sambistas, jongueiros, eram compositores, cantores, contadores de estórias etc. Sujeitos ativos, sagazes, distantes da passividade e atavismo que se costumou enquadrar pessoas negras. A sociabilidade negra também nos ensina que concepções de família podiam variar. Os laços não eram estritamente consanguíneos . A família de Santo, a família de “nação”, as moradias coletivas etc. eram expressões do quão elásticas podiam ser as relações de parentesco. Isso tudo fez parte da (re)criação de identidades coletivas em Diáspora.

As intervenções no ordenamento urbano (de fundo higienista) colocadas em curso pelo prefeito Pereira Passos não foram suficientes para destruir a sociabilidade negra no porto carioca. Com as obras, muitos daquela região se mudaram para a região da Cidade Nova, segundo Velloso (1990). Os zungus, o samba, a estiva, os terreiros de candomblé, o território: formas de proteção social horizontal re(criadas) pela população negra no Rio de Janeiro expressam as múltiplas possibilidades encontradas, não apenas para sobrevivência física, mas para a existência do ponto de vista espiritual. A construção de laços afrodiaspóricos baseada no cuidado coletivo, no apoio mútuo.

2.3.5 *Cabildos* em Cuba, *Black Brotherhoods* nos Estados Unidos

É interessante como formas muito próximas às Irmandades foram construídas entre africanos e seus descendentes nas Américas e Caribe. Algumas delas não

[225] Estereótipos ainda constituídos por percepções eurocentradas sobre “a classe trabalhadora”.

necessariamente vinculadas à origem católica, mas com algum entrelaçamento à instituições religiosas. O *Cabildo* cubano e as *Black Brotherhoods* nos Estados Unidos são alguns exemplos de construção coletiva de espaços de proteção e apoio mútuo, amparo e resistência econômica e política.

Em Cuba africanos escravizados livres e libertos criaram desde o século XVI, além das Irmandades, outra forma de organização: o *Cabildo de Nación* (*Cabildos* de Nação). O apoio mútuo entre os associados era o objetivo central e também podiam se voltar à adoração de um(a) santo(a) da doutrina católica, uma delas Nossa Senhora do Rosário. Embora com predominância entre iorubás, não era a eles(as) exclusiva. Sua origem remonta as Confrarias de Negros no sul da Espanha e sua condição em Cuba foi sem dúvidas influenciada pelas referências religiosas das distintas comunidades africanas. A etnia podia ser um dos critérios para a afiliação e, embora não fosse algo rígido[226], Reid (2004) afirma que elas foram importantes para a preservação entre os iorubás de suas distinções étnicas, por exemplo. O *Cabildo Lucumí Ello*, o *Cabildo* Lucumí Aguzá ilustram esse fato[227].

> Os senhores coloniais instituíram uma política de dominação por divisão, misturando os vários grupos africanos a fim de impedir a formação de solidariedade baseada na língua, local de origem e parentesco. No entanto, o grande número de escravos e o fato de serem provenientes de relativamente poucas regiões da África e se concentrarem nos portos de entrada e nas grandes plantações minaram essa política. A limitação do branco do contato com pessoas dos mesmos grupos linguísticos e étnicos permitiu que os africanos da diáspora reconstruíssem suas identidades. Por exemplo, em muitas vilas e cidades de Cuba, escravos e negros libertados formaram associações de ajuda mútua voluntária chamadas "*cabildos*", construídas em torno de povos "nações" vindos de aproximadamente das mesmas partes da África. O governo colonial via os *cabildos* como meios de controle social, de permitir que os escravos expressassem suas energias coletivas em outras atividades que não a revolta. No entanto, servindo como espaços de confraternização e entretenimento, espaços onde os escravos tocavam suas músicas, dançavam e passavam suas tradições orais, esses clubes se tornavam caldeirões para o surgimento de religiões de base africana. *Cabildos* tornaram-se protótipos dos templos e casas que são centrais para essas religiões[228] (PETERSON; VÁSQUEZ, 2008, p. 90, tradução nossa).

---

[226] Isso não significa que não houvessem tensões entre etnias.

[227] "O estabelecimento inicial e contínuo dessas associações proporcionou aos iorubás e outros grupos africanos um espaço para manter e reforçar expressões culturais e prover necessidades econômicas e sociais dos membros do *Cabildo* e de suas famílias" (REID, 2004, p. 117, tradução nossa). No original: "*The early and continued establishment of these associations provided the Yoruba and other African groups a space in which to maintain and reinforce cultural expressions and provide for the social and economic needs of cabildo members and their families*" (REID, 2004, p. 117).

[228] No original em inglês: "*Colonial masters instituted a policy of domination by division, mixing the various African groups in order to prevent the formation of solidarities based on language, place of origin, and kinship. However, the sheer numbers of slaves and the fact that they came from relatively few regions of Africa and concentrated around ports of entry and large plantations*

Os *Cabildos* eram organizados tendo um rei (capataz) e uma rainha (matrona) e ainda um conselho eleito. Assim proviam assistência mútua aos associados, recreação, auxílio aos doentes e aos empobrecidos de origem africana nas áreas urbanas da ilha cubana. No século XIX há descrições no Dia de Reis no mês de janeiro, de um *Cabildo* de Nação celebrando com festejos a bandeira em homenagem ao santo padroeiro. Tudo ao som de instrumentos e sons muito próximos das tradições iorubás, além de íntima proximidade com a Santeria. Em 1755 foram reconhecidos oficialmente pela Igreja Católica, o que não impediu a permanência de críticas (REID, 2004).

> Em Cuba essa supressão foi inicialmente dirigida aos *cabildos* afrocubanos, "cujo objetivo especial e característico", queixava-se o governo em 1881, "consiste em relembrar as danças, as fantasias e os costumes das tribos selvagens africanas". As organizações foram ordenadas a se livrar de seus nomes, parafernália e rituais africanos e a se reconstituir como sociedades de ajuda mútua ou clubes sociais ao estilo espanhol. Mesmo no papel, este esforço para transformar e "hispanizar"os *cabildos* só foi bem-sucedido parcialmente. *Muitos mantiveram seus nomes, membros e estrutura africanos, simplesmente acrescentando a obrigatória "Sociedade Recreativa" ou "Sociedade de Ajuda Mútua"*. Por isso, as autoridades espanholas aumentaram a pressão, primeiro proibindo as sociedades de dançar, tocar seus tambores ou desfilar publicamente nas festividades religiosas (1884), e depois tentando romper os vínculos antigos entre os *cabildos* e as religiões de matriz africana Abakuá, Santeria e Palo Monte. Durante a guerra de independência de 1895-1998, mais de 500 membros das lojas de Abakuá foram presos e deportados para as prisões nas colônias africanas na Espanha, onde muitos morreram (ANDREWS, 2007, p. 156).

Depois da abolição da escravidão (1886) e da independência cubana (1902) os *cabildos* passaram por uma reconfiguração que resultou em associações de socorro mútuo, de ajuda mútua e em comunidades conhecidas como "*reglas*". De todo modo reivindicaram a etnia e a participação religiosa para seus membros[229].

---

undermined this policy. White limited, contact with people from the same linguistic and ethnic groups allowed Africans in diaspora a certain latitude to reconstruct their identities. For example, in many towns and cities in Cuba, slaves and freed Blacks formed voluntary mutual aid associations called "cabildos", built around "naciones" peoples hailing from roughly the same parts of Africa. The colonial government saw cabildos as means of social control, of allowing the slaves to express their collective energies in activities other than revolt. However, by serving as spaces of fraternization and entertainment, spaces where slaves played their music, performed their dances, and passed their oral traditions, these clubs became crucibles for the emergence of African-based religions. Cabildos became prototypes of the temples and houses that are central to these religions" (PETERSON; VÁSQUEZ, 2008, p. 90).

[229] "Com o fim legal da escravidão em Cuba em 1886 e a independência cubana em 1902, os *Cabildos* de Nação foram reconfigurados para a sociedade pós-abolição e para a nova nação cubana. Reformulados como comunidades chamadas "*reglas*", após os regulamentos da vida de *cabildo*, e "socorros mútuos", associações de ajuda mútua, os antigos *cabildos* enfatizaram a etnia e a afiliação religiosa; menos afrocubanos poderiam reivindicar nascimento na África e, portanto, a maioria dos membros era *criollos* (nascidos em Cuba). Além disso, as autoridades cubanas e

A economista política Jessica Gordon Nembhard (2014) mapeou o histórico das atividades e organizações coletivas promovidas pelos Afro-Americanos do século XVIII ao XXI. Sua ênfase é na cooperação econômica entre estes nos Estados Unidos. Esse trabalho se tornou uma referência na área. A autora identifica o início dessas iniciativas nas "*intencional communities, communes and mutual aid*"[230] na escravidão praticada em todo o país. Os Afro-Americanos escravizados e libertos, segundo revela, organizaram-se em torno de sociedades de ajuda mútua e sociedades beneficentes, reuniam coletivamente recursos para os cuidados com a morte (funerais), doença, assistência à viúvas e crianças. Grande parte delas era liderada por mulheres!

Jessica Gordon Nembhard (2014) em seu livro *Collective Courage* analisa cooperativas, sociedades de ajuda mútua e outras ações coletivas com fins econômicos e de cuidado compartilhado desenvolvidas por Afro-Americanos (estadunidenses) do século XIX até a primeira década dos anos 2000. Isto é, iniciativas criadas por esse segmento para benefício dele mesmo diante de uma realidade adversa marcada pela segregação racial institucionalizada, linchamentos públicos e toda sorte de atrocidades promovidos pela supremacia branca contra pessoas negras pré e pós-Abolição nos Estados Unidos[231].

Por meio dessa organização sistemática e grupal atuavam em torno dos mesmos objetivos. Coletivamente os envolvidos se dedicavam, por exemplo, a prover enterros, cuidar de doentes. O deslocamento forçado da África não destruiu por completo as tradições entre africanos. Mesmo sendo de distintos territórios e etnias naquele continente, nos Estados Unidos também preservaram práticas como as citadas, além de cuidados pré-parto, compartilhamento de pequenas hortas,

---

alguns afrocubanos consideravam os *cabildos* vestígios de uma era antiga de obstáculos ao estabelecimento de uma sociedade moderna" (REID, 2004, p. 121, tradução nossa). No original: "*With the legal end of slavery in Cuba in 1886 and Cuban independence in 1902, cabildos de nación were reconfigured for post-abolition society and the new Cuban nation. Reformulated as communities called "reglas," after the regulations of cabildo life, and "socorros mutuos" mutual aid associations, the former cabildos deemphasized ethnicity and religious affiliation; fewer Afro-Cubans could claim birth in Africa, and therefore most members were criollos (Cuban-born). In addition, Cuban authorities and some Afro-Cubans considered cabildos to be vestiges of an old era and obstacles to establishing a modern society*" (ibid.).

[230] Tradução livre: Comunidades intencionais, comunidades e sociedades de apoio mútuo.

[231] Mesmo a reunião de Afro-Americanos envolvia riscos. Locais de encontro como escritórios e casas, por exemplo, eram frequentemente queimados por supremacistas brancos que agiam com extrema violência. Líderes foram assassinados ou feridos. Por outro lado alguns brancos passaram a incluir pessoas negras em suas organizações de forma a "ensinar" em tom paternal a como ser um "bom cidadão americano" (NEMBHARD, 2014).

quando era possível, ensino formal e outros suportes à comunidade negra[232] (NEMBHARD, 2014).

> Tanto os libertos quanto os escravizados formaram sociedades de ajuda mútua, enterro e benefícios, reunindo suas dívidas para cuidar de seus doentes, cuidar de viúvas e crianças e enterrar seus mortos. Essas sociedades de ajuda mútua eram frequentemente organizadas e lideradas por mulheres (Jones, 1985) e ligadas a instituições religiosas (Du Bois, 1898, 1907; Weare, 1993). Os negros frequentemente formavam suas próprias comunidades intencionais para trabalharem juntos em benefício mútuo[233] (NEMBHARD, 2014. p. 31, tradução nossa).

Os Afro-Americanos utilizavam de conexões e mesmo afiliações de caráter religioso, geográfico, político ou fraternal para desenvolver novas organizações com outros propósitos. As redes eram produzidas também por meio de encontros, convenções e jornais. Esses esforços envolviam pessoas de diversos setores: rural e urbano; trabalhadores domésticos e fabris; pequenos agricultores e pequenos empresários; empregados e desempregados etc. Além das igrejas, podiam estar ainda agrupados em sociedades secretas[234], clubes para comprar produtos em conjunto, fazendas coletivas etc. (NEMBHARD, 2014).

Essas práticas formaram, diz Jessica Gordon Nembhard (2014) citando Du Bois, a base para uma economia cooperativa entre os Afro-Americanos. Segundo a autora essas foram também precursoras de companhias de seguros mútuo e de serviços sociais. Em 1929 foi registrada pelo historiador negro da *Howard University*[235], Carter G. Woodson (apud. Gordon, 2014), a proeminência das atividades de apoio mútuo criadas pelos escravizados e livres nos Estados Unidos:

---

[232] "Apesar de separados de seus clãs e nações na África, escravizados preservaram, assim como os poucos Afro-americanos livres, as práticas africanas durante o período pré-parto – cooperando economicamente para cultivar pequenas hortas para fornecer mais variedade e dieta mais saudável para suas famílias" (NEMBHARD, 2014. p. 31, tradução nossa). Texto original: *Even though separated from their clans and nations in Africa, enslaved as well as the few free African Americans continued African practices during the antebellum period – cooperating economical to till small garden plots to provide more variety and healthier diet for their families*" (ibid.).

[233] Texto original: "*Freedmen and enslaved alike formed mutual-aid, burial, and beneficial societies, pooling their dues to take care of their sick, look after widows and children and bury their dead. These mutual-aid societies were often organized and led by women (Jones, 1985) and connected to religious institutions* (Du Bois, 1898, 1907; Weare, 1993). *Blacks often formed their own intentional communities to work together for mutual benefit*" (NEMBHARD, 2014. p. 31).

[234] A "*Underground Railroad*" foi uma das mais famosas, embora não exclusivamente negra. Teve como célebre participante a heroína Afro-americana ex-escravizada Harriet Tubman que conseguiu resgatar e conceder a liberdade a centenas de escravizados. Recentemente, em 2019, foi homenageada no cinema com um filme que leva o seu nome.

[235] A própria *Howard University* expressa o poder dessas práticas coletivas, nesse caso, para o acesso à educação da comunidade negra nos EUA. Essa e várias outras instituições de ensino formam as UBCUs, sigla para Historically Black Colleges & Universities que surgiram naquele país no contexto da segregação e ainda permanecem ativas.

> Essa tendência à ajuda mútua aparece mesmo entre os escravos. Os negros tiveram suas próprias "*churches benevolence*"[236] desenvolvidas a serviço da religião. Eles cuidavam dos doentes, fornecendo-lhes alimento que a produção comum da plantação não oferecia, e muitas vezes cuidavam e tratavam desses pacientes até que sua saúde fosse restabelecido. Os negros livres do Sul eram muito conhecidos por sua ajuda mútua[237] (NEMBHARD, 2014. p. 31, tradução nossa).

Essas sociedades estavam vinculadas, especialmente, às igrejas. Nas palavras que abrem o texto "*Some efforts of American Negroes for their own social betterment*", de Du Bois (1898), aparece a constatação da predominância das organizações negras inseridas em espaços religiosos, especialmente as igrejas. Um ponto importante para pensar essa recorrência é o fato de que as igrejas, no caso desse país, sobretudo as igrejas protestantes Batistas e Metodista, eram muitas vezes o único espaço para socialização da população negra escravizada. Outra constatação relevante é a de que nos Estados Unidos a segregação institucionalizada exigiu a criação espaços próprios, como as Igrejas Negras onde, de alguma forma, as tradições advindas da África encontraram possibilidades de expressão, direta ou indireta.

Nembhard (2014), inspirada em Jones (1985), defende que as mulheres tinham destaque na fundação e manutenção das Sociedades Negras de ajuda mútua como a *Independent Order of Saint Luke* (Maryland e Virginia), a *National Ex-Slave Mutual Relief*, *Bounty and Pension Association* (Tennessee) e a *Free African Society* (Pennsylvania). O papel dessas mulheres era central nessas sociedades, seja em sua organização, na arrecadação de fundos e no estabelecimento de redes de trabalho entre outros tipos de organização na área urbana e rural.

> Como fundadoras e principais participantes de muitas sociedades de ajuda mútua, as mulheres foram fundamentais para o desenvolvimento organizacional, angariação de fundos, coordenação cotidiana e criação de redes para cooperativas e outras organizações[238] (NEMBHARD, 2014, p. 29, tradução nossa).

Nembhard (2014) lembra que nos Estados Unidos homens e mulheres escravizados em fuga criaram suas próprias comunidades coletivas em áreas

---

[236] Ações caritativas ligadas à igrejas.

[237] Texto original: "*This tendency toward mutual helpfulness appears even among the slaves. Negroes had their own churches benevolence developed as the handmaiden of religion. They looked out for the sick, provided them nourishment which the common fare of the plantation did not afford, and often nursed and treated such patients until they were reestablished in health. Free Negroes of the South were well known for their mutual helpfulness*" (NEMBHARD, 2014. p. 31)].

[238] Texto original: "*As founders and main participants in many mutual-aid societies, women were instrumental in organizational development, fund-raising, day-to-day coordination, and networking for cooperatives as well as other organization*" (NEMBHARD, 2014, p. 29).

afastadas, onde podiam também se agrupar com populações nativas ("indígenas"). Essas pessoas ficaram conhecidas como *maroons*[239] *e suas* comunidades guardam muitas semelhanças com os Quilombos no Brasil e com os *Palenques* na Colômbia.

O intuito dessa subseção foi precisamente apresentar esses distintos modelos que, ao mesmo tempo, se encontram e se moldam na Diáspora Africana nas Américas com sentidos e significados próprios às condições dos africanos e de seus descendentes. Essas várias organizações podiam, portanto, ganhar diferentes formas e nomes, mesmo que tivessem os mesmos propósitos. Irmandades Negras, *Cabildos de Nación*, *Black Brotherhoods* e outras formas não citadas são parte da potência coletiva afrodiaspórica.

2.4 **Organizações negras: uma expressão da Amefricanidade**

2.4.1 Organizações negras no fim do XIX: uma expressão da Amefricanidade?[240]

A mobilização coletiva de recursos entre os sujeitos do Porto do Rio não foi uma experiência isolada. Como colocado, foram reconhecidas em outros territórios das Américas entre africanos de distintas etnias e seus descendentes. No próprio Rio de Janeiro do XIX houve uma miríade de manifestações que espelham o esforço coletivo de pessoas escravizadas, livres e libertas como constatou Ana Flávia Magalhães Pinto (2018). Foi com o objetivo de considerar as conexões transnacionais entre as experiências coletivas construídas na Diáspora Africana nas Américas e Caribe que Lélia Gonzalez (2018) criou a concepção de "Amefricanidade" no texto "A categoria político-cultural da Amefricanidade".

O propósito dessa última subseção é afirmar as *esusus*, as Irmandades, relações de parentesco estendidas, os zungus, o espaço da música e do terreiro etc., como elementos constitutivos dessa "Amefricanidade". Isto é, que revelam a

---

[239] "Fugitivos da escravidão formaram suas próprias comunidades, onde enganaram ou combateram caçadores de recompensas, assumiram a identificação de *Maroons* e viveram existências coletivas em relativo isolamento" (NEMBHARD, 2014, pp. 33-4). Texto original: "*Runaways from enslavement formed their own communities where they eluded or fought off bounty hunters, took on the identify of Maroons, and lived collective existences in relative isolation*" (NEMBHARD, 2014, pp. 33-4).

[240] Texto escrito originalmente como trabalho de conclusão de curso do XIII Curso de atualização "A teoria e as questões políticas da Diáspora Africana nas Américas" promovido por Criola em Julho de 2019 na cidade do Rio de Janeiro. Agradeço mais uma vez à Lúcia Xavier e ao João Vargas pelos aprendizados compartilhados.

expansão de práticas nas Américas que resultaram da dispersão forçada de pessoas e grupos advindos do continente africano e seus variados encontros, sob condições adversas no contexto colonial. A segunda parte da subseção traz outros exemplos construídos por africanos e seus descendentes em outros espaços na cidade do Rio, segundo apresentou Pinto (2018) na terceira parte seu livro “Escritos da Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista”. Neste estrato a autora evidencia experiências de liberdade de pessoas negras na luta contra o racismo que faziam uso de códigos próprios daquele período marcado pela disputa entre monarquia e república. Mais uma vez a intenção é auxiliar a interpretação dos processos que foram visualizados no e para além do porto do Rio, como parte de algo que, em lugar da exceção, foi constitutivo da luta pela sobrevivência e reinvenção desses e dos novos grupos que surgiram. Finaliza com uma síntese que coloca a potência dessa interpretação em termos teóricos e políticos.

2.4.2 A Amefricanidade de Lélia Gonzalez: diversidade e unidade em meio à adversidade

Recentemente Raquel Barreto (2018) descreveu Lélia Gonzalez como uma intérprete do Brasil que observou e analisou o caráter Amefricano do país, a partir da cultura, sobretudo. Lélia graduada em História e Geografia e doutora em Antropologia, foi uma das mais importantes intelectuais e militantes do Movimento Negro no país. Escreveu sobre passado, presente e futuro. Em todos os seus escritos manteve o tom crítico, bem humorado e certeiro. Não foi diferente em “A categoria político-cultural da Amefricanidade”, publicado originalmente em 1988 na *Revista Tempo Brasileiro*. Inspirada na ideia de dois psicanalistas difusores das ideias de Lacan no Brasil, Lélia propõe uma interpretação da formação histórica e cultural do país na contramão do embranquecimento que com recorrência se exaltou. O Brasil, segundo Lélia, é, ao contrário, uma América Africana, uma Améfrica Ladina! Os brasileiros, seriam, portanto, ladinoamefricanos.

A riqueza expressa pela população negra em Diáspora no Brasil, segundo a autora, aparece de algum modo em outros países das Américas e Caribe, expressando a “influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo” (ibid., p. 322), por exemplo, na língua (portuguesa, espanhola e inglesa)

alterada pelas línguas africanas; na música, danças, crenças. Embora, Lélia tenha consciência de que estes marcadores de resistências, passaram a ser, ideologicamente tratados como mera “cultura popular” ou “folclore”.

Dentre outros aspectos, Lélia nos provoca, a partir da categoria Amefricanidade, a pensar os sujeitos negros e suas experiências produzidas na Diáspora Africana nas Américas do ponto de vista de resistência sob formas variadas. Isto é, apesar de possíveis distinções, criadas pela escravidão no período colonial e por processos pós-abolição, entre as Américas anglo-saxã, ibérica e o Caribe, reivindicar a Amefricanidade é colocar à tona certa unidade criada e recriada. Isso não significa negar as distinções em torno do padrão de relações raciais produzidas em cada uma dessas sociedades, mas suscitar que, apesar disso, algo novo foi produzido nestes territórios e seus pontos de contato precisam ser recuperados. Estes esforço é, sobremaneira, necessário para dar destaque às resistências, como citado, comumente esquecidas ou desvalorizadas.

Como então explicitar a potente presença da população negra na construção cultural das Américas? Como demonstrar sua força política? Lélia ao construir a categoria “Amefricanidade” manifesta parte desse esforço .

> As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade (“Amefricanity”) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência ela nos encaminha para uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de Amefricanidade está intimamente relacionada àquelas de Pan-Africanismo,“Negritude”, “Afrocentricidade” (GONZALEZ, 2018, p. 329).

A autora vai além ao ressaltar que o alcance da Amefricanidade ultrapassa limites geográficos predefinidos. É também neste sentido que Lélia ironiza o fato de que estadunidenses reivindicaram os termos “Afro-americano” ou “Africano Americano” para si, denotando a posição imperialista de um país (EUA) que se coloca como a América. Deste modo,

> Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos se permanecemos prisioneiros, “cativos de uma linguagem racista”? Por isso mesmo, em

> contraposição aos termos supracitados, eu proponho o de Amefricanos ("*Amefricans*") para designar a todos nós (GONZALEZ, 2018, p. 329).

Seria Améfrica uma reprodução de África? Não! Segundo Lélia a experiência Amefricana, do ponto de vista cultural e histórico, não é a mesma que a africana. Em primeiro lugar, porque apenas compreendendo o processo de construção do Novo Mundo marcado pelo etnocídio, dor, humilhação e sofrimento e, ao mesmo tempo, considerando as resistências e enfrentamentos à escravização é que se pode capturar particularidade construídas em Améfrica. De modo que não nos esquecermos de que justamente a lembrança dos nossos ancestrais africanos é que renovou as forças para a luta cotidiana.

> Por tudo isso, enquanto Amefricanos temos nossas contribuições específicas para o mundo pan-africano. Assumindo nossa Amefricanidade, podemos ultrapassar uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África, e, ao mesmo tempo, voltar o nosso olhar para a realidade em que vivem todos os Amefricanos do continente (GONZALEZ, 2018, p. 331).

Neste ponto encerramos a primeira aproximação à concepção de Amefricanidade de Lélia Gonzalez.

2.4.3 O negro para além do escravo: experiências de liberdade e organização coletiva no XIX

A jovem historiadora Ana Flávia Magalhães Pinto produziu em sua tese para doutoramento (PINTO, 2014) um vasto material que foi posteriormente apresentado em seu livro lançado em 2018 com o nome *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Nessa obra, dividida em três momentos, a autora estabelece como eixo a ativa participação política negra nos processos desencadeados no Brasil do século XIX. Luiz Gama, em São Paulo, José do Patrocínio e Machado de Assis no Rio de Janeiro, entre outros, são alguns dos exemplos que a autora apresenta quanto à formação de redes e laços produzidos pela intelectualidade negra do ponto de vista político. Através das organizações negras criadas em torno da defesa da cidadania no negro no pós-abolição, Ana Flávia resgata a atenta preocupação da população negra para lutar pela garantia de educação, proteção social e espaços de trabalho num contexto de imigração branca européia operada em massa.

Duas questões estão incutidas na proposta da autora. A primeira, a dificuldade de considerarmos a experiência de pessoas negras na segunda metade do século XIX a partir do código da liberdade. Ou seja, embora o Brasil, como ressalta Ana Flávia, seja naquele período o país com mais livres e libertos negros fora da África, quando acionada a memória desse momento associada à população negra, a identificação mais presente é a da escravidão. Isto é, ser negro como sinônimo imediato de ser escravo.

> No fim dos anos 1870, os 'cidadãos de cor' eram a maioria da população negra e parte expressiva entre os livres. No entanto, quando iniciamos uma conversa sobre a vida dos descendentes de africanos na segunda metade do século XIX, é comum que o primeiro impulso da maioria das pessoas ainda seja falar sobre algum episódio da escravidão. O que essa nossa dificuldade ou incapacidade de pensar a presença negra a partir do lugar da liberdade tem a nos dizer sobre a experiência nacional? Se os negros livres e libertos eram tantos, por que não conseguimos enxergá-los com facilidade em nossas projeções sobre o passado? As respostas para esses questionamentos obrigatoriamente passam pelo questionamento da matriz de sentidos que organiza nosso entendimento acerca dos lugares ocupados pelos diferentes grupos sociorraciais na formação nacional brasileira. Estamos falando, portanto, sobre racismo? Certamente. Isso, porém, não nos autoriza a dizer que o que viveram nossos antepassados é exatamente igual ao que se dá nos dias atuais (PINTO, 2014, p. 147).

A segunda questão é também certa dificuldade de pensar a ação organizada de pessoas negras, isto é, sua interlocução política com os processos que o país vivenciava. Com frequência é sobre o crivo de uma suposta inércia e da ignorância (desconhecimento) que se observa o agir político – aliás o não agir político – de negros. Quando não completamente ignorado ela passa a ser analisado na perspectiva da excepcionalidade. Assim se faz menção a um ou outro indivíduo negro que supostamente atuou isoladamente na denúncia sobre a condição do negro, na defesa da república ou da monarquia, na construção de propostas para educação e trabalho. Ou seja, cada um em uma área específica, fazendo a seu modo, de maneira insular o que fosse possível no âmbito da imprensa, da literatura, do Direito, na cultura, nas relações de trabalho, organizações políticas etc.

Ana Flávia, no entanto, explicita por meio de seu trabalho, que estes sujeitos em lugar distantes uns dos outros, compunham em realidade uma trama consciente. O entrelaçamento de suas histórias, em torno dos dilemas da escravidão e racialização no país, incidiram nos esforços destes (e de tantos) na ocupação de espaços até então considerados da elite. Ao mesmo tempo traz à tona os esforços

coletivos de anônimos na criação de organizações políticas com vistas ao atendimento às urgências do momento pós-abolição.

Os processos apresentados são costurados, por sua vez, para além de limites geográficos demarcados. O trânsito de ideias foi além, e expressou-se na construção de espaços de diálogo em que estes sujeitos se conectaram e dialogaram em torno de questões como raça, liberdade, cidadania e na denúncia de um projeto de país que inviabiliza(va) pensar o negro pelas vias da liberdade e da vida.

2.4.4 Experiências Amefricanas: por uma análise que parta do plural

Uma das motivações que possibilitou Lélia Gonzalez (2018) a estabelecer a categoria da Amefricanidade foi, sem dúvidas, o veio crítico quanto à eleição de um único referencial de luta política para negros e de sujeitos politizados, o estadunidense. Não se trata, porém, de uma crítica aos estadunidenses negros, mas ao que foi construído pelo próprio modelo de colonização e escravidão, como já mencionado. A estratégia anglo-saxã, germânica e holandesa, de identificação do que é ser negro a partir de sua ancestralidade biológica, incidiu em certa negação da miscigenação (mesmo mantendo a cultura do estupro às mulheres negras*)*. Implícita nessa lógica estavam as noções de pureza e superioridade brancas. Por outro lado, nas sociedades latinas*,* o racismo por denegação, como chama a autora, ou seja, o racismo disfarçado operou, inclusive, nas teorias em defesa da miscigenação e de certa assimilação de negros.

> As sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram as herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante (DA MATTA, 1984). A expressão do humorista Millôr Fernandes, ao afirmar que ‘no Brasil não existe racismo porque o negro reconhece o seu lugar’, sintetiza o que acabamos de expor (GONZALEZ, 1988b). Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei, assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento (GONZALEZ, 2018, pp. 325-6).

Se por um lado, o racismo por segregação no estilo dos Estados Unidos produziu como revés à população negra a construção de uma identidade racial

consciente e fortalecida; no caso latino-americano, a resistência cultural e intelectual foi forjada em seus próprios termos. Não foi menos relevante ou menos fortalecida. Ambas não devem ser, portanto, lidas de forma hierarquizada. Por isso Lélia Gonzalez (2018) reage ao denunciar que, os códigos da luta contra o racismo não necessariamente se limitam aos métodos criados na experiência dos Estados Unidos. Como amefricanos, em sociedades erguidas sobre o racismo, mas com técnicas variadas, é preciso recuperar a pluralidade de experiências para, por conseguinte, resgatar os nós e laços (como diz Ana Flávia) que possibilitam identificar a unidade entre elas. E como vimos há elementos em comum entre experiências coletivas nos EUA e em outros territórios das Américas e Caribe.

O que de novo se forjou nestes territórios amefricanos contra as investidas violentas de brancos europeus e seus descendentes? Foi nossa gente, menos ativa que a estadunidense? Talvez seja esse um falso dilema. Que por sua vez oculta, primeiro, a unidade do racismo que as atravessa e constitui; segundo, a potência de quem produziu enfrentamento sob (diferentes ou iguais) meios de superação da condição posta pela escravidão colonial e depois reorganizadas em novos e científicos termos para justificar o racismo.

Mas, afinal, como compreender as experiências de organizações negras (re)construídas pela população negra no Brasil nos primeiros anos pós-abolição a partir do pensamento de Lélia Gonzalez e Ana Flávia Pinto? Para tecer reflexões em torno dessa questão é importante o reforço acerca do que é a Amefricanidade, segundo Lélia Gonzalez. Dentre outras definições, é possível dizer que essa categoria atua como um recurso metodológico (também cultural e político) que auxilia no resgate da unidade que se forjou, em termos históricos, nas diferentes sociedades. Uma identidade, a amefricana, forjada na Diáspora. Por outro lado, auxilia na denúncia do processo que a criou, ao reivindicar tal unidade construída na diversidade posta pela condição desfavorável produzida pela escravidão e pelo racismo que foi reelaborado ao longo do tempo. Como disse Lélia:

> Seu valor metodológico [da Amefricanidade], a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formam numa determinada parte do mundo. Portanto, a Améfrica, enquanto sistema etno-geográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. Ontem como

> hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis do pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (GONZALEZ, 2018, p. 330).

De que maneira essa categoria auxilia no entendimento das organizações negras nascentes num tenso e complexo período, o pós-abolição? De início, reitera-se que, todas as instituições oficiais, neste caso brasileiras, estavam impregnadas da perspectiva hierarquizada da humanidade a partir das raças naquele contexto. A organização coletiva tornou-se, desde a Diáspora, um imperativo à população negra que produziu, ainda que inspirada em modelos africanos, dos povos nativos ou mesmo europeus, criou e recriou algo novo, algo tipicamente Amefricano. Com essa visão é que se está propondo compreender, por exemplo, porque tais organizações foram estratégias relevantes para a população negra que almejava o status de cidadania ou além, o status de gente (negado pelo Estado e pela ciência).

Como explica Ana Flávia, era preciso se antecipar aos possíveis estereótipos ligados à escravidão (e ao medo que a abolição criou nos brancos) que teimavam em se repetir e criar espaços de sociabilidade próprios e seguros[241]. A circulação de

---

[241] Assim surge, em 1888, por exemplo, a Sociedade Familiar de Dança Prazer da Violeta, ligada à família Prazeres, no centro carioca, logo ali na Cidade Nova. Era preciso união para combater os republicanos, muitos deles ex-senhores indignados com a perda de sua propriedade e as possibilidades de revogação da Lei de 1888. Nasce, naquele mesmo ano, a Guarda Negra da Redentora (Princesa Isabel). Com o intuito de preparar a raça, estiveram presentes em reuniões, públicas e privadas, debateram a relevância de elevar o nível da raça negra por meio do comércio, indústria e instrução – além do trabalho. Isto é, embebidos dos discursos em torno do progresso da nação, interpretaram, a seu modo, a maneira de compor este momento histórico como relevantes. Estiveram, ainda, presentes na fundação da Guarda Negra. Suas próprias reuniões, na atual Presidente Vargas ocorria todos os dias entre o fim da tarde e início da noite. Ali também se desenvolviam atividades de formação, conferência sobre assuntos gerais a propósito da sociedade. Se mantinham por meio de colaboração mútua, com caráter, portanto, associativo, o que provavelmente possibilitou a oferta de aulas de aritmética, geografia e português, como explica Ana Flávia (2018). A Liga, no entanto, era restrita a homens, de modo que as mulheres negras não apareciam em seu projeto de mudança. A Liga dos Homens de Cor, embora criada um anos antes, em 1887, é expressão da preocupação em torno dos destinos que o fim da escravidão poderia gerar, inclusive aos negros já livres, libertos. Era preciso que pretos e pardos se organizassem para a defesa de seus direitos, dos direitos dos homens de cor: "Assim, com o objetivo de 'levantar o nível moral dos homens de cor, e de habituá-los pela cooperação, mutualidade e solidariedade a entrar por igual na elaboração da riqueza e do futuro brasileiro', José do Patrocínio, Antonio Luiz dos Espirito Santo Castro, Geraldo José Alexandre das Mercês, Agostino José Alves, Antonio Honorato Santa Rosa, Assidino Seveliano José Gomes, Flávio José de Andrade, entre outros, assumiram o desafio de levar a missão adiante" (PINTO, 2018, p. 314). Outro exemplo de organização coletiva negra foi a Sociedade Cooperativa da Raça Negra (1888). Também sua preocupação era centrada na preparação do sujeito negro para o mundo do trabalho livre, mas não prescindia da oferta de ensino e atividades culturais. "[...] surgia com três

ideias e formas próprias de recriação de espaços políticos, de proteção social e econômica, quase sempre ligados a espaços culturais foi uma das marcas das organizações negras deste período. O pensar, o agir, o viver, lutar e criar conviviam como momentos tecidos com esperanças e coragem. É somente concebendo tais experiências como algumas das plurais manifestações de nossa Amefricanidade, poderá ser possível perceber sua importância no contexto em que surgiram. Contexto de profunda hostilidade ao ser negro, de antinegritude. Aí está a riqueza das propostas destas organizações: elas em alguma medida confrontaram (e/ou buscaram ressignificar) o sentido dos discursos sobre nação e trabalhador ideal do Brasil moderno, por exemplo. As várias experiências associativa tensionaram projetos que viriam em seguida ou que já estavam em curso.

---

propósitos rigorosamente definidos. Como prioridade número um, objetivava ‘encaminhar os descendentes da raça africana ao trabalho, criando a Sociedade para isso um registro onde serão lançadas as pessoas desempregadas com as suas respectivas profissões e com o maior número de informações que possam ser colhidas”. A segunda frente de atuação passava por ‘promover a instrução primária, comercial, artística e agrícola’. *Por último, a fim de garantir sustentabilidade às atividades de auxílio mútuo, fundaria uma ‘caixa beneficente e uma funerária com 15% de renda’”* (PINTO, 2018, p. 321, grifos nossos).

3 ESTADO, RAÇA E NAÇÃO: O SIGNIFICADO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Esse capítulo se dedica a problematizar o surgimento da política social numa sociedade racializada, levando em consideração a experiência brasileira. Para tanto, argumenta a imprescindibilidade de conceber como relações racializadas produzem relações específicas entre trabalhadores, empregadores e Estado. Em outras palavras, fundamenta e baliza as relações entre classes, que por sua vez se constituem também do ponto de vista racial. O Estado brasileiro demonstrou astuto entendimento sobre essa trama ao instituir a política social nas décadas do século XX como será visto adiante.

Para a construção desse argumento recupero brevemente três momentos de greve que envolveram no Rio de Janeiro a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café (SRTTC): em 1906, 1908 e 1918. O intuito é demonstrar como empregadores se referiam a esses trabalhadores do porto diante de situações de conflito aberto, explicitando as relações entre classes racializadas. Esses fatos foram fartamente reportados nos jornais da época e citados, posteriormente, em vários textos no âmbito da História Social do Trabalho. No último evento, em 1918, o resultado desses conflitos foi a instituição, pelo patronato, sob mediação do Estado, de uma Caixa Beneficente para os trabalhadores do setor cafeeiro no porto para fins e aposentadoria e cuidados à saúde.

Após a exposição desses eventos, proponho na segunda seção, uma reflexão sobre a relação entre questão social e política social, uma relação muito conhecida na produção teórica do Serviço Social. Contudo, ofereço uma abordagem sobre a origem do termo “questão social” retomando seus significados do outro lado do Atlântico, na Europa Ocidental, e seus rebatimentos no surgimento da política social na Alemanha de Otto Von Bismarck. Na sequência, atravesso o Atlântico mais uma vez para chegar ao Brasil do início do século XX com o intuito de compreender a qualidade da questão social, considerando a composição racial dos sujeitos em conflito, no país. Esse tópico finaliza provocando o alargamento no entendimento da questão social em nosso território.

A última seção da tese objetiva colocar à prova o argumento apresentado anteriormente. Indica que o Estado brasileiro num período de intensificação do debate sobre o futuro da nação se preocupou, nas suas regulações, em se apropriar

de elementos que balizavam as relações entre trabalhadores e patrões – por meio de políticas sociais –, considerando ao mesmo tempo, os elementos que assentados na raça definiam os termos dessas relações. Ou seja, se apropriou do debate sobre a valorização do trabalhador, tomou para si a instituição de Caixas e Institutos que já eram parte da organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que estimulou a imigração europeia e a mestiçagem, cortejou com a eugenia e elegeu os elementos que formavam a nação brasileira, fruto da "harmoniosa" relação entre três raças. Tudo isso a um só tempo!

Em termos gerais, o último capítulo nega a tese, apresentada no primeiro capítulo de um suposto protagonismo negro na origem da política social institucional, ao mesmo tempo que nega a própria negação colocada no segundo capítulo, acerca do falso ineditismo da política social institucional tendo em vista as anteriores práticas afrodiaspóricas nas Américas e Caribe. Produz uma síntese que critica o significado da questão social e da política social institucional numa sociedade racializada, evidenciando a diferença cabal da última em relação às práticas coletivas de proteção social produzidas na Diáspora Africana nas Américas e Caribe. Diferença manifesta no caráter eugênico da política social proposta pelo Estado e no projeto de nação "brasileira" centrada na raça no século XX.

3.1 **O surgimento da Caixa de Trabalhadores Livres no porto do Rio de Janeiro: as tensões raciais entre trabalhadores e patrões**

James Malloy (1986) advertiu que antes da Lei Eloy Chaves, "vários tipos de pensões foram esquematizadas no período colonial, especialmente a instituição conhecida como Montepio (fundos de seguro financiados pelo governo)" (ibid., pp. 49-50). De fato, no Brasil, algumas empresas e companhias privadas, antes de 1923, inclusive no setor de transportes, também já adotavam os fundos e as caixas beneficentes para seus trabalhadores. Além disso, os próprios trabalhadores se organizavam em torno de sociedades e associações de auxílio mútuo, fundos, corporações, associações de profissionais, irmandades etc., como discutido no capítulo anterior. Partindo da constatação de Malloy, essa seção se propõe a explicitar o surgimento, em 1918, de uma Caixa Beneficente entre os trabalhadores portuários da Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café, por iniciativa do patronato. Para isso recorremos aos textos de Cruz (2006), McPhee

(2014) e à fontes primárias, como jornais do período. Três greves produziram as condições de surgimento dessa Caixa.

3.1.1 A greve de 1906

Em 1906 o advogado negro Evaristo de Moraes, especialista em direito operário e conhecido por ser socialista, passou a defender a Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche e Café (SRTTC)[242]. A Resistência estava conectada com as discussões políticas da época. O mesmo pode-se dizer da União dos Operários Estivadores. Membros de espaços representativos de trabalhadores estavam filiados a correntes socialistas, comunistas e anarquistas, mas a tônica socialista era destacada na União e na Resistência. No Estatuto da Resistência estava prevista a propagação das ideias socialistas (ALMEIDA, 2003; CRUZ, 2006).

Em agosto daquele ano foi deflagrada pela Resistência a greve dos carregadores e trabalhadores de trapiches do setor cafeeiro, colocando como principal demanda o aumento salarial. Como de praxe a polícia compareceu para reprimir os grevistas e garantir que não-grevistas retomassem as atividades no porto.

Em 22 de agosto a União dos Operários Estivadores realizou uma assembléia geral extraordinária e deliberou pela greve em solidariedade à Resistência. As duas associações de maioria negra do porto, Resistência e a União dos Estivadores, entraram em greve. Para adensar o movimento, os trabalhadores das obras do porto também aderiram. As atividades do setor de café no porto estavam inoperantes sem estivadores, carregadores, trabalhadores de trapiche e com as obras de reforma paralisadas (Gazeta de Notícias, 23 de agosto de 1906).

A elite cafeeira no porto carioca era composta por empresários que se dividiam em negociantes, comissários, ensacadores, trapaceiros etc. Os comissários estavam organizados, por exemplo, no Centro de Commercio de Café do Rio de Janeiro. A Associação Commercial do Rio de Janeiro, por sua vez, aglutinava de maneira ampla os comerciantes mais influentes da cidade (MCPHEE, 2014). Os comissários de café faziam a ponte entre os fazendeiros e a exportação do produto.

---

[242] Ele também foi advogado da União dos Operários Estivadores, da Associação de Resistência dos Cocheiros, Carroceiros e Classes Anexas; da Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral; da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros; e, da Sociedade União dos Foguistas (CRUZ, 2006).

Essa relação aparentemente simples de intermediário, porém ia além. Eram os comissários que financiavam as lavouras de café. Concediam pois o crédito necessário para que o fazendeiro pudesse iniciar e concluir o processo produtivo. Em troca, o fazendeiro lhe concedia, além do pagamento com juros do crédito concedido, o monopólio da comercialização do café com as casas estrangeiras (PEROSA, 1980).

Paralisar as atividades de transporte incidia, pois, não só no prejuízo quanto ao retardamento do tempo de venda do café já produzido, mas podia incidir na queda de capital a ser investido na própria produção do café. Esse jogo de interdependência entre capital monetário e produtivo, compõe a rotação do capital para a acumulação produtiva de capital. No capítulo 15 do livro II de *O Capital*, Marx (2014a), por exemplo, discute o efeito do tempo na rotação do capital. Produção e circulação compõem, como sabido, momentos de um mesmo processo.

Essas organizações eram poderosas e tinham forte influência sobre o governo, num contexto em que a atividade agroexportadora do café ainda era o principal motor da economia. Centro e Associação reagiram repudiando a greve dos trabalhadores do café. Esse desagrado foi registrado nas páginas dos jornais. O monopólio da gestão da força de trabalho, que a princípio, lhes pareceu favorável aos próprios interesses – pois lhe garantia pessoal qualificado e lhes isentava de organizar o processo de trabalho – se revelou uma grande desvantagem. Conferia ainda relativo poder aos trabalhadores associados à Resistência (SRTTC), afinal foi com esse intuito que lutaram no alvorecer da República (CRUZ, 2000).

Em 23 de agosto parecia que a greve estaria findada, uma vez acordado o aumento 15% nos salários. Entretanto, uma semana depois veio a notícia de que esse aumento estava condicionado à ocupação pelos trabalhadores da Resistência, dos postos dos estivadores da União na carga e descarga de navios. Tentavam atacar o que chamaram de “poderio” dos estivadores. Para deixar mais crítica a situação a administração dos trapiches do governo negou-se a aumentar os salários e decidiu por manter os estivadores em seus postos (*Correio da Manhã*, 23 e 28 de agosto de 1906).

De agosto a dezembro daquele ano receberam apoio de outras organizações que paralisaram também suas atividades: os trabalhadores das obras de reparo no porto, foguistas, estivadores, carvoeiros, marinheiros e remadores, costureiros(as)

de sacos de café, carroceiros e cocheiros[243] (CRUZ, 2006). A participação das mulheres como costureiras de sacos na greve é muito interessante, tendo em vista que, entre outras, são citadas como solidárias à Resistência.

Naquele mesmo ano os(as) Costureiros(as) de saco convocaram em vários momentos assembleias para deliberar sobre sua própria greve. Já em Junho a Associação de Resistência das Costuradeiras e Costuradores de Sacos anunciaram a paralisação de suas atividades. Há dois fatos importantes aqui. O primeiro a preocupação da própria Associação em demarcar a presença das mulheres naquele segmento ao manter a palavra “costuradeiras”. O segundo é que a reunião, que deliberou pelo abandono ao trabalho em Junho, ocorreu na sede da União dos Operários Estivadores e da Resistência, como consta no anúncio publicado no *Jornal do Brasil* de 15 de junho de 1906[244].

Qual teria sido a participação das mulheres como trabalhadoras do porto? Havia também a possibilidade de mulheres trabalhando como catadoras de café, aquelas que faziam a seleção, para exportação, dos melhores grãos para ensacamento. Não foi possível localizar referências bibliográficas sobre o assunto, mas em 1906 várias convocações da Associação para assembleias estiveram nas páginas dos jornais. Isso coloca em aberto a participação das mulheres a partir desse outro prisma, ademais da participação no comércio de gêneros alimentícios ou na prostituição na zona portuária.

Ao todo a greve de 1906 no porto envolveu mais de 3 mil portuários. Se as alianças entre a elite cafeeira do porto e a Chefia de Polícia foi recorrente, os trabalhadores já sabiam que para enfrentar estes poderes só a união entre as distintas categorias ocupacionais podia fazer a diferença. Nesse ambiente, entre tentativas de acordo e recuos, empregadores reagiram nos jornais com publicações contra os trabalhadores e contra seu advogado. O advogado negro, Evaristo de Moraes, com declarada filiação política socialista foi duramente ofendido nas páginas de jornais, assim como foi o fiscal-geral da Resistência e a própria

---

[243] Segundo Terra (2012), neste período, os portugueses representavam maioria entre carroceiros e cocheiros.

[244] “Em reunião realizada a 12 do corrente, na sede da União dos Operários Estivadores e da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores de Trapiche e Café, ficou resolvido convidar-se todos os costuradores das sacarias a abondarem o trabalho, por saber que eles estão trabalhando forçados pelos patrões, ameaçados de serem despedidos” (*Jornal do Brasil* de 15 de junho de 1906, p. 3)

Resistência[245]. As ofensas aos trabalhadores e ao advogado não se limitavam à condição de socialista ou à condição de trabalhadores, elas se referiam à condição racial dos envolvidos com expressões racistas (CRUZ, 2006; 2010; ARANTES, 2010).

Ilustração 23 - Parte dos sócios da Resistência em 1906[246]

Fonte: Correio da Manhã, 14 de outubro de 1906, p. 3.

Apoiadores do Centro de Commercio e a Associação Commercial (ou os próprios membros, uma vez que as publicações eram anônimas). reagiram repudiando o ato da Resistência e da União. Numa mesma edição do *Jornal do Commercio* de 11 de dezembro de 1906, três artigos de opinião foram publicados. Todos anônimos. A Resistência foi acusada de conluio e o Ministro (o fiscal-geral da Resistência, Rufino Ferreira da Luz) foi por várias vezes atacado. O advogado Evaristo de Moraes também foi alvo de ofensas. A principal reclamação foi sobre a necessidade de filiação à Resistência como condição para que qualquer trabalhador atuasse nos trapiches e transporte de cargas no ramo cafeeiro.

---

[245] Os fiscais também eram carregadores. Para se distinguir dos demais usavam uma placa. Eram conhecidos como auxiliares do fiscal-geral. A função dos fiscais era de fato supervisionar o bom andamento do trabalho. Um trabalhador advertido pelo fiscal tinha o cartão que o habilitava ao trabalho retirado, o que significava estar suspenso do trabalho por determinado tempo ou permanentemente (*Correio da Manhã*, 14 de outubro de 1906, p. 3).

[246] Essa é realmente uma pequena parte. Os sócios chegaram a milhares.

Ilustração 24 - Diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e seu advogado Evaristo de Moraes[247]

Fonte: *Correio da Manhã*, 14 de outubro de 1906.

Evaristo e Rufino foram ambos classificados como mentirosos. Rufino foi chamado de “selvagem”, “preto”, “boçal” e sua cor foi mencionada como a responsável por sua “selvageria"[248]. Um artigo elabora a interpretação de que, em realidade, os trabalhadores estavam sendo enganados por socialistas como Evaristo de Moraes. A insinuação não se esgota à sua filiação política, as ofensas eram explicitamente racistas: “urubu malandro”, “prognata lombrosiano”, “mestiço loquaz”, dotado de “impulsos atávicos”. Cruz contribui para a compreensão desse conflito.

> Como os próprios carregadores anunciaram em manifestos espalhados na região portuária, em dezembro de 1906, o que eles almejavam com a greve eram "o direito" e "a nossa liberdade", ou seja, não serem mais vistos como "negrada", isto é, como "libertos", mas como homens que eram livres no sentido forte da expressão. Essas aspirações mais amplas, difusas, e compartilhadas por todos aqueles que sentiam em si as chagas do cativeiro, podem ter sido, assim, um fator importante para ajudar a congregar capitães e trabalhadores de tropa em torno do projeto comum da criação de uma sociedade *closed shop* na qual os primeiros preservavam sua posição privilegiada no mercado, garantindo que os segundos obtivessem ganhos e exclusividade também (CRUZ, 2000, p. 288).

---

[247] Segundo, da esquerda para a direita.

[248] “É caso dos proprietários de carroças pedirem desde já os deuses que a nova Resistência arranje pelo menos *um Ministro [Rufino] que não seja tão selvagem como o outro e que não tenha,* ainda como esse que tanto tem assombrado o comércio de café, *a alma perfeitamente da cor que tão pouco o recomenda”* (L.G) (*Jornal do Commercio*, 11 de dezembro de 1906, p. 4, grifos nossos).

Em 29 de agosto, a União dos Operários Estivadores divulgou uma nota em reação a essa represália, em que expunha os motivos daquela greve (*Jornal do Brasil*, 29 de agosto de 1906). Em 31 de agosto, Evaristo de Moraes escreveu um texto em resposta aos ataques que sofreu pelos cafezistas que alegavam ser ele o orientador das ações da greve. Ali declarou: "Fui, sou e serei socialista. Devo, entretanto, exercer a advocacia social e econômica de qualquer classe, agir de acordo com seus legítimos interesses e obedecendo as instruções que me são dadas" (*Correio da Manhã*, 31 de agosto de 1906). Como muito bem sugere Cruz esse conflito é ilustrativo de que "o patronato começou a sentir que vivia um tempo de rebeldia e de afirmação social dos subalternos, inclusive dos negros, que não reconheciam mais o seu lugar. Por isso os protestos surgidos nas matérias pagas dos jornais" (2006, p. 196). Cruz chama esse tipo de reação dos empregadores de "ressentimento anti-sindical e racista" (2006, p. 197).

> Numa sociedade em que os trabalhadores informais negros ou brancos eram tomados por "vadios" meus operários negros também por "capadócios", e num tempo no qual os contratos de trabalho eram fluidos sistematicamente desrespeitados, a força do argumento é evidente". *Ademais, recriadas pelas interpelações discursivas, velhas imagens associando o negro ao escravo-selvagem-inumano voltaram a assombrar os espíritos.* O próprio uso da palavra 'boçal' é uma indicação do fato, pois este era o qualificativo que particularizava os cativos recém-trazidos da África (CRUZ, 2006, p. 201, grifos nossos).

O impasse sobre a "liberdade do trabalho", ou seja, contra o *closed shop* imposto, continuaria sem uma resolução definitiva. E essa discussão seria retomada nas greves dos anos seguintes.

3.1.2 A greve de 1908[249].

Em 7 de janeiro de 1908 a Sociedade de Resistência foi transformada em Sindicato de Resistência por deliberação de seus sócios e por força do Decreto-Lei 1.637, de 5 de janeiro de 1907[250]. Esse Decreto estabeleceu o comportamento que o Estado esperava dos sindicatos. O reconhecimento de um sindicato implicava uma intervenção harmoniosa entre os interesses do capital e do trabalho. Embora no governo Vargas essa prerrogativa tenha se alargado e a existência dos sindicatos

---

[249] Para o aprofundamento sobre os eventos de 1908 envolvendo a Resistência Cf. Cruz (2006).

[250] Em 1909 a Resistência deliberou em assembléia abandonar o status de sindicato e voltar a ser Sociedade de Resistência, retomando estatutos anteriores (CRUZ, 2006).

tenha sido vinculada ao próprio governo – na estrutura do Ministério do Trabalho[251], restringindo a autonomia sindical – as bases para esse tipo de experiência já estavam postas previamente na primeira década do século XX .

> Art. 8º Os syndicatos que se constituirem com o espirito de harmonia entre patrões e operarios, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergencias e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes legaes da classe integral dos homens do trabalho e, como taes, poderão ser consultados em todos os assumptos da profissão (sic.)[252].

Em primeiro de maio uma passeata em comemoração ao dia do trabalho reuniu cerca de 5 mil homens entre os trabalhadores da Resistência e da União dos Estivadores que saudaram Evaristo de Moraes (CRUZ, 2006). No fatídico 13 de maio ocorreu um dos eventos mais discutidos entre historiadores brasileiros, o conflito entre os próprios trabalhadores do porto da Resistência. Um conflito que foi por uns interpretado como um conflito étnico e racial (portugueses brancos e brasileiros negros) (CHALHOUB, 2008), o que explicitaria, segundo autores como Boris Fausto (1979) os limites que essa condição diversificada (étnica e racial) trouxe para a organização dos trabalhadores cariocas (com grande composição de nacionais e negros). A concepção de Fausto (ibid.) foi, por exemplo, duramente criticada por Arantes (2010). Por outro lado, Cruz (2006) defendeu que esse conflito se deveu mais à tentativa de cumprimento do decreto-lei 1.637 de 5 de janeiro de 1907, que estabeleceu a presidência dos sindicatos restrita a brasileiros.

Esse debate não será tratado nessa aqui, embora valha a pena mencionar como naquele contexto os trabalhadores negros lançaram mão do próprio discurso nacionalista. Ao reivindicar a identidade de “brasileiros” os trabalhadores negros colocavam em questão o próprio sentido de nacionalidade proposto pelas elites. Um sentindo que objetivada, em última instância, sua diluição, sua eliminação por intermédio de uma identidade “brasileira” homogeneizada via miscigenação. A esse processo, que visou o branqueamento dos habitantes país e desaparecimento de sujeitos negros, Abdias Nascimento (1978) deu o nome de genocídio.

---

[251] Simbólico nesse sentido é que Evaristo de Moraes integrou o Ministério do Trabalho criado por Vargas. Igualmente interessante é que o filho do socialista Evaristo de Moraes, o Evaristo de Moraes Filho, participou da construção do Ministério Público do Trabalho, órgão independente do poder executivo, na década de 1940. Tornou-se procurador regional do trabalho. Fez parte da fase de construção tanto do Ministério do Trabalho quanto da Justiça do Trabalho (CARELLI, 2016).

[252] Decreto-Lei 1.637, de 5 de janeiro de 1907.

A estratégia dos trabalhadores negros elucida também a tentativa de garantir a direção da Resistência, espaço que, como a União dos Operários Estivadores, era secularmente composto por sujeitos negros. O conflito refletiu as tensões postas pelo decreto e já estabelecidas na sociedade. Por isso a reação pode ser vista além do escopo do decreto que tentava evitar a direção sindical centrada em europeus anarquistas, comunistas e socialistas. Pode ser vista como uma reação à própria política de branqueamento subsidiada pelo Estado e que teve no trabalho o campo privilegiado de disputa. Como elucidou McPhee (2014), a própria Resistência deliberou em suas assembleias por agir, tanto com financiamentos para criação e impressão de propagandas para divulgação em países da Europa sobre os perigos da imigração no Brasil; quanto subsidiando viagens de retorno de imigrantes, filiados ao sindicato, que desejassem voltar às suas terras. Algo que pode ser lido como tentativa de preservação dos trabalhadores negros como maioria e/ou expressão de uma solidariedade mais ampla entre trabalhadores.

De todo modo, não se pode perder de vista que a condição de “trabalhador” foi em si racializada no Brasil. Tanto no que tange o repúdio ao trabalho no contexto colonial, vinculado ao trabalhador negro escravizado, quanto na valorização do trabalhador pelas elites desde o fim do século XIX, na figura do branco europeu sem filiação política partidária e depois na figura do “brasileiro” (embranquecido).

Foi nesse cenário que trabalhadores negros buscaram reafirmar sua identidade como brasileiros. Estes *brasileiros negros* compreenderam que as determinações históricas não lhes eram favoráveis mesmo para ocupar a condição de trabalhador assalariado na sociedade capitalista. Lutar pelo controle do trabalho no porto significava lutar para a manutenção de postos de trabalho que, como já mencionado, era – como quase a totalidade do trabalho no país – desempenhado por esse segmento desde o período escravista. Há limites na construção dessa perspectiva? Sem dúvidas. Mas são os limites postos pela própria ordem capitalista que transforma a todos os que foram destituídos dos meios para produção de sua subsistência em trabalhadores. A luta se coloca restrita à arena de valorização do valor: ter trabalho para se reproduzir, para ao menos sobreviver. Ocorre que o projeto de Estado-nação posto pelas elites brasileiras se dedicou o quanto pode para eliminar o sujeito negro dessa arena - mesmo que ela mesma restrinja a condição plena de ser gente. Era preciso lutar, dentro da lógica do capital, para ter direito à vida.

Muitos dos trabalhadores da Resistência e da União foram inspirados por ideias socialistas, ainda assim foram pejorativamente acusados de praticar um tipo de sindicalismo “amarelo”, menos combativo do que o “vermelho” (identificado com os trabalhadores brancos europeus). Erika Arantes (2010) tece uma poderosa crítica a essa classificação que tem, indubitavelmente, um fundamento racista.

A greve iniciada em meados de agosto de 1908 se construiu nesse cenário. Dessa vez a Resistência entrou em greve em solidariedade aos carroceiros que estavam sendo substituídos por um pessoal sem expertise ou filiação sindical. Na oportunidade, exigiu-se aumento salarial e mais uma vez a defesa do *closed shop* (o monopólio da gestão da força de trabalho pelos próprios trabalhadores organizados). O Centro de Commercio de Café se mostrou dividido quanto à reação. O serviço de transportes estava mais uma vez paralisado. A polícia foi acionada e os cafezistas propuseram um *lockout* (quando os proprietários paralisam as atividades para forçar os trabalhadores a aceitar suas condições de trabalho).

Quase um mês depois quando o acordo estava para ser assinado atendendo aos requisitos da Resistência, articulistas atacaram novamente com um discurso racista, os trabalhadores e Evaristo de Moraes. O tipo de referência se repetia como há dois anos:

> “Esse acordo é motivo da maior vergonha para todos nós e, se implantado, sinalizará o triunfo da Resistência, composta de nada além de trabalhadores boçais, sobre os empreendedores do setor mais importante em nossa cidade" (*Jornal do Commercio*, 18 de setembro de 1908) (MCPHEE, 2014, p. 288).

O conflito entre trabalhadores e patrões era intrinsecamente racializado. Os cafezistas não aceitaram continuar as negociações e mais do que isso, partiram para o enfrentamento à lógica sindical e ao *closed shop*. Em setembro, o Centro do Commercio deliberou pela defesa da “liberdade do trabalho” como condição para encerramento da greve. Rejeitaram receber represetantes sindicais, negociariam apenas com “trabalhadores livres”, carroceiros, carregadores e trabalhadores de trapiches do café (CRUZ, 2006).

A Diretoria do Centro de Comércio de Café fez um pacto com outra associação de empresários, a Associação dos Proprietários de Veículos, que ofereceu serviços de trabalhadores não sindicalizados para o transporte de café. Ao mesmo tempo recorreram à polícia para garantir que o trabalho daria prosseguimento sem intervenção dos sindicalizados e de seus fiscais. Era

anunciada a defesa pela “liberdade do trabalho”. Os salários se manteriam, os empregos também, desde que os empregadores pudessem escolher a mão de obra, livremente, independente de sindicalização. Era a liberdade de contrato o que tanto queriam. Neste conflito, em outubro, os diretores do Centro pactuaram ainda com as firmas exportadoras a dispensa dos fiscais sindicais. A crise estava instalada e Evaristo deixou de ser advogado da Resistência, por divergências internas (CRUZ, 2006; 2012).

3.1.3 A Greve de 1918 e o surgimento da Caixa

Em 1918 quase 2 mil trabalhadores da estiva e dos armazéns cariocas permaneceram por quase 30 dias em greve. Entre as reivindicações, a principal era a recusa à adoção de mão de obra “livre", isto é, não sindicalizada. Empregadores acionaram judicialmente o direito a essa prerrogativa, a liberdade do trabalho, identificando-a como constitucionalmente estabelecida. Segundo esse argumento, os acordos antes firmados com os sindicatos garantindo o *closed shop* feriam esse princípio. Trabalhadores exigiam ainda uma nova tabela salarial, tempo definido para o almoço; além de intervalos para trabalhadores noturnos e meio período. As atividades portuárias foram imobilizadas. A preocupação com a extensão da greve era real – e envolvia todas as partes. Jornalistas clamavam pelo bem da nação o retorno às atividades. Em benefício da nação as atividades econômicas não poderiam ser interrompidas sob pena de prejuízo de todos (MCPHEE, 2014).

Mais uma vez o período foi atravessado por confrontos (físicos e verbais) entre sindicalizados, a força policial e não sindicalizados e muitos foram presos. Ao cabo de um mês, paulatinamente, os trabalhadores voltaram aos postos sem a garantia do *closed shop*. A greve de 1918 expôs os sindicatos de portuários aos limites que são próprios das relações capitalistas, aprofundados numa sociedade racializada. Mas afinal, o que de fato possibilitou o fim da greve de 1918? Perdas e conquistas marcaram o acordo possível naquele momento. A autonomia sindical da Resistência na regulação e controle das atividades dos trabalhadores do setor cafeeiro no porto carioca foi destituída. Em seu lugar, foi estabelecida a "liberdade" dos empregadores na contração de mão de obra livre, que foi instituída; já os fiscais, estes perderam sua centralidade no processo de trabalho (MCPHEE, 2014). Tais condições vieram acompanhadas de outra, particularmente cara a essa pesquisa: a

greve acabou depois de intensa negociação entre trabalhadores e patrões, sob mediação do Estado, na figura de seus representantes, Presidente da República e, claro, das forças policiais:

> Como se veio a saber, o presidente não havia concedido aos trabalhadores poder absoluto sobre a contratação sem garantir algum incentivo concreto para que os membros do sindicato aceitassem os princípios do trabalho livre. Isso ficou claro vários dias depois. *A principal inciativa foi a fundação de uma caixa beneficente para proteger os trabalhadores em caso de doença; uma porção dela seria pago pelos exportadores e comissários. Porém, e mais importante, o benefício só seria concedido àqueles que concordassem com o poder absoluto dos patrões sobre seu emprego nos armazéns. Isso refletiu a aceitação de um conjunto de recomendações feitas por um comitê composto por membros do Centro do Commercio de Café, que apresentara a ideia de um fundo de pensão ao presidente republicano e ao chefe de polícia da cidade.* A principal demanda era a de que os fiscais perdessem o controle sobre o emprego de trabalhadores sindicalizados nos armazéns ou no transporte (MCPHEE, 2014, p. 300, grifos nossos).

A grande ironia dessa conquista foi expressa no próprio nome da Caixa então constituída: Caixa Beneficente dos Trabalhadores Livres [do serviço do café] do Porto carioca. Em 2 de setembro de 1918, a assembleia convocada pelo Centro de Commercio foi noticiada. Ali estavam os representantes de firmas e negociantes de café, que compuseram a comissão para elaboração, deliberação e homologação dos termos e diretrizes da Caixa Beneficente dos Trabalhadores Livres. Ao final formou-se também uma comissão encarregada para elaboração de um estatuto e outra para estabelecimento do capital para formação da Caixa. Trabalhadores não compuseram esse processo. Ora, financiadas pelas elites cafeeiras, seriam administradas! Nas falas registradas constam a criminalização da Resistência e seu suposto antipatriotismo. De outro lado, elogios aos representantes do Centro de Commercio de Café, alardeados como os verdadeiros defensores dos trabalhadores. Nesse dia apenas um trabalhador se pronunciou, mas para reivindicar auxílio à instituição que presidia, a Sociedade Beneficente dos Empregados do Café. O pedido foi negado sob alegação de incompatibilidade com a pauta da assembleia[253].

Por fim, depois de anos de tensões, o trabalho “livre” foi estabelecido. A Caixa apareceu como concessão tanto do Estado quanto dos empregadores. A princípio o primeiro investimento sobre a Caixa coube a alguns empregadores envolvidos nas atividades comerciais do Porto. Esse primeiro recurso deveria ser investido na

[253] *A Noite*, 26 de agosto de 1918, p. 2; *Jornal A Razão*, 03 de setembro 1918, p. 1; *A Época*, 3 setembro 1918, p. 1; *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1918, p. 6.

compra de “títulos da dívida pública” com vistas a seu rendimento, contudo, posto o baixo valor, concluiu-se que os ganhos seriam reduzidos, sendo assim exportadores e recebedores envolvidos no ciclo cafeeiro pagariam uma taxa por saca de café para prover os fundos da Caixa[254].

Em 27 de agosto de 1918, o conservador jornal *O Paiz* (sic.) noticiava a matéria intitulada “Trabalho Livre”:

> O memorial que o Centro do Commercio do Café acaba de dirigir ao Sr. Presidente da República deve encerrar, definitivamente, a questão entre os patrões e os trabalhadores de café. Nesse memorial a questão é exposta com uma grande clareza. O commercio [sic.] de café, que vinha soffrendo [sic.], da parte da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores, toda sorte de vexames e de violências, resolveu libertar-se dessa pressão ilegal, restabelecendo o regimen [sic.] do trabalho livre, em condições mais vantajosas para os estivadores, que tiveram os seus salários melhorados. *Além disso, resolveu ainda o Centro do Café crear [sic.] a Caixa Beneficente dos Trabalhadores, dotando-a com cem contos de réis.* E esse gesto coroou a obra de conciliação ensaiada, com inteiro sucesso, pelo comércio de café, de acordo [sic.] com o Sr. presidente da República. Trata-se, inegavelmente, de uma excellente [sic.] solução para a questão entre o centro e os trabalhadores. Já agora, não procederia a allegação [sic.] de que o commercio [sic.] de café quer explorar os estivadores, submettendo-os [sic.] a um regime odioso. Ao contrário, o que se verifica, conforme accentua [sic.] o memorial dirigido ao chefe da Nação, é que *o commercio de café põe o seu capital na defesa do bem estar dos trabalhadores, com a constituição de uma caixa beneficente a ser mantida sem contribuição alguma por parte dos operários.* Que mais poderiam exigir os operários, desde que o Sr. presidente da República, para cuja intervenção appellaram [sic.], reconheceu ser descabida e impertinente a presença de fiscaes [sic.] da Resistência nos trapiches e armazéns de café? O centro tomou a iniciativa de offerecer [sic.] aos trabalhadores mais do que elles [sic.] pediam, pois não só organizou uma tabela de salários mais compensadora, como ainda creou uma caixa beneficente que não os onera com contribuições de qualquer natureza. É de esperar que a questão não mais se renove nem dê logar [sic.] a agitações como as que recentemente ameaçaram perturbar a ordem pública, creando [sic.] difficuldades [sic.] ao governo (*O Paiz,* 27. ago. 1918, p. 4, grifos nossos).

Para os trabalhadores, “liberdade” do trabalho era ter condições de escolher melhores (menores) preços e condições para realização do trabalho. Os distintos significados da palavra liberdade, para patrões e trabalhadores do setor cafeeiro do porto, foram decifrados por Cruz em outro trabalho (CRUZ, 2006; 2012). Mas sobre esse episódio Cruz (2006) menciona que, era a condição de sindicalizados o que conferia a estes trabalhadores de tropa a liberdade. Negociar individualmente o salário, jornada de trabalho e condições de sua realização não era de longe, algo que rimava com liberdade para os trabalhadores: “A organização era o seu meio de

[254] *Jornal a Noite*, 2 de setembro, 1918, p. 2; *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1918, p. 6; *A Época*, 3 setembro 1918, p. 1.

expressão, pois só com ela podiam garantir a autonomia e a dignidade dos ‘homens livres’” (CRUZ, 2006, p. 202).

A luta da Resistência e da União dos Operários Estivadores pela relativa autonomia posta pelo *closed shop* porém continuou. Foi, entretanto, enfrentada pelo Estado e pelo empresariado com igual determinação. Em 1924 o Presidente da República, Arthur Bernardes, ordenou, por meio do Decreto 16.400 de 11 de março de 1924, o fechamento, pelo período de três meses, da União dos Operários Estivadores. Uma medida de “prudência” diante da atitude da União em insistir no controle e gestão da mão de obra e processo de trabalho, enfrentando os interesses do patronato (*O Paiz*, 12 de março de 1924, p. 3). Sua ação foi enquadrada no art. 12 da Lei 4.269 de 1921 que previa o fechamento de associações e sindicatos que atentassem nocivamente ao bem público. Após uma solicitação da diretoria da União, o presidente autorizou apenas a manutenção da seção de Benfeitoria e Assistência para atendimento aos estivadores. O motivo do fechamento se deu devido a um conflito no cais, no dia 11 de março do mesmo ano, e que resultou em duas mortes (*O Paiz*, 29 de março de 1924). Pouco tempo depois, Arthur Bernardes emitiu em abril um novo decreto deliberando pela reabertura da União prevista para 1 de maio daquele ano. Isso implicou por parte da União a aceitação da “liberdade do trabalho" (*O Paiz*, 30 de abril de 1924).

Incutidos em todas essas greves estavam não apenas os conflitos inerentes à condição de trabalhadores e empregadores, como classes; mas também os conflitos raciais. Não se deve esquecer também que parte dos próprios trabalhadores do porto tinham como tradição coletiva a criação de seus próprios fundos para apoio mútuo desde o período escravista. No pós-Abolição, a União dos Operários Estivadores, por exemplo, tinha sua própria seção de Benfeitoria e Assistência para atendimento aos estivadores.

As condições de trabalho no porto entre o século XIX e início do XX eram precárias. Exigiam grande esforço físico em ambientes, muitos deles, insalubres. Os acidentes de trabalho eram recorrentes. Daí as estratégias pré e pós-Abolição organizadas pelos próprios trabalhadores diante de acidentes e falecimentos serem de grande importância. Os trabalhadores do porto tinham noção da gravidade dos riscos a que estavam expostos e isso aparecia no relatório do presidente da União, Luiz de Oliveira, em 1925. Ali foram relatadas as ações movidas contra as empresas, por meio de seus advogados do Sindicato. A empresas deveriam

responder, dentre outras maneiras, oferecendo medidas diárias aos acidentados, correspondente ao que o trabalhador recebia na época do acidente. O que não vinha acontecendo. Uma questão do tipo foi levada por escrito à Camara dos Vereadores, através do deputado Nicanor Nascimento que compunha a "Comissão Social dos Deputados" para que fosse inserida como emenda à Lei de Acidentes de Trabalho (ALMEIDA, 2003).

O Decreto-Lei. 3.724 de 15 de Janeiro de 1919 ficou conhecido como Lei de Acidentes. Não foi possível saber se a legislação original já contemplava o artigo 9 ou se foi acrescido posteriormente, mas de fato ela prevê o pagamento de meias diárias em "incapacidade temporária" em caso de acidentes[255]. Em síntese, com base em Almeida (2003), podemos observar que a conquista desse direito dependia muitas vezes de processos impetrados na justiça por advogados.

O papel da organização sindical, entre estes trabalhadores mormente negros, foi crucial, não apenas em termos de classe, mas na constituição de uma solidariedade étnico-racial num contexto de intenso estímulo estatal à imigração de trabalhadores brancos – mesmo que o temor aos anarquistas e comunistas com eles viesse (MCPHEE, 2014).

> A Resistência fez muito para mudar a escravização dos trabalhadores. Era muito comum que, sob o menor pretexto, um trabalhador fosse punido com uma chicotada sem ninguém para defendê-lo. "Açoitem o negro", eles costumavam gritar, e ninguém se importava [...] A Resistência era como um dique em uma torrente de perversidade que nós construímos para nossa proteção. *A Resistência nos deu um novo 13 de maio, um novo conjunto de direitos*[256] (MCPHEE, 2014, p. 286, grifos nossos).

É importante não deixar de considerar que havia um "ressentimento anti-sindical e racista" (CUNHA, 2006) do patronato cafeeiro em relação aos trabalhadores negros organizados, maioria entre os portuários. Havia o nítido desconforto de empresário negociar com trabalhadores (negros!). O fazer-se classe no contexto capitalista brasileiro foi sustentado no pertencimento étnico-racial fosse ou não acionado de forma explícita.

Trabalhadores negros do porto carioca, como os da Resistência tinham entendimento sobre essa conjunção e de seus resultados nas relações cotidianas.

---

[255] "Art. 9º Em caso de incapacidade total, mas temporária, a indemnização a ser paga á vítima será de metade do salário diário até o máximo de um ano. Si a incapacidade exceder desse prazo será considerada permanente, nos termos do paragrafo único do art. 5º, e a indemnização regulada pelo disposto no artigo anterior" (sic.) (Decreto-Lei. 3.724 de 15 de Janeiro de 1919).

[256] Essa fala foi registrada no Jornal A Razão, 23 de Agosto de 1918 e pela primeira vez considerada em um texto acadêmico por Cruz (2006).

Raça, nação e nativismo (favorecimento de pessoas nascidas no país)[257] compunham muitas vezes explicitamente os embates e mediações envolvendo Estado, trabalhadores e empregadores. Cada grupo construiu relativa apropriação destes termos em seus discursos e ações, a partir de suas experiências concretas em tentativa de realização de seus interesses.

> A constituição da Resistência foi, então, uma combinação de solidariedade étnica e racial com uma consciência de classe que começou a formar os trabalhadores no Rio de Janeiro na geração que se seguiu à abolição. Um fato importante é que isso esteve associado tanto com a proteção dos interesses afrobrasileiros quanto com a percepção de que o sindicalismo era uma maneira de garantir direitos econômicos no contexto de intensa competição com trabalhadores imigrantes na zona portuária da cidade (MCPHEE, 2014, p. 286).

É curioso que mesmo assim tenha sido veiculada a ideia de que os Sindicatos Negros do porto eram pouco ofensivos ou que eram afeitos a posturas favoráveis aos empregadores. Audiências eram marcadas para diálogo direto com o Presidente da República e os jornais registravam a pressão que os governantes exerciam para a solução de conflitos. Embora a negociação com Estado e empregadores ocorresse, isso não impedia o uso da repressão policial contra os trabalhadores ou atos intolerantes como a de Arthur Bernardes que exigiu o fechamento temporário da União.

A realidade é sempre mais complexa do que indica ser. Não seria de todo correto absolutizar a noção de total ausência de crítica dos trabalhadores ao Estado. Trabalhadores negros do porto absorveram a seu favor as preocupações do Estado quanto às atividades políticas de imigrantes. É possível que fosse premente tomar o Estado como mecanismo para conquista de necessidades imediatas, sem as quais sequer se poriam de pé (para o trabalho, mas também para a luta contra sua lógica no capital). Estes aspectos não podem, portanto, ser concebidos como menos importantes.

Aqueles trabalhadores negros tinham consciência sobre as estratégias estatais, das elites empresariais e intelectuais para minar suas possibilidades de (vida!) e trabalho por meio da subvenção de imigrantes europeus: como força de trabalho e agentes civilizatórios. Por sua vez, a lógica civilizatória de brasilidade abrangia imigrantes brancos em termos étnico-raciais, mas não necessariamente, em termos políticos. A perseguição e extradição de imigrantes brancos anarquistas, socialistas, comunistas demonstrou esse aspecto e os trabalhadores nacionais

[257] Sobre o nativismo Cf (McPhee, 2014).

também o compreenderam. Essas perspectivas eram consideradas estranhas aos brasileiros, mesmo que sindicatos como a Resistência e a União fossem a elas adeptos.

Cruz defendeu que o componente mais forte do estreitamento de laços de portuários negros foi sua histórica mobilização e organização, que datavam desde a escravidão.

> Mas a politização explica apenas em parte o sucesso do empreendimento. Na verdade, foram as práticas sociais já quase centenárias dos grupos de trabalho auto-organizados dos antigos escravos de ganho e libertos que abriram o caminho para a organização definitiva da associação [a Resistência]. Isso porque, tão ou mais importante do que a mobilização ideológica socialista foi a política adotada para a estruturação da sociedade: a sindicalização em bloco de tropas inteiras, inclusive dos seus capitães (CRUZ, 2006, p. 194).

Essa é uma amostra da complexidade de fatores que envolveu uma primeira aproximação dos portuários à proteção social organizada por empregadores sob chancela estatal. Um acordo que visou minar a autonomia sindical e o poder de pressão coletiva destes e mesmo que trabalhadores pertencentes à Resistência, por exemplo, fossem “privilegiados” na contratação, os termos da negociação seriam individualmente definidos.

Oito anos depois, em 1926, os portuários seriam incluídos na Lei Eloy Chaves. Como no caso dos ferroviários, contemplados em 1923, os portuários e depois as empresas já possuíam, antes da legislação oficial, algum acesso a certo tipo de seguro social. O Estado aparecia como árbitro nas relações racializadas entre trabalhadores e empregadores. Recorria para tanto à violência ao mesmo tempo que a certo consenso. Era ele o garantidor do progresso da nação. Isso envolveu a polícia social que se gestava, assumindo distintas faces, mas todas convergiam para o *trabalhador brasileiro*.

3.2 **Uma longa viagem: desvendando usos e sentidos da questão social e significados da política social na Europa Ocidental do XIX**

Victor Strazzeri (2014) revelou a íntima relação entre a palavra “social” e o termo “questão social” e se propôs a explicar como e porque “questão social” variou nos usos e sentidos em posições ideopolíticas diferentes na Europa Ocidental. Segundo sua análise, alcançar os usos e sentidos atribuídos ao termo “questão social”, remete ao entendimento do que a palavra “social” passou a significar neste

período, entre 1830-1848. O vocábulo “social” carrega, desde o século XVI, significados implícitos e explícitos, convergentes e antagônicos, que variaram conforme seu emprego.

Strazzeri (ibid.), ao recuperar a trajetória da palavra “social”, enquanto adjetivo[258], indicou que é possível verificar: 1) cisões no seu sentido ontológico – ao empregar a palavra “social” há quem descreva o gênero humano como intrinsecamente social, ao passo que há quem defenda essa condição como contingente e não própria de homens e mulheres; 2) cisões do discurso político – no emprego do vocábulo “social” há deslocamentos valorativos e mudanças de sentido se utilizado no campo crítico (ex.: lutas sociais, movimento social) ou no campo conservador (ex.: revolta social, caos social) e se observados nesses exemplos, “social” tem a forma de adjetivo.

Para ele a forma adjetiva do termo “social”, nos empregos enumerados anteriormente, oculta um outro conjunto de significados que a palavra incorpora, e que se liga à manifestação da palavra enquanto substantivo. Atentemos para essa diferenciação, pois nos dá uma chave para elucidar a polissemia de “social”.

> Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, o adjetivo “social” denomina algo “concernente à sociedade” ou que é “relativo à comunidade, ao conjunto dos cidadãos de um país”. É contudo, a segunda classe de uso do vocábulo sob a forma de substantivo que nos dá a chave para a compreensão do termo em questão. O “Social”, ainda segundo o Houaiss, é “o que pertence a todos; público, coletivo” e também “o que diz respeito ao bem-estar das massas, especialmente as menos favorecidas”. Não bastasse essa mudança semântica considerável, o caráter de substantivo é por si só revelador, já que para “social” ter se tornado o “social” — referindo-se especificamente às “massas menos favorecidas” e não “ao conjunto dos cidadãos” —, significa que ele se tornou, em alguma medida, independente da sociedade como um todo (STRAZZERI, 2014, p. 513).

“Social” de adjetivo, com sentido geral, passou a “o social” substantivo, com sentido específico. Como substantivo assumiu relativa independência de seu sentido original. Passou a se referir à parte da sociedade[259]. Essa adição de sentido (como

---

[258] Na gramática ou na linguística, um adjetivo é aquilo “que serve para modificar um substantivo, acrescentando uma qualidade, uma extensão ou uma quantidade àquilo que ele nomeia (diz-se de palavra, locução, oração, pronome)” (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, versão eletrônica).

[259] A língua francesa expressa o significado da palavra social (como adjetivo e substantivo) da seguinte maneira, em dois dicionários online consultados: 1) *Le Dicitionnaire: Adjective – Relatif à une société, une communauté, une collectivité; (Par extension) (Politique) Qui se préoccupe du fonctionnement de la société et de ses conséquences. [...]. Nom commun: Ensemble des questions relevant de la société, du droit social, des conditions de vie, etc.* [Adjetivo – Relativo a uma sociedade, uma comunidade. (Por extensão) (Política): Quem se importa com o funcionamento da sociedade e suas consequências. [...] Nome comum [substantivo]: Todas as

específico) à palavra “social” se deu no mesmo período em que apareceu o termo “questão social” também na Europa Ocidental. Foi a partir de 1830, quando a dinâmica da disputa pela tomada da direção (econômica, política, cultural, ideológica etc.) da vida em sociedade, entre burguesia e proletariado, ganhou a cena pública[260]. Ou seja, a flutuação de usos e sentidos de “social” se coloca nesse tecido histórico e político, quando primeiro se remete à toda a sociedade para logo em seguida se referir apenas a uma parcela da sociedade (STRAZZERI, 2014).

> À classe burguesa interessava, em um primeiro momento, universalizar abstratamente o significado do adjetivo “social”, isto é, competia pulverizar a referência politicamente perigosa à classe operária num “social” que remetesse ainda ao conjunto da sociedade. Isto se explica, pois entre 1830 e 1848 a burguesia ainda sustenta a pretensão, objetivamente fundada, de incorporar, enquanto ente social particular, os interesses da sociedade como um todo, como havia feito na grande revolução de 1789 (STRAZZERI, 2014, p. 516).

Os anos entre 1830 e 1848, na Europa Ocidental, foram marcados pelas ações organizadas de trabalhadoras(es) assalariadas(os), em denúncia e contestação às suas condições de vida (marcadas pelo pauperismo) e de trabalho. As opiniões sobre o pauperismo começaram a refletir uma concepção filosófica e não apenas teológica[261]. A classe burguesa, entretanto, ainda se colocava até 1848 como classe revolucionária e progressista, afinal seu projeto de sociedade em curso se apresentava como interesse e benefício de todas(os). A legitimidade que adquiriu

---

questões relacionadas com a sociedade, direito social, condições de vida, etc.]. 2) Cordial: *Définition de social – nom masculin singulier – Ensemble des phénomènes relevant du travail, du droit, du progrès, de la lutte, etc*. [Definição de social: substantivo masculino singular – Todos os fenômenos relacionados ao trabalho, direito, progresso, luta etc.].

[260] É conhecida a citação de Netto, sobre suas origens, mas talvez não a elucidação em torno dela: “Todas as indicações disponíveis sugerem que a expressão ‘questão social’ tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX [1830] e foi divulgada até a metade daquela centúria [século] por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político” (NETTO, 2001, p, 42).

[261] “Médicos e funcionários dos governos locais começaram um minucioso trabalho de investigação social, visitando fábricas, minas, bairros populares e as moradias dos trabalhadores, realizando estatísticas, escrevendo relatórios e propondo intervenções, mesmo que modestas, por parte dos poderes públicos. Boa parte deste material serviu para fundamentar os argumentos nos debates em torno das primeiras leis sociais da Inglaterra no sentido de regulamentar as condições de trabalho nas minas de carvão e nas fábricas têxteis entre as décadas de 1830 e 1840. É possível ter uma pequena amostra deste material de investigação no livro de Engels supracitado sobre a classe trabalhadora na Inglaterra, publicado em 1845. Engels lançou mão desta documentação para reforçar os seus argumentos em torno das condições de vida dos trabalhadores, além da imprensa, que também publicava artigos de médicos, funcionários, clérigos e filantropos, nos quais se narravam as péssimas condições de moradia, a escassa alimentação, o vestuário insuficiente e miserável e as doenças que abatiam especialmente as crianças. Escritores e periodistas também desempenharam importante papel como observadores e críticos sociais, retratando o cotidiano violento e desumano do pauperismo […]” (MARTINS, 2017, pp. 246-7).

ao colocar em ruínas a velha ordem feudal lhe conferia poderes para atuar em sentido “social” (geral), atendendo ao interesse de todos. Seu interesse seria o da sociedade (em geral) e vice-versa. Essa foi uma franca tentativa de retirar o teor político e legítimo das reivindicações daquela classe trabalhadora que se levantava contra a pauperização a que fora submetida. Esse uso do termo “social” diluiu o entendimento de trabalhadoras(es) como classe e, em especial, diluiu sua crítica revolucionária ao trabalho e à sociabilidade na sociedade edificada pela burguesia. Então, como uma “questão social” restava assim, à própria burguesia – guardiã dos interesses universais – explicá-la e fornecer suas soluções: sem ferir o *status quo*.

> É, sobretudo, nas revoluções de 1848 que o vocábulo deixa de caracterizar apenas no discurso de uma consternada classe burguesa uma nova forma de pauperismo, sendo apropriado pelas próprias massas trabalhadoras nas suas palavras de ordem e reivindicações após a vitória da revolução de fevereiro […] (STRAZZERI, 2014, pp. 515-6).

A mesma classe trabalhadora, desde o Terceiro Estado francês, porém, passou a se apresentar, ela mesma, como representante do interesse da sociedade (em geral). A Primavera dos Povos (1848) convulsionou a Europa Ocidental e as massas trabalhadoras já não exigiam apenas aumento salarial, redução de jornada etc., a exigência era por outra forma de sociedade, era por uma República Social. Ao se reconhecer como classe, as(os) trabalhadoras(es) se apresentam como representantes dessa outra forma de sociedade. Tomam para si a representação do interesse social (geral), isto é, de toda a sociedade. Um espectro rondava toda a Europa, o socialismo revolucionário[262], que sofreu decisiva influência do movimento

---

[262] Marx e Engels (2010) teceram a crítica aos distintos tipos de socialismo, em sua maioria vistos como reformistas, que identificaram na Europa em 1848. Para se diferenciar daqueles, passam a adotar o termo “comunismo”. Posteriormente, a crítica contundente de Karl Marx, Friedrich Engels e da tradição marxista estabeleceria um novo paradigma de interpretação à pauperização massiva das(os) trabalhadoras(es) e produziria munição teórico-metodológica para o fortalecimento das reivindicações dos trabalhadores, reforçando seu caráter universal. No prefácio de 1888 à edição inglesa do *Manifesto Comunista*, Engels disse: “[…] a história do *Manifesto* reflete, em grande medida, a história do movimento operário moderno; atualmente é, sem dúvida, a obra de maior circulação, a mais internacional de toda a literatura socialista, o programa comum adotado por milhões de trabalhadores, da Sibéria à Califórnia. No entanto, quando surgiu não poderíamos chamá-lo um manifesto “socialista”. Em 1847, consideravam-se socialistas dois tipos diversos de pessoas. De um lado, havia os adeptos dos vários sistemas utópicos, principalmente os owneístas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, ambos já reduzidos a meras seitas agonizantes. De outro, os vários gêneros de curandeiros sociais, que queriam eliminar, por meio de suas várias panaceias e com todas as espécies de cataplasma, as misérias sociais, sem tocar no capital e no lucro. Nos dois casos, eram pessoas que não pertenciam ao movimento dos trabalhadores, preferindo apoiar-se nas classes “cultas”. Em contrapartida, o setor da classe trabalhadora que exigia uma transformação radical da sociedade, convencido de que resoluções meramente políticas eram insuficientes, denominava-se então “comunista”. Tratava-se ainda de um comunismo mal esboçado, instintivo e, por vezes, grosseiro. […]. Em 1847, o socialismo

cartista – a expressão máxima do potencial revolucionário dos trabalhadores enquanto classe naquela época.

> Para opor as pretensões de classe universal do proletariado, bem como suas reivindicações sociais, a burguesia que no pós-1848 se revestiu de um ímpeto eminentemente conservador, precisou fazer a operação inversa à que havia realizado antes: se de início competia generalizar abstratamente os interesses das classes trabalhadoras, para que pudesse assumi-los como seus, agora era imperativo particularizar esses interesses, imputando-os a um setor pretensamente minoritário da sociedade, restringindo os males provenientes da "questão social" a anomalias sanáveis dentro da ordem vigente. Com essa viragem nas pretensões políticas da classe burguesa concomitante à entrada revolucionária do proletariado na cena histórica, restringe-se progressivamente o sentido do vocábulo "social", que não mais se confunde com o que "concerne ao todo da sociedade", passando a remeter apenas a um setor particular desta (STRAZZERI, 2014, p. 517).

Sua utilização, porém, variou de posição política (e de sentido) até 1850, a partir de então se transformou em patrimônio do pensamento conservador. E dali em diante a "expressão 'questão social' deixou de ser usada indistintamente por críticos sociais de diferenciados lugares do espectro ideopolítico – ela deslizou, lenta, mas nitidamente, para o vocabulário próprio do pensamento conservador" (NETTO, 2001, p. 43). Revisitando sua própria concepção inicial de "social", a burguesia em decadência ideológica começou a tratar esse vocábulo como substantivo. Ao substantivá-lo, a burguesia considerou-o como sinônimo de demandas daquela classe específica, daqueles trabalhadores. Cindiu, portanto, o caráter social (universal) daquelas reivindicações.

> A "questão social" nunca foi, portanto, a questão da sociedade ou "referente ao conjunto da sociedade", mas sim, desde seu surgimento, foi a questão de um segmento desta, que, por ser potencialmente revolucionário, punha em risco o projeto de sociedade da burguesia, classe que em 1830 consolidava sua posição hegemônica. São, portanto, as implicações da questão operária que, "em seguida, o pensamento conservador designará com a fórmula aparentemente neutra de 'questão social'" (Netto, 2004, p. 61), que fundamentam a nova expressão. Oculta sob o adjetivo "social" está a classe operária, sem a qual o termo deixa de fazer sentido, inclusive na maior parte dos usos contemporâneos da palavra. Se "social" e "operário" caminham juntos, e se, sem se confundir, estão intrinsecamente ligados, é possível compreender a razão pela qual "[c]uriosamente, a expressão 'questão social' emerge praticamente ao mesmo tempo em que surge, no léxico político, a palavra socialismo" (Netto, 2001, p. 152, n. 3). O "socialismo" é a formalização necessária no âmbito do discurso e das ideias políticas das pretensões do "social" de moldar uma nova sociedade, ou seja, é um reflexo das formas de rebelião política que assume o não conformismo dos setores subalternos da sociedade capitalista (STRAZZERI, 2014, p. 515).

---

significava um movimento burguês, e o comunismo, um movimento da classe trabalhadora (MARX; ENGELS, 2010, p. 77).

Logo, a pobreza massificada e os processos revolucionários daquela gente pauperizada, tratava-se de uma questão “social”. Neste caso, o social indica restrição àquele estrato da sociedade. Segundo essa lógica, mazelas podiam ser encontradas em todas as formas de sociedade anteriores, seu caráter, era portanto ineliminável e restrito a uma parte da sociedade: daquela questão social e de suas demandas, “cuidaria” a burguesia. Essa passagem da história que manifesta explicitamente o trânsito conservador da burguesia é chamada “decadência ideológica”. Conter o perigo revolucionário, desestabilizador da ordem que recém criara havia se tornado mais importante do que seus ideais originais (STRAZZERI, 2014).

Os argumentos propostos por Victor Strazzeri me motivaram à consulta ao livro de 1845 de Friedrich Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Embora seja sobre os trabalhadores ingleses, esse livro foi escrito originalmente em alemão e para trabalhadores alemães. Ali a palavra social está grafada como *sozialer* ou *sozial* e aparece em itálico. E quando Engels faz referência ao termo “questão social”, o termo é grafado no alemão como *sozial frage*. A palavra *sozialer* aparece em alguns momentos em que Engels está se referindo ao cartismo: “*Der Chartismus ist wesentlich sozialer Natur*[263]” (1972, pp. 450-1). Na edição do mesmo livro no Brasil essa frase foi traduzida da seguinte maneira: “O cartismo tem uma natureza essencialmente *social* (ENGELS, 2010, pp. 268-9 itálicos do autor).

Esse jogo de palavras, não se fez ocasional, ele subjaz mudanças de sentido em torno da palavra “social”. Para Engels, o cartismo era o movimento legítimo capaz de ameaçar a ordem burguesa e suprimir pela raiz os fundamentos do pauperismo. Ou seja, capaz de suprimir o próprio ordenamento capitalista. Ao destacar em itálico, que o cartismo tem uma natureza essencialmente social, Engels reforçou mais uma vez a ideia aqui proposta. Essa ideia, ganha mais sentido no referido trecho da edição brasileira. O trecho citado é seguido da seguinte nota de rodapé do editor: “A edição inglesa de 1887, cuja tradução foi pessoalmente verificada por Engels, traz uma outra formulação: ‘O cartismo é essencialmente um movimento de *classe*’” (ibid., itálicos nossos). A palavra que na frase anterior em alemão foi grafada como *sozialer*, em português foi grafada como “social” e na

[263] Tradução livre: “Essa também é a diferença entre a democracia carismática e toda a democracia política burguesa anterior. O cartismo é essencialmente *social* por natureza”

versão do texto em inglês como “classe”. Ou seja, *sozialer* e classe (trabalhadora) foram colocadas com um mesmo sentido.

Na Alemanha os termos socialismo (*sozialismus* em alemão) e questão social (*sozial frage*) nasceram no século XIX como resultado e resultante daqueles processos históricos que implicaram na ressignificação da palavra social, já presentes na França e Inglaterra.

> Se nas línguas latinas a mudança semântica do termo “social” foi acompanhada por sua substantivação, isto é, uma alteração de classe gramatical que indicou que aquilo que se refere à sociedade se transformou em algo independente desta última, no alemão tal câmbio gerou dois vocábulos diferentes. Há, a exemplo do português, um substantivo *Gesellschaft* (sociedade) que partilha do radical do adjetivo *gesellschaftlich*, de forma semelhante à sociedade/social. Todavia, a entrada do movimento operário no palco político das lutas de classes introduz não a substantivação do termo *gesellschaftlich*, mas uma nova palavra: o adjetivo *sozial*. A “questão social” em alemão, por exemplo, já nasceu como “*soziale Frage*”. […]. Este fenômeno linguístico não se deve à pretensa vocação da língua alemã para a filosofia, como a caracterizou certa vez Heidegger, mas ao atraso alemão segundo o qual as questões de cunho político associadas ao “social” são incorporadas com um novo termo, a despeito da existência de uma palavra passível de traduzi-lo (*gesellschaflich*). Assim, o “social” francês é apenas ligeiramente germanizado (no século XIX, apenas na pronúncia, mantendo o “c” original, e posteriormente assumindo uma nova grafia — *sozial*), o que imputa um caráter exógeno àquilo que é exprimido pelo termo no que diz respeito à realidade alemã. No universo linguístico alemão, os problemas sociais em nenhum momento se confundem com os problemas da sociedade, seriam antes fenômenos externos à tradição germânica introduzidos talvez com a chegada da *Zivilisation*, também ela um fenômeno estrangeiro (cf. Mann, 1975) (STRAZZERI, 2014, p. 523).

A organização dos trabalhadores impôs o reconhecimento da pauperização massiva, da questão social, como produto daquela sociedade criada pela burguesia, na qual o trabalho passou a ser submetido aos imperativos do capital (do valor). A criatura expôs seu criador. As relações capitalistas que criaram aquele tipo de trabalhador(a) assalariado(a), também produziu sua pauperização. O levante da criatura não era esperado. Longe de uma mera consequência compulsória, a ação organizada da, agora, classe trabalhadora, possibilitou a condensação de suas insatisfações em ações coletivas, não mais pulverizadas e logo, seus efeitos atemorizaram a burguesia.

Na Alemanha, segundo Engels (2010), desde o início do século XIX os partidos operários se organizavam e o cartismo se manifestava. Behring & Boschetti (2011) lembram que, naquele período, trabalhadores mantinham Caixas de poupança e de previdência para estimular a organização coletiva e se manter em

períodos de greve. Por parte do Estado a repressão contra os trabalhadores era intensa.

Foi precisamente na Alemanha, depois da unificação, que surgiu a primeira experiência de política social capitaneada no contexto do moderno Estado-nação[264]. A unificação da Alemanha se deu após uma sucessão de guerras que incidiram sobre as condições para a criação em 1871 do Império Alemão que representou a unificação de diversos estados à época (reinos, ducados, principados etc.). Um processo marcado pela força do militarismo, do nacionalismo e da concepção de Estado-Nação. O principal responsável pela unificação foi o Primeiro Ministro do reino da Prússia (1873-1890), Otto Von Bismarck, também Chanceler do Império Alemão (1871-1890).

Bismarck tinha reconhecida inclinação autoritária e seu governo reprimiu com violência socialistas e social-democratas. Ao mesmo tempo, na década de 1880, criou um tipo de seguro social mundialmente conhecido. O seguro social compulsório (vinculação obrigatória) se restringia a trabalhadores formais assalariados e às suas famílias e estava condicionado à prévia contribuição desses trabalhadores através da folha salarial. Para compor os fundos das Caixas que subvencionavam os seguros, os empregadores também contribuíam. Todo esse processo era regulado pelo Estado.

Os seguros foram criados separadamente por Bismarck para depois compor um sistema: seguro doença (1883), seguro acidente de trabalho (1885), seguido do seguro velhice (1891) que poderíamos chamar de aposentadoria. Não foi em imediato garantido para todos os trabalhadores, mas para uma pequena parcela (GIOVANELA, 1998). O “seguro social constituiu-se com base nos princípios de equivalência – característico de qualquer seguro –, de solidariedade – por pressupor alguma redistribuição –, e de subsidiariedade que define a ação estatal como complementar[265] (ibid., p. 23.).

---

[264] Potyara Pereira afirma: “A prevalência do moderno Estado-Nação implicou na quebra do privilégio familiar, herdado pela autoridade governamental, e introdução de práticas administrativas regidas por regulamentações legais. As tradicionais relações entre senhores e servos foram substituídas por relações entre patrão e empregador, as quais se mostraram avessas ao paternalismo. Os governos passaram a ser vistos e a funcionar como autoridade pública e a sofrer novos tipos de pressões, como as que lhes exigiam proteção social como direito do cidadão e dever do Estado. E a criação de um sistema nacional de autoridade pública contraposto ao antigo sistema patrimonial de administração, constituiu, sem dúvida alguma, relevante fator de progresso orientado para a ampliação da cidadania e democratização da política social” (2011, p. 34).

[265] A autora complementa: “Pelo princípio de equivalência, os benefícios são vinculados às contribuições prévias, e diversas instituições são conformadas, dirigidas a distintos grupos de

> O modelo bismarckiano é identificado como sistema de seguros sociais, pois suas características assemelham-se à de seguros privados. Em relação aos direitos, os benefícios cumprem principalmente (e às vezes exclusivamente) os trabalhadores contribuintes e suas famílias; o acesso é condicionado a uma contribuição direta anterior e o montante das prestações é proporcional à contribuição efetuada. Quanto ao financiamento, os recursos provêm fundamentalmente das contribuições diretas de empregados e empregadores, baseados na folha de salários. Quanto à gestão, os seguros eram originalmente organizados em caixas estruturadas por tipos de risco social: caixas de aposentadoria, caixas de seguro-saúde, e assim por diante, e eram geridas pelos contribuintes, ou seja, por empregadores e empregados (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 66).

Esse passo na ampliação da intervenção do Estado correspondeu também à fase inicial do capitalismo monopolista. Esse modelo não se limitou aos trabalhadores alemães. Cada país, em dado tempo e com dada maneira implementou, aos poucos, modelos aproximados a esse "dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado" (ibid., p. 64).

Algo que pouco se discute sobre a política "social" inaugurada por Bismarck é o contexto e as condições em que foi estabelecida. Qual, por exemplo, o sentido político do Estado "Social" de Bismarck (em alemão *Sozialstaat*[266]*).*

> A gênese e a estrutura do sistema de seguro social alemão estão intimamente ligadas ao conflito capital-trabalho. Na Alemanha, durante o processo conservador de transição para o capitalismo, o Estado autoritário tomou para si a responsabilidade pela segurança social e incluiu gradualmente a população dependente do trabalho assalariado na solidariedade obrigatória. Criado por Bismarck ao final do século passado, o

---

trabalhadores. O princípio da subsidiariedade, por influência da igreja, serve para enfatizar que o Estado somente interferirá quando a capacidade da família estiver exaurida, envolvendo responsabilidade de cada indivíduo. Enfim, o princípio da solidariedade torna as contribuições proporcionais à renda, bem como a concessão dos benefícios de acordo às necessidades, produzindo redistribuição" (GIOVANELA, 1998, p. 23)

[266] O partido de Hitler era grafado em alemão como "*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei"* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães). Em certa medida, do ponto de vista político e ideológico, essa estratégia se repetiu da segunda vez como tragédia com o III Reich de Adolf Hitler. O chanceler conhecido como responsável pela primeira experiência de política social sob responsabilidade estatal, optou por, ao criar o *Sozialstaat*, se apropriar do termo *Sozial* para nomear seu eixo de governo". Em 1923, o jornal inglês *The Guardian* entrevistou um jovem político em ascensão. Ele prometia acabar com o "bolchevismo em casa". O movimento que, seis anos antes, derrubou 300 anos de monarquia russa e abriu portas para a União Soviética, "é a nossa maior ameaça", continuou. "Mate o bolchevismo na Alemanha e restaure 70 milhões de pessoas ao poder." Seu nome? Adolf Hitler. […]. "Por que vocês se chamam Nacional Socialista, já que seu programa partidário é a antítese do que comumente conhecemos como socialismo?", questiona o repórter. Eis que Hitler "abaixa sua xícara de chá combativamente", como descreve a reportagem, e rebate: "Socialismo é a ciência de lidar com o bem comum. Comunismo não é socialismo. Marxismo não é socialismo. Os marxistas roubaram o termo e confundiram seu significado. Eu irei tomar o socialismo dos socialistas" (ILUSTRADO, 2018, s/p).

> seguro social alemão dirigia-se a um grupo que, embora crescente e economicamente importante, representava ínfima parcela da população: os trabalhadores assalariados (*blue collars*). A política social de Bismarck, para além do enfrentamento da questão social, conformou uma proposta intencional de organização corporativa da sociedade – corporações submetidas ao Estado – e de ampliação do controle social. Buscou combater o avanço da social-democracia através da "realização dos pontos das reivindicações socialistas, que (fossem) sejam adequados e compatíveis com as leis do Estado e da sociedade" (BISMARCK apud. OLIVEIRA, 1995, pp. 25; 38). Por conseguinte, a introdução do seguro social sofreu forte oposição dos trabalhadores. Centrado na esfera do trabalho assalariado, o "Estado de Seguro Social" (*Sozialstaat*) assegura direitos sociais aos cidadãos na medida da sua participação no mercado de trabalho, da mesma forma que, no caso da cidadania brasileira "regulada" (SANTOS, 1979), pelo lugar ocupado pelo indivíduo no processo produtivo (GIOVANELA, 1998, p. 21).

O método de utilização de Caixas para prover situações como essas, porém, já era adotado entre os próprios trabalhadores, modelo mantido pela legislação de Bismarck, o qual organizou e uniformizou a demanda. Esta apropriação do Estado bismarckiano foi sinalizada por Behring & Boschetti:

> Em meados do século XIX, os trabalhadores organizaram caixas de poupança e previdência (sociedades de mutualidade) como estratégia de fundo de cotização para fomentar a organização operária e manter os trabalhadores em greve. O livro *Germinal*, de Emile Zola, transformado em filme, mostra essas primeiras iniciativas dos trabalhadores em um contexto de forte repressão estatal aos movimentos grevistas. Essa forma de solidariedade de classe, contudo, foi completamente desvirtuada na Alemanha, quando o governo do chanceler Otto Von Bismarck instituiu o primeiro seguro-saúde nacional obrigatório em 1883, no contexto de fortes mobilizações da classe trabalhadora. As iniciativas tomaram a forma de seguro social público obrigatório, destinado a algumas categorias específicas de trabalhadores e tinham como objetivo desmobilizar as lutas. As medidas compulsórias de seguro social público têm como pressuposto a garantia estatal de prestações de substituição de renda em momentos de perda da capacidade laborativa, decorrente de doença, idade ou incapacidade para o trabalho (2011, p. 65).

As tensões colocadas pela questão *sozial* e incorporadas pelo Estado foram manifestas nas políticas sociais. O Estado as assumiu e em lugar de oferecê-las de forma abrangente tomou-as restritas a segmento da sociedade (trabalhadores assalariados). A questão "social" foi vista como algo restrito à parcela da sociedade, como uma questão específica daquele segmento. Bismarck lançou mão da própria maneira como parte dos trabalhadores se organizavam coletivamente em situações de doença e outros infortúnios e fez delas sua marca. Tomou para si, mas modificou seu sentido ao mesmo tempo que tratou de diluir de significado a questão "social" e a restringiu a uma questão passível de resolução por meio de serviços traduzidos naquilo que passou a ser chamado de políticas sociais. Políticas para trabalhadores

(?). Mas de que trabalhadores estamos falando? Se compreendemos que a política social se molda a partir das tensões entre trabalhadores, patrões e Estado é possível dizer que suas características têm contornos gerais, mas também particulares segundo o período histórico e as especificidades locais em que se processam. Do mesmo modo lançou mão de propostas próprias de socialistas, como para demarcar seu governo, algumas delas as que transformaram em políticas sociais pelas quais se tornaria conhecido.

3.3 **“Trabalhadores do Brasil”: Estado-nação, raça e política social**

No Brasil, a inspiração liberal republicana que moveu o golpe de 1889 elegeu como lema a “ordem” e o “progresso”. De fato, a repressão prevaleceu na Primeira República como intervenção primeira ante os conflitos na sociedade e naqueles entre trabalhadores e patrões isso foi particularmente nítido, diante da violência policial ampliada. Na busca por consensos, porém, foram colocados em curso mecanismos pontuais que, quer queira quer não, formaram a base da proteção ao trabalho e ao trabalhador. As primeiras legislações sociais, alicerces para as políticas sociais, nasceram nesse período.

Como analisar a origem da política social (ou sua consolidação) no Brasil suspendendo da análise o debate sobre nação que marcou esse contexto? E como ignorar que implicado nesse debate estava a questão da raça? E mais, como deixar de lado duas correntes – a eugenia e o culturalismo – que sustentaram esse debate? Todos esses elementos já estavam postos entre intelectuais nas intenções do Estado desde as primeiras décadas dos 1900. As cartas já estavam na mesa. Sem dúvida, foi nos anos 1930 e 1940, porém que se fizeram explícitas no corpo do robusto e autoritário Estado-Nação liderado por Getúlio Vargas.

Para Jaime Osório o Estado, em suas determinações fundamentais, é a condensação de relações de: 1) poder político; e, 2) domínio. Relações que, por sua vez, contém uma dimensão produtora do sentido de comunidade e atravessam toda a teia da organização da vida social. São relações de classe, interligadas com relações raciais e de gênero. Essas relações têm núcleos particulares de condensação. E se o Estado é violência condensada direta ou indiretamente em legislações, espaços e circunstâncias etc. traz consigo imaginários que têm um sentido de comunidade.

> O Estado é condensação das correlações de forças. Se diversas classes sociais (e outros grupos) atuam e se desenvolvem na sociedade, todas elas buscam alcançar seus interesses. Em diversos graus, o *Estado tem a particularidade de assumir demandas e posições de todas as classes,* frações e setores. Porém, assume-as com a condição de que há classes que detêm o poder político e outras não. Dessa forma, muitos interesses sociais adquirem expressão na vida comum, mais com limitações estabelecidas pelos interesses dos grupos sociais dominantes (OSÓRIO, 2017, p. 27). Para as classes sociais, conservar o poder político significa contar com a força social para organizar a vida comum. Este não é um assunto irrelevante, porque implica criar um redemoinho na vida comum, ao redor do qual fundamentalmente tudo gira, permitindo assim que os projetos e interesses dos que detêm o poder político prevaleçam – mais do que absorver e assumir posições e interesse de outras classes (OSÓRIO, 2017, p. 27, grifos nossos).

Para Osório (ibid.), através das políticas sociais, o Estado se coloca como produtor de consensos. Em aparência o Estado ocupa o lugar de agente neutro, deixando oculto que está fundado e embebido em interesses de "classes dominantes". E, mesmo quando assume demandas ou posições das "classes dominadas"[267], o faz preservando-as nas mesmas condições[268]. Essa lógica permeia e conduz a intervenção do aparato estatal, isto é, a instância que administra o poder do Estado: suas instituições, servidores, legislações e normas. Dizer isso não significa a ausência de conflitos ou de ganhos significativos para grupos pouco favorecidos. Implica, isso sim, o reconhecimento do Estado como esse território de interesses específicos em permanente conflito (direto ou não).

Eric Hobsbawm (1990) entende a nacionalidade como um princípio que mantém a unidade política e nacional. A nação, por outro lado, não pode ser entendida sem o Estado (territorial) moderno, isto é, o Estado-Nação. Na era moderna nação e Estado estão implicados. É o Estado o formador tanto da nação

---

[267] "O Estado é o centro do poder político porque é nele que se condensa a força social que organiza a vida em comum. Sem Estado não seria possível dar forma a nenhum projeto e interesse de classe, e tampouco organizar a vida de outros seres humanos de maneira duradoura. […]. A centralização do poder político no Estado não impede sua projeção ao espaço social como um todo, repercutindo na forma como este espaço se recria e se produz" (OSÓRIO, 2017, p. 27).

[268] "Os assalariados podem reivindicar empregos ou melhores salários. E é possível que alcancem estes objetivos em tempos e períodos específicos. Porém, permanecerão em um contexto em que a condição do trabalho assalariado se mantém. E isso é parte dos interesses das outras classes, as que dominam. Na medida em que estas relações sociais e de força se naturalizam, o Estado pode se projetar como uma entidade que expressa os interesses da sociedade como um todo" (OSÓRIO, 2017, p. 27).

"O Estado moderno típico, que recebeu sua forma sistemática na era da revoluções francesas – embora, de vários modos, ele tivesse sido antecipado pelos principados europeus que evoluíram a partir dos séculos XVI e XVII –, era uma novidade em muitos aspectos. Era definido como um território (de preferência, contínuo e inteiro) dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites claramente definidos. Politicamente, seu domínio e sua administração sobre os habitantes eram exercidos diretamente e

quanto dos nacionalismos, por isso as nações são, segundo sua concepção, construídas pelo alto. Mas, ao mesmo tempo, não podem ser entendidas sem o prisma de baixo, das pessoas comuns e seus cotidianos, alvos privilegiados da propaganda nacionalista. Entre os ideólogos do liberalismo burguês europeu, a relação entre nação e progresso foi assimilada na segunda metade do século XIX[269].

> Como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a "nação" como uma entidade social originária ou imutável. A "nação" pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o "Estado-nação"; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação. […]. *As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto* (HOBSBAWM, 1990, p. 19, grifos nossos).

Na América Latina a discussão em torno da "nação" também se intensificou entre o século XIX e XX. Como se projetar para o mundo como nação forte apta ao progresso? Naquela ocasião países com histórico colonial escravista, como o Brasil, iniciavam a corrida por posições não subalternas na divisão internacional do trabalho. Nancy Stepan (2005) lembra que, entre 1920 e 1930, a respeito da nação foi paulatinamente ligado o discurso de gênero e raça na Europa e nos Estados Unidos. Na América Latina não foi diferente. As elites latino-americanas buscaram capturar, porém, aquilo que poderia caracterizar e unificar cada nação. A eugenia não estava descolada desse processo.

No Brasil o Estado se colocou como representante do interesse de todas as classes e, por conseguinte, de todas as raças. Ao fazer isso, porém, manteve a condição dos envolvidos em posições hierarquizadas, mesmo que, em aparência, todos tivessem adquirido, pela mão generosa do Estado, um lugar ao sol na nação. O Estado se apropriou do debate sobre a valorização do trabalhador, tomou como

---

não através de sistemas intermediários de dominação e de corporações autônomas. Procurava, o mais possível, impor as mesmas leis e arranjos administrativos instituídos por todo o território, embora, depois da era das revoluções, estes não fossem mais as ideologias religiosas ou seculares. Crescentemente, esse Estado era obrigado a ouvir as opiniões dos indivíduos ou cidadãos, porque seu arranjo político lhes havia dado voz – geralmente através de várias espécies de representação eleita – e/ou porque o Estado precisava do seu consentimento prático ou de sua atividade em outras coisas, como por exemplo, contribuintes ou soldados potencialmente convocáveis. Em resumo, o Estado dominava sobre um "povo" territorialmente definido e o fazia como a agência "nacional" suprema de domínio sobre seu território, e seus agentes cada vez mais alcançavam os habitantes mais humildes do menor de seus vilarejos" (HOBSBAWM, 1990, pp. 101-2).

[269] "Para compreender a "nação" da era liberal clássica é portanto essencial ter em mente que a 'construção de nações', por mais que seja central à história do século XIX, aplicava-se somente a algumas nações. E, de fato, a demanda pelo 'princípio de nacionalidade' também não era universal" (HOBSBAWM, 1996, pp. 53-4).

seu o teor de práticas que já eram parte da organização dos trabalhadores, institucionalizadas pelo Estado como Caixas e depois Institutos de Aposentadorias e Pensões. E, ao mesmo tempo em que estimulou a imigração europeia e a mestiçagem, cortejou a eugenia e elegeu os elementos que formavam os trabalhadores da nação brasileira, fruto da "harmoniosa" relação entre três raças.

A última seção da tese objetiva colocar à prova o argumento inicial ao explicitar que o Estado brasileiro naquele período se preocupou, nas suas regulações, em se apropriar de elementos que balizavam as relações entre trabalhadores e patrões – por meio de políticas sociais –, considerando ao mesmo tempo, os elementos que assentados na raça definiam a nação desejada e esperada. Os discursos em torno do trabalhador da nação brasileira, estavam embebidos de concepções raciais. A política social para a proteção do trabalho e do trabalhador, não podia estar isenta desses nexos que conformavam as discussões e as relações sociais no país (e na América Latina).

3.3.1 Eugenia e culturalismo: mais encontros que desencontros

O termo eugenia foi utilizado pela primeira vez em 1883 no auge da "era moderna da ciência da hereditariedade"[270] (STEPAN, 2005, p. 29). Ela envolveu médicos, juristas, cientistas, higienistas mentais etc. e gestou-se durante todo o século XIX. Na eugenia a relação entre biológico e social se dava estreitamente[271]. A eugenia e todas as concepções de racismo científico do período tendem a ser chamadas de "pseudociência", mas representam senão o suprassumo da própria ciência desnuda de sua aparente neutralidade.

Além de uma teoria, a eugenia foi um movimento social de escala mundial no contexto de formação da ideia de Estado-Nação (GOÉS, 2018). A eugenia explicitou como a ciência informa e é informada pela dinâmica da vida social (e seus desdobramentos políticos, raciais, econômicos, éticos, estéticos etc.). Daí Nancy Stepan (2005) criticar o uso do termo "pseudociência" como referência às

---

[270] "A eugenia seria o estudo para o melhor cultivo da 'raça'. A palavra eugenia é oriunda do inglês *eugenics*, a partir do grego *eugénes*, que significa "bem-nascido" Etimologicamente, o eugenismo (ou eugenia) é a ciência dos bons nascimentos; fundamentada na Matemática e Biologia, tinha como cerne identificar os "melhores" membros, estimular a sua reprodução e, ao mesmo tempo, diagnosticar os "degenerados" e evitar sua multiplicação" (GOÉS, 2018, p. 41).

[271] A trajetória da eugenia na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina pode ser encontrada em Stepan (2005).

atrocidades propostas no meio científico desde a Europa com o racismo científico até seu aprimoramento com as concepções eugênicas acerca da humanidade[272]. A estética e a biologia se encontravam nas preocupações de uma ciência aficionada com a manifestação na raça das noções dominantes de beleza, pureza, superioridade, degeneração, purificação.

> Frequentemente a eugenia tem sido vinculada ao nacionalismo, cujo apogeu, como observou E. J. Hobsbawm, verificou-se entre as duas guerras mundiais, mas as dimensões desta ligação precisam ser ressaltadas. O desejo de "imaginar" a nação em termos biológicos, de purificar a reprodução das populações para adequá-las às normas hereditárias, de regular o fluxo de pessoas através das fronteiras nacionais, de definir em novos termos quem poderia pertencer à nação ou não – todos esses aspectos da eugenia giravam em torno de gênero e raça e produziram propostas ou prescrições de novas políticas invasivas de Estado voltadas para os indivíduos. Em resumo, *por causa da eugenia, gênero e raça ficaram ligados à política de identidade nacional.* Na América Latina, no período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, o desenvolvimento da eugenia coincidiu com uma reavaliação do possível papel da região na economia mundial, e com uma busca por identidades nacionais que se baseassem nas realidades da região. A eugenia desenvolveu-se, também, em uma época em que os Estados Unidos envolviam-se cada vez mais com a região e em que suas próprias políticas e identidade sustentavam-se, em grande parte, em raça e imigração. Nessas circunstâncias, *muitos intelectuais latino-americanos voltaram seu olhar para dentro, perguntando-se também se eles teriam um "espírito de raça" que os definisse e lhes desse um sentimento de identidade nacional comparável ao das nações europeias. […]. Para os eugenistas, uma verdadeira nação teria um propósito comum, língua e cultura compartilhadas e uma população homogênea* (STEPAN, 2005, pp. 117-8, grifos nossos).

A relação entre racismo, nacionalismo e eugenia, no entanto, adquiriu distintas facetas e assim apareceu nas varias regiões do mundo[273]. A apropriação da eugenia na América Latina, em lugar de uma apropriação equivocada, foi ao contrário uma apropriação seletiva dos princípios eugênicos vigentes. No fim do

---

[272] Ao falar de ciência, é importante lembrar que esse esforços em torno da eugenia, ainda que protagonizados pelas ciências biológicas, estavam presentes também nas ciências sociais – sociologia, antropologia, direito e outras. A eugenia foi sobretudo, "um movimento de aprimoramento da raça" (ibid., p. 149). A eugenia era um movimento social racializado. Racismo e eugenia estão, portanto, imbricados. Podemos inclusive dizer que, a eugenia é a expressão mais conhecida do racismo científico.

[273] Com frequência se recorre a um único padrão de relações para delimitar o que é racismo e os que é eugenia. O primeiro tende a ser associado às experiências de segregação racial de países como Estados Unidos e África do Sul no século XX. O segundo, à eugenia colocada em curso pelo nazifascismo alemão. Ao alçar essas experiências como as definidoras de racismo e eugenia, oculta-se a complexidade de outras experiências que constroem seu fundamento em diálogo com as anteriores, mas que assumiram modos distintos de operar. Essas distinções, estão elas mesmas conformadas pelas particularidades da formação de cada região, sem suprimir, como dito, seu diálogo com a dinâmica hegemônica global. Considerar esse fato é crucial para a compreensão do racismo e da eugenia na América Latina. O Brasil está situado nessa seara. O "modelo de relações raciais" (PAIXÃO, 2014) não foi moldado (e não se molda) isoladamente. O movimento em prol da eugenia – como restaurador das nações latino-americanas – demonstra tais aproximações.

século XIX e início do XX, especialmente duas correntes da eugenia confrontavam-se – as teorias de Galton, depois aprimoradas pelas ideias de Weismann e Gregor Mendel vs. as teorias da hereditariedade de Lamarck (e as neolamarckianas). Embora apareçam como rivais, do ponto de vista metodológico, ambas guardavam os mesmos princípios de melhoramento genético da humanidade (STEPAN, 2005; GÓES, 2018).

As sociedades latino-americanas desejavam ser brancas. A variante da eugenia na América Latina, desde o início dos 1900, se desenvolveu na contramão de países anglo-saxões de enfoque científico baseado no weissmanismo e mendelismo[274]. Nessa linha interpretativa o fator hereditário se sobrepunha a qualquer intervenção ao meio ambiente, nesse sentido políticas sociais, como as de saúde pública ou reformas sociais, não apareciam com centralidade nas propostas desses cientistas. Foram mesmo questionadas, devido à manutenção da vida de "degenerados". Daí a concentração nas políticas de controle da reprodução humana, essa seria a verdadeira política eugênica.

> O cientista britânico Karl Pearson foi bem mais longe. Para ele, escreve Kevles, "o dia de oito horas, atendimento médico gratuito e a redução da mortalidade infantil incentivavam e aumentavam a produção de indivíduos 'não empregáveis', degenerados e física e mentalmente deficientes". Reformas médico-sociais eram, nas circunstâncias, equivalentes ao encorajamento à formação de uma população cada vez mais "disgênica", uma vez que também se argumentava que os pobres inadequados se reproduziam com maior rapidez que os adequados da classe média (STEPAN, 2005, p. 93).

A América Latina se aproximou mais do lamarckismo[275] e depois do neolamarckismo[276] nascido na França[277]. Na perspectiva latino-americana o meio

---

[274] No fim do século XIX e início do XX as ideias dos biólogos Gregor Mendel (nem todas as características podiam ser transmitidas geneticamente) e August Weismann (características genéticas eram herdadas independente do ambiente externo) ganharam novo vigor atestando a impossibilidade de transmissão hereditária de caracteres adquiridos. Essa perspectiva significava que qualquer iniciativa de modificação do meio e das formas de vida das pessoas era insignificante para o aprimoramento genético de futuras gerações (STEPAN, 2005).

[275] O lamarckismo, criado pelo biólogo Jean-Baptiste Lamarck, propunha no início do XIX evolução da humanidade impulsionada por lenta e intencional adaptação às mudanças no meio ambiente. Uma interpretação da evolução que parecia menos brutal, menos impessoal e mais humana que defendia a aquisição de caracteres e habilidades ao longo da vida e sua transmissão hereditária. Teve, porém interpretações variadas. Mesmo na América Latina houve variações na interpretação do "lamarckismo racial". (STEPAN, 2005).

[276] O neolamarckismo foi uma reação do século XIX para o XX ante ao crescimento das ideias de Weismann e Mendel.

[277] No caso brasileiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Academia Nacional de Medicina acompanhavam o modelo francês. Aliás, as elites latino-americanas tinham sua formação intelectual na própria França, sempre que possível (STEPAN, 2006).

adquiria, portanto, grande importância na melhoria da raça. Na perspectiva do neolamarckismo era preciso combater os “venenos raciais”, ou seja, aquilo que degeneraria a raça. No Brasil, o enfrentamento do uso de álcool e tabaco, doenças como a sífilis etc. tornou-se regra. Afinal, regenerar os degenerados e formar uma nação era possível. Diante disso, a eugenia na América Latina se concentrou em ações sociais, morais e médicas. Existia uma preocupação com saneamento, higiene mental, higiene das células, higiene social. Foram muitas as sociedades eugênicas na América Latina: Sociedade Eugênica de São Paulo (1918)[278], Sociedade Argentina de Eugenia (1918)[279], Sociedade Eugênica Mexicana para Aprimoramento da Raça (1931).

Desse modo, a higiene, a educação sexual, as modificações no espaço urbano, preocupação com a saúde, atenção às crianças etc. compuseram um conjunto de reformas para aprimoramento com repercussão a médio e longo prazo nas nações[280]. E o futuro das nações era embranquecido. Essas propostas faziam parte de um tipo de eugenia, a “eugenia preventiva”, também chamada de higiene eugênica ou eugenia social. A eugenia preventiva acreditava que a erradicação de venenos raciais e de doenças sexualmente transmissíveis era fundamental ao aprimoramento racial; por sua vez, a eugenia positiva, proposta por Francis Galton, se voltava ao estímulo à reprodução dos “adequados” para transmissão de suas capacidades genéticas; a eugenia negativa, por sua vez, se baseava no controle e no impedimento da reprodução de “inadequados” através da esterilização, segregação sexual, exames médicos pré-nupciais etc.

Segundo Stepan:

> A eugenia preventiva tratou os resultados sociais altamente complexos da miséria e da pobreza com metáforas biológicas de hereditariedade e aprimoramento da raça. O foco nas degenerações supostamente permanentes causadas nas populações humanas por venenos raciais levou a uma ênfase na necessidade de programas estatais para registro e controle sanitário dos pobres – doentes, subnutridos e extremamente mal alojados; para uso das técnicas de “higiene mental” para eugenização dos

[278] Nasceu pelas mãos de Renato Kehl (graduado em medicina e farmácia). As reuniões ocorriam na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. A sociedade encerrou suas atividades em 1919 quando Kehl se mudou para a capital da república e fundou com seus pares a Liga de Higiene Mental em 1922. Antes disso organizou Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (STEPAN, 2005).

[279] Surgida depois da Liga Argentina de Profilaxia Social.

[280] “Todos, ao que parecia, poderiam concordar em que a reprodução humana era não apenas sagrada, como valiosa para o Estado, que as crianças necessitavam de proteção, e que os médicos tinham a obrigação de sanear e moralizar a esfera sexual para tornar as nações saudáveis e fortes” (STEPAN, 2005, p. 89). A puericultura como domínio do saber médico faz parte desse momento.

> operários "indisciplinados" como forma de obter sua "purificação"; para exortação à virtude moral como peça central da educação sanitária (2005, p. 106).

Como todas as ideias, teorias e as iniciativas delas decorrentes, a eugenia foi gestada em determinado contexto histórico. Deixar de situar, mesmo que brevemente, esse contexto é desprender a eugenia da realidade concreta e reduzi-la a um mero conjunto de equívocos teóricos e operativos, de caráter secundário. O mesmo vale para as concepções de raça e racismo – que continuam sendo vistos como pouco relevantes ou quando muito, como determinantes "apropriados" pelo capitalismo.

No fim do século XIX, uma grande crise assolou a produção capitalista europeia e marcou a emergência de outro tipo de estratégia para ampliação da acumulação capitalista. Para as grandes potências capitalistas da Europa Ocidental esse momento significou o desenvolvimento do capitalismo de tipo monopolista. Em lugar de pulverizado nas mãos de incontáveis capitalistas, era preciso concentrar nas mãos de poucos a produção de capital em todo circuito do valor. A produção centralizada e concentrada de capital tornou-se a chave para a ampliação exponencial da acumulação capitalista.

Do mesmo modo, o escoamento da produção para fora das fronteiras europeias, tornou-se imperiosa às necessidades de valorização e realização do valor. Por isso Rosa Luxemburgo (1970), por exemplo, atenta para a relevância das ferrovias – boa parte delas criadas nas Américas por influência inglesa e aporte estatal – para a introdução da forma de vida (produção e reprodução) capitalista nos mais remotos locais da região. Ao passo em que a produção fabril-industrial inglesa era escoada nesse processo.

Entre outras características[281] dessa fase capitalista está a ampliação do protagonismo do Estado para garantir a acumulação. Em lugar do liberalismo clássico, que em tese dispensava a regulação do mercado pelo Estado. Mas, dali em diante, a criação pelo Estado de condições econômicas favoráveis à produção e reprodução do capital tornou-se condição *sine qua non* à existência do próprio capitalismo. O investimento em infra-estrutura, como no setor de transpores aquaviários, ferroviários e portuários – foi uma dessas estratégias. Interessante é

---

[281] As características mais gerais dessa fase do capitalismo foi descrita por Ernest Mandel (1982). Braverman (1987) se dedicou a demonstrar esse momento enfatizando o surgimento e expansão dos serviços.

que essa exigência foi colocada por países como a Inglaterra mesmo a países recém-independentes com trabalhadores escravizados ou recentemente livres. Vale dizer, que o amadurecimento desse modo interventivo estatal, em contextos de crise, foi sentida em países europeus e nos Estados Unidos, explicitamente a partir da crise de 1929[282].

O momento de reconfiguração dessa forma de acumulação capitalista ocorreu ao mesmo tempo em que os antigos Impérios europeus se dissolviam, dando lugar a outras configurações territoriais e a outros modos de construir o imperialismo. A Prússia foi um exemplo. E foi o próprio Von Bismarck quem liderou a Guerra Franco-Prussiana que deu início ao Estado Germânico. A Partilha da África, foi parte dessa delimitação e apropriação de territórios pelas potências europeias (França, Alemanha, Inglaterra etc.). Aliás, o processo de "partilha" da África foi mais uma demonstração da violência contida na interpretação dos europeus quanto à sua superioridade racial em relação a africanos. A Primeira Guerra, foi marcada pela alteração de territórios. Depois da Primeira Guerra, por exemplo, franceses e britânicos reconfiguraram autoritariamente o "mundo árabe" e pouco depois o Império Otomano foi extinto[283].

Lenin (2012) chamou o próprio imperialismo colocado neste momento, como a fase superior do capitalismo. Essa nova lógica imperialista estava intimamente ligada à formação dos Estados-Nação[284]. Ali a lógica de Estado-Nação se ampliava no mundo. O Estado se encarregaria de sua nação. As ideias de nação e nacionalidade estavam postas a partir de fatores como limites territoriais muito bem definidos, pelo uso de uma linguagem em comum, pela partilha de usos e costumes e por pertencimento racial específico que caracterizava aquele povo, como dito antes[285]. Aprimorar a nação era aprimorar as possibilidades frente ao Novo Mundo que se colocava aos países recém-independentes e ex-escravistas. Para os países que se viam no futuro como espelho das maiores potências capitalistas da Europa

---

[282] No Brasil, para autores como José Paulo Netto (2001), a era dos monopólios só assume maturidade no período ditatorial dos anos 1960.

[283] Para a compreensão sobre como o colonialismo ocidental inventou o Oriente, especialmente os "árabes" Cf. Said (1990)

[284] Na Segunda Guerra a raça, a crise, o impulso de valorização do valor e a centralidade do Estado-Nação compõem mais um cenário de violência, dessa vez tendo a Europa como palco . A eugenia e suas ideias de purificação, aperfeiçoamento se colocam diretamente a serviço da elevação da nação por meio da transformação da raça. A biologia se colocava na vanguarda do projeto de salvação da nação.

[285] Por vezes raça e povo foram utilizados nesse momento como sinônimos.

Ocidental da época, sobretudo, Inglaterra e França, estava em jogo uma posição não-subalterna na Divisão Internacional do Trabalho.

> De início, deve-se assinalar que a absorção das teorias raciais pelos intelectuais brasileiros se inscreve em um processo de longo prazo que é anterior à chegada dessas ideias por aqui. Desde o período colonial existiam termos tais como 'mamelucos', 'pardos', 'mulatos', 'boçais', 'mouriscos', 'cristãos-novos' etc., por meio dos quais a administração portuguesa estabelecia diferenças e desigualdades entre segmentos da população brasileira. Esses termos não identificavam raças no sentido biologizante, mas forneciam um mecanismo de classificação de populações como diferentes e hierarquicamente desiguais. A diferença entre populações que esse mecanismo identificava começou a se tornar um problema algumas décadas depois da independência brasileira, unidade sobre o conjunto de regiões e populações abarcadas pelo Império Colonial português na América. De fato, uma vez que existiam contingentes significativos de população – os escravos e índios, por exemplo – que estavam privados de direitos civis e políticos esta condição os transformava em 'corpos estranhos' no interior da nação, e em ameaça à unidade (RAMOS; MAIO, 2010, p. 33).

Isso ocorreu a despeito do fato de que países como Inglaterra e França desde a metade do XIX defrontaram-se com o empobrecimento massivo de suas populações trabalhadoras. A pobreza crescente em escala exponencial atingia trabalhadores empregados ou desempregados. Na Inglaterra iniciativas públicas estatais assistenciais-repressoras que há séculos vigoravam se mostravam insuficientes para contê-la[286]. A insurgência dos trabalhadores, por meio de sindicatos, associações, ocupação de espaços legislativos, foi além dos limites institucionais colocados pela institucionalidade burguesa europeia. Propostas de ruptura com a forma de produção e reprodução capitalista tomaram forma com as reivindicações de trabalhadores por outro tipo de sociedade, capitaneadas (e disputadas, de certo modo) por socialistas, comunistas e anarquistas, diante do entendimento de que a própria lógica capitalista – criadora de riqueza material era a mesma criadora de pobreza. A sociedade, criada pela burguesia, que prometia o progresso e a emancipação política era a mesma que restringia as possibilidades de emancipação humana daqueles mesmos trabalhadores[287]. A forma valor, forma de

---

[286] Ver Potyara Pereira para um panorama completo das legislações sociais na França e Inglaterra (2011).

[287] É desnecessário dizer que a razão iluminista europeia tinha como referenciais um ideal de homem à imagem e semelhança dos próprios europeus? Não. O Iluminismo foi parte do projeto de sociedade da burguesia europeia, um projeto que desconsiderava qualquer um que não fosse branco, homem e europeu ocidental. Todos esses ideais antropocêntricos estavam informados por noções de raça e outras como gênero, sexualidade, território etc. Sobre o racismo e o sexismo expressos nas elaborações de vários pensadores do Iluminismo ao longo do século XVIII, consultar Góes (2018) e Federicci (2017). Porém, na própria Europa Ocidental, havia grande preconceito com irlandeses, vistos como inferiores. Uma interessante amostra desse tipo de

riqueza específica do capitalismo, era ela o impulso da sociedade capitalista[288].. Os trabalhadores e sua capacidade de trabalho se colocavam apenas como o veículo à produção e, posteriormente – como as políticas sociais e de incentivo ao consumo demonstraram – para a própria valorização desse impulso[289].

No Brasil republicano, a participação do Estado nas atividades econômicas foi num primeiro momento marcado pela preservação de certas condições para a produção, sobretudo, no setor cafeeiro. A Primeira República ficou conhecida por seu caráter oligárquico, voltado aos interesses dos produtores do setor agro-exportador cafeeiro. A Primeira Guerra, como parte desse novo momento do capitalismo europeu e seu espraiamento no mundo, aumentou o fluxo já considerável de imigrantes brancos europeus para o país[290]. Um fluxo desde antes já incentivado e subvencionado pelo Estado. E que dialogou perfeitamente com os dilemas frente ao futuro da nação. Por um lado, havia os que atestavam a inviabilidade de uma nação para o Brasil devido à mestiçagem, por outro, os que acreditavam que justo o mal da mestiçagem nos redimiria como nação.

A inviabilidade da nação brasileira foi definida desde o século XIX por viajantes estrangeiros que ao chegar no Brasil condenavam o perfil racial da população. Alguns dos mais famosos foram o francês Arthur Gobineau (1816-1882) e o suíço Lous Agassiz (1807-1873). Gobineau alterou relativamente essa concepção no livro encomendado por D. Pedro II[291]. Eles também estavam assentados no que havia de mais recente na produção científica europeia acerca da mistura das raças e suas repercussões genéticas nas gerações futuras (MUNANGA, 1999; GÓES, 2018).

O brasileiro Nina Rodrigues (1862-1906), adepto das teorias de Lombroso, foi um dos principais nomes da Medicina no Brasil, criou a cadeira de Medicina Legal, na Faculdade de Medicina na Bahia, que teve grande influência no Direito Criminal.

---

abordagem pode ser encontrada no texto de Engels (2010), que não poupa adjetivos negativos aos irlandeses. Sobre a hierarquia racial entre europeus, a ideia de raça ariana em muito contribuiu. Bhetencourt (2018) explica em detalhes a trajetória da raça e das diferentes expressões de racismo em parte do mundo.

[288] Para uma apropriação das ideias no contexto da Europa, consultar Engels (2010) e Engels & Marx (2010).

[289] A compreensão teórico-metodológica desse processo pode ser encontrada na vasta produção de Karl Marx. Para um entendimento sobre a centralidade da forma valor na sociedade capitalista consultar Postone (2014).

[290] Isso ocorreu em vários países da América Latina (STEPAN, 2005).

[291] Essa última concepção aparece no livro *L'Emigration au Brésil* escrito em 1873 sob encomenda de D. Pedro II. Para uma crítica a Gobienau Cf. Góes (2018).

Rodrigues acreditava que não existia povo brasileiro diante da diversidade racial. A mestiçagem, para ele, era um impedimento à formação da nação e fator de degradação. A criminalidade, perpetrada pelo mestiço, denotaria isso. Previu penalidades distintas entre brancas e negras. As mais duras deveriam ser reservadas para o último segmento.

O engenheiro, Euclides da Cunha (1866-1909), admirado pela obra *Os Sertões* foi outro que se colocou contra a mistura entre raças, adicionando o clima como um fator que interferia nesse processo que fazia do mestiço um ser "desequilibrado". Para ele o mestiço era um tipo "desequilibrado". Monteiro Lobato foi um dos que manteve íntimo contato com Renato Kehl[292] e a eugenia, e se mostrou desiludido com a viabilidade de uma nação brasileira. Foi um reacionário, defensor da Ku-Klux-Klan, o qual lamentou não haver semelhante no Brasil (MUNANGA, 1999; RAMOS; MAIO, 2010; GÓES, 2018).

Renato Kehl, entusiasta da eugenia no Brasil, a princípio adotou o neolamarckismo e apostou na miscigenação. Depois de um tempo adotou uma postura crítica à mestiçagem[293]. Kehl mantinha contato com eugenistas nos Estados Unidos (inclusive com Davenport), Peru, Cuba[294], Portugal, França, Alemanha, Espanha e outros. Sua troca de informações com adeptos e pensadores e associações em favor da eugenia foi intensa[295]. Publicava seus livros no exterior e no Brasil, além de publicar periodicamente no *Boletim da Eugenia*, por ele mesmo criado. Como lembra Góes (2018), as primeiras ideias eugênicas quando chegam no Brasil são primeiro incorporadas nos estudos das áreas da saúde e criminalidade, com seu total apoio. Sua influência política foi tamanha[296].

---

[292] A proximidade de Monteiro Lobato e Renato Kehl manifesta-se na alteração quanto às perspectivas de vida de Jeca Tatu. Seu estado não seria definitivo. Era transitório (GÓES, 2019). Para aprofundamento do assunto consultar também Santos (2008).

[293] A mudança de postura sobre a miscigenação não foi exclusiva de Kehl. Para Santos (2008, p.158) "Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, Alberto Torres, Euclides da Cunha, Belisário Penna, Monteiro Lobato, Silvio Romero, Renato Kehl, Roquette-Pinto e outros, quase todos, em maior ou menor grau, pelo menos em algum momento de suas vidas pensaram a miscigenação racial como sinônimo de degeneração étnica, moral e física".

[294] Em Cuba o debate da Eugenia sofreu influência estadunidense. Desde 1898 até a primeira década de 1910, com a ocupação da Ilha pelos Estados Unidos, o país sofria intervenções sobretudo nas áreas da saúde e a economia.

[295] Em 1927 ocorreu a I Conferência Pan-Americana de Eugenia.

[296] Não só Kehl, mas muitos médicos eugenistas. Em 1927 o *Jornal do Commercio* divulgou a reunião de estudos da Liga Brasileira de Higiene Mental. Ali a Comissão Especial de Legislação Social da Câmara dos Deputados recebeu elogios pelos estudos realizados entre 1919 e 1921, sobre higiene do trabalho voltado à gestantes, crianças, adolescentes . Referem-se aos projetos sobre higiene mental. Moncorvo Filho e Fernandes Figueira, médicos que ainda hoje são homenageados com nomes de instituições de saúde, ocuparam destaque nessa Liga, sendo Fernandes Figueira

Durante a Era Vargas, o Brasil – como outros da América Latina – restringiu a imigração para o Brasil de tipos raciais “incompatíveis” com os de caráter europeu, próprios do país. As Constituições de 1934 (art. 121, § 6º) e 1937 (art. 151) expressam, no tocante à imigração, um tipo de legislação eugênica e racial e que se articula com a questão do trabalho, uma vez que limita o percentual de imigrantes autorizados a entrar no país anualmente (STEPAN, 2005). Os protagonistas na elaboração dessa parte do texto constitucional foram nada mais, nada menos que Oliveira Vianna e Renato Kehl.

Renato Kehl fundou no ano de 1929 o *Boletim da Eugenia*. Ali publicava também em alemão os resumos de seus artigos e, por vezes, elogiou as iniciativas alemãs. Nos anos 1930 Kehl assumia publicamente seu abandono à ideia de miscigenação construtiva, tornando-se aliado da eugenia dos Estados Unidos e Alemanha e a miscigenação passou a ser retratada como perigo.

Kehl foi convidado com apreço por Oliveira Vianna naquele mesmo ano para ler e participar das reuniões acerca dessa matéria. Ambos mantiveram uma relação de proximidade e admiração mútua, quanto às ideias sobre eugenia e nação (GÓES, 2019). Como é sabido, Oliveira Viana foi um dos idealizadores da Consolidação das Leis Trabalhistas (1945). Viana acreditava piamente na possibilidade de arianização da sociedade brasileira. Se prontificou à identificação dos “tipos brasileiros”. Por influência de Viana, Kehl, Roquette-Pinto e outros fariam parte de importantes comissões para decisões de assuntos de Estado[297]. Oliveira Vianna acreditava no atavismo e mesmo na degenerescência dos mestiços (sobretudo dos “mulatos”), mas como outros defendia que sucessivamente haveria um apuramento racial no Brasil, resultando no branqueamento, na arianização.

> Seu raciocínio é o seguinte: sob influência regressiva dos atavismos étnicos, uma parte dos mestiços (supostamente inferior) será eliminada pela degenerescência ou pela morte, pela miséria moral e física. Uma outra parte (supostamente superior), porém minoria, estará sujeita em virtude de seleções favoráveis e apuramentos sucessivos que a levarão, após quatro ou cinco gerações, a perder seus sangues inferiores e a clarificar-se cada vez mais (MUNANGA, 1999, p. 69).

Vianna temia a elevada presença de pessoas negras no país. Sua preocupação se dava por acreditar que a inferioridade do negro se expressava em

---

presidente da seção de Higiene Infantil da Liga Brasileira de Higiene Mental (*Jornal do Commercio*, 29 de abril 1927).

[297] Pinto foi convidado por Vianna para compor a Comissão para elaboração do anteprojeto de imigração no Brasil no período Vargas (SANTOS, 2008).

seu fenótipo. Mas essa era expressão de uma fase. A “evolução étnica” estava se processando bem com como observava nos censos demográficos – do fim do século XIX e início do XX – como o crescimento da fecundidade da raça branca. A diversidade racial se reduziria com o tempo favorecida pela imigração européia. Até lá, o pensador autoritário via uma harmoniosa convivência entre as raças no Brasil[298]. Exaltava que todas elas tinham as mesmas oportunidades (sociais, econômicas e políticas), como nenhum outro país do mundo (MUNANGA, 1999).

Vianna diz, registra Kabengele Munanga:

> Mais cedo ou mais tarde ela [a miscigeação] vai eliminar a raça negra daqui. É óbvio que isso já começou a ocorrer. Quando a imigração, que julgo ser a primeira necessidade do Brasil, aumentar irá, pela inevitável mistura, acelerar o processo de seleção (1999, p. 78).

Essas ideias foram relativamente contrapostas por eugenistas brasileiros defensores da miscigenação e da possibilidade de aquisição e transmissão de carácteres por meio da hereditariedade, como o geneticista Octávio Domingues e o antropólogo Edgard Roquette-Pinto (que conhecia o orientador de Gilberto Freyre nos EUA, Franz Boas) (STEPAN, 2005). Silvio Romero (1851-1914), da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Recife, dotou de caráter científico sua interpretação sobre a nação brasileira. Defendeu que a amálgama das três raças (branca, negra e indígena) trouxe repercussões culturais na formação da nacionalidade brasileira. A diferença é que, na contramão das perspectivas negativas quanto à mestiçagem, o autor colocou esse fator, do ponto de vista físico e cultural, como produtor de regeneração em lugar de degeneração. Romero, via nesse processo, a criação de um mestiço de tipo superior.

> O mito do branqueamento repousava claramente em uma idealização da branquidade; ele representava um desejo de uma elite que controlava uma sociedade multirracial dominada pelo achismo – uma ânsia por um sentimento real de brasilidade em um país dividido por raça e classe. Era a afirmação de que a “arianização” (para adotar uma palavra usada no Brasil por Oliveira Vianna) poderia ser uma realidade no Brasil, e que o histórico racial do país não seria impedimento a um sólido futuro (STEPAN, 2005, p. 167).

---

[298] “[...] a ficção racial e social do final da década de 1920 e da de 1930 – de que o Brasil era uma democracia racial em que as várias raças misturavam-se livremente – forneceu um contexto em que a eugenia sobreviveu. A comunidade imaginada do Brasil negava a realidade do racismo no país e exaltava as possibilidades de harmonia e unidades raciais. A variante da eugenia identificada com a higiene pública e compatível com a miscigenação racial e o mito da democracia racial ganhou apoio; eugenias reprodutivas extremadas, ou higiene racial ao estimo nazista, não” (STEPAN, 2005, p. 177).

Dois nomes importantes da Antropologia, ambos em algum momento diretores do Museu Nacional, foram sujeitos na empreitada de demonstrar a viabilidade da nação via mestiçagem. João Batista de Lacerda[299] e Roquette-Pinto[300]. Os dois não abriam mão da concepção científica da eugenia acerca das raças, se dedicaram à antropologia física (sobretudo à frenologia e a craniologia), mas apostavam na diluição do sangue negro da população brasileira a longo prazo. Roquette-Pinto chegou a se corresponder com o estadunidense Charles Davenport.

> Já em 1911, João Batista de Lacerda, diretor do Museu Nacional, fizera uma defesa científica da tese do "branqueamento" em um documento preparado para o *First Universal Races Congress* (Primeiro Congresso Universal das Raças), em Londres. Em 1912, Lacerda calculava, com base em dados do Censo brasileiro, que por volta do ano de 2012 a população negra estaria reduzida a zero e os mulatos não seriam mais que 3% do total. Uma afirmação posterior da tese do branqueamento feita pelo sociólogo de mentalidade aristocrática F. J. de Oliveira Vianna (STEPAN, 2005, p. 166).

Outros debitaram a condição precária do país não à inferioridade racial, mas à colonização, à tentativa de exercício de poder da Europa sobre os demais países, à falta de habitação e educação para a população. Esse foi o caso de Manoel Bonfim (1868-1932) e Alberto Torres[301] (1865-1917).

> Havia um novo tom marcando os debates que se desenvolviam na Câmara e no Senado nestes inícios dos anos 20: tratava-se da preocupação com a imigração de mão de obra para o Brasil. Até o período da Primeira Guerra Mundial a política imigratória de nosso país fora clara no sentido de estimular a vinda de trabalhadores brancos, vistos como mais qualificados e dignos de confiança do que a vasta população negra ou mestiça, só utilizável nos serviços mais rudimentares e pesados. Mas esta avaliação começou a alterar-se substancialmente a partir dos anos 20, quando o fluxo da imigração tornou-se bem menor, estimulando reflexões sobre fontes alternativas de abastecimento de mão de obra. *Desde a época, alguns intelectuais vinham criticando a política "artificial" de imigração, que na verdade escondia nossa indolência e despreparo em face dos problemas de nossa economia. Alberto Torres é o melhor exemplo que se pode citar. Mas havia intelectuais que avançavam no debate, questionando o desprezo de nossos políticos pelo homem mestiço e pobre do interior, o que em última instância significava reavaliar o problema racial que manchava o povo e sobretudo o trabalhador brasileiro***.** Manuel Bonfim, destacando as questões de educação e saúde públicas é um dos nomes que pode ser lembrado, ao lado de Monteiro Lobato, com a trajetória ilustrativa de seu personagem Jeca Tatu (GOMES, 1988, p. 146, grifos nossos).

Se valendo das teorias racistas que acreditavam na superioridade do sangue branco em relação às demais, Silvio Romero foi um dos que acreditou, desde o

---

[299] Diretor do referido Museu entre 1895 e 1915.
[300] Sucessor de Lacerda.
[301] Pensador autoritário (SANTOS, 2008).

século XIX, que a mestiçagem branquearia aos poucos o povo brasileiro, do ponto de vista físico, “cultural” e moral. Era essa a chave da edificação da nacionalidade brasileira, a transitoriedade do mestiço e da mestiçagem. A interpretação de Silvio Romero dialogou com a proposta lançada em 1840 por Karl Von Martius, ano em que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) propôs um concurso sobre a história do país, como parte dos esforços de edificação da História do Brasil. A proposta vencedora de von Martius colocava como elementar o cruzamento entre as três raças[302] (MUNANGA, 1999; RAMOS; MAIO, 2010).

As interpretações de Von Martius e de Romero tiveram repercussão naquela que se tornou a interpretação mais conhecida sobre o modelo de relações raciais no Brasil, a de Gilberto Freyre[303]. Sua novidade? O deslocamento aparente da ideia de raça, para a de cultura, para interpretação da nação brasileira. Stepan (2005) explica muito bem essa condição ao afirmar que a reavaliação que cientistas e intelectuais latino-americanos fizeram sobre o “eu” nacional não se fez apesar da raça, mas através da raça. Assim a defesa da mestiçagem/miscigenação teve lugar de cura em lugar de veículo de degeneração nacional. Essa abordagem foi chamada de “miscigenação construtiva” e já existia em alguns circuitos europeus, mas não com a força que adquiriu na América Latina. Ela abria possibilidades de interpretação como a que defendia a possibilidade de absorção de “raças inferiores” por “raças superiores”.

Ou seja, não negava os fundamentos racistas da eugenia predominante na Europa. A abordagem da miscigenação como propulsora do melhoramento genético, permitiu tão somente que os países dessa região se autoproclamassem “nações eugênicas em formação” (ibid., p. 152). Era uma aposta no futuro embranquecido da identidade nacional em contexto que o estereótipo racial era usado como definidor das capacidades morais, políticas, econômicas, culturais de toda a nação. A nação como um vir a ser.

> De modo geral, os países latino-americanos eram negativamente estereotipados pelos cientistas europeus como ‘novas nações’ cujas identidades ainda não se haviam estabilizado em formas raciais coerentes. Os argentinos eram vistos, na melhor das hipóteses como europeus pobres. O México, com seus índios e mestiços, jamais foi considerado próximo à norma branca dos racistas. No Brasil, o clima tropical era visto como fator

[302] O livro, escrito por Mário de Andrade, *Macunaíma, o herói sem caráter*, publicado em 1928 reivindicava a miscigenação como parte do espírito *brasileiro*. Por ironia do destino escrevi parte dessa tese na mesma rua onde morou Mário de Andrade. Agora refutando suas ideias.

[303] Paixão (2013) lembra que Romero é citado inúmeras vezes em *Casa-Grade & Senzala*.

> adicional de deteriorização de sua população miscigenada. Particularmente danosa para as auto-imagens dos latino americanos era a visão científica de hibridização racial, universalmente condenada pelos biólogos estrangeiros, que a responsabilizam pela degeneração latino-americana. [...] Eles [latino-americanos] indagavam se a mistura racial seria sempre um sinal de inferioridade ou causa de decadência nacional, ou se a hibridização poderia ter significados biológico-sociais mais positivos; se, antes, não deveria incentivá-la como processo biológico de formação da nação que permitiria, mediante um processo de fusão racial, o surgimento de um tipo nacional homogêneo (STEPAN, 2005, pp. 151-2).

Além de comprovar à Europa e ao mundo a viabilidade de uma nação mestiça, era necessário nos convencer sobre nossa viabilidade desse projeto. Era preciso formar uma nação com aquele povo tão diverso. A ideia e o sentimento de nacionalidade e o sentimento de pertencimento à mesma nação precisava contagiar a todos. Gilberto Freyre sabia que os intelectuais tinham papel importante e que salvar ou condenar a nação em cada análise teórica traria implicações práticas para o presente e para o futuro do Brasil. Foi assim que deslocou (ou pelo menos assim anunciou) a identidade brasileira da raça para a cultura em seu célebre livro, *Casa-Grande & Senzala* publicado em 1933. O pensamento culturalista de Gilberto Freyre teve grande influência do antropólogo Franz Boas, seu orientador nos Estados Unidos. No prefácio de 1933 para *Casa-Grande & Senzala* Freyre (2006, p. 32) afirma que foi com Boas que aprendeu “a considerar fundamental a diferença entre ‘raça e cultura’; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio”.

> Era como se tudo dependesse de mim e dos de minha geração; da nossa maneira de resolver questões seculares. E dos problemas brasileiros, nenhum me inquietasse tanto como o da miscigenação. Vi uma vez, depois de mais de três anos maciços de ausência do Brasil, um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos – descendo não me lembro se do São Paulo ou do Minas pela neve mole do Brooklyn. Deram-me a impressão de caricatura de homens. […]. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos *doentes* (FREYRE, 2006, p. 31).

Freyre bebeu da fonte de autores, como Arthur Ramos, Silvio Romero e Manoel Bonfim, que já colocavam antes dele as possíveis contribuições da tríade racial que conformava o Brasil. Os termos do debate já estavam previamente postos quando Gilberto Freyre propôs uma interpretação para o Brasil e para o povo brasileiro. Em outras palavras, sua abordagem não é necessariamente uma novidade. A novidade é, sem dúvidas, o esforço em sistematizar elementos já

colocados e transmudar, em aparência, o debate tal como então se colocava – sob o prisma racial e biologizante – para uma seara cultural.

Freyre se dispôs a discutir os benefícios culturais da mestiçagem apresentando em detalhes como isso se manifestava na culinária, na linguagem, na vida sexual, na violência, na infância, na relação entre homens e mulheres etc. Foi sem dúvidas nas relações sexuais, onde o autor repousou seu argumento, colocando a abertura de portugueses para o "intercurso sexual" primeiro com as mulheres indígenas e depois com as africanas, como a expressão da doçura das relações entre as três raças. Para Marcelo Paixão em *Casa-Grande & Senzala* "encontramos as bases de instituição do mito de fundação do Brasil" (2013, p. 302).

Para Freyre (2006) foi a monocultura latifundiária baseada na escravidão a responsável pelos males da população brasileira e não a miscigenação. Esse tipo de produção interferiu na produção de gêneros alimentícios e na nutrição no país, disseminou doenças (como a sífilis) e acarretou nos brasileiros uma saúde fragilizada. A miscigenação, ao contrário, aproximou pólos que em outros territórios colonizados foram inconciliáveis. As influências indígenas, portuguesa e africana podiam, segundo seu argumento, ser sentidas em toda a vida do brasileiro.

Freyre afirmou que o português, visto como herói pelo seu esforço civilizador, adaptou-se ao clima tropical e, ao misturar-se com mulheres negras e indígenas, produziu uma população mestiça mais adaptável ao clima. O tipo brasileiro seria talvez, para viver nos trópicos, um tipo ideal de homem.

> A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. […]. A índia e a negra-mina a princípio, depois a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos, agiram poderosamente no sentido de democratização social no Brasil (FREYRE, 2006, p. 33)

Segundo sua interpretação foi a família o "grande fator colonizador" do Brasil, desde o século XVI, sendo o catolicismo o cimento da unidade no país. Uma família que não se limitava à casa-grande, mas se estendia até a senzala. Em alguns momentos, Freyre cita como a cessão de santos para adoração dos africanos pela Igreja Católica teve importância nessa interação. Para ele, a preocupação primeira dos portugueses não foi com o preconceito de cor, mas com a unidade religiosa no país.

> A formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de “raça” e de “religião” do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora (FREYRE, 2006, p. 34).
>
> O Brasil formou-se, despreocupados os seus colonizadores da unidade ou pureza da raça. Durante quase todo o século XVI a colônia esteve escancarada a estrangeiros, só importante às autoridades coloniais que fossem de fé ou religião católica. […]. O perigo não estava no estrangeiro nem no indivíduo disgênico ou cacogênico, mas no herege (FREYRE, 2006, p. 91).
>
> Na falta de sentimento ou da consciência da superioridade da raça, tão salientes nos colonizadores ingleses, o colonizador do Brasil apoiou-se no critério da pureza da fé. Em vez de ser o sangue, foi a fé que se defendeu a todo transe da infecção ou contaminação com hereges. Fez-se da ortodoxia uma condição de unidade política. Mas não se deve confundir esse critério de profilaxia e de seleção tão legítimo à luz das ideias do tempo como o eugênico dos povos modernos, com a pura xenofobia (FREYRE, 2006, p. 272).

Mas por que tanta insistência na ideia de que portugueses eram mais abertos à interação entre as raças e não aderiram às teorias de superioridade racial de brancos europeus? Gilberto Freyre estava à par dos conflitos internos no debate da eugenia. Reconhecia que naquele momento a ascensão das concepções neolamarckianas em franco combate às weismannianas. Por isso expôs o ceticismo a que a ciência foi submetida com reviravoltas em torno da hereditariedade, com as concepções neolamarckianas. Ao mesmo tempo disse que em lugar de enfraquecer-se a ciência se revigoraria, porém não com as mesmas pretensões da segunda metade do século XIX e do início do XX. Embora não mencione diretamente, o autor está se referindo ao racismo científico em voga no período citado.

Sua análise apresentou também o desprestígio a que já se colocavam os estudos da antropometria. Conclui que “o que se sabe das diferenças da estrutura entre o crânio de brancos e negros não permite generalizações” (FREYRE, 2006, p. 378). Para encerrar a discussão, lançou mão de antropólogos, como Franz Boas, que advogavam pela inexistência de inferioridade entre negros em relação a brancos, quanto à capacidade mental, e ainda provoca que tais análises comparativas demandariam condições e termos iguais para ambos.

No livro o autor reservou quatro capítulos para explicitar as contribuições das três raças. Sobre os africanos, detalhou as várias etnias que foram trazidas para o Brasil e defende, por exemplo, a função civilizadora do negro no país. Atribuiu-lhe o status de “elemento europeizante”. Advogou que o negro não teve maior expressividade posta a condição do escravismo colonial e não à sua condição racial

ou ao clima tropical. Para o autor pernambucano, o que produziu a degeneração do negro foram as condições colocadas pela escravidão no contexto colonial e não sua "raça".

Freyre se colocava, aparentemente, contra determinismos raciais e geográficos. Para ele é difícil distinguir aquilo que é fruto das condições da hereditariedade e das condições do meio. Um apoiador das ideias de Roquette-Pinto (das quais se vale em vários momentos do livro) Freyre contrariou Euclides da Cunha quando esse exaltou o "caboclo" restringindo sua composição a brancos e indígenas. Para Freyre, a virtude do "caboclo" provinha da mistura das três raças, posta a quantidade considerável de negros nas regiões estudadas por Cunha. E, por mais de uma vez, se refere a Oliveira Vianna como defensor do arianismo no Brasil.

A síntese do pensamento culturalista freyriano pode ser identificada no seguinte trecho:

> O negro no Brasil, nas suas relações com a cultura e com o tipo de sociedade que se aqui vem desenvolvendo, dever ser considerado principalmente sob o critério da história social e econômica. Da antropologia cultural. Daí ser impossível – insistamos neste ponto – separá-lo da condição degradante de escravos, dentro da qual abafaram-se nele muitas das suas melhores tendências criadoras e normais para acentuarem-se outras, artificiais e até mórbidas. Tornou-se, assim, o africano um decidido agente patogênico no seio da sociedade brasileira. Por "inferioridade da raça", gritam então os sociólogos arianistas. Mas contra seus gritos se levantam as evidências históricas – as circunstâncias de cultura e principalmente econômicas – dentro das quais se deu o contato do negro com o branco no Brasil. O negro foi patogênico, mas a serviço do branco; como parte irresponsável de um sistema articulado por outros (FREYRE, 2006, p. 392).

Existe, porém uma aparente rivalidade entre o pensamento culturalista e aquele colocado pela eugenia no Brasil. Freyre não se furta em dizer que de fato negros não tem igual capacidade que brancos. Em alguma medida, o autor ainda se vale da ideia do neolamarckismo de que há a transmissão de caracteres adquiridos e aposta que o brasileiro seria no futuro uma metarraça adaptada e aprimorada. A assimilação racial futura do negro numa "metarraça" mestiça foi descrita por Freyre em *Além do apenas moderno*, escrito em 1970. Mesmo que essa metarraça tivesse uma cor amarelada, um mestiço claro, isso não significava, segundo o autor, negar a contribuição do legado cultural do negro à nação brasileira. Em outros termos, embora aparente ser o culturalismo oposto à eugenia, ambos se encontram num

caminho em comum, assimilação (de brancos, negros e indígenas) para construção de um novo tipo brasileiro. Assimilação biológica e cultural[304] (PAIXÃO, 2014).

Marcelo Paixão (2014) chamou esse momento do pensamento social brasileiro, protagonizado por Freyre, de "razão culturalista"[305]. Para Paixão (ibid.) *Casa-Grande & Senzala* propôs um mito fundacional à sociedade brasileira. Nele, a mestiçagem tinha papel fundamental que sintetizava no país relação de solidariedade entre dominador e dominado. Elemento que fazia parte da tradição do país e que precisava ser retomado na sociedade moderna. Para Freyre, somente recorrendo às raízes da tradição do passado é que o Brasil poderia se projetar para o futuro. Assim, num "terceiro tempo social" (nem colonial, nem europeu) seria então construído. Era preciso retornar ao passado para modernizar o país e promover o encontro entre a elite e o povo, era parte do papel do intelectual.

Marcelo Paixão (2013) lembra que em rituais antropofágicos dos Tupinambá acreditava-se estar usufruindo de atributos dos inimigos, os melhores atributos. Numa relação simultânea de admiração e aversão. Inspirado nessa representação o autor tece excelentes críticas ao que chamou "padrão brasileiro de relações raciais" e enfatiza brancos e negros. Um padrão baseado no ethos assimilacionista, ou melhor, antropofágico!

> Utilizando os instrumentais teóricos do culturalismo, e operando a transição da variável racial para a variável cultural, Freyre conseguiu provar aos brasileiros mestiços claros (os socialmente brancos) que eles, e somente eles, não eram inferiores geneticamente. Não conformavam uma raça inviável. Que mediante reformas sociais, conquanto sob controle dos coronéis e fazendeiros, seria possível que esses mestiços empalidecidos pudessem almejar a industrialização e o desenvolvimento econômico e social tão sonhado e apanágio, até aquele momento, doente das nações brancas (Europa Ocidental, EUA, Austrália, Nova Zelândia e, na época, Argentina, Uruguai e Chile) (PAIXÃO, 2013, p. 307).

Era possível extrair aquilo que fosse identificado como o "melhor" de cada espécie. A miscigenação (o próprio ritual antropofágico) se encarregaria do restante, branqueando a nação, elevando-a ao progresso. Por meio do trabalho (e dos trabalhadores) é possível visualizar como esse projeto foi colocado em curso.

---

[304] Ademais é nítida a investida do autor em deixar a entender que as mulheres (indígenas e negras) provocavam ou se ofereciam aos portugueses para relações sexuais. São muitos os absurdos nessa obra, que se vale de uma escrita intimista ao mesmo tempo "científica". Suas concepções ainda operam com grande intensidade na sociedade brasileira, nos mais diversos campos do pensamento e práticas cotidianas.

[305] Os estudos da Escola de Chicago também beberam dessa fonte e mesmo a revigoraram. Seus principais representes foram Donald Pierson, Charles Wagley, Ruth Landes e Franklin Frazier. Outras correntes de pensamento, mesmo aquelas que criticaram o pensamento freyreano, fizeram o mesmo, de algum modo (PAIXÃO, 2014).

3.3.2 Trabalhadores do Brasil!: Trabalhismo, raça e política social

> Enquanto uma posição racista e excludente em relação aos fluxos migratórios era, assim formalizada na nova Constituição brasileira, dentro do Brasil o "problema" da miscigenação racial foi refundido como uma solução – "mestiçagem". Como observa Renato Ortiz em seu estudo sobre a cultura e a identidade nacionais brasileiras, *em lugar da visão negativa do híbrido racial preguiçoso, indolente e degenerado subjacente a quase todas as discussões sobre identidade brasileira no passado, a imagem positiva do mestiço brasileiro foi atrelada a uma nova ideologia do trabalho e da modernização.* Articulou-se, assim, um mito de identidade nacional compatível com as necessidades do Estado moderno. Intelectualmente, a figura representativa da década de 1930 foi o sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, e não Renato Kehl. A obra de Freyre forneceu ideias fundamentais que dominariam as interpretações domésticas da história e da nacionalidade brasileiras ao longo dos trinta anos seguintes
>
> *Setpan, 2005, p. 176, grifos nossos.*

O culto ao trabalho e ao trabalhador como elementos chave para a sociedade foi chamado no Brasil de trabalhismo, sobretudo quando passou a ser incorporado pelo próprio Estado. O reconhecimento do trabalhador como sujeito político relevante, moralizado e saneado pelo trabalho foi antes uma reivindicação dos trabalhadores do Brasil desde o fim do século XIX. A historiadora Ângela de Castro Gomes (1988) demonstrou que o discurso trabalhista não foi criado pelo Estado Novo varguista, ele emergiu no país entre grupos autodenominados socialistas e depois entre anarquistas. Só então esse discurso foi sorrateiramente capturado pelos chefes de Estado e pelo aparato estatal, comprometidos abertamente com o futuro da nação e daqueles que a construía, os trabalhadores.

Essa visibilidade conferida ao trabalho e ao trabalhador se fez completa de fato com Vargas diante do Estado Novo, mas já estava posta entre trabalhadores e

de alguma forma nas tímidas iniciativas estatais na Primeira República. Segundo Gomes (1988) a Primeira República, longe de um momento de consenso significou instabilidade[306]. Tal fato criou a sensação de que a sociedade e o poder estavam abertos a diferentes projetos. Isso é particularmente interessante para essa tese. Socialistas, anarquistas, eugenistas[307], a oligarquia reinante no poder disputavam e colocavam publicamente seus interesses quanto ao destino do país[308].

Se o trabalhismo destacava o trabalho, os trabalhadores e seu papel na construção da nação, tal importância passou a ser "reconhecida" pelo Estado com a criação e ampliação de seus direitos como sujeitos políticos. Desde a Abolição, diante de inúmeras greves e protestos de trabalhadores, foi aprovada em 1919 a Lei de Acidentes de Trabalho[309], a mediação de conflitos (sem abrir mão da violência), entre trabalhadores e patrões, a Lei Eloy Chaves (1923 e 1926) são alguns exemplos. Outras iniciativas foram colocadas em curso, mesmo que os próprios trabalhadores se colocassem contra, como foi o caso das medidas sanitárias de saúde pública. A vacinação compulsória, demolição de moradias comunitárias – muitos zungus foram destruídos no Rio –, o combate a práticas curativas populares etc. Ter trabalhadores saudáveis era uma preocupação do Estado.

Práticas de cura centradas na própria natureza, eram comuns entre a população negra. Seus rituais e o conhecimento ancestral sobre a propriedade curativa de folhas, raízes, sementes, flores etc. foram aos poucos descredenciados pelo crivo do cientificismo médico, tratados como "feitiçaria". Poderíamos inclusive aventar a hipótese de que a instituição da política social no início do século XX, ao se concentrar no saber médico no trato de doenças, contribuiu para a repressão –

---

[306] Várias greves assolaram o país nas duas primeiras décadas. A Greve Geral de 1917 é uma das mais conhecidas. Em 1922 foi deflagrado o movimento tenentista, mesmo ano de fundação do Partido Comunista do Brasil e de realização da Semana de Arte Moderna (em São Paulo). Ao mesmo tempo no plano internacional a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917), a crise econômica de 1929, a Lei *Jim Crow* nos Estados Unidos marcavam um novo tempo.

[307] Stepan (2005) demonstra como a eugenia foi absorvida e bem recebida por correntes de esquerda e direita no mundo.

[308] Como o capítulo dois, sobre os portuários negros no Rio de Janeiro, demonstrou ali também estavam as expectativas quanto às suas possibilidades na sociedade brasileira. Se reconheciam coletivamente como trabalhadores negros *brasileiros.* Por trás dessa afirmativa estava a expectativa de uma posição de prestígio na construção da nação. Tanto a União quanto a Resistência (e seu advogado Evaristo de Moraes) eram adeptos ao socialismo.

[309] Decreto-Lei 3.724 de 15 de janeiro de 1919.

em termos amplos – de práticas que eram, a um só tempo, terapêuticas e religiosas[310].

> A repressão aos ditos feiticeiros vinha desde os tempos da Corte, agravando-se na conjuntura da Lei de 1871. *Mas o Brasil, com a Proclamação da República, passou a ser um Estado laico, onde era garantida por lei a legitimidade de todas as religiões. Dessa forma, foi necessário agir nos meandros da lei para garantir a repressão aos ditos feiticeiros, contra os quais era aplicada a lei contra práticas de medicina ilegal ou curandeirismo.* Os rituais de cura realizados pelos feiticeiros passam a ser considerados, tais como a vadiagem e embriagues, uma contravenção e reconhecidas como "práticas de magia e falsa medicina". *Dispositivos legais foram criados para definir as religiões de origem africana como perigosas à saúde e contrárias à moral pública, tornando frequentes as investidas policiais que violavam os templos e terreiros* (ARANTES, 2010, p. 179, grifos nossos).

No Rio de Janeiro a Revolta da Vacina (1904)[311], por exemplo, foi uma reação a esse saber médico autoritário e vinculado ao Estado. No bairro da Saúde, na região portuária, foi montada uma barricada para impedir a entrada de vacinadores e do exército. A barricada Porto Arthur[312] foi levantada na Praça da Harmonia, em local próximo ao Sindicato da União dos Estivadores. O protagonista dessa barricada foi nada mais nada menos que Horário José da Silva que ficou conhecido como Prata Preta. Horário José era capoeirista e estivador negro, morador de uma

---

[310] O Código Penal de 1890, o primeiro do Brasil República, continha um capítulo exclusivo, chamado "Dos crimes contra a saúde pública" (Capítulo III). Ali estava tipificado como crime o uso de substâncias naturais para fins curativos ou por meio de práticas espirituais promover a cura. Afinal, toda prática curativa deveria se submeter à regulamentação sanitária, a única cientificamente adequada: "Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica. Art. 158. Ministrar, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórma preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza". Esse Código vigorou até a 1942 quando passou a vigorar o Código Penal criado em 1940. Não surpreende o fato de que foi mantido o capítulo "Dos crimes contra a saúde pública" (Capítulo III), agora criando artigos específicos (283 e 284) para tipificar o charlatanismo e o curandeirismo, todos imputáveis com multas e detenção: "Charlatanismo Art. 283 - Inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa. Curandeirismo Art. 284-Exercer o curandeirismo: I-prescrevendo, ministrando ou aplicando, habitualmente, qualquer substância; II-usando gestos, palavras ou qualquer outro meio; III-fazendo diagnósticos: Pena- detenção, de seis meses a dois anos". Talvez o que possa surpreender é que o atual Código Penal brasileiro, é o mesmo de 1940! Criado em plena ditadura estado-novista de Vargas. E, em que pese as alterações realizadas no Código ao longo desses anos, esse é, por exemplo, um dos pontos que se mantiveram intocáveis. Para uma crítica aprofundada sobre o assunto, Cf. Sobreira, Machado & Vilani (2016).

[311] O trabalho de Almeida (2016) descreve em detalhes esse evento destacando a relação tensa entre higienistas e a população local. O autor apresenta ainda o papel da eugenia na construção da imagem das favelas.

[312] Em 1904 os jornais cariocas estavam inundados de informações sobre a guerra entre Japão e Rússia. A batalha que marcou o início dessa guerra ficou conhecida como "Batalha de Port-Arthur"

das nascentes favelas do Rio, o morro do Santo Antônio[313]! Prata Preta, que hoje é nome de Bloco de Carnaval no Rio[314], foi linchado pela polícia e junto com outros insurgentes deportado para o Acre após aquele revolucionário levante[315]. Um levante popular contra as imposições do saber médico e que, segundo Almeida (2003) teve ativa participação dos estivadores da União que foram reprimidos e perseguidos pela polícia (ARANTES, 2010).

Quando Eloy Chaves subiu na tribuna da Câmara Federal para discursar em defesa das CAPs para ferroviários, começa dizendo que, depois da Abolição, as barreiras entre os homens estavam se apagando. Em sua fala destaca os objetivos da lei: 1) promover a colaboração e a pacificação de classes em benefício da pátria; 2) incutir o espírito liberal nas relações de trabalho[316] (ANFIP, 1965).

Eloy reconheceu em seu discurso a prévia existência de iniciativas similares às CAPs, tanto no Rio quanto em São Paulo. Como deixou explícito, a Estrada de Ferro Central do Brasil (RJ) tinha sua própria Caixa. E, em São Paulo, algumas companhias já contavam com "Sociedades Beneficentes", embora tivesse a ação limitada a socorros médicos e à oferta de medicamentos. Na sua concepção, era necessário, contudo, oferecer mais ao trabalhador: pensões e aposentadorias! Afinal, as angústias (da vida e do trabalho) só poderiam ser suportadas pela esperança de um prêmio ao final.

A legislação brasileira foi, como também mencionado, inspirada na que vigia na Argentina. Naquele país as "*Cajas de Jubilacion y Pensiones*" foram em 1904 concedidas a trabalhadores da administração pública e um ano depois (1905) a ferroviários. Inspirada no sistema bismarckiano a lei argentina seguiu o mesmo princípio, tanto na de fragmentação da oferta, isto é, por categorias; quanto na diferenciação na quantia relativa a contribuições e benefícios[317] (CIFRA, 2009). Na

---

[313] A falta de higiene do local era criticada em 1909, uma "vergonha do Rio moderno" pela *Revista Careta*. Diante disso pedia a destruição do local. Na matéria com o título "favela" ressalta personalidades do bairro como Prata Preta. Chama a atenção uma foto com as "lavadeiras da favela", todas elas negras de diferentes pertencimentos geracionais (*Revista Careta*, 4 de dezembro de 1909, p. 25).

[314] Cordão do Prata Preta.

[315] *Jornal o Fluminense*, 17 de novembro de 1904, p.1. Cf. também "Oswaldo Cruz, projeto memória", disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/OswaldoCruz/biografia/02_bracos.html>. Acesso em 10 fev. 2020.

[316] Sobre o segundo ponto, é possível identificar em seu discurso o tal espírito liberal presente também na sua defesa de isenção do Estado na fiscalização ou gestão das CAPs (ANFIP, 1965).

[317] Em 1921 foi apresentado um projeto de lei chamado de "Código de Trabalho". Este compilado de leis já existentes e de projetos de lei teve o intuito de consolidar uma legislação social de proteção ao trabalho. Ali estava a regulação de mulheres e crianças no trabalho, o descanso dominical, a

Argentina as tensões em torno da nacionalidade eram também tamanhas. O país se autodeclarava branco em 1918, negando a presença de pessoas negras e indígenas na composição da identidade nacional[318]. Poucos anos depois, porém, os imigrantes se negavam a assumir uma identidade nacional argentina (a argentinidade). A educação foi um dos vetores para nacionalizar, assimilar, os estrangeiros. Logo o racismo de Mussolini, a "defesa da raça" latina já corrente na Itália, tomou a "*Associación de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social*" argentina na década de 1930. Havia no país uma preocupação em integrar os imigrantes europeus à identidade nacional e evitar outros povos "não-latinos", por exemplo, asiáticos (STEPAN, 2005).

Só em 1944/5, com o governo peronista, marcado pela atenção aos trabalhadores e pela busca do apoio sindical, a política social se expandiu e um sistema previdenciário ganhou impulso: ampliação da cobertura, aumento da taxa de contribuição de patrões para as Caixas etc. É preciso dizer que naquele país, a política social se desenvolveu durante a consolidação do Estado nacional. Um período marcado pelo estímulo à imigração europeia na Argentina e de debates em torno da formação da nação[319]. Não por acaso é desse momento a criação do Departamento Nacional de Higiene e a produção de medidas para preservação da saúde pública (CIFRA, 2009).

A questão da nacionalidade estava no conteúdo da própria Lei Eloy Chaves (1923 e 1926). Nos debates sobre a forma da lei havia a preocupação quanto à composição do Conselho de Administração das Caixas (com cinco membros). Em 1923 o Decreto prevê no art. 41 que a presidência do Conselho deveria ser exercida por um brasileiro[320]. Em 1926, esse artigo foi suprimido, mas outro estabelece que

---

redução da carga horária de trabalho e as Caixas. Algo interessante é que na Argentina, desde 1915, trabalhadores demitidos por participar de greves perdiam o direito ao seguro social. A consolidação dos direitos sociais para trabalhadores só se firmou durante o período do peronismo.

[318] Não foi ocasional que a legislação argentina foi aplaudida com grande entusiasmo ela Sociedade de Eugenia daquele país (STEPAN, 2005).

[319] Para estimular nos europeus uma identidade nacional o Estado investiu massivamente na educação pública (CIFRA, 2009).

[320] Essa delimitação foi contestada em 1923 pela própria Leopoldina *Railway* que manifestou-se diante da exclusão de estrangeiros nos Conselhos (*Jornal do Brasil*, 20 de outubro de 1923, p. 1). Isso provavelmente se explica porque o presidente do Conselho, segundo o Decreto-lei 4.682 de 1923, deveria ser o superintendente ou supervisor geral da companhia ferroviária, isto é, alguém da confiança da empresa. A Leopoldina foi uma empresa de capital inglês e como era de costume nesses casos, gerenciada por funcionários ingleses de fato. Os cargos de confiança eram a eles atribuídos. Com base na citada reportagem do *Jornal do Brasil* é possível dizer que a preocupação da Companhia era justamente garantir a presença de funcionários de seu interesse como presidente do Conselho, nesse caso justamente um estrangeiro. O Decreto-lei dizia: Art. 41. A

na representação dos trabalhadores[321] (eleitos por seus pares) pelo menos dois seriam brasileiros.

Mas por que brasileiros em detrimento dos estrangeiros? A possível ligação entre brancos europeus e os ideais políticos de esquerda (sobretudo ao anarquismo) é o que preocupava os legisladores. Ideais "estranhos" aos brasileiros e que foram enfrentados de diversas maneiras, uma delas a deportação. Havia uma intenção muito bem definida com a importação de pessoas brancas da Europa para o Brasil: branquear, logo civilizar o país. A via do trabalho foi aquela que sustentou esse projeto de nação. Nesse projeto não havia espaço para ideias à esquerda entre os que viabilizariam esse novo Brasil e um novo tipo de brasileiro. A brancura era desejada. Perspectivas à esquerda – especialmente anarquista – não[322]. Mas, não nos esqueçamos, como lembra Paixão (2013) o branqueamento era ele mesmo um ritual antropofágico. Contudo, o apreço à brancura não superou as divergências ideopolíticas, o projeto de nação aconteceu apesar delas[323].

A Primeira Guerra também aumentou a importância da nacionalidade. No Brasil e em outros países latino-americanos o neolamarckismo e o que dele decorreu, como a eugenia preventiva, incidiu tanto nos círculos intelectuais quanto no próprio Estado. Isso não significava dispensar o elemento branco europeu como sujeito civilizador, bastaria discipliná-lo. Seja com violência por meio de prisões e

---

caixa de aposentadorias e pensões dos ferroviarios será dirigida por um Conselho de Administração, de que farão parte o superintendente ou inspector geral da respectiva empreza, dous empregados do quadro – o caixa e o pagador da mesma empreza – e mais dous empregados eleitos pelo pessoal ferroviario, de tres em tres annos, em reunião convocada pelo superintedente ou inspector da empreza. Será presidente do conselho o superintendente ou inspector geral da empreza ferro-viaria. Paragrapho único. Si for de nacionalidade estrangeira o superintedente ou inspector geral da empreza, será substituido no Conselho pelo fuccionario de categoria immediatamente inferior que seja brasileiro (sic.).

[321] Como já citado durante a Era Vargas, o Brasil também restringiu a imigração para o Brasil de tipos raciais "incompatíveis" com os de caráter europeu, próprios do país. As Constituições de 1934 (art. 121, § 6º) e 1937 (art. 151) (STEPAN, 2005). Em 1945 o decreto-lei, 7967 de 18 de Setembro foi ainda mais específico. No art. 2 dizia: "Art. 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional".

[322] Parte dos anarquistas consideravam como "amarelos" os sindicatos que defendiam a participação política dos trabalhadores, pela via partidário-eleitoral, por exemplo, ou aqueles que negociavam de algum modo com o Estado. Gomes (1988) lembra que embora pudessem ser lidos como amarelos pelo anarquismo, o governo e a polícia considerava anarquista qualquer tipo de reivindicação dos trabalhadores. Também foram chamados de "cooperativistas".

[323] Pós-Primeira Guerra foi intensificada a associação de anarquistas a estrangeiros e terroristas. No Rio de Janeiro surgiu nesse período um movimento nacionalista – xenofóbico e combativo – que tinha como inimigos portugueses e anarquistas. Acreditavam que as necessidades de trabalhadores deveriam ser tratadas dentro do que a *Rerun Novarum*, do Papa Leão XIII preconizava (GOMES, 1988). Nos anos 1920 a Igreja Católica se colocava a favor de um Estado forte e absolutamente contrária ao anarquismo e ao comunismo, que combatia abertamente. Segundo Gomes (1988) o comunismo seria eleito na década de 1930 inimigo nacional.

deportações[324], seja com a tentativa de produzir consensos via políticas sociais previstas na legislação social do trabalho.

Ao privilegiar brasileiros na composição do Conselho de Administração das Caixas havia a expectativa quanto a total despolitização desses sujeitos. Quando reproduzimos o estereótipo do estrangeiro europeu como um sujeito radicalizado, representante genuíno do trabalhador no país, em detrimento do trabalhador "nacional pacífico"[325], estamos recorrendo aos mesmos estereótipos que balizavam as ações do Estado. Embora em campos aparentemente distintos, todos se nutrem das mesmas bases racializadas, elevando aquilo que parece ser o ideal.

A Lei Eloy Chaves além de considerar a nacionalidade na composição dos Conselhos, previa no art. 9 os socorros médicos e a concessão de medicamentos a preços especiais. Essa concepção médica a propósito da saúde não estava dissociada do que significou o poder médico já nas primeiras décadas do século XX. Afinal, foram os médicos os entusiastas da eugenia no Brasil. A eugenia e a higiene social (já expressa na saúde pública) foi por eles protagonizada.

Mas como observar as políticas sociais capturadas pelo Estado, que foram embebidas, como dito pelas saídas (eugenistas e culturalistas) nesse período? As próprias Caixas asseguravam o acesso à medicação, aos cuidados médicos e com o tempo as práticas assistenciais a esses trabalhadores foram sendo intensificadas. A ideia de que o trabalhador deveria ter uma família é colocada pela própria política social, quando a previdência prevê pensões para esposas e filhas. Mas, Arantes (2010), por exemplo, mostra como os portuários cariocas costumavam dormir em pensões, nas próprias embarcações atracadas etc., ou seja, aparentemente sem o modelo familiar esperado pela política social.

No Governo Vargas houve de fato a incorporação e valorização desses sujeitos trabalhadores como "brasileiros". Uma incorporação que, porém, mantinha-os em condições hierarquizadas que exaltavam seu valor cultural (o samba, os ritos, a sensualidade), mas negava sua cor, seu pertencimento racial. Uma incorporação antropofágica, para usar o termo de Paixão. A política social alcançou esse sujeito

---

[324] O Código Penal de 1890 previa a expulsão de estrangeiros do país em caso de vadiagem. Em 1907 a expulsão foi estendida também àqueles que comprometessem a segurança nacional e a tranquilidade pública. É muito interessante que estrangeiros casados com mulheres brasileiras estavam livres desse tipo de represália! É possível identificar na legislação parte do esforço das elites às relações interraciais, à mestiçagem neste caso, via casamento. Estratégia fundamental para a "acomodação" dos imigrantes europeus no país.

[325] Cf. Gomes (1988).

negro trabalhador portuário, ferroviário e marítimo, mas o fez justamente na condição de trabalhadores nacionais, brasileiros[326]. Envolto nessa brasilidade dos trabalhadores defendida pelo Estado estava a ideia de nação redimida dos males do período colonial, dos males da raça.

Os próprios trabalhadores negros, como visto no capítulo anterior, tentaram subverter o discurso do nacionalismo em seu favor. Quando se colocavam como brasileiros. Também se mostraram cientes do sentido da imigração que previa sua expulsão paulatina do mercado de trabalho (e da própria composição demográfica do país), ao divulgar anúncios na Europa para desestimular a imigração ou ao pagar passagens de retorno de europeus para seu continente de origem. No fim, porém, o tipo de nacionalismo colocado pelas elites era sobretudo, antropofágico.

A adesão dos trabalhadores ao projeto trabalhista de Vargas não se deu apenas pela ampliação da legislação social do trabalho e pelas políticas sociais que dela decorreram. O sucesso da adesão dos trabalhadores, argumenta Gomes (ibid.), se deu justamente devido ao projeto político estatal que tomou para si os elementos-chave que, durante a Primeira República, já estavam na ordem do dia para os trabalhadores e, sobretudo, suas lideranças. O que ocorreu não foi uma ruptura no discurso, mas sua apropriação com outros objetivos. Ela explica:

> Assim, o projeto estatal que constitui a identidade coletiva da classe trabalhadora articulou uma lógica material, fundada nos benefícios da legislação social, com uma lógica simbólica, que representava esses benefícios como doações e beneficiava-se da experiência de luta dos próprios trabalhadores. […] o processo de constituição da classe trabalhadora em ator coletivo é um fenômeno político-cultural capaz de articular valores, ideias, tradições e modelos de organização através de um discurso em que o trabalhador é ao mesmo tempo sujeito e objeto (GOMES, 1988, p. 23).

Para Gomes na revista *Cultura Política* (1941-45)[327] está contida a proposta política do Estado Novo. Seu intuito era trazer a público as transformações colocadas em curso no país pelas mãos do governo varguista. Na concepção do editorial, 1930 produziu uma verdadeira revolução no país. O liberalismo dos governos da Primeira República estavam banhados de um espírito europeizante, cindia a realidade física e a cultural em sua relação com o Estado.

> O retorno à realidade era sobretudo o reconhecimento do povo brasileiro, com suas necessidades e potencialidades; este homem, cheio de virtudes

[326] Como o fez com imigrantes que passavam a ser obrigados a naturalizar-se oficial e culturalmente.
[327] A revista tinha como subtítulo a seguinte frase: “a revista mensal de estudos brasileiros”.

> ignoradas, guardava em seu subconsciente as tradições mais puras do país. O liberalismo, banhado de valores europeizantes, desconhecia sua verdadeira dimensão, preferindo explicações simplistas baseadas na inferioridade da raça e do caráter nacional. O Estado liberal não apenas separava o homem da terra, mas igualmente separava o homem do cidadão e, desta forma, distanciava a cultura da política. O homem do povo, que cristalizava tudo aquilo que era produzido no país e que representava sua cultura, estava afastado do homem político, do cidadão. A cultura, nesta nova acepção, era a própria expressão do que era "natural" e "intrínseco" ao homem brasileiro. […]. Este caráter de retorno à realidade nacional marcava a Revolução de 1930 em sua autenticidade e desdobrava-se no projeto político do Estado Novo (GOMES, 1988, pp. 210-11).

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde revelam, segundo Ângela de Castro Gomes, o dinamismo a que o governo lançou mão já em 1930 para resolver os problemas dos trabalhadores. Ela indica que as providências nesse sentido podem ser divididas em dois grupos: 1) medidas com atenção à perda da saúde; 2) um conjunto amplo para garantir a saúde, logo a capacidade produtiva do trabalhador.

O primeiro estava na área de intervenção da previdência e assistência social. Se pôs em curso por meio dos seguros contra morte, doença, acidente de trabalho, auxílio maternidade etc. Isso traduzia a concepção de medicina social já comum na Europa desde o século XIX[328].

> O trabalhador passa a ser assistido pelo Estado, que se preocupava não só com sua saúde física, como também com sua adaptação psíquica ao trabalho realizado. […]. A medicina social compreendia um conjunto amplo de práticas que envolviam higiene, sociologia, pedagogia e psicopatologia. Havia toda uma dimensão sanitária que buscava a proteção do corpo e da mente do trabalhador. No próprio interesse do progresso do país, deviam-se vincular estreitamente as legislações social e sanitária, já que o objetivo de ambas era construir trabalhadores fortes e sãos, com capacidade produtiva ampliada. O papel da medicina social, tão bem concretizado pela ação dos Institutos de Previdência e Assistência Social, consistia explicitamente em preservar, recuperar e aumentar a capacidade de produzir do trabalhador (GOMES, 1999, p. 263).

No segundo grupo estão iniciativas que visavam a prevenção da perda da capacidade produtiva do trabalhador, no campo da alimentação[329], do lazer[330], da

---

[328] Embora a autora não mencione diretamente a medicina social também estava ligada à eugenia.

[329] O Serviço de Alimentação da Previdência Social (com médicos nutrólogos, nutricionistas, assistentes sociais) foi inaugurado na Praça da Bandeira, na cidade do Rio de Janeiro. Ali eram oferecidas refeições e orientações sobre o consumo de determinados alimentos e seu valor nutricional. A merenda escolar comprou papel semelhante. Tive aproximação com esse serviço após lecionar para o curso de Nutrição na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2016. Para aprofundamento Cf. Fogagnoli, 2011; 2017.

[330] Em 1943 foi criado por iniciativa do Estado o Serviço de Recreação Operária (GOMES, 1988).

arte[331], da educação, da habitação, dos valores familiares[332] e cuidados domésticos. O Estado varguista conciliou percepções eugênicas e cuturalistas como parte da institucionalidade. Em lugar de tratar tais percepções como opostas, Vargas fez delas eixos de sustentação de seu governo. As políticas sociais não fugiam, ao contrário, reforçavam essas bases. Os profissionais requisitados para colocar em curso esse projeto, incluindo os do Serviço Social, estavam cada um a seu modo comprometidos com ele.

Conter os conflitos entre trabalhadores e patrões foi parte das iniciativas estatais – via repressão e concessão. Conflitos que podiam estar pautados por estereótipos raciais, como visto no caso dos portuários do Rio. Essa asserção é tão verdadeira que, em paralelo à eleição da via do trabalho para promover o crescimento do Brasil, ao mesmo tempo operavam as teorias para aprimoramento dos trabalhadores do Brasil. Um aprimoramento que era também racial. Quando o Estado brasileiro assume para si a "questão social", a questão dos trabalhadores e seus conflitos com o patronato[333], o Estado assume também a questão racial posta nesse conflito. O que queremos dizer é que a política social assumiu um caráter preventivo às exigências de esquerda, ao mesmo tempo correspondeu ao projeto de nação esperada para o Brasil. Do mesmo modo que os conflitos entre portuários e patrõe entre 1906 e 1918 tornou explícita a questão quanto à aversão do patronado a perspectivas de esquerda, ela se mostrou igualmente avessa à composição racial dos trabalhadores – negros! A questão *sozial* no Brasil, era uma questão era fundada na raça!

As precárias condições de vida e trabalho a que os trabalhadores no território brasileiro estavam submetidos foi mediada pelas mudanças de sociedade que passaou a se basear no assalariamento e no valor *stricto sensu*. Algo que se deu de forma ampla após a Abolição da escravidão, que "liberou" milhares da condição de escravizado para atá-los à condição de assalariados. Mas mesmo para acessar o assalariamento, que em si não permitia condições de vida dignas, os trabalhadores

---

[331] Até os sambas em elogio à malandragem foram alvo. Personagens honestos começavam a ser sugeridos, como o "Claudionor" do Samba de Sinhô (GOMES, 1988).

[332] A Legião Brasileira de Assistência (1942) voltou sua atenção às mulheres (na maternidade) e às crianças para ensinar valores familiares. Cf. Martins (2011).

[333] Para Ângela Castro Gomes (1988) a questão social nesse momento é a questão do anarquismo. Era ela a ameaça à ordem e foi por isso reprimida pela polícia e por legislações como a lei de expulsão de estrangeiros. Sua análise, porém, afirma que não há como dissociar a aversão do governo pelo anarquismo sem entender o debate da nacionalidade que se colocava nas primeiras décadas dos 1900.

negros nesse país precisaram construir estratégias coletivas, como no porto do Rio, para manter e conquistar o “direito” ao trabalho e a parcos rendimentos.

Era um clima hostil, alimentado pelo racismo científico e sua maior expressão, a eugenia. Em paralelo trabalhadores brancos advindos da Europa sob subvenção privada e estatal ocupavam frentes de trabalho, que como mencionado também não lhes oferecia tão boas condições. Mas eram eles a esperança de uma nação edificada pelo progresso (branco!). No início do século XX a fome era um dos maiores problemas no Brasil. As condições de habitação nos grandes centros urbanos eram as piores possíveis para trabalhadores brancos e negros. Mas note que tais condições precárias, foram elas mesmas produzidas por uma dinâmica de racialização da nação, de embranquecimento via trabalho.

Só é possível entender a questão social no Brasil, isto é, a questão “dos trabalhadores”[334], se compreendermos se entendermos: 1) as vantagens e desvantagens geradas por uma sociedade capitalista racializada; 2) que o Estado aos poucos tomou a questão social como sua. A maioria dos(as) trabalhadores(as) que se manteve e se mantém ainda hoje nas piores condições de vida e de trabalho no país, são negros. Muitos deles (e delas), como vimos, já estavam organizados politicamente em espaços como sindicatos e partidos. Ainda assim, como no exemplo apresentado dos portuários, a condição racial de trabalhadores negros por vezes foi acionada pelo patronato como demérito e impedimento de negociações.

Quando o Estado assume a questão social, ele a assume levando em conta os conflitos racializados de classe. Mas não o fez de modo a superá-las produzindo melhor condições de vida e trabalho aos trabalhadores, sobretudo os negros, muitos ex-escravizados. O fez de modo a tentar neutralizar a existência das desigualdades balizadas por determinantes econômicos, raciais, regionais, de gênero etc. que interagem permanentemente. Ao contrário, os subsumiu no discurso de Brasil mestiço: o local onde todos têm as mesmas oportunidades, independente da raça/cor, condições econômicas, origem territorial etc.

Nos anos 1930, duas saídas, que não rivalizaram, vão se projetar com maior nitidez, embora desde os anos 1900 já estivessem colocadas: a saída eugenista e a saída culturalista. Embebidas por saídas colocadas pelo Estado, estão as políticas sociais. Quando a Lei Eloy Chaves se preocupa com a nacionalidade dos

[334] Que como visto não é de fato “dos trabalhadores”, mas produto da sociabilidade a qual fomos submetidos.

trabalhadores que comporiam a Comissão que gere as Caixas, priorizando nacionais, temos: de um lado, o entendimento de que brasileiros são sujeitos passivos, associando indiretamente a noção de que o fruto das três raças seria mais facilmente convencido; de outro, o entendimento de que estrangeiros, embora desejados do ponto de vista da brancura e de todos os significados que ela carrega, eram indesejados por conta de seus ideais (de esquerda).

Como visto, já se colocava como realidade ao sujeito do país práticas que, no caso de africanos e afrobrasileiros, continham caráter afrodiaspórico fundamental para a existência e resistência à própria dominação colonial escravista; e, entre europeus eram praticadas há algum tempo, inclusive entre socialistas e social-democratas no século XIX. Aos poucos, porém, o patronato passou a incorporar esse método como estratégia de desmobilização de pautas mais abrangentes dos trabalhadores assalariados, a exemplo do que ocorreu entre portuários negros do Rio de Janeiro. Quando a política social posta pela Lei Eloy Chaves coloca ao Estado a responsabilidade de regulamentar e supervisionar a criação de Caixas de Aposentadorias e Pensões, temos alguns elementos em jogo. Primeiro a apropriação do Estado de práticas históricas já existentes entre trabalhadores. Em segundo, o uso dessas práticas para a restrição do campo de possibilidades para além do capital aos próprios trabalhadores.

Podemos dizer que em países latino-americanos, como o Brasil, a política social surgiu como um dos métodos de regeneração dos degenerados[335]! Como parte de uma proposta de aperfeiçoamento gradativo da nação, encampada pelas elites[336]. Existia uma preocupação com a criação e uma unidade nacional. Unidade racial dos trabalhadores do Brasil!

---

[335] Antecipando-se ao Estado, a Caixa Beneficente criada pela elite cafeeira do porto carioca em 1908 deixava explicita a necessidade de pensionistas estarem longe da “vagabundagem” ou da “vida desonesta” para acessar o benefício.

[336] A linguagem da eugenia estava muito nítida na Constituição Federal de 1934. No título da “Ordem Econômica e Social”, o artigo 138 tratou das atribuições da União, Estados e Municípios sobre o assunto. O amparo aos “desvalidos”, por meio de serviços sociais, o amparo à maternidade e à infância e à juventude estava lado à lado com o estímulo a uma educação eugênica, com a adoção de medidas de higiene social, com o cuidado da higiene mental, com a luta contra os “venenos sociais”. Toda a linguagem da eugenia “positiva” incorporada pelo lamarckismo estava ali: “Art 138 – Incumbe à União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas*:* a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene

> Na década de 1930, muitos países da América Latina começaram a experimentar os efeitos da depressão e entraram em um período de considerável tumulto político, tendo como resultante uma virada para políticas conservadoras de direita. Contudo, a eugenia preventiva da década de 1920 continuou como característica duradoura do estilo latino de eugenia. No Brasil, por exemplo, quando novas medidas de seguridade social – benefícios para os desempregados, pensões, legislação de proteção ao trabalho – foram introduzidas pelo recém-criado Ministério do Trabalho na década de 1930, os eugenistas saudaram-nas como contribuições significativas para o "aprimoramento racial" (STEPAN, 2005, p. 105).

Temos que discutir como isso impactou nas relações raciais no Brasil. Quando a política social é colocada em curso a partir de 1923, temos a saúde, a previdência e, de certo modo, a assistência social sob a direção estatal. A execução se restringiu a princípio aos próprios empregadores. Nos governos Vargas há aos poucos uma centralização na supervisão e controle de sua oferta e dos próprios sindicatos[337]. Sobre isso, parece interessante recuperar o que o estivador Luiz Almeida (2003) explicitou em seu livro sobre a União dos Operários Estivadores. Ali ele comenta sobre as interferências dos governos Vargas na organização da UOE. Como explica, em 1932, José Ferreira, o presidente da União, foi deposto por intervenção de um tenente, Waldemar Ramos Pacheco. O presidente seguinte, Alfredo Alves de Magalhães[338], aliado do governo presidiu a UOE com austeridade durante dois anos. Não conseguiu ser eleito e então seguiu como militante da Ação Integralista Nacional (partido de inspiração nazifascista).

Almeida (ibid.) também conta que foi durante a administração de Magalhães que a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores foi implantada, um processo que dilapidou o patrimônio da União. Na sua opinião o governo não aceitaria tamanho poder financeiro nas mãos dos trabalhadores. Desse modo, na

---

mental e incentivar a luta contra os venenos sociais". Stepan atesta que: "A eugenia fazia parte da legislação, ainda que os testes pré-nupciais e médico-raciais fossem aplicados apenas esporadicamente e de forma inconsistente. Sob Vargas, a nova legislação trabalhista que garantia certas 'proteções' às mulheres no trabalho também era vista como contribuição 'eugênica' à aptidão nacional. Palavras como 'eugenia', 'eufrenia' e 'disgenia' pontilhavam a paisagem institucional, especialmente nos campos ligados ao bem-estar infantil e materno. No novo Ministério do Trabalho criado por Vagas, os eugenistas também encontraram um lugar para suas ideias sobre adequação e aprimoramento nacional. Pode-se ver nesta e em outras instituições os primórdios de um lento deslocamento da eugenia de volta à puericultura e preocupações com saúde infantil na década de 1940. A eugenia também continuou a ser invocada nas organizações dedicadas à delinquência juvenil, à patologia social e à criminalidade" (2005, p. 178).

[337] Castro (1988) lembra que em 1931, a Lei da Sindicalização (Decreto-Lei 19.770 de 19 de março de 1931) entrou em vigor. Dali em diante o acesso do trabalhador a qualquer benefício colocado pela legislação social dependia da filiação ao sindicato.

[338] Não foi possível identificar o pertencimento racial do referido.

administração de todos os recursos da Caixa, que foram entregues à União, que logo criou os Institutos de Aposentadorias e Pensões. Em 1945, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores foi transformado em Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas, ato regido pelo Decreto-Lei 7720 de 9 de julho daquele ano. Os trabalhadores perderam todo o controle sobre os recursos.

> […] … a União sempre foi a responsável pelas questões referentes ao amparo dos seus associados e familiares em caso de doenças, acidentes, falecimentos e até mesmo aposentadorias. Para isso foi organizada a Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores, que era mantida principalmente pela contribuição dos trabalhadores da estiva. Os gastos com esse tipo de assistência eram elevados, o que justificava uma contribuição mais alta do que a que era destinada ao próprio sustento da União […]. A Caixa, embora tivesse uma diretoria própria, era subordinada à União. Tanto poder financeiro nas mãos dos trabalhadores chamou a atenção do Governo , que tratou logo de providenciar uma regulamentação para as Caixas de Aposentadorias e Pensões. Os milhares de contos de réis da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores estavam depositados em vários bancos, aplicados aos juros vigentes. Eis então que entra em cena o Dr. Júlio César Tavares, advogado recém-contratado por Alfredo Alves de Magalhães, que sugere que a União adquira Apólices Federais da Dívida Pública, utilizando os recursos da Caixa, como forma de garantir e preservar o patrimônio dos estivadores. De início, em operação aprovada pela Assembléia de 12 de abril de 1934, são gastos 200:000$000 (duzentos contos de réis). Logo a seguir todos os demais recursos da Caixa são repassados à União, que os utiliza na compra desses mesmos papéis. Para funcionamento da Caixa é concedido pela União um empréstimo de 150 contos de réis. Ocorre que posteriormente entra em vigor o Decreto do Governo que regulariza o funcionamento das caixas de aposentadorias e pensões. A Caixa passa a se chamar Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores, já não administrado pela categoria, mas pelo governo. […]. Os estivadores já haviam percebido então que os anos de liberdade e independência tinham ficado para trás (ALMEIDA, 2003, p. 92).

Portuários passaram a ser obrigados a participar de eventos oficiais do governo, sob pena de multa; perderam a autonomia sindical; decisões eram tomadas pelo Sindicato ainda que prejudicassem os estivadores; a intervenção nas negociações entre patrões e trabalhadores era direta; as assembleias sindicais passaram a ser assistidas por representantes do Ministério do Trabalho e por representantes do Departamento de Polícia Política e Ordem Social (ALMEIDA, 2003).

Nada tão fora daquilo que o Decreto-Lei 1.637, de 5 de janeiro de 1907 desejava respeito dos sindicatos: uma relação “harmoniosa” entre os interesses do capital e do trabalho. Mas como lembrou Cruz (2006), falando da greve da Resistência em 1906, havia também uma preocupação quanto ao não reconhecimento do negro sobre seu lugar. Utilizando essa referência, podemos dizer

que o Estado encontrou “um lugar” para o negro no país, um lugar antropofágico. Era esse um dos condicionantes para garantir a harmonia entre patrões e trabalhadores[339].

[339] No Brasil atual o adensamento do conservadorismo e sua livre manifestação no ódio contra pessoas negras, por exemplo, estaria ligado à tal quebra de harmonia, expressa, por exemplo no acesso ao ensino superior?

CONCLUSÃO

> Como toda pesquisa, quando se chega ao fim, mais falta do que sobra
>
> *Soares, 2000, p. 31*

Esta tese inicia com a afirmação de um possível protagonismo negro entre beneficiários da primeira política social no Brasil. Nega a política social institucional de Eloy Chaves como aquela que inaugura esse modelo de proteção social, apresentando suas expressões afrodiaspóricas. E, por fim, produz uma síntese sobre as possibilidades para o entendimento da política social brasileira como parte do projeto de nação que justamente objetivou eliminar o sujeito negro! Ou seja, os resultados desse trabalho demonstram o quão contraproducente é afirmar o protagonismo negro na política social brasileira oferecida pelo Estado, sem as devidas mediações. E que os sentidos da solidariedade e dos laços de proteção social criados e mantidos na Diáspora Africana nas Américas detinham sentidos diversos daqueles propostos pela política social institucional.

Ressaltar a presença negra entre os “beneficiados” pela Lei Eloy Chaves (1923 e 1926) é importante num país que apaga qualquer tipo de intervenção e resistência política de sujeitos negros. Entretanto, é preciso compreender as contradições que envolvem a própria política social, situando-a no tempo e no espaço. No caso brasileiro, considerar a emergência da política social ignorando o projeto de nação e, por conseguinte, a racialização das relações sociais é no mínimo insuficiente.

A proposta dessa tese pode levar à crença de que há certo essencialismo ao retorno das práticas protetivas criadas pela Diáspora Africana, desresponsabilizando o Estado de qualquer iniciativa em relação às condições de vida e trabalho da população. Não se trata disso. Trata-se, isso sim, de propor uma reflexão quanto ao papel do Estado num país racializado, onde, por conseguinte, as relações entre classes sociais são profundamente racializadas. É preciso, além disso, contextualizar e problematizar a sociedade capitalista que a nível global se forja com e não apesar da raça. Tem sido cansativo ouvir que o capitalismo se apropriou da raça. A raça é elemento sem o qual não compreenderíamos o capitalismo no mundo atual e suas repercussões em países periféricos como o Brasil.

Trazer à tona as práticas afrodiaspóricas expostas nesse trabalho é parte do esforço para demonstrar que a população tornada negra com o processo colonial viveu e sobreviveu desde então apesar da ação genocida a que foi exposta. A coletividade para tanto foi fundamental em todas as Américas. Sua força foi expressa nos zungus, nas *esusus*, nas *Black Brotherhoods*, nos *Cabildos*, nas Irmandades Negras, no samba, nos terreiros etc. Essa perspectiva sim precisa ser recuperada apesar da sociabilidade individualista ultraneoliberal que nos circunda e conforma hoje. De algum modo as famílias extensas e seus quintais nas periferias e comunidades ainda praticam algo do tipo. Há muito o que aprender. Há muito o que fazer.

Essa tese mostra que é possível, por exemplo, começar a trabalhar o conteúdo da Política Social no Brasil a partir da criminalização dos portuários negros, do carnaval que nasce no Porto, pela história dos orixás, das etnias, da violência, da travessia do Atlântico. Imagine em Salvador, convidar estudantes para conhecer o Dique Tororó e ali abrir os estudos sobre a política social? Ali onde os portuários também eram majoritariamente negros. Ou no Rio de Janeiro agendar uma aula na zona portuária no circuito da Pequena África? E ali visitar o Largo do Depósito, antiga sede da União, ou a Praça da Harmonia onde Prata Preta, portuário, organizou um dos mais conhecidos levantes do país. Ou conhecer a roda de Jongo na Serrinha, ali onde quem faz a Império Serrano está presente, os descendentes dos portuários fundadores? Ou visitar o Palácio do Catete e nos lembrarmos onde tantos encontros entre trabalhadores, delegados de polícia e presidentes ocorreram? Nossa história é diversa, não precisa ser a réplica da Europa e tampouco precisamos estudar apenas a história europeia da política social.

No mesmo ano da insurreição malê, por exemplo, um grupo de nagôs foi liberto e encaminhado para servir como aprendizes no Arsenal da Marinha baiana. Mas poucos anos depois, entre 1848 e 1849, após se insurgir e exigir sua liberdade por completo, foram compulsoriamente enviados para a cidade do Rio de Janeiro, onde continuaram servindo à Marinha, agora naquela cidade (REIS; MAMIGONIAN, 2004). As conexões afrodiaspóricas são, além do que se imagina e alcançaram, também o segmento marítimo em termos étnicos e raciais. Imaginemos só por um instante se João Cândido, nascido no Rio Grande do Sul, região em que após 1835 nagôs também foram enviados, tivesse em sua origem ancestral a ascendência nagô?!

Mas essa abordagem também não é suficiente! É preciso ir além. Essa tese não é um convite à (re)folclorização ou romantização do negro ou uma ode ao estudo de pessoas negras como objeto de pesquisa – como historicamente ocorreu no Brasil. O negro como objeto de estudos – sobretudo de brancos – sustentou durante anos o status das Ciências Sociais no meio acadêmico e na sociedade em geral[340]. A tese sustentada nesse trabalho propõe uma provocação para ampliação da análise sobre as relações sociais, considerando a raça, cor, etnia de forma consciente.

Eu poderia encerrar dizendo que é preciso racializar o debate posto pelo Serviço Social sobre a política social. Mas a questão é: esse debate já está racializado. Quando nos remetemos ao trabalhador como o sujeito imigrante europeu; quando o consideramos mais radical do que os brasileiros; quando atribuímos à essa classe a pressão para a instituição de políticas públicas no Brasil, já estamos racializando o debate. Ocorre que quando os termos desse debate se colocam em branco, isso aparece como desprovido, neutralizado do ponto de vista da raça-cor.

Um dos privilégios da branquitude – como elemento que compõe as relações sociais –, é o de justamente construir e contar a História elevando o sujeito branco em detrimento dos demais. Mas se faz isso apontando uma suposta neutralidade racial. Afinal, durante muito tempo, foi comum apontar a pessoa branca como sem raça ou cor. Ser de cor era ser negro. Falar de raça, era falar de negro. Não mencionar a cor dos imigrantes europeus pode ser sutil, mas ali está informada a brancura. Ora, nunca pensamos os africanos como estrangeiros. A eles foi delimitado o escopo de escravos ou quando muito escravizados.

Mas afinal, quem assumiu a vanguarda do Serviço Social em cidades que primeiro implantaram as Escolas de formação? As mulheres de classe média brancas dos centros urbanos. Elas não estavam apenas informadas pelos ideais caritativos postos pela igreja que naquela altura já passava pela secularização. O Serviço Social brasileiro se profissionaliza com a primeira Escola de formação em São Paulo. Os primeiros cursos oferecidos tiveram à frente uma assistente social advinda da Bélgica. Elas apareciam como profissionais, amparadas em conhecimento técnico e científico, prontas, portanto, para ocupar seu demandado

[340] Márcio Mario Chor revela a relação entre as Ciências Sociais no Brasil e os estudos sobre relações raciais patrocinados pela Unesco (1945-1950).

lugar na divisão do trabalho. As primeiras assistentes sociais formadas (Ilustração 25), eram mulheres brancas provenientes de classes médias.

Ilustração 25 - “Primeiras assistentes sociais diplomadas no Brasil, em 1938, pela Escola de Serviço Social de São Paulo”

Fonte: Iamamoto & Carvalho (2014)

Ainda está por ser desvendada a participação de assistentes sociais no projeto de nação eugênica incorporada pela institucionalidade estatal[341]. O que pudemos alcançar a partir dos estudos para construção da tese foi a íntima proximidade entre o Serviço Social e a Medicina. Em 1939, por exemplo, Oliveira Vianna proferiu uma Conferência na Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro, sobre a política social e suas novas diretrizes no país. Tempos depois ela foi publicada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, o qual compunha.

O estímulo à maternidade, desde o fim do século XIX foi pautado no entendimento dessas mulheres/mães como auxiliares dos médicos do campo da higiene infantil. Assistentes sociais podiam atuar mesmo em parceria com médicos e juízes como no Laboratório de Biologia Infantil (LBI), criado em 1936, que fazia uso de métodos eugênicos[342]. O Serviço Social era, segundo Silva (2011), uma das seções do LBI, para Silva (2011), uma das principais.

---

[341] Afora nas iniciativas privadas. Almeida (2016) situa o papel da Fundação Leão XIII em favelas nos anos 1940 no Rio de Janeiro e o destaque do Serviço Social nas intervenções da entidade.

[342] “Para Fonseca (1990, p.109), *o LBI utilizava princípios eugênicos no tratamento das crianças abandonadas e delinquentes* ao identificar, classificar e internar filhos de tuberculosos, sifilíticos e epiléticos. Tais atividades coadunavam-se com o objetivo maior do Laboratório, a profilaxia criminal, mas representavam também uma prática de controle e repressão à infância abandonada”

> As crianças recolhidas pela polícia eram encaminhadas pelo Juizado de Menores ao LBI, responsável pela realização de exames e elaboração de pareceres para o Juizado. Os menores ficavam internados no ISS, que funcionou como local de triagem. Diariamente um contingente deles era para lá enviado, e passava pelos primeiros procedimentos: identificação e fichamento com base em exames médico-legais. Esses primeiros exames serviam para completar o 'inquérito social', constando de uma ficha com o histórico de cada menor[343]. As informações sobre o meio social desses menores eram colhidas por assistentes sociais preparadas em cursos técnicos no próprio Laboratório (Ribeiro, 1939, p.137). O serviço social era uma das principais seções do LBI (SILVA, 2011, p. 1117).

Todos empenhados, inclusive o Serviço Social, na valorização daqueles que seriam o futuro da nação em um contexto em que o saber científico assumiu a dianteira como construtora da própria nação. Em *Mulheres, mães e médicos* Maria Martha Freire (2009) apresenta um belíssimo trabalho acerca do assunto no contexto dos anos 1920. Quem foi o alvo privilegiado das campanhas de propagação da maternidade científica, como técnica e como ideário? Mulheres de classe média brancas dos centros urbanos. Essas mulheres, porém, não foram apenas objeto da ciência eugênica. Foram ativas e atuaram em favor das campanhas eugênias, mas também foram contrárias à intervenção sobre seus corpos[344].

Essa demanda foi real e estava conectada com os elementos aqui mencionados. A Constituição Federal de 1934, por exemplo, no título da "Ordem Econômica e Social". O artigo 121, versou sobre a participação da lei no amparo, tanto da produção (capitalista), quanto das condições de trabalho, nos meios urbanos e rurais, visando a proteção social do trabalhador. No âmbito desse artigo, o parágrafo terceiro previu que serviços voltados ao amparo à maternidade e também

---

(SILVA, 2011, 1115, grifos nossos). Renato Silva complementa: "Segundo Ferla (2009), o internamento de menores tornou-se, na década de 1930, uma das responsabilidades do Estado, o qual, além de criar e manter asilos infantis, exerceu o poder de internar crianças residentes em espaços propícios ao desenvolvimento da delinquência. A autoridade estatal estava acima da familiar, em relação ao destino dos menores na sociedade. Esperava-se, das instituições para menores, o resgate forçado daqueles considerados delinquentes, com vistas a proteger a sociedade; tratamento e regeneração do menor internado; estudo sistemático, com apoio da medicina legal, para definir seu tratamento; e, a partir desse estudo, melhor conhecimento das causas da criminalidade. *Muitos menores foram internados sem cometer qualquer ato criminoso; apenas eram condenados pela herança biológica dos pais e pelo ambiente degradante em que estavam inseridos*" (2011, 1116, grifos nossos).

[343] "Os exames psicotécnicos e clínicos, associados aos radiológicos e laboratoriais, integravam a segunda etapa dos procedimentos para tratar os menores internados no Laboratório.6 Com base nessa avaliação, os médicos acreditavam que poderiam encontrar as causas da delinquência infantil e prescrever o tratamento adequado" (ibid., 2011, p. 1117).

[344] Cf. Stepan (2005) e Freire (2009).

à infância, incluindo orientação e fiscalização, seriam preferencialmente incumbidos às “mulheres habilitadas”[345].

Durante muito tempo foi essa a configuração racial e de gênero da profissão. Um perfil que está manifesto na produção intelectual difundida e nas práticas de intervenção desenvolvidas, mesmo depois de mais de 80 anos de profissão[346]. Essa profissão olhou para si mesma situada na dinâmica da vida em sociedade, incorporando criticamente o debate sobre as relações de produção e reprodução capitalista para ir além daquilo que lhe foi reservado pela lógica dominante. Chegou o momento do Serviço Social olhar para si e para a sociedade novamente. Dessa vez considerando de forma consciente o debate de raça (e é claro, os de gênero e sexualidade).

É preciso compreender que o capitalismo no Brasil não opera de modo idêntico ao de países europeus. É preciso compreender que trabalhadores brasileiros não são trabalhadores europeus – mesmo que a produção de valor e mais-valor os coloque em contato. É preciso entender que a política social brasileira respondeu a determinantes gerais, mas também a próprios da realidade posta no país. Olhar para a sociedade brasileira como uma sociedade “incompleta” – sem Estado de Bem-Estar Social; sem “revolução” proletária; sem... sem... – é manter os olhos mais fora do que dentro do Brasil. É deixar, inclusive, de compreender como o país formou sua própria forma de sociabilidade em interação com o capitalismo global.

Tanto nas concepções correntes acerca da questão social, quanto da política social o que se pode observar, em grande parte dos trabalhos citados, é a centralidade concedida aos processos ocorridos na Europa, a ponto de, em alguns casos: 1) tornar difusas as particularidades brasileiras; 2) conduzir a leitoras(es)

---

[345] É interessante que esse mesmo artigo 121 da Constituição de 1934 tenha abrigado no parágrafo primeiro (§1), uma série de direitos sociais e que mais tarde foram compilados com a Consolidação das Leis do Trabalho (1943). Previu também o interesse de fixar nacionais, sobretudo no campo (§4); a criação de colônias agrícolas para pessoas de “zonas empobrecidas” e para pessoas sem trabalho (§5); e, o já citado parágrafo sexto (§ 6), que se preocupou em iniciar restrições, em “qualidade” e quantidade, à entrada de imigrantes no país.

[346] Com isso não evoco de forma rasa a ideia de “lugar de fala” (*staindpoint*) brilhantemente criada por Patrícia Hill Collins e que atualmente no Brasil tem sido tratada de forma errônea como sinônimo de “interdição de fala”. Como Collins sugere, é preciso compreender que nenhum de nós está posicionado de forma neutra na sociedade. Quando acionamos a ideia de branquitude, por exemplo, é uma forma de lembrar às pessoas brancas que a maneira como pensam, escrevem, falam estão informadas por um conjunto de elementos que envolvem assimetria de poder. Sem dúvidas, a branquitude não informa o pensamento e práticas apenas a brancos, pessoas negras também o fazem. A diferença é que apenas pessoas brancas usufruem dos privilégios postos pela branquitude.

“desavisadas(os)” à crença de que no Brasil aqueles processos se realizaram de forma idêntica; 3) produzir modos de conceber a realidade brasileira e latino-americana a partir da incansável comparação entre o que aqui se repetiu e o que se fez “ausente” em relação à Europa; 4) secundarizar e/ou “omitir” a relevância da compreensão das relações étnico-raciais e de gênero para a compreensão da questão “social” e da política social.

Muito além do que uma crítica personalizada, essa noção deve ser entendida pelo conjunto de assistentes sociais como um convite à reflexão. Sobre que política social e sobre que trabalhador(a) estamos nos referindo em nossas produções? Por que o Norte ainda têm sido a Europa ao considerar trabalhadores e a construção da política social? Por quê nossos(as) estudantes sabem mais dos levantes europeus do século XIX do que das práticas de tortura e sublevações produzidas no Brasil, país recordista em importação de pessoas africanas para serem escravizadas? Como estamos pensando a pessoa que trabalha, a classe que trabalha, num país com maior número de pessoas negras fora do continente africano? Sem dúvidas esse não é um dilema exclusivo do Serviço Social. Apenas recentemente a História tem modificado as abordagens sobre o assunto.

No trabalho do porto a capacidade física era a exigência primeira. A associação entre negros e uso da força física foi (e ainda é) costumeira. Mas os trabalhadores fizeram deste trabalho árduo, cujo critério para ser escolhido passava pelo porte físico, algo que consolidou laços étnicos e raciais. O trabalho era avulso, a disputa colocada pela escolha de quem trabalha, a instabilidade posta pelo pagamento condicionado ao dia trabalhado, a exposição ao trabalho de risco, aos acidentes etc.

Ao mesmo tempo, tomaram para si o momento do engajamento na parede e construíram um processo de trabalho na qual o “canto” fortaleceu pertencimentos afrodiaspóricos e possibilitou realizar os interesses econômicos e sociais do grupo. O que torna importante essas formas associativas e protetivas é justamente considerar as condições violentas colocadas na Diáspora. Por meio do canto, os trabalhadores coletivamente desempenhavam suas tarefas, redirecionaram o processo de trabalho e de contratação minimamente a seu favor e, ao mesmo tempo, fizeram da solidariedade, construída no trabalho e no pertencimento étnico, a possibilidade para a conquista da liberdade. Estes princípios, segundo Mattos (2008), se mantiveram após a abolição. Criaram formas de viver ressignificando o

sentido da própria vida, preservando o autocuidado diante das situações mais difíceis que se possa imaginar.

Afirmar isso, não implica negar automaticamente a existência de conflitos entre estes trabalhadores. Mas na afirmação consciente do pertencimento étnico e racial dos trabalhadores está a negação de sua condição como secundária. Não é acessório ou menos importante compreender as complexas camadas que constituem o sujeito que trabalha. O que os minas no Rio de Janeiro demonstram é que isso produz implicações no modo como se trabalha e se reivindica condições de trabalho distintas.

De certo, conceber criticamente a condição étnica e racial de quem trabalha não altera em automático o princípio básico do trabalho no capital (o mais-valor). Porém, quando é desconsiderada em termos críticos, quem se favorece – mesmo que restrito aos domínios do capital – com essa leitura da realidade? Pessoas brancas. É simplório afirmar que apenas a condição de trabalhador submetido às imposições do valor nos coloca em iguais condições na realidade social[347]. Estar nessa sociedade como trabalhador não nos unifica a todos como iguais. Vimos que ser trabalhador "brasileiro" era o mesmo que negar a condição racial de pessoas não brancas. Aliás, no Brasil, mesmo alçar a condição de "trabalhador" formal têm sido restringida a pessoas negras[348]

---

[347] Foi esse projeto que conferiu sentido à sociedade capitalista que se formava. Pode-se dizer: mas os próprios ingleses sofreram com a produção fabril industrial no século XIX. A princípio mesmo entre os brancos europeus a concepção de raça operou fortemente. Uma leitura atenta àquela que é considerada uma das melhores representações da situação do operariado fabril inglês já escritas, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (ENGELS, 2010) está informada por uma leitura racial dos irlandeses. Ao mesmo tempo quando descritas as condições de vestuário, habitação, alimentação etc. dos trabalhadores o autor tende a reforçar que entre os irlandeses essa situação é a mais agravada. E quando fala sobre a concorrência entre os trabalhadores, que tende a rebaixar suas condições de vida e trabalho, o autor reforça as diferenças entre ingleses e irlandeses.

[348] O que explica o fato de que atualmente, ser negro impede os sujeitos até mesmo de alcançar a condição de trabalhador ativo para ser "explorado" pelo capital? São as pessoas desempregadas e com menores rendimentos aquelas submetidas à alimentação com maiores índices de agrotóxicos, expostas aos alimentos transgênicos, com menor teor nutricional; em habitações precárias; as que vivem em residências sem acesso ao tratamento de esgoto e com água potável; sem acesso a educação formal dos níveis mais básicos ao universitário. Cf. Ipea, 2011. Mas em países como o Brasil, essas mesmas pessoas são negras. Não é possível continuar uma leitura da realidade como se estivéssemos todos na Europa Ocidental do século XIX. Não somos todos iguais. Somos todos trabalhadores, mas a própria forma de trabalhar se altera de acordo com os caracteres raciais (para não dizer de gênero, sexualidade, geração). Um trabalhador de classe média morador da Tijuca tem o mais-valor extraído para garantir a acumulação de capital de quem o contrata, mas isso não ocorre sob as mesmas condições que um sujeito negro que vive no Alemão. Sem entender como essa dinâmica opera, a leitura de classes (estrita e positivista) se colocará como insuficiente para compreender a realidade. Uma realidade que não é própria do

Como mencionado, a tendência têm sido indicar que o capitalismo "se apropria" das diferenças, dos preconceitos e discriminações para ampliar a produção de valor e de "exploração" dos trabalhadores. É possível concluir que o capitalismo não se apropria do racismo. Ele o recria incessantemente[349]. Deste modo o Estado e a iniciativa privada estão implicados nesse processo. A persistência do racismo não se trata de mera negligência do Estado ou do empresariado. O racismo é variável, determinante de sua existência. O Estado brasileiro optou por agir sistematicamente em relação à população negra no pós-Abolição com vistas à sua eliminação, como muito bem considerou Abdias Nascimento (1978).

Também tem sido recorrente a movimentos sociais, como o Movimento Negro, a restrição de suas legitimidades ao classificá-los como "movimentos identitários". São criticados por supostamente ressaltarem a identidade pela identidade, sem leitura aprofundada sobre as contradições econômicas e políticas do capital. Daí com frequência ser anunciada a primazia da "classe social" para superação da ordem capitalista.

Durante muito tempo fomos levadas(os) a crer que militância política é uma coisa e o conhecimento produzido na academia, outra. Os estudos sobre a construção da "raça" como elemento fundamental na vida social, nos mostra porém, justamente o contrário. O mesmo poderia ser dito sobre os estudos de sexualidade, gênero e outros. A ciência[350] e a condução dos estudos produzidos na academia estão absolutamente engajados e comprometidos politicamente com projetos específicos de sociedade. O Serviço Social brasileiro nos anos 1980 assumiu politicamente uma posição crítica em relação à sua produção e percurso teórico metodológico em favor da "classe trabalhadora". Ou seja, se propôs a enfrentar a ideia de conhecimento neutro. Por outro lado, ainda tem sido frequente no próprio Serviço Social o uso desse mesmo argumento (militância x conhecimento acadêmico-científico) para desqualificar a produção acerca do racismo, sexismo etc. A desqualificação desses estudos, tratados como "identitários", por exemplo, é um dos modos de observar esse processo[351].

Brasil. É uma realidade mundial, que tende a variar conforme a região, tendo em vista o padrão de colonização, os processos migratórios atuais etc.

[349] Como disse Nancy Stepan (2005), o racismo pode assumir inúmeras formas e também ser produzido de diferentes modos por meio das relações sociais.

[350] "Nenhuma ciência escapa aos conflitos políticos da sociedade em que é produzida" (STEPAN, 2005, p. 150).

[351] Outro tipo de "desqualificação" é apontar esses estudos como pós-modernos.

Só se dedica a esse tipo de afirmação quem desconhece a formação de países como o Brasil. Ou aqueles que associam o ser “negro” com uma identidade. Oras, ser branco o que é? Ser trabalhador o que é? Se certos Movimentos Sociais não se dedicam à crítica aprofundada ao capitalismo isso também se deve à abordagem hierárquica de sujeitos dentro do próprio pensamento “crítico”. É preciso repensar nossas abordagens. Quando os europeus decidiram destruir todas as outras civilizações o fizeram justificando tal barbárie a partir de noções raciais que ora foram justificadas e legitimadas pela Igreja, ora pela Ciência. Descredenciar a noção de raça para compreender a sociedade brasileira (e mundial) é reforçar esse projeto societário.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social***:* com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

ACERBI, Patrícia. Street commerce, “ganhadores”, and the transition from enslaved to free labor in Rio de Janeiro. In: **Africans and Afro-Brazilians: the African Diaspora in Brazil**. 2016. Johns Hopkins University, Baltimore. 2016. pp.1-25. Disponível em: https://krieger.jhu.edu/modern-languages-literatures/wp-content/uploads/sites/31/2016/10/JHUConferencePaperPAcerbi.pdf. Acesso em: 30 out. 2018.

ACHTSCHIN, M.; SOREL, I. **Rua Direita versus “Rastacoro”:** dominação e resistências em Teófilo Otoni e Região no século XX (1910-1974). Teófilo Otoni,MG: [s.n], 2015.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. Proletários e Escravos: Imigrantes Portugueses e Cativos Africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. **Novos Estudos-Cebrap,** São Paulo, SP, n. 21, pp. 30-56, 1988.

ALLEN, Robert L., **The Brotherhood of Sleeping Car Porters**: C. L. Dellums and the fight for fair treatment and civil rights, 1925–1978. Based on an oral history interview conducted by Joyce A. Henderson, (Regional Oral History Office, University of California, Berkeley). London and New York: Routledge, 2015.

ALMEIDA, Luiz G. N. **Estivadores do Rio de Janeiro:** um século de presença na história do movimento operário brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2003

ALMEIDA, Magali S. **Candomblé e pobreza:** um estudo sobre a representação e identidade em um terreiro de camdomblé em Nova Iguaçu (RJ). Dissertação (Mestrado em Memória Social). Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

ALMEIDA, Magali S. Das Irmandades negras dos séculos XVII À XIX às políticas sociais contemporâneas: uma necessária reflexão sobre a invisibilidade do negro como sujeito histórico. In: BABAWALE, T. et al. (Orgs). **Teaching and propagating African and diaspora history and culture.** Centre for Black and African Arts and Civilization, 2009. pp. 817- 833.

ALMEIDA, Magali S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, pp. 131-154, 2014.

ALMEIDA, Mayara. Amanda., AMORIM, A.; PAULA, Maria. H.M. Um cabra de cor ou um cabra da mãe: dinâmicas de sentido para “cabra” entre os séculos XVI e XIX. **Filologia e Linguística Portuguesa**, Sao Paulo, v.19, n.1, pp. 143-161, 2017.

ALMEIDA, Rafael G. Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da invenção de um espaço. 2016. 510f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociência , Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ALMEIDA, Silvia Capanema P.. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. **Estud. hist**., Rio de Janeiro , v. 23, n. 45, p. 147-169, jun. 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100007&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Nov. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862010000100007.

ANDREWS, G. R. **Negros e Brancos em São Paulo** (1888 – 1988). Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

ANDREWS, George R. **América Afro-Latina**, 1800-2000. São Carlos: EdufsCar, 2007.

ANDREWS, George R. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: ANDREWS, George R.; FUENTE, Alejandro de la. (Org.). **Estudos afro-latino-americanos:** uma introdução. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, p. 75-118, 2018.

ANFIP. **Eloy Chaves***:* 70 anos de Previdência Social. Brasília, DF: Ministério do Trabalho; Departamento Nacional da Previdência; Divisão de Divulgação e Intercâmbio,1965.

ANJOS, Gabriele dos. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. In: Indic. **Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.

ARANTES, Erika B. **O porto negro**: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

ARANTES, Erika B. Pretos, brancos, amarelos e vermelhos: conflitos e solidariedades no Porto do Rio de Janeiro. In: GOLDMACHER, Marcela [et. Al] (orgs.) **Faces do trabalho**: escravizados e livres. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

ARANTES, Erika B. **O porto negro**: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX. 2010. 223 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010a.

ARANTES, Erika B. A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX. **Tempo** [online]. 2015, vol.21, n.37, pp.22-41.

ARAÚJO, Carlos E.M. **Cárceres imperiais**: a Casa de Correção do Rio de Janeiro : seus detentos e o sistema prisional no Império, 1830-1861. 2009. 328 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280976>. Acesso em: 12 ago. 2018.

ARAÚJO, Carlos. “Sentina(s) de todos os vícios”: As prisões do Rio de Janeiro no final do período colonial. In: Anais do XXVI **Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

BARRETO NETTO, Raul C. **Marujos de primeira viagem**: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945). 2009, 147 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Humanas - Campus V, Universidade do Estado da Bahia, 2009.

BARRETO, Raquel. Introdução. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

BASCOM, William. The Esusu. A credit institution of the Yoruba. In: **The Journal of the Royal Antropological Institute of Great Britain and Ireland**, Vol. 82, No. 1, Jan. - Jun., 1952.

BATALHA, Cláudio M. SILVA, Fernando T.; e FORTES, Alexandre F .(Orgs.). **Culturas de classe**. Campinas, Unicamp, 2004, 438.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

BENCHIMOL, Jaime L. **Pereira Passos**: um Haussman tropical. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENÉVOLO, Ademar. **Introdução à história ferroviária do Brasil**: estudo social, político e histórico. Recife: Edições Folha da Manhã, 1953.

BERTIN, Enidelce. **Os meia-cara**. Africanos livres em São Paulo no século XIX. 2006, 273f. Tese (Doutorado em Historia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BOSCHI, C. C. **Os leigos e o poder** (Irmandades Negras e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Editora Ática, 1986.

BRASILIANA Iconográfica.**Transport d'une voiture démontée**, Rio de Janeiro (1835) by Jean-Baptiste Debret. Gravado por Thierry Frères. Disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/17421/transport-dune-voiture-demontee>.Acesso em: 10 out. 2019.

BRINK, Rogier van den; CHAVAS, Jean-Paulo. The Microeconomics of and Indigenous African Institution:The Rotating Savings and Credit Association. In: Rogier van den Brink and Jean-Paul Chavas. **Economic Development and Cultural Change**, Vol. 45, No. 4, p. 745-772, Jul 1997.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2 ed. Florianópolis: Editora Lourdes, 1970.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro**. 2v. Florianópolis: Editora Lunaderlli, 1979.

CARDOSO. et. al. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. In: **Cadernos ABESS**. São Paulo: Cortez, no 7, p. 15-57, 1997.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Evaristo de Moraes Filho e o Ministério Público do Trabalho. Disponível em: <https://rodrigocarelli.files.wordpress.com/2017/02/evaristo-de-moraes-filho-e-o-ministc3a9riopc3bablico-do-trabalho.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020

CARVALHO, Flávia M. Diáspora africana: travessia atlântica e identidades recriadas nos espaços coloniais. **Mneme Revista de Humanidades**, v.11,n.27, p. 14-24, 2010.

CASALECCHI, José E. O fazendeiro de café como representante da casa comissária: estudo de uma correspondência. In: **Perspectivas, Revista de Ciências Sociais**, v. 1, 1976. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1492/1196>. Acesso em: 10 out. 2019.

CASTILLO, Lisa E. Bamboxê Obitikô e a expansão do culto aos orixás (século XIX): uma rede religiosa afroatlântica. Tempo (Niterói, online) | Vol. 22 n. 39. p.126-153, jan-abr.,2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v22n39/1413-7704-tem-22-39-00126.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2020

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste Escravista, Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CASTRO, Pierre P. C. Disciplina na Armada Imperial a partir da Corvete "Trajano": as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873 e 1879. 2013, 281f. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2013.

CHILDS, Matt D. **The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006.

CIFRA. **La evolucion del sistema previsional argentino**. 2009. Disponível em: <https://www.aaps.org.ar/pdf/area_politicassociales/Basualdo.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

CORD, Marcelo M.; SOUZA, Robério. Trabalhadores livres e escravos. In: GOMES, Flávio dos S. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CORD, Marcelo Mac. Acionando a chave de desvio dos trilhos: repensando a história social do trabalho ferroviário no Brasil império. **Tempo**, Niterói , v. 23, n. 1, p. 174-179, Apr. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042017000100174&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Oct. 2019.

COSTA, Gracyelle. **Assistência Social, no enlace entre a cor e o gênero dos (as) que dela necessitam**: análise sobre as relações étnico-raciais e de gênero no

Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 2016, 288f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3070201>. Acesso em: 20 jul. 2019.

CRUZ, Maria C. Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 243-290, 2000.

CRUZ, Maria C. V. A liberdade do operário que um dia foi escravo: reflexões a partir de um percurso carioca. In: REIS, João J.; AZEVEDO, Elciene (Orgs.) **Escravidão e suas sombras.** Salvador: EDUFBA, 2012.

CRUZ, Maria C. V. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p. 188-209, dez/fev, 2005-2006.

CRUZ, Maria C. V. Da tutela ao contrato: “homens de cor” brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 20, jan.-jun, p. 114-135, 2010.

CRUZ, Maria C. V. Solidariedade x Rivalidade: a formação do sindicalismo estivador brasileiro. In: **Revista História UNISINOS**, São Leopoldo, v. 6, n.6, p. 29-62, 2002.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e Cruz. **Virando o Jogo**: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998.

CUNHA, Manuela C. **Negros, estrangeiros**: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Silvio H. P. **Um retrato fiel da Bahia:** sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no reconcavo açucareiro, 1871-1902. 2004. 272 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285862>. Acesso em: 5 ago. 2018.

DAIBERT, Robert. A religião os Bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil. In: **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, p. 7-25, jan/jun 2015.

DAVIES, Carole E. B. [Editor] **Encyclopedia of the African Diaspora:** origins, experiences and culture. Vol.1. A-C. California, Colorado and England: ABC-CLIO, 2008.

DELFINO, Leonara L. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos** : Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica, Freguesia do Pilar de São João del-Rei (1782-1850). 2015. 526f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Niterói , v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Oct. 2019.

DU BOIS, W.E.B. **Some efforts of American Negroes for their own social betterment.** Atlanta: University of press, 1898.

Du Bois. **Cooperation among Negro Americans**. Disponível em:<http://scua.library.umass.edu/digital/dubois/dubois12.pdf>. Acesso em 10 out, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

FALOLA, Toyin. **The African Diaspora** : Slavery, Modernity, and Globalization. New York: University of Rochester Press, 2013.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social no Rio de Janeiro.** DIFIEL, 1979.

FEDERICCI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Nelson N. Escolas de Samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados, Rio de Janeiro, 1928-1949. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro […], 2001. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/arquivo/anexo/samba.pdf>. Acesso em 20 mar. 2020.

FERNANDES, Nelson N. O Carnaval e a modernização do Rio de Janeiro. Revista geo-paisagem (online), Ano 2, nº 4, Julho/Dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Carnaval.htm>. Acesso em 20 mar. 2020.

FERREIRA, Ismael. Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (RJ): de lugar de luta pela abolição da escravatura a patrimônio artístico nacional. In: **Revista Historiador**, Porto Alegre, Número 8. Ano 8, p. 64-76, fev 2016..

FERREIRA, Lania S. **Racismo na "família ferroviária"**: brancos e negros na companhia paulista em São Carlos. 2004.113f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

FOGAGNOLI, Marcela M. "**Almoçar bem é no SAPS!"**: os trabalhadores e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (1940-1950). 2010. 117f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2010.

FOGAGNOLI, Marcela M. **Alimentar é também educar:** a merenda escolar no Brasil (1940-1960). 2017. 201 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

FRACCARO, Gláucia C. C. Uma Greve de Ferroviária: a greve de 1920 na Leopoldina Railway Company. In: **Anais do XVII Encontro Regional de História** – O lugar da História. ANPUH/SP. 2004, UNICAMP, Campinas. 2004.

FRACCARO, Glaucia C.C. **Morigerados e revoltados**: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920). 2008. 134p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp .br/handle/REPOSIP/281790>. Acesso em: 10 out. 2018.

FREIRE, Tarantini P.; PINHEIRO, Rodrigo M. “Sahidos da classe menos moralisada da sociedade”: os problemas da militarização infantil no Maranhão provincial. In: **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 12, no 24, p. 30-46 – 2016. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig24/dossie/ N24_dossie2.pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

FYLE, C. M. The Yoruba Diaspora in Sierra Leone’s Krio Society. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt D (Orgs.). **The Yoruba diaspora in the Atlantic world.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004.

GALVÃO, Olívia Maria Rodrigues. **A Sociedade de resistência ou Companhia dos Pretos**: um estudo de caso entre os arrumadores do Porto do Rio de Janeiro. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

GIDDINGS, Paula. **When and Where I Enter**: the impact of Black Women on race and sex in America. 2 ed. New York: Quill; William Morow, 1996.

GIOVANELLA, Lígia. **Entre a solidariedade e a subsidiariedade**. Políticas de contenção no seguro social de doença alemäo: a "terceira etapa da reforma da saúde". 1998. 506 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1998.

GOÉS, Weber L. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro:** a proposta de povo em Renato Kehl. São Paulo: Liber Ars, 2018.

GOLDMACHER, Marcela. **A “Greve Geral” de 1903**: O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910, Niterói, 2009. 177f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

GOMES, Ângela C. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

GOMES, L. M. S. **Irmandades negras:** educação, música e resistência nas Minas Gerais do século XVIII. 2006. 135. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, 2010.

GOMES, R. C. S. “Pelo telefone mandaram avisar que se questione essa tal história onde mulher não tá”. . .” Per Musi, Belo Horizonte, n.28, 2013, p.176-191.Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pm/n28/a14n28.pdf>. Acesso em 15 mar. 2020.

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural da Amefricanidade. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 321-334.

GONZALEZ, Lélia. A Socio-Historical study of South American Christianity. In: **The Journal of the Interdenominational Theological Center**. Atlanta, vol. XVI n. 1 & 2. Fall 1988-Spring, 1989. Disponível em: <https://www.itc.edu/academics/degrees-programs/itc-journal/>. Acesso em jul. 2019.

GONZALEZ, Lélia. Prefácio dos Cadernos Negros. In: Ibid. **Primavera para Rosas Negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GRAHAM, Sandra L. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador , n. 45, p. 25-65, 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago 2019.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial**: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840). São Paulo: Alameda, 2012.

HARPER’S New Monthly Magazine. v.7 (June-Nov 1853). HathiTrust Digital Library. Rights: Public Domain, Google-digitized. Original by University of California. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=uc1.b000541555&view=1up&seq=743>. Acesso em: Acesso em: 10 out. 2019.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções** (1789-1848). 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. A **Era dos Impérios** (1875-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HONORATO, Cezar. **O Polvo e o Porto**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

HONORATO, Cezar. Porto do Rio de Janeiro: entre o passado e o futuro. In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos (org.). **Portos e cidades**: movimentos portuários, atlânticos e diáspora africana. Ilhéus: Editus, 2011.

HONORATO, Cezar. Thiago.; MANTUANO, T. V. O que era o trapiche? o porto e a cidade do rio de janeiro no século xix. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, RJ, n. 1v. 28, p. 144-158, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43678>. Acesso em: 18 dez. 2018.

HOSSEIN, Caroline S. **The Black Social Economy in the Americas**: Exploring Diverse Community-Based Markets. New York: Palgrave Macmillan, 2018.

HUNGERFORD, Edward. **The modern railroad**. Chicago: A. C. McClurg & CO., 1911.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

ILUSTRADO. Hitler repudiava associação entre marxismo e seu partido nacional socialista. Disponível em: <https://ilustrado.com.br/hitler-repudiava-associacao-entre-marxismo-e-seu-partido-nacional-socialista/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi-%20Matrizes%20do%20Samba.pdf>. s/d. Acesso em: 20 mar. 2020.

ISUANI, Ernesto A. La política social argentina en perspectiva. In: CRUCES, Guilhermo [et. al] (Orgs.). **Los programas sociales en Argentina hacia el Bicentenario**: visiones y perspectivas. Buenos Aires: Banco Mundial, 2008.

KARASCH, Mary. **Slave Life in Rio de Janeiro**, 1808-1850. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

KARURA, Manu. **Empire's Tracks**: Indigenous Nations, Chinese Workers, and the Transcontinental Railroad. California: University of California Press, 2019.

KONDER, Leandro. **A derrota da dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

KRAAY, Hendrik. Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial. In: **Diálogos**, Maringá, v. 3, n. 3: 113-151, 1999. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37540/pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

LAMARÃO, Sérgio T. N. **Dos trapiches ao porto**: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006.

LAMOUNIER, Maria L. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. **Estud. Econ.**, São Paulo , v. 37, n. 2, p. 353-372, June 2007 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 nov. 2019.

LAMOUNIER, Maria L. Entre a escravidão e o trabalho livre. Escravos e imigrantes nas obras de construção das ferrovias no Brasil no século XIX. **EconomiA, Selecta**. Brasília (DF), v.9, n.4, p.215–245, dezembro 2008 . Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n4p215_245.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019..

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Ferrovias agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX. **Revista História Econômica & História de Empresas**, [s.l], v. 2, n. 1, p. 43-76, 2000. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/124>. Acesso em: 21 ago. 2019.

LANNA, Ana L. D. Ferrovias no Brasil 1870-1920. **Revista História Econômica & História de Empresas**, [s.l], v. 8, n. 1, p.7-40, 2005. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/179>. Acesso em: 21 out. 2019.

LARA, Silvia H. ESCRAVIDÃO, CIDADANIA E HISTÓRIA DO TRABALHO NO BRASIL. **Rev**. **Projeto História**, [s.l.], v. 16, set. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11185/8196>. Acesso em: 17 out. 2019.

LENIN, Vladmir I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LICHT, Walter. (1983). **Working for the Railroad**: The Organization of Work in the Nineteenth Century. New Jersey: Princeton University Press, 1983. Ebook Series 2014. Princeton Legacy Library. Disponível em: https://www.degruyter.com/view/product/453227. Acesso em: Set., 2019.

LIMA, Silvio C. S. O corpo escravo como objeto das práticas médicas no Rio de Janeiro (1830-1850). 2011. 208 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças:** marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico Revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINNAEUS, Carlolus. **The System of Nature, or the three Kingdoms of Nature, systematically proposed in classes, orders, genera and species**. 1735.

LOBO, Eulália. **Imigração portuguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulacao do capital**: estudo sobre a interpretacao econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MAC CORD, Marcelo. Identidades Étnicas, Irmandade do Rosário e Rei do Congo: sociabilidades cotidianas recifenses – século XIX. **Revista Campos**, Curitiba, v.4 p. 51-66, 2003.

Mamigonian, Beatriz G. **Africanos livres**: a abolição do tráfico de escravos no Brasil / Beatriz G. Mamigonian. 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MANDEL, E. **Capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANTUANO, Thiago. A Região Portuária do Rio De Janeiro no Século XIX - Aspectos Demográficos e Sociais. **Almanack**, n. 21, p 166-204, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/1325>. Acesso em 16 nov 2019.

MANTUANO, Thiago. A Região Portuária Segurou as Pontas: As Atividades Metal-Mecânica e da Construção e Reparo Naval no Porto do Rio de Janeiro (1868-1907). **Espaço e Economia**, n. 12, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/3400>. Acesso em: 21 out. 2019.

MANTUANO, Thiago. **O trapiche e suas fronteiras**: A operação portuária pré-capitalista no Rio de Janeiro do século XIX. 1a ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2015.

MARAM, Sheldom**. Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil 1890-920**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979.

MARINHA do Brasil. **EFOMM**: Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/ciaga/aefomm>. Acesso em: mar. 2019.

MARQUES, Vera R. B.; PANDINI, Sílvia. Feios, sujos e malvados: Os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. **Revista brasileira de história da educação,** n° 8, p. 85-104, jul./dez. 2004.

MARTINS, Ana P. V. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. **Hist. cienc. saude, Manguinhos**, Rio de Janeiro , v. 18, supl. 1, p. 15-34, dec. 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital.** Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014a.

MARX, Karl. The British Rule in India. In: **Karl Marx**: Surveys from Exile. Political writings. Vol 2. Penguin Books with New Left Review, 1973.

MATTOS, M. B. Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: GOLDMACHER, Marcela [et. Al] (orgs.) **Faces do trabalho**: escravizados e livres. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.

MATTOS, Marcelo B. A formação da classe operária inglesa: história e intervenção. **Revista Trabalho Necessário,** [S.l.], v. 12, n. 18, jun 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8591>. Acesso em: 24 jun. 2019.

MATTOS, Marcelo B. **Escravizados e Livres**. Rio de Janeiro: Bom Texto,2008.

MATTOS, Marcelo B. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. Anais. Associação Nacional de História – ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, RS, 2007. p. 1-10. Disponível em: < http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Marcelo%20Badar%F3%20Mattos.pdf>. Acesso em 13 dez, 2018.

MATTOS, Marcelo B. Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: GOLDMACHER, Marcela [et al.] (Orgs.). **Faces do trabalho**: escravizados e livres. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MATTOS, Marcelo B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Regiane A. **De cassange, mina, benguela a gentio da Guiné:** grupos étnicos e formação de identidades africanas na cidade de São Paulo (1800-1850). 2006. 239 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MCPHEE, Kit. “Um novo 13 de maio”: trabalhadores portuários afro-brasileiros no Rio de Janeiro, 1905-1918. In: GOMES; Flávio; DOMINGUES, Petrônio (Orgs.). **Políticas da raça**: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro […], 1995.

MULVEY, Patricia A. “Black Brothers and Sisters: Membership in the Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil.” **Luso-Brazilian Review**, vol. 17, no. 2, 1980, pp. 253-279. Disponível em: <www.jstor.org/stable/3513102>. Acesso em nov. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Redescutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUSEU do Amanha. **Ciclo do Café**: novo ritmo a regiao portuaria. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/portodorio/?share=timeline-historia/11>. Acesso em: Oct 10, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Álvaro P. Do cativeiro ao mar: escravos na Marinha de Guerra. **Estud. afro-asiáticos**. Rio de Janeiro , n. 38, p. 85-112, Dec. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2000000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2019.

NASCIMENTO, Álvaro P. **Vozes dos portos**: conexões e sentimentos dos marinheiros da Revolta da Chibata. In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos (org.). Portos

e cidades: movimentos portuários, atlânticos e diáspora africana. Ilhéus: Editus, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Luiz C. **Bitedô, onde moram os nagôs**: redes de sociabilidades africanas na formação do candomblé Jejê-Nagô no Recôncavo baiano. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.

NAVARRO, Isidoro M. Plurietnicidad y poder: las cofradías de negros en Sevilla y la Península Ibérica y su influencia en América. In: ESPINOSA, Teresa S.; HERNÁNDEZ, Ricardo J. (Coord.). **Confradías de indios y negros**: origen, evolución y continuidades. Ciudad de Mexico: Secretaria de Cultura, Instituto Nacional de Altropología y Historia, 2018.

NEMBHARD, Jessica G. **Collective Courage**: a history of African American cooperative economic thought and practice. Park, PA: The Pensilvania State University, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 3d. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da 'Questão Social'. **Temporalis**, Brasília, Ano II, n.3, jan/jun, 2001a.

NPS. **A Brief Overview of the Pullman Story.** Disponivel em: <https://www.nps.gov/pull/learn/historyculture/the-pullman-story-part-2.htm>. Acesso em: 10 out 2019.

OFFEN, Karl. Meio ambiente, espaço e lugar: geografias culturais da América Afro-Latina colonial. In: n: ANDREWS, George R.; FUENTE, Alejandro de la. (Org.) **Estudos afro-latino-americanos:** uma introdução. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2018.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A invenção dos iorubás na África Ocidental: reflexões e apontamentos acerca do papel da tradição oral na construção da identidade étnica. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 27, n. 1-3, p. 141-79, jan./dez. 2005. Disponível em: <http://www.ucam.edu.br/institucional%5Cceaa%5Crevistas_todasssss.asp>. Acesso em: 16 dez. 2018.

OLIVEIRA, Anderson J. M. Santos pardos e pretos na América portuguesa: catolicismo, escravidão, mestiçagem e hierarquias de cor. **Stud. His., H. Mod**., Salamanca, Espanha, v. 38, n. 1, p. 65-93, 2016.

OLIVEIRA, João B. **O estivador no sindicalismo**. Rio de Janeiro: Alves Pereira Editores, 1999.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de; CORREA, Lucas Mariani. História ferroviária e pesquisa: a consolidação da temática nas pesquisas de pós-graduação no Brasil (1972-2016). **Topoi**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 38, p. 140-168, 2018 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2018000200140&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Oct. 2019.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. Vistas fotográficas das ferrovias: a produção de registros de obra pública no Brasil do século XIX. **Hist. Cienc. Saude, Manguinhos** [online]. 2018, vol.25, n.3, pp.695-723.

OLIVEIRA, Guilherme S. C. **Experiências e solidariedade na formação da União dos Operários Estivadores** (Rio de Janeiro, 1903-1910). 2014. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014.

OLIVEIRA, Vinicius P. de. **Sobre águas revoltas:** cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835 a 1864). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OSÓRIO, Jaime S. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul/dez. 2017.

Oswaldo Cabral. **História de Santa Catarina**, Florianópolis: Lunardelli, 1987, p. 167.

PAIXÃO, Marcelo. **500 anos de solidão**: estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. Curitiba: Appris, 2013.

PAIXÃO, Marcelo. **A Lenda da Modernidade Encantada:** por uma crítica ao pensamento social brasileiro sobre relações raciais e projeto de Estado-Nação. Curitiba: Editora CRV, 2014.

PARÉS, Luis N. Africanos ocidentais. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio S. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

PEREIRA, Potyara A. **Política Social**: temas & questões. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Roberto A. Marinheiros, moleques e Heróis: alguns personagens da capoeira do Maranhão de fins do Século XIX (1880-1900). **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 58, p.51-76, 2018.

PEROSA, Roberto. Comércio e financiamento na lavoura de café de São Paulo: no início do século. **Rev. adm. empres**., São Paulo , v. 20, n. 1, p. 63-78, mar. 1980.

PETERSON, Anna L.; VÁSQUEZ, Manuel A. (Orgs.). **Latin American Religions**: Histories and Documents in Context. New York: New York University Press. 2008

PINHEIRO, Maria L. U. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925). **Rev. Projeto História**, [S.l.], v. 16, set. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11201/8209>. Acesso em: 17 out. 2019.

PINHEIRO, Maria L. U. Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. **Varia hist**., Belo Horizonte , v. 30, n. 54, p. 807-826,

Dec. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752014000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 out 2019.

PINTEREST. Café, 1938 / Portinari. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/528961918709059312/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

PINTO, Ana Flávia M. **Escritos de Liberdade**: literatos negros e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.

PINTO, Ana Flávia M. **Fortes laços em linhas tortas:** literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PINTO, Elisabete A. **O serviço Social e a questão étnico-racial:** um estudo de sua relação com usuários negros. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Ria de Janeiro: Compus, 1980.

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitandeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. Afro-Ásia, Salvador, n. 46, p. 193-226, 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 nov. 2019.

POSTONE, Moiche. **Tempo, trabalho e dominação social:** uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUINTÃO, A. A. Irmandades negras: espaço de luta, resistência cultural e protesto racial. Anais. **XI Congresso Luso Afro-brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador. 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308246358_ARQUIVO_IRMANDADESBA.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

RAMOS, Fábio P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

RAMOS, Jair S.; MAIO, Marcos C. Entre riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do do povo brasileiro. In: MAIO, Marcos M. (Org.). **Raça como questão**: história, ciência e identidade no Brasil. Rio de Janeiro Editora FIOCRUZ, 2010.

RASCKE, K. L. Os Pretos e as Pretas do Rosário: sobrevivências, procissões, festas e celebrações da morte no século XIX em Desterrro/Florianópolis. In: CARDOSO, P. J. F.; MALAVOTA, C. M. **Pretos do Rosário**: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX). Itajaí: Casa Aberta, 2008.

REGINALDO, Luciene. Irmandades. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio S. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

REGINALDO, Lucilene. **Os rosários dos angola**: irmandades de afr canos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

REGINALDO, Lucilene. Rosário dos Pretos , “São Benedito de Quissamã”: Irmandades e devoções negras no mundo atlântico (Portugal e Angola, século XVIII). **Stud. His., H. Mod**., Salamanca, Espanha, v. 38, n. 1, p. 65-93, 2016.

REGO, André de A. Emprego da mão de obra indígena na navegação marítima – Província da Bahia, Período Imperial. In: **Navigator**: subsídios para a história marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p. 132-139, 2016. Disponível em <http://www.revistanavigator.com.br/navig24/art/N24_art4.pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

REID, Michele. The Yoruba in Cuba: origins, identities and transformations. In: FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt D (Orgs.). **The Yoruba diaspora in the Atlantic world.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004.

REIS, João J. **A revolta dos malês em 1835**. Universidade Federal da Bahia. s/d. Disponível em: <http://smec.salvador.ba.gov.br/documentos/a-revolta-dos-males.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2019.

REIS, João J.; MAMIGONIAN, Beatriz G. Nagô and Mina: The Yoruba Diaspora in Brazil. FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt D (Orgs.). **The Yoruba diaspora in the Atlantic world**. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004.

REIS, João J. A greve negra de 1857 na Bahia. In: **Revista USP**, n. 18, p. 8-29, 1993. Disponível em: < http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988/27719>. Acesso em: 20 mar. 2019.

REIS, João J. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João J. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, p. 199-242, 2000.

REIS, João J. **Domingos Sodré, um sacerdote africano**: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João. J. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n°. 3, 1996, p. 7-33. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg3-1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

REIS, João J. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês(1835)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. pg. 358.

RIBEIRO, Carlos A. C. **Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira:** a história da empresa e sua inserção social (1891-1942). 337f. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, RIo de Janeiro, 2007.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro , v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2004000100170&lng=en&nrm=iso>. Acesso em jan. 2017.

ROBERTS, Kevin. Yoruba Family, Gender, and Kinship Roles in New World Slavery. In : FALOLA, Toyin; CHILDS, Matt D (Orgs.). **The Yoruba diaspora in the Atlantic world.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 2004.

ROCHA, Oswaldo P. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920**. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

RODRIGUES, Jaime. Circulação atlântica: idade, tempo de trabalho e funções de escravos e libertos na marinha mercante luso-brasileira, séculos XVIII e XIX. **História, Franca**, v. 34, n. 2, p. 128-145, 2015 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742015000200128&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 nov 2019.

RODRIGUES, Jaime. Para uma história da experiência africana no mundo do trabalho Atlântico (séculos XVIII e XIX). In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos (org.). **Portos e cidades:** movimentos portuários, atlânticos e diáspora africana. Ilhéus: Editus, 2011.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALDANHA, Bianca. BRAGA, Janine. Capoeira: da criminalização no Código Penal de 1890 ao reconhecimento como esporte nacional e legislação aplicada. Anais. **XXIII Congresso Nacional do CONPEDI**. João Pessoa. 2014. Disponível em: < http://publicadireito.com.br/publicacao/ufpb/livro.php?gt=263> . Acesso em: 20 out. 2019.

SALLES, Ricardo. Café e escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio dos S. **Dicionário da Escravidão e Liberdade** (Orgs.). 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Fernando S. D. Práticas e saberes sobre cura na comunidade portuária do Rio de Janeiro no século XX. In: SANTOS, Flávio Gonçalves dos (org.). **Portos e cidades**: movimentos portuários, atlânticos e diáspora africana. Ilhéus: Editus, 2011.

SANTOS, Ricardo A. **Pau que nasce torto, nunca se endireita!** E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, Saneamento e Educação: uma leitura do Eugenismo em Renato Kehl (1917-37). Tese (Doutorado em História Social). 2008. 257f. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio S. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEDLACEK, Guilherme B. Uma longa estrada para a liberdade: africanos livres a serviço da presidência da Província do Rio de Janeiro, 1831-1864. In: **Revista**

África e Africanidades, [s.l], ano 9, n. 21, jan-abr. 2016. Disponível em: <www.africaeafricanidades.com.br>. Acesso em out. 2019.

SEGURA, Fabiano F. **A questão previdenciária na Primeira República:** a excepcionalidade da Lei Eloy Chaves. 2017. 111f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estado Paulista, Araraquara, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/150667>. Acesso em 10 out. 2019.

SILVA, Daniel A. Os Congados, os Cabildos e a diáspora africana na América: os agrupamentos e suas classificações no contexto ritual. In: **CSOnline** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 23 (2017), pp. 15-36.

SILVA, Daniel D. **The Atlantic Slave Trade from West Central Africa**, 1780-1867. New York: Cambridge University Press, 2017.

SILVA, Fernando A. R.; MAHAR, Dennis. **Saúde e Previdência Social:** uma análise econômica. Relatório de Pesquisa n.21. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

SILVA, José Bento Rosa da. Em águas do Atlântico Sul: escravos-marinheiros no cais do porto de Itajaí (SC) no século XIX. Anais. **II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, 2005.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Maria L. P. **Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro**: tensões e conflitos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

SILVA, Marilene R. N. da. **Negro na rua**: nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988.

SILVA, Renato. O Laboratório de Biologia Infantil, 1935-1941: da medicina legal à assistência social. **Hist. cienc. saude-Manguinhos** [online]. 2011, vol.18, n.4 [cited 2020-07-16], pp.1111-1130.

SLAVE VOYAGES. **The trans-atlantic slave trade database**, 2013. Disponível em: <http://www. slavevoyages.org>. Acesso em: 10 out. 2019.

SLAVERY Images. "Convoi de café s'acheminant vers la ville", Rio de Janeiro (1826), Jean-Baptiste Debret reprint of the 1954 Paris edition, edited by R. De Castro Maya. Slavery Images: A Visual Record of the African Slave Trade and Slave Life in the Early African Diaspora. Disponivel em: <http://www.slaveryimages.org/s/slavery images/item/1060>. Acesso em: 10 out. 2019.

SLENES, Robert W. Africanos centrais. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flávio S. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOARES, Carlos E. Comércio, Nação e Gênero: As Negras Minas Quitandeiras no Rio de Janeiro 1835-1900. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. 4, n. 1, p. 55-78, 2001.

SOARES, Carlos E. L. **Zungú**: rumor de muitas vozes. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

SOARES, Mariza C. **Devotos da Cor**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro, no século XVIII. **Topoi**, Rio de Janeiro , v. 3, n. 4, p. 59-84, June 2002 .

SOBREIRA, Ramon F. F; MACHADO, J.S. Carlos; VILANI, Rodrigo M. A criminalização de religiões de matriz africana. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 11, n. 23, p. 143-145, jan./abr. 2016. Disponível em http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direitosculturais/article/download/2023/916 Acesso em 20 Jan. 2020.

SOUZA, Robério S. **Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia**: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909). 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

SOUZA, Robério S. **Se eles são livres ou escravos**: escravidão e trabalho livre nos Canteiros da Estrada de São Francisco: Bahia, 1858-1863. 2013. 231 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280990>. Acesso em: 22 dez. 2018.

SOUZA, Robério S. **Tudo pelo trabalho livre!** Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia 1892-1909). Salvador; São Paulo: Ed. UFBA; Fapesp, 2011.

STAKONSKI, M. M. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos de Florianópolis e as ações romanizadoras: Rupturas e permeâncias no final do século XIX e primeiras décadas do XX. In: CARDOSO, P. J. F.; MALAVOTA, C. M. **Pretos do Rosário:** A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX). Itajaí: Casa Aberta, 2008.

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2005.

STRAZZERI, Victor. A trajetória histórica do “social”. In: **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 508-530, jul./set. 2014.

TAVARES, Reinaldo B. **Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX**: uma tentativa de delimitação espacial. 2012. 207f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TERRA, Paulo Cruz. **Cidadania e trabalhadores**: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906). 2012. 313f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

TERRA, Paulo Cruz. Relações étnicas no setor de transporte: carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 3, 2009.

UNESCO. **Declaração das Raças da Unesco**.1950.

VELLOSO, Mônica P. As Tias Baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Estudos HIstóricos, Rio de Janeiro, vol. 3., n. 6, 1990, p. 207-228).

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo & Escravidão**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOODSON, Carter G. I**nsurance Business Among Negroes**. Journal of Negro History, April 14, 1929.

YAZBEK, Maria. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc**.[online], n.110, p. 288-322. 2012.

Dicionários

Dicionário de Marítimos

Houaiss (versão digital)

Oxford University (versão digital)

Jornais

Jornal A Época, 3 setembro 1918

Jornal A Noite, 26 de agosto de 1918

Jornal A Razão, 03 de setembro 1918

Jornal Correio da Manhã 11 de outubro de 1906

Jornal Correio da Manhã 7 de setembro de 1906

Jornal Correio da Manha, 14 de outubro de 1906

Jornal Correio da Manhã, 23 de agosto de 1906

Jornal Correio da Manhã, 23 de agosto de 1906

Jornal Correio da Manhã, 28 de agosto de 1906

Jornal Correio da Manhã, 31 de agosto de 1906

Jornal do Brasil 10 de outubro de 1906

Jornal do Brasil 9 de outubro de 1906

Jornal do Brasil de 15 de junho de 1906

Jornal do Brasil, 29 de agosto de 1906

Jornal do Brasil, 3 de setembro de 1918

Jornal do Commercio 11 de dezembro de 1906

Jornal do Commercio 19 de dezembro de 1906

Jornal do Commercio 20 de dezembro de 1906

Jornal do Commercio 21 de dezembro de 1906

Jornal do Commercio 23 de dezembro de 1906

Jornal do Commercio 8 de outubro de 1906

Jornal do Commercio de 11 de dezembro de 1906

Jornal do Commercio, 11 de dezembro de 1906

Jornal do Commercio, 18 de setembro de 1908

Jornal do Commercio, 29 de abril 1927

Jornal o Fluminense, 17 de novembro de 1904

Jornal O Paiz, 12 de Março de 1924

Jornal O Paiz, 27 de agosto 1918

Jornal O Paiz, 29 de Março de 1924

Jornal O Paiz, 30 de abril de 1924

Revista Careta, 4 de dezembro de 1909

Legislação

BRASIL. Código Criminal (1830).

BRASIL. Código Penal (1890).

BRASIL. Código Penal (1940).

BRASIL. Constituição Federal (1891).

BRASIL. Constituição Federal (1934).

BRASIL. Constituição Federal (1937).

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto de 22 de Outubro de 1836. Cria o quarto de Marinheiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 jul. 2018.

BRASIL. Decreto Imperial n° 1.517 de 4 de Janeiro de 1855. Crêa huma Companhia de Aprendizes Marinheiros na Provincia do Pará, e manda observar o Regulamento respectivo. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 28 jul. 2019.

BRASIL. Decreto Imperial n° 411 A, de 5 de Junho de 1845. Revoga o Decreto nº 304 de 2 de Junho de 1843, e manda pôr em execução o Regulamento para o Corpo dos Imperiaes Marinheiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 20 ago. 2019.

BRASIL. Decreto Imperial n° 581, de 04 de Setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 05 set. 2019.

BRASIL. Decreto n° 1.355, de 19 de junho de 1939. Reorganiza o Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva. . Disponível em:<https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 jun. 2018.

BRASIL. Decreto n° 3.724 de 15 dezembro de 1919. Regula as obrigações resultantes dos accidentes no trabalho. Disponível em:< https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 08 mar. 2019.

BRASIL. Decreto n° 5.109, de 20 de dezembro de 1926. Estende o regimen do decreto legislativo n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923, a outras emprezas. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 09 mai. 2018.

BRASIL. Decreto n° 651, de 26 de agosto de1938. Altera a organização da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens e dá outras providências. . Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 05 ago. 2019.

BRASIL. Decreto n° 7.720, de 09 de julho de 1945. Determina a incorporação do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 30 jul. 2019.

BRASIL. Decreto n° 9.371, de fevereiro de 1885. Dá nova organização ás companhias de aprendizes marinheiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 1.030, de 07 de agosto de 1852. Concede a Eduardo de Mornay e Alfredo de Mornay privilegio exclusivo pelo tempo de 90 annos para a construcção de hum caminho de ferro na Provincia de Pernambuco, entre a cidade do Recife e a Povoação denomindada Agua Preta. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907. Crea syndicatos profissionaes e sociedades cooperativas. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 dez. 2019.

BRASIL. Decreto nº 101, de 13 de Outubro de 1892. Crea uma escola de machinistas no Estado do Pará.. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 101, de 31 de outubro de 1835. Autorisa o Governo a conceder a uma ou mais Companhias, que fizerem uma estrada de ferro da Capital do Imperio para as de Minas Geraes, Rio Grande do Sul, e Bahia, o privilegio exclusivo por espaço de 40 annos para o uso de carros para transporte de generos e passageiros, sob as condições que se estabelecem. . Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 abr. 2019.

BRASIL. Decreto nº 102, de 13 de Outubro de 1892. Crea um curso de nautica no Estado do Pará. . Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 07 nov. 2018.

BRASIL. Decreto nº 3.724 de 15 de Janeiro de 1919.Regula as obrigações resultantes dos accidentes no trabalho. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 jul. 2019.

BRASIL. Decreto nº 4.682, de 24 de Janeiro de 1923. Crea, em cada uma das emprezas de estradas de ferro existentes no paiz, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos ernpregados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 03 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 42, de 15 de Outubro de 1836.Regulamenta as “Companhias Fixas de Marinheiros”. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 08 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 641, de 26 de Junho de 1852.Autorisa o Governo para conceder a huma ou mais companhias a construcção total ou parcial de hum cminho de ferro que, partindo do Municipio da Côrte, vá terminar nos pontos das Provincias de Minas Geraes e S. Paulo, que mais convenientes forem.. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 04 mai. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.371, de Fevereiro de 1885. Dá nova organização ás companhias de aprendizes marinheiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 jun. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei n° 7967 de 18 de Setembro de 1945. Dispõe sôbre a Imigração e Colonização, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 13 ago. 2019.

BRASIL. Lei de 7 de Novembro de 1871. Declara livres todos os escravos vindos de fôra do Imperio, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. Disponível em:<https://www2.camara.leg.br>. Acesso em 05 mar. 2019.

BRASIL. Lei n° 3.270 de 28 de setembro 1885. Regula a extincção gradual do elemento servil.. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 07 abr. 2019.

Lei 2.040 n° de 28 de Setembro de 1971. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annaul de escravos... .Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 09 jan. 2019.

U.S. Senate, Constitution of the United State. Disponivel em: <https://www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm#a1_sec1>. Acesso em: 15 out. 2019.

US. Constitution of the United States of América, 2019